

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ/UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO/FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

MARIA JORGE DOS SANTOS LEITE

**MOVIMENTO SOCIAL E PROCESSOS EDUCATIVOS: A CONSTITUIÇÃO DO
SUJEITO COLETIVO NA LUTA POR DIREITOS NA COMUNIDADE DE
CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS**

**FORTALEZA
2012**

MARIA JORGE DOS SANTOS LEITE

MOVIMENTO SOCIAL E PROCESSOS EDUCATIVOS: A CONSTITUIÇÃO DO
SUJEITO COLETIVO NA LUTA POR DIREITOS NA COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO
DAS CRIOULAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Sônia Pereira Barreto

FORTALEZA
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca de Ciências Humanas

L554m Leite, Maria Jorge dos Santos.

Movimento social e educação: a constituição do sujeito coletivo na luta por direitos na comunidade de Conceição das Crioulas / Maria Jorge dos Santos Leite. – 2012.

294 f. ; 31 cm.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

Orientação: Profa. Dra. Sônia Pereira Barreto.

1. Quilombos. 2. Negros – Condições sociais. 3. Negros – Identidade étnica. I. Título.

CDD 305.896

MARIA JORGE DOS SANTOS LEITE

MOVIMENTO SOCIAL E PROCESSOS EDUCATIVOS: A CONSTITUIÇÃO DO
SUJEITO COLETIVO NA LUTA POR DIREITOS NA COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO
DAS CRIOULAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Sônia Pereira Barreto (orientadora)
Universidade Federal do Ceará/UFC

Prof^a Dr^a Alba Maria Pinho de Carvalho
Universidade Federal do Ceará/UFC

Prof^a Dr^a Célia Maria Machado de Brito
Universidade Estadual do Ceará- UECE

Eliane Dayse Pontes Furtado
Universidade Federal do Ceará/UFC

Prof^o Dr. Joubert Max Maranhão Piorsky Aires,
Universidade Estadual do Ceará- UECE

DEDICATÓRIA

Aos que tiveram suas histórias aqui contadas, pelo que me confiaram, pois sem eles/elas não haveria este trabalho.

Especialmente à Rosa Doralina Mendes, Luiza Maria Oliveira Silva, Girlene Rosa da Silva e Antonio Francisco Oliveira (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

- Aos sujeitos desta pesquisa pela confiança depositada em mim e por terem compartilhado comigo a riqueza de suas experiências. Sou grata pela contribuição na elaboração desta tese.

- À minha orientadora professora doutora Sônia Pereira Barreto por ter acolhido minha proposta desde o início, pelas orientações e sugestões relevantes para elaboração deste trabalho e pelo inestimável apoio ao longo de todo percurso no doutorado.

- Às professoras doutoras Alba Maria Pinho de Carvalho, Célia Maria Machado de Brito e Eliane Dayse Pontes Furtado pelas críticas e sugestões que muito contribuíram para aprimorar algumas ideias e a redação deste trabalho.

- Ao meu companheiro Manoel Joaquim Leite Neto e minha filha Bruna Lívia, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando-me e compreendendo as ausências e a necessidade de privilegiar a pesquisa.

À Faculdade de Ciências de Ciências Humanas do Sertão Central(FACHUSC) e à Escola Valdicleiwton da Silva Menezes, instituições nas quais trabalho, pela concessão da licença durante o doutorado.

-Ao CNPq pelo apoio financeiro concedido para a realização desta pesquisa.

“Todos os homens têm, por natureza, o desejo de conhecer. O prazer causado pelas sensações é a prova disso, pois, mesmo fora de qualquer utilidade, as sensações nos agradam por si mesmas e, mais do que todas as outras, as sensações visuais”.

Aristóteles

RESUMO

Este trabalho aborda o movimento social organizado pela comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, localizada no município de Salgueiro, sertão central de Pernambuco. Trata-se de um grupo de negros e negras cujas origens, segundo a tradição local, remontam ao final do século XVIII/início do XIX, e tem como referência central a aquisição e posse daquelas terras por “seis crioulas”. O foco dessa investigação foram os sujeitos políticos daquela comunidade, no seu cotidiano, na formação política e na atuação dos mesmos dentro do movimento. Nesse sentido busquei analisar como ocorre a constituição do sujeito coletivo movimento social quilombola na luta por direitos na comunidade de Conceição das Crioulas. Ademais, busquei compreender o processo de construção da identidade étnica do grupo, as questões de gênero, o desenvolvimento das relações sociais, políticas e econômicas na comunidade e quais os principais direitos reclamados pelos quilombolas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico, cuja análise do objeto proposto foi feita a partir de entrevistas semiestruturadas e abertas com lideranças políticas - novas e veteranas - da comunidade e das informações obtidas com as pessoas idosas, através do método da história oral, acrescida da pesquisa documental. Utilizei-me, ainda, do aparato jurídico que a legislação brasileira dispõe sobre os direitos quilombolas e enfatizei a interpretação que os sujeitos desses direitos fazem dos mesmos. A base teórica da pesquisa são as categorias analíticas: movimentos sociais, política, campos políticos, cultura, identidade e direitos. Tanto na observação participante como nas narrativas dos entrevistados observei que a luta pela terra tem lugar principal entre as reivindicações do movimento, bem como, o valor que atribuem à terra tem um significado específico: lugar de história, memória, preservação de cultura e construção de identidade. A formação das lideranças acontece na educação escolar e dentro do próprio movimento, nos eventos, nas reivindicações, na luta; ao mesmo tempo em que ocorre o aprendizado dos direitos. Os resultados da pesquisa concluem que o sujeito coletivo movimento social quilombola se constitui nas ações políticas dos quilombolas ao defenderem seus direitos específicos, enquanto habitantes de uma comunidade de quilombo, e outros direitos de cidadania.

Palavras-chave: movimento social quilombola, educação, política e direito

ABSTRACT

This research deals with the social movement organized by the quilombola community Conceição das Crioulas, located in Salgueiro, a hinterland city in the state of Pernambuco. It's a group of black men and women whose origins, according to local tradition, come from the end of the 18th century and the beginning of the 19th, and has as a main reference the acquisition and possession of those lands by six black women (crioulas). The focus of this investigation was the political individuals from that community, in their daily life, political formation and in the performance within the movement. Accordingly, I searched to analyze how the establishment of the collective subject of quilombola social movement fighting for rights in the Conceição das Crioulas community. Beyond, I searched to understand the construction of ethnic identity of the group, the gender issues, the development of social, political and economic relationships and what are the main rights claimed by the people. It deals with qualitative study ethnographic, whose analysis of the proposed object came from semi-structured and open interviews with old and new political leaders of this community and information obtained by older, through the oral history method, adding a documentary research. I used the legal apparatus that the Brazilian laws provide about the quilombolas' rights and I highlighted the way that they interpret their rights. The theoretical grounding of the analytical categories: social movements, political, culture identity and rights. Both the observation and the narratives of the interviewees I realized that struggle for land has a main place among the demands of the movement, as well as the value that they attribute to the land has a specific meaning: a historic place, memories, preservation of culture and construction of an identity. The formation of the leaderships happens by instruction and within the movement, at events, claims, struggle, at the same time occurs the learning of their rights. The conclusion of this search is that the collective subject of this quilombola social movement is established in political actions by quilombolas (black men and women) are defending their specific rights, while live in a quilombo community, and others citizenship rights.

Keywords: quilombola social movement, education, political and rights.

RESUMEN

Este trabajo aborda el movimiento social organizado por La comunidad quilombola de concepción de las criollas (*conceição das crioulas*), localizada en el município de salgueiro,sertón central de Pernambuco.se trata de un grupo de negros y negras cuyas Orígenes,segundo La tradición local,remontan al final Del siglo XVIII/ inicio Del XIX,y tienen como referencia central La adquisición y pose de aquellas tierras por “seis criollas”. El punto de esa investigación fueron los sujetos políticos de aquella comunidad, en su cotidiano,en La formación política y en La actuación de los mismos dentro Del movimiento. En esse sentido busque analizar como ocurre La constitución, Del sujeto colectivo movimiento social quilombola, en La lucha por derechos en La comunidad de concepción de las criollas.ademas, busque comprender el proceso de La construcción de La identidad étnica Del grupo,las cuestiones Del genero,y desenvolvimiento de las relaciones sociales y econômicas en La comunidad, cuales son los principales derechos reclamados por los quilombolas. Se trata de un estudio cualitativo de caracter etnográfico,cuya analisis Del proyecto propuesto fue realizada a partir de entrevistas semiestructuradas y abiertas com lideres políticos,jovenes y veteranos de La comunidad y de las informaciones obtenidas con las personas de edad avanzada,atravez Del método de La historia oral,acrecida de La investigación documental.utilise tambien Del poder judiciário que La legislación brasilera dispone sobre los derechos quilombolas y resalte La interpretación que los sujetos de esos derechos hacen los mismos,La base teórica de La investigación son las categorías analíticas :movimientos sociales,políticos,campos políticos cultura,identidad y derechos. tanto en La observación Del participante como en las narrativas de los entrevistados observe que La lucha por La tierra tiene lugar principal entre las reivindicaciones Del movimiento,bien como,el valor que atribuyen La tierra tiene un significado específico:lugar de historia,memória,preservación de La cultura y construcción de identidades.La formación de La lideranzas acontece en La educación escolar y dentro Del próprio movimiento,en los eventos,en las reivindicaciones,en las luchas;al mismo tiempo en que ocurre el aprendizaje de los derechos.el resumen de La investigación concluye que el sujeto en grupo o movimiento quilombola se constituye en las acciones políticas de los quilombolas al defender SUS derechos específicos, encuanto habitantes de una comunidad de quilombolas, y otros derechos de ciudadanía.

Palabras claves: movimientos sociales quilombola, educación,política y derecho

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA- Associação Brasileira de Antropologia
ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ACONERUQ -Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
ANCRQ -Articulação Nacional das Comunidades Rurais Quilombolas
ACN- Associação Cultural do Negro
APENOPE- Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco
AQCC- Associação Quilombola de Conceição das Crioulas
ASSUEPE- Associação dos Supervisores do Estado de Pernambuco
AOEPE- Associação dos Orientadores Educacionais
CCLF - Centro Cultural Luís Freire
CF- Constituição Federal
CNTE- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAQ- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
CONTAG -Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CUT-Central única dos Trabalhadores
DEM- Democratas
DIAFAB - Delegação Italiana para a Agricultura Familiar Brasileira
DP- Diário de Pernambuco
FAO- Fundo das Nações Unidas para Agricultura
FCP- Fundação Cultural Palmares
FNB - Frente Negra Brasileira
FHC- Fernando Henrique Cardoso
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INCRA -Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA- Instituto socioambiental
JC- Jornal Crioulas: a voz da resistência
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MinC - Ministério da Cultura
MNU- Movimento Negro Unificado
MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST- movimento dos trabalhadores sem terra
MP- Medida Provisória

NMS – Novos movimentos sociais
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG- Organização Não-Governamental
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCdoB – Partido Comunista Brasileiro
PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais
PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE -Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPP- Projeto Político Pedagógico
PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
PT- Partido dos Trabalhadores
SANA- Salão Internacional de Alimentação Natural, Saúde e Ambiente
SBPC - pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SINAPIR -Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SINTEPE- Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
TEN - Teatro Experimental Negro
UFC- Universidade Federal do Ceará
UFPE- Universidade Federal de Pernambuco
UERJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB- Universidade de Brasília
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
URCA- Universidade Regional do Cariri
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1-PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	26
1.1 - Meus percursos identitários e as relações com o tema e os sujeitos da pesquisa.....	26
1.2- A pesquisa e seus processos: uma aproximação etnográfica.....	31
1.3- A pesquisa documental.....	45
1.4- Sobre o campo e seus sujeitos: as questões da pesquisa.....	49
2- ESTRUTURA FUNDIÁRIA E RESISTÊNCIA NA TERRA DAS CRIOULAS.....	69
2.1- Estrutura fundiária: “a gente não quer qualquer terra, mas essa terra aqui”.....	70
2.2 – História e luta pela terra: “Sou descendente das seis crioulas”	96
2.3- Uma rede de interações : “o jeito de ser dos quilombolas”.....	109
2.4- Lugares de memórias: “a sepultura de Agostinha Caboclo é local sagrado”.....	122
3- MOVIMENTOS SOCIAIS: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO COLETIVO.....	131
3.1- A constituição do sujeito coletivo.....	132
3.2- Cultura e política na constituição do sujeito coletivo.....	140
3.3- Etnia e gênero na construção da identidade.....	151
3.3.1- Identidade quilombola: do cultural ao político.....	152
3.3.2- Cultura religiosa: elemento constitutivo da identidade.....	160
3.3.3 – Gênero: na história, na identidade e na construção do sujeito.....	169
3.4- Os “campos políticos” e a formação das lideranças.....	185
3.4.1- A noção de campos políticos.....	187
3.4.2- A Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC).....	189
3.4.3- O Jornal Crioulas: a voz da resistência.....	193
3.4.4- A escola quilombola.....	197
3.4.5- Os eventos e a formação política das lideranças.....	201
4- DIREITOS QUILOMBOLAS: OS CAMINHOS DO RECONHECIMENTO.....	211

4.1- Cidadania e direitos: a construção da igualdade e da diferença.....	212
4.2- Direitos quilombolas.....	227
4.2.1- Direito a uma “educação diferenciada” e a implementação da Lei 10.639/03.....	231
4.2.2- Direito à terra e conflitos territoriais.....	253
5- CONCLUSÃO.....	273
6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	283

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa analiso a constituição do sujeito coletivo “movimento social negro e quilombola” organizado pela comunidade de Conceição das Crioulas na defesa dos seus direitos.

Conceição das Crioulas localiza-se no município de Salgueiro, Sertão Central de Pernambuco e os seus habitantes, ali, se constituem, hoje, numa comunidade¹ quilombola. A história dessa comunidade é contada a partir da memória oral de seus habitantes, segundo a qual foi “no tempo dos reis” que chegaram à região alguns negros e negras, possivelmente fugindo da escravidão. Esse grupo de negros e negras – embora na memória de seus habitantes apenas as negras tenham se destacado na fundação da comunidade, ficando conhecidas como as “seis crioulas”- arrendaram uma porção de terras equivalente a três “léguas” em quadra onde iniciaram um trabalho no cultivo e fiação de algodão; o produto era vendido na cidade de Flores, no sertão do Pajeú. Católicas fervorosas, as crioulas teriam feito uma promessa à Nossa Senhora da Conceição de construir uma capela caso conseguissem se tornar donas das terras em que trabalhavam. Alcançada a “graça”, ergueram a capela, dando origem ao povoamento.

Considerando-se descendentes dessas “seis crioulas”, que possivelmente eram escravas fugitivas, ou negras libertas, os habitantes de Conceição das Crioulas empreenderam, a partir de 1987, um processo de mobilização interno em busca de evidências históricas - documentais ou relatos orais - e elementos culturais que lhe conferissem uma

¹ Entendo por comunidade um conjunto de indivíduos que partilham um território geográfico e um certo grau de interdependência, o que lhes proporciona a razão para viverem na mesma área. Acrescento, ainda, a ideia segundo a qual a noção de comunidade inclui um sentimento muito forte de pertencimento e compromisso mútuo, baseado em uma herança cultural, compartilhada em vários aspectos. Ademais, a vida em comunidade pressupõe, também, experiência em comum e uma relativa interdependência. É nesta perspectiva, portanto, que uso o termo comunidade, para me referir aos habitantes de Conceição das Crioulas, que não só ocupam o mesmo espaço físico, mas, também, participam da construção coletiva de uma mesma história e de uma mesma luta.

identidade quilombola. Iniciava-se, a partir daquele momento, uma série de ações que levariam à organização de um movimento social quilombola naquela comunidade.

Apesar de não haver uma definição única e universalizante dos movimentos sociais, esses costumam ser entendidos como um conjunto de ações coletivas voltadas para a reivindicação de melhores condições de vida, de contestação, de busca por uma nova sociabilidade humana, o que significa a transformação das condições sociais e políticas da sociedade atual; ou, como bem define Melucci (2001), “um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere”(p.35).

A expressão “movimentos sociais” geralmente é utilizada para se referir aos fenômenos coletivos que se apresentam com uma certa unidade externa, mas com significados, ações e modos de organização internamente diferenciados. Entendidos também como “efeitos de uma situação histórica ou produtos de uma certa conjuntura” (MELUCCI, 2001, p. 29).

É nessa perspectiva que me refiro à organização política das comunidades quilombolas, como um movimento social que (re)surge a partir da década de 1970 no âmbito do Movimento Negro Unificado (MNU). Este movimento congrega:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo, aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro, fundadas e promovidas por pretos e negros. Entidades religiosas como terreiros de candomblé, por exemplo; assistenciais como as confrarias coloniais; recreativas como “clubes de negros”; artísticas como os inúmeros grupos de dança capoeira, teatro, poesia; culturais como os diversos “centros de pesquisa” e políticas como o Movimento Negro Unificado; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, 1994, p. 157).

Um dos itens da pauta desse movimento durante a preparação para o processo Constituinte, em 1987, consistiu numa proposta de garantia dos direitos das comunidades negras rurais do Brasil. Parlamentares constituintes ligados ao movimento - dentre eles Benedita da Silva PT(RJ) - apresentaram a proposta durante o Congresso Constituinte (1987/88); após muitos debates, aprovou-se o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), determinando: “Aos remanescentes das comunidades

dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”(BRASIL,1988).

A partir da instituição desse direito pela Carta Magna as comunidades quilombolas começaram a se constituir enquanto sujeitos de direito, e os movimentos por elas encabeçados como os sujeitos coletivos. A noção de sujeito coletivo contida neste trabalho está referenciada nas discussões de Eder Sader(1988), para quem esse sujeito é criado a partir dos próprios movimentos sociais populares. A constituição desses sujeitos ocorre quando indivíduos dispersos e isolados começam a se organizar, passando a agir na coletividade, e criando uma identidade ao se definirem no decorrer do movimento. O sujeito coletivo define-se nas suas próprias ações e na interações com outros agentes sociais(SADER, 1988).

Entre as bandeiras de luta que mobilizaram o movimento negro, desde 2002, estão a o Estatuto da Igualdade Racial e as cotas nas universidades. Em nível local, nas comunidades quilombolas, além da luta pela terra, é marcante também a defesa da melhoria do ensino na escola pública e a implementação de uma educação diferenciada.

Nos últimos anos a organização dos Quilombolas tem ocupando as atenções do movimento afrodescendente a exemplo das Comunidades Negras quilombolas, Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas(CONAQ) e a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão(ACONERUQ). A Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura, apontou em 2009 a existência de 3.524 comunidades quilombolas, mas somente 1289 estavam reconhecidas oficialmente. Os estados com o maior número de comunidades reconhecidas são: Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Pernambuco (GOHN, 2010, p.110).

É comum se associar as comunidades quilombolas atuais aos antigos quilombos, movimento que representou uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando durante longos anos e em diferentes momentos históricos do país, sob a liderança político-ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes nascidos no Brasil. No entanto, Soares (1981), afirma que a maioria das comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil atualmente, nem sempre se associam à ideia clássica de quilombos. Muitos dos grupos referenciados à memória da escravidão e à posse coletiva da terra, em casos estudados por antropólogos, sociólogos ou historiadores nos anos 1970/80, tinham seu mito de origem em doações senhoriais realizadas no contexto da abolição; ou no trabalho e religiosidade dos próprios negros, como é o caso de Conceição das Crioulas.

Afirmam-se, ainda, que as comunidades hoje consideradas quilombolas - ou remanescentes de quilombos - se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. Segundo Gusmão (1995) e Almeida (1999) para essas terras também são utilizadas expressões como “terra de preto” ou “território de negro” para designar esses grupos.

Para Mattos (2004) as novas comunidades de quilombos têm claramente uma origem recente nas demandas por garantia de direitos à posse coletiva de terras, apresentadas por colonos e posseiros negros tradicionais, a partir do apoio de novos aliados, nos quais a pastoral da terra da Igreja Católica, os movimentos negros, a Associação Brasileira de Antropologia(ABA) e outros atores da sociedade civil brasileira pós-redemocratização ocuparam papel especial. Embora também estejam ancoradas no campesinato que teve origem com os negros libertos no contexto da desagregação e abolição da escravidão, o que lhes permitem reivindicarem-se como comunidades quilombolas.

Não obstante as diferentes origens das comunidades atuais, e as diferenças contextuais entre estas e aquelas - as comunidades dos antigos quilombos -, considero o atual movimento quilombola um legado do movimento anti-escravista, já que a referência à condição de escravos dos antepassados e à luta destes é bastante recorrente no discurso dos sujeitos políticos que lideram o movimento das comunidades quilombolas contemporâneas.

Essas comunidades constituem-se, não exclusivamente por pessoas negras, e localizam-se em todas as regiões do País. Parte delas volta-se para o cultivo das terras, e possuem, em sua grande maioria, a sua posse, sem haver na maior parte dos casos regularização de seus territórios. O movimento de luta pela garantia dos direitos dessas comunidades é histórico e político. Traz implícita uma dimensão secular de resistência, na qual homens e mulheres negros buscavam o quilombo como possibilidade de se manterem física, social e culturalmente, em contraponto à lógica escravocrata (SOUZA,2008).

O reconhecimento desse direito motivou um acirrado debate sobre o conceito de quilombo e de remanescente de quilombo. Trabalhar com uma conceituação adequada

tornava-se fundamental já que era isso o que definiria quem teria ou não o direito à propriedade da terra.

De acordo com Abdias Nascimento,

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico-política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural (NASCIMENTO, 1980, p.32).

No texto constitucional, utiliza-se o termo “remanescente de quilombo”, que remete à noção de resíduo, de algo que já se foi e do qual sobraram apenas algumas lembranças. Esse significado diverge da maneira como os próprios grupos se autodenominam e também como o conceito é empregado pela antropologia e pela História. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na tentativa de orientar e auxiliar a aplicação do Artigo 68 do ADCT, divulgou, em 1994, um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais em que assim se define o termo “remanescente de quilombo”:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar(SÁ,s/d,p.2).

Nessa perspectiva, o quilombo passou a ser focado como um conceito socioantropológico utilizado para discutir as implicações políticas e teóricas que dizem respeito às questões político-culturais e socioeconômica do Brasil.

Na estruturação dos movimentos sociais os espaços de atuação dos sujeitos são cotidianamente construídos, ou ampliados, levando ao estabelecimento de campos políticos, que são espaços de produção simbólica onde os participantes lutam para que sua visão de mundo prevaleça sobre a de seus adversários. Nos campos políticos acontecem as lutas entre os agentes específicos que se encontram no seu interior e se efetuam as tomadas de posições políticas (BOURDIEU, 2000). Nesses espaços os sujeitos - notadamente os que compõem o movimento quilombola - estabelecem relações internas e externas, constroem suas identidades, elaboram demandas, reivindicam os direitos, vivenciam a política.

A política, nessa perspectiva, vai de encontro ao pensamento de Hannah Arendt(2007), ao afirmar que a política tem como elementos constitutivos a ideia de liberdade, de espaço público, de palavra e discurso. A política refere-se a nada mais do que se relacionar com o mundo: pensar, falar e agir livremente no espaço público. Para a autora o que caracteriza a vida ativa é a “ação”, que é uma atividade política por excelência que os homens realizam em espaços públicos.

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas *aconditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* - de toda vida política(ARENDT,2007,p.15)

O pensamento de Hannah Arendt, assim como o de Jacques Rancière, me parece adequado à análise dos movimentos sociais, por esses autores entenderem que a política não tem nada a ver com a técnica, “e nem tem conteúdos propriamente ditos, mas sim tem a ver com a isonomia da palavra, que institui o espaço público onde só havia lógica privada” (FELTRAN, 2005,p.95).

O movimento quilombola insere-se no contexto da estruturação dos “novos” movimentos sociais² que começaram a se configurar como novo sujeito político e coletivo a partir do final da década de 1970, em meio às lutas sociais que fizeram da lei o seu instrumento. Criou-se com o Artigo 68 do ADCT, a categoria “remanescente de quilombo”, e institui-se esta como sujeito de direitos fundiários e direitos culturais (ARRUTI, 2003). A condição de “remanescente de quilombo” leva à emergência de uma identidade fundada no sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, e à luta pelas terras por ele

² Novos movimentos sociais, foi a nomenclatura dada às novas e emergentes formas de mobilização social que surgem a partir da década de 1970, em decorrência da crise que essas lutas proporcionaram ao paradigma tradicional nas ciências sociais, concernente à forma de integração que assinalava os agentes sociais, e aos contornos tomados pelos conflitos entre eles. Sobre a essa questão consultar os seguintes autores: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 7ª edição, 1997; LACAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais na pluralidade complexa.** Petrópolis: Vozes, 2001.

ocupadas. Assim, além do conceito de quilombo, com ênfase na territorialidade, entram em debate temas relacionados à etnicidade e identidade dos quilombolas.

O processo de construção da identidade dos quilombolas oferece uma contribuição importante para o estudo do território, enquanto direito étnico que visa a ação transformadora contrária à “lógica capitalista” no uso e apropriação da terra. Assim, a luta pela terra é uma das estratégias utilizadas por esses sujeitos e que garante a existência desses, enquanto quilombolas (MALCHER, 2009).

Considerando a dimensão cultural que envolve o movimento quilombola, a análise das identidades construídas: histórica, étnica, de gênero, no interior do mesmo pode ser fundamentada nos estudos culturais realizados por Stuart Hall(2003), os quais apontam para uma “crise de identidade” que se torna inevitável porque:

À medida em que as culturas nacionais tornaram-se mais expostas à influência externa, é difícil conservar as identidades culturais ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural [...] Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, as identidades tornem-se desvinculadas - deslocadas- de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem “flutuar livremente”(HALL, 2003, pp. 74-75).

Essa conjuntura vem fazendo com que “as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social entrem em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até então visto como sujeito unificado” (HALL, 2004,p. 7). São essas “novas” identidades que estão dando forma aos movimentos sociais surgidos a partir de 1970, sendo estes vistos também como parte do enfrentamento ao processo de fragmentação provocado pela internacionalização do mercado.

A partir das palavras de Hall(2004) sobre às “velhas” identidades que davam estabilidade ao mundo social, retomo um momento ímpar de meu percurso identitário, cujas raízes estão fincadas na infância, na pequena cidade de Jardim, no sul do Ceará. Ali, as relações sociais e de trabalho giravam em torno do plantio de cana e da produção de rapadura nos antigos engenhos. Mesmo em tenra idade não era difícil para mim perceber que aquelas relações eram pautadas na dominação dos ricos proprietários das terras e dos

engenhos, sobre os pobres trabalhadores braçais - negros ou não - , pejorativamente denominados “cambiteiros,³” a estes eram negadas as próprias condições de cidadania, uma vez que só existiam em função das atividades que exerciam, não tinham garantias trabalhistas, nem o direito de reclamá-las. Também não havia participação dos mesmos nos espaços sociais e de lazer que aqueles. Essa situação contribuiu, de alguma forma, para manter a estabilidade social daquela sociedade, pelos menos até o final da década de 1970, quando a produção de cana entrou em crise provocada, entre outros fatores, pela insubordinação dos trabalhadores, agora motivados pela ações do sindicalismo rural⁴.

A escolha do tema desta pesquisa se deu primeiramente em função dessas minhas inquietações e angústias provocadas por situações, não exatamente vividas, mas observadas durante a infância; além dessas, fui acumulando outras experiências, nas minhas vivências na escola, na Universidade e, depois, nos locais trabalho e no movimento sindical- Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco-SINTEPE-, que me fizeram enxergar em nosso país a existência de relações sociais, políticas e econômicas assimétricas que precisam ser analisadas. Ademais, os resultados da pesquisa realizada no mestrado, tendo como campo de estudo a comunidade de Conceição das Crioulas, levaram-me a continuar pesquisando sobre o tema do movimento quilombola, agora com novas questões.

Com efeito, o objeto de estudo desta pesquisa está centrado na compreensão do processo de constituição do sujeito coletivo - movimento social negro e quilombola - na luta por direitos na comunidade de Conceição das Crioulas. Dessa forma, pesquisei a história dessa comunidade, com seu povo, suas manifestações culturais-religiosas e as relações nela estabelecidas: étnicas, socioeconômicas, políticas e de gênero. No desenvolvimento do trabalho, procuro evidenciar de que maneira essas dimensões vão dando contornos a um

³ Expressão utilizada no interior do Ceará para identificar os trabalhadores que carregavam a cana para os engenhos de rapadura em lombos de jumento ou burros que utilizavam instrumentos como a cangalha e os cambitos.

⁴ Sobre esta questão ver: SANTOS, Hélio Jorge dos. **A CIVILIZAÇÃO DA RAPADURA: história e memória dos engenhos de rapadura de Jardim/CE**. Patos/PB, FIP: 2008. Monografia. (mimeo); LEITE, Maria Jorge dos Santos e SANTOS, Hélio Jorge. **CORONÉIS E CAMBITEIROS: HISTÓRIA DOS ENGENHOS DE RAPADURA DE JARDIM CEARÁ**. In: X Congresso Nacional de História Oral- Testemunhos: história e política. Recife, UFPE, 2010. Disponível no site http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1267436438_ARQUIVO_ArtigoengenhodeJardim.pdf.

movimento social que luta pelo reconhecimento dos direitos étnicos de uma população que se identifica como descendente de negros escravizados, portanto como comunidade quilombola. Para proceder a análise da questão central da tese, e de outras que incorporam-se a ela, realizei uma investigação qualitativa, na modalidade etnográfica.

Entendo que a pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de uma viagem empreendida por um pesquisador, cuja curiosidade leva-o a lançar olhares por lugares muitas vezes já explorados por outros. Dessa forma, não é esperado nada de absolutamente original, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade, a partir do “lugar” do pesquisador, de suas experiências e da apropriação do conhecimento através da pesquisa realizada. Foi com essa expectativa que retomei, a partir de dois mil e oito, a pesquisa de campo que havia iniciado, nove anos antes, por ocasião da dissertação de mestrado.

Tem-se, assim, nesta tese de doutorado, uma continuidade daquela pesquisa realizada entre dois mil e dois mil e um, cujo propósito fora analisar o papel da mulher negra de Conceição das Crioulas na luta pela construção da identidade étnica e pela conquista do território quilombola.

O campo de pesquisa, enquanto espaço físico/geográfico, permanece o mesmo. No entanto, o meu olhar de pesquisadora lançado por aqueles “lugares” se transformara; passei da observação simples, focada em questões pré-estabelecidas, para uma visão holística dos sujeitos e da realidade observada. Os sujeitos também não são mais os mesmos: viveram intensamente, durante esses anos, um processo de crescimento pessoal e intelectual, de aprendizado e amadurecimento político. Não considero, portanto, essas mudanças como empecilho ao momento atual de minha pesquisa, mas como um processo inerente a qualquer percurso etnográfico. A etnografia é um método que se caracteriza pela interação e envolvimento do pesquisador com os sujeitos pesquisados, no ambiente natural da pesquisa. Assim, as experiências já vivenciadas com aqueles sujeitos, me serviram de base para a interpretação das novas (e mais complexas) questões ora analisadas.

A etnografia surge no cenário da antropologia nas primeiras décadas do século XX, quando teve fim a repartição de tarefas entre o observador, que desempenhava o papel subalterno de provedor de informações e o pesquisador erudito, que analisava e interpretava essas informações.

O pesquisador compreende a partir desse momento que ele deve deixar seu gabinete de trabalho para ir partilhar a intimidade dos que devem ser considerados não mais como informadores a serem questionados, e sim como hóspedes que o recebem e mestres que o ensinam. Ele aprende então, como aluno atento, não apenas a viver entre eles, mas a viver como eles, a falar sua língua, a sentir suas próprias emoções dentro dele mesmo(LAPLANTINE, 2005, pp.76-77).

Muitos pesquisadores contribuíram para a elaboração da etnografia contemporânea, entre eles, Franz Boas(1858-1942) e Bronislaw Malinowski(1884-1942) são os mais destacados. Boas ensina que no campo “tudo deve ser anotado” da forma mais fiel possível, atividade que não pode ser confiada aos investigadores e, muito menos aos que, da “metrópole”, confiam neles. Apenas o antropólogo(observador e teórico) pode elaborar uma monografia. Nasce, assim, a etnografia profissional que procura analisar a cultura através de diversos materiais (LAPLANTINE, 2005). Malinowski, mesmo não sendo o primeiro a conduzir cientificamente uma experiência etnográfica, levou essa experiência muito a sério. Considera ele, que uma verdadeira ciência da sociedade inclui o estudo das motivações psicológicas e comportamentais do indivíduo. E, vai além da análise da afetividade de seus interlocutores: “procura reviver nele próprio os sentimentos dos outros, fazendo da *observação participante* uma participação psicológica do pesquisador, que deve compreender e partilhar os sentimentos destes últimos interiorizando suas reações emotivas” (LAPLANTINE, 2005, p.82).

O meu contato com a população de Conceição das Crioulas iniciou-se em janeiro de 2000, quando visitei pela primeira vez essa comunidade e iniciei minha pesquisa de mestrado. Naquele momento, apesar de está diante de um povoado como tantos outros da microrregião do sertão central de Pernambuco, inserido numa paisagem sertaneja que me é tão familiar, vivi, ali mesmo, um momento de “encantamento” diante da possibilidade de empreender uma pesquisa qualitativa através da qual “mergulharia” profundamente na história, nas crenças, nos costumes, nas tradições, na religiosidade, na cultura no sentido mais amplo, e na organização social e política daquele povo.

Nessa caminhada etnográfica de mais de dez anos, marcada por ritmos contínuos, descontínuos, visitas breves, outras mais prolongadas, distribuídas ao longo do tempo, aproximei-me bastante dos sujeitos da pesquisa, de alguns especialmente, o que me possibilitou não só o estudo das dimensões político/culturais e socioeconômicas da comunidade, como passei a conhecer melhor as formas de comportamento e os sentimentos

dos pesquisados, possibilitando-me a realização de uma pesquisa etnográfica próxima da perspectiva malinowskiana, conforme narrativa contida no primeiro capítulo deste trabalho.

A pesquisa qualitativa de caráter etnográfico possibilita ao pesquisador a utilização de várias técnicas para a coleta de dados. Assim, na elaboração deste trabalho, utilizei-me dos seguintes procedimentos metodológicos: observação participante, história oral, entrevistas e pesquisa documental. O que me possibilitou a obtenção de uma elevada quantidade de dados e informações que, selecionados de acordo com a relevância para o tema da pesquisa, são analisados à luz dos conceitos e categorias que embasam teoricamente este trabalho.

Esta tese reúne quatro capítulos. No primeiro - Percursos teórico - metodológicos da pesquisa - tento me aproximar do objeto de pesquisa a partir de minha própria trajetória de vida, como mulher, proveniente do meio rural e, principalmente, como professora: momento em que às minhas experiências pessoais começam a ser acrescidas ao conhecimento de uma realidade social e política vigente no Brasil que oprime, inferioriza e discrimina pessoas e grupos considerados “diferentes”. Neste capítulo descrevo os meus primeiros contatos com pessoas da comunidade pesquisada, relacionando minhas experiências ao interesse científico que me foi despertado a partir daqueles contatos; explico meu interesse pelo método de investigação e as técnicas de pesquisa utilizadas; e teço comentários sobre pesquisa realizada por mim, anteriormente, naquele mesmo *locus*.

O capítulo é enriquecido por uma narrativa que faço do meu retorno à comunidade, o reencontro com sujeitos já conhecidos, lideranças veteranas do movimento quilombola e o primeiro contato com novos sujeitos, lideranças que foram sendo instituídas à medida em que o movimento começou a ganhar maior visibilidade política. Ainda no percurso metodológico, discorro sobre a pesquisa documental, relacionando as fontes consultadas e as entidades/instituições a que tais fontes pertencem. Finalizado o capítulo, coloco minhas questões de pesquisa, apresento o campo - a comunidade- e seus sujeitos, principais sujeitos das questões que deram origem a essa tese.

No segundo capítulo - Estrutura fundiária e resistência na terra das crioulas - (re)conto a história da comunidade de Conceição das Crioulas a partir dos relatos orais que obtive na pesquisa empírica e dos registros escritos aos quais tive acesso. Nessa história a relação dos habitantes da comunidade com a terra tem lugar principal; eis porque, julguei

necessário iniciar com uma discussão sobre a estrutura fundiária no sertão do Nordeste e uma breve (re)leitura das legislações que regulamentaram o uso da terra no Brasil, desde as Sesmarias até a instituição do artigo 68 do ADCT, da Constituição Federal de 1988.

A opção teórica que subsidia a análise da questão fundiária são, entre outras, as obras de José de Souza Martins (1995, 1999) e Manuel Correia de Andrade (1987, 2004, 2005). Trago ainda para essa análise um dos mais significativos movimentos sociais de luta pela terra: as Ligas Camponesas. E, em consequência destas, o avanço na legislação voltada para o homem do campo, como o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra. Dentro da questão agrária, analiso o processo de ocupação das terras do sertão central pernambucano; a luta histórica dos quilombolas pela posse da terra que pertencera às antigas crioulas, suas ascendentes, e o também histórico conflito entre eles e os fazendeiros da região.

O período de permanência no campo e as narrativas orais me possibilitaram analisar as relações sociais existentes entre a comunidade e a sociedade circundante e, a partir da observação participante, descrever as atividades econômicas desenvolvidas pelos quilombolas, com destaque para a agricultura, criação de animais e artesanato. Encerro este capítulo fazendo uma reflexão sobre o significado atribuído pelos quilombolas a alguns espaços físicos da comunidade os quais denominei “lugares de memórias”.

No capítulo seguinte, o terceiro -Movimentos sociais: a constituição do sujeito coletivo- procuro responder a questão central da tese: como ocorreu/ocorre a constituição do sujeito coletivo movimento social negro quilombola de Conceição das Crioulas. Para tanto, trabalho a noção de sujeito coletivo embasada nos estudos de Eder Sader(1988) e analiso as várias dimensões do movimento em estudo: o entrelaçamento entre política e cultura, as relações étnicas e de gênero, a cultura religiosa, os campos políticos e a formação das lideranças. A análise dessas questões são feitas com base na minha inserção no campo de pesquisa.

A discussão teórica acerca dos movimentos sociais tem como fundamentação os estudos de Maria da Glória Gohn(1995, 1997, 2001, 2010); enquanto a análise da categoria política tem como referência, além das obras de Hannah Arendt(2007, 2007a), os trabalhos de Jacques Rancière(1996, 1996a) e Antonio Gramsci(1986,1987). Para a análise da construção das identidades foi de fundamental importância a contribuição de Stuart Hall(1995,1997, 2000, 2004).

Ancorada pelo conceito trabalhado por Bourdieu (2000), denominei “campos políticos” os espaços de vivência da política em Conceição das Crioulas: associações, eventos (encontros, congressos, formações), jornal e as escolas e, dentre deles, identifiquei os principais sujeitos políticos do movimento.

O propósito do quarto capítulo - Direitos quilombolas: os caminhos do reconhecimento – é analisar os direitos constitucionais relativos às comunidades quilombolas e a forma como estes são reclamados por esses sujeitos coletivos. Considerando que esses são direitos relacionados a uma cidadania democrática, que focaliza os princípios da igualdade e da diferença, inicio o referido capítulo com uma discussão sobre essa questão subsidiada pela contribuição teórica de Boaventura de Sousa Santos (1997, 2010). Detenho minha atenção, portanto, nos direitos que são reivindicados pelos quilombolas de Conceição das Crioulas, com ênfase na educação diferenciada e na luta pela posse da terra.

Assim, após discorrer sobre a proposta de educação diferenciada daquela comunidade, o capítulo é finalizado com uma análise das ações do movimento social quilombola de Conceição das Crioulas, na defesa da posse das terras, enquanto exercício coletivo de interpretação constitucional, no que se refere ao artigo 68 do ADCT. A análise que faço da luta pelo direito à terra parte de uma singularidade da própria comunidade: a de que a luta é pela terra, mas não lhes interessa qualquer terra, mas aquela que pertenceu “as seis crioulas”, suas ancestrais.

1- PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

Karl Marx

1.1 - Meus percursos identitários e as relações com o tema e os sujeitos da pesquisa

O conhecimento para a elaboração de um trabalho científico não acontece de uma hora para outra. Longos e tortuosos são os caminhos percorridos desde a escolha do tema e dos sujeitos a serem investigados até a redação final do texto. Compreendo que podem existir fatores internos e externos que influenciam na decisão do(a) pesquisador(a). Internamente, ressalto a afetividade em relação ao tema e o interesse pessoal; externamente, é relevante a significação do tema escolhido, sua novidade e seus valores acadêmicos e sociais.

Dessa forma, relato agora um pouco de minha trajetória de vida no intuito de explicar como surgiu o meu interesse por temas relacionados às questões que compõem o objeto dessa pesquisa, considerando que nos estudos qualitativos o pesquisador é o principal instrumento de investigação. Assim, é oportuno que ele forneça informações sobre suas experiências relacionadas ao tema de pesquisa, ao contexto e aos sujeitos. A recomendação se justifica pelo pressuposto de que a formação intelectual do pesquisador, como suas experiências pessoais e profissionais relacionadas ao contexto e aos sujeitos, introduzem vieses na interpretação dos fenômenos observados e, nesse caso, devem ser explicitados (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER,2004).

Sou filha de pequenos proprietários rurais do município de Jardim, no Ceará. Minha mãe (Antônia) possui instrução primária e já se dedicou a diversas atividades: agricultora, costureira, “enfermeira⁵” e alfabetizou os próprios filhos, considerando que na localidade rural em que morávamos não havia escolas. Hoje, aos 82 anos de idade, ela é aposentada rural, mora na cidade e ainda cuida das atividades da casa.

⁵ Minha mãe nunca fez nenhum curso na área da saúde, mas lembro que quando éramos pequenos ela se dedicava voluntariamente a cuidar dos doentes na vizinhança. Fazia curativos e aplicava injeções.

Meu pai (José) também possui instrução primária e sempre foi considerado um homem muito inteligente, o que lhe possibilitou, além da agricultura, a dedicação a outras atividades: comerciante, recenseador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e professor do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Atualmente, com 84 anos de idade, é aposentado rural e possui uma pequena corretora de imóveis na qual trabalha ativamente.

As diversas atividades desempenhadas por meus pais nunca nos possibilitaram, a meus irmão e a mim, uma vida economicamente confortável. Tínhamos muitas dificuldades se comparadas as nossas condições às dos parentes mais próximos. No entanto, carregávamos a responsabilidade de pertencer a famílias tradicionais daquele município. Minha mãe sempre falou que sua família - Jorge e Leite- era de origem portuguesa, o que constatamos ser verdade após realizarmos uma pesquisa sobre nossas origens; meu pai nunca falou muito sobre a origem de sua família - Martins e Santos -, perdeu sua mãe quando ainda era criança e viveu distante do pai desde muito jovem.

Curiosa como sempre fui observei desde cedo que em nossas certidões de nascimento estava escrito: “cor branca”. No entanto algumas constatações me inquietavam: somos uma família composta por dez irmãos, e desses, seis têm a pele bem clara e cabelos loiros, como nossos pais; os outros quatro (inclusive eu), têm a pele mais escura. Somos considerados “morenos”. Observei também que dois tios maternos tinham a pele muito escura e os cabelos muito lisos. Tais constatações me levaram a concluir que aquela nossa identidade “branca” estava equivocada. Ao que tudo indica somos mesmo de origem portuguesa, mas teríamos nós um ancestral negro? Índio? Nunca encontrei respostas para essas questões. Meus pais, avós e tios não viam sentido nas minhas indagações. Éramos “brancos”, a nossa identidade estava posta e não havia possibilidade de discussão.

A negação de uma possível identidade “negra” ou “índia” não impediu que nossos pais nos transmitissem outros valores humanos, como o princípio da justiça e respeito pelas pessoas, independente de suas condições sociais, econômicas, culturais e religiosas. Assim, nos ensinaram o que hoje podemos identificar como “respeito às diferenças”.

Com esses ensinamentos comecei a olhar o mundo de forma crítica em busca dos valores que aprendi a defender. Logo compreendi que a sociedade jardinese onde vivi a minha infância e parte da juventude fora profundamente marcada pela existência de dois

séculos de dominação do coronelismo. Ali, os lugares do “pobre” e do “rico” eram bem definidos e se reproduziam nas relações de propriedade, de amizades, nos casamentos, e nos espaços de lazer freqüentados pelos dois grupos.

O número de pessoas negras naquela sociedade sempre foi bem pequeno. De acordo com Santos (2008), os poucos negros existentes no município de Jardim, teriam chegado ali por volta de 1792, vindos da Bahia, juntamente com o padre João Bandeira de Melo, fundador da cidade. O autor não afirma, porém, se esses negros vieram na condição de escravos do padre ou não.

No período de minha infância o município de Jardim já vivia a crise do coronelismo e da monocultura da cana de açúcar, sua principal atividade econômica. Mas, o lugar dos “pobres” e dos “negros” continuava ainda bem definido naquela sociedade decadente. A estes, principalmente aos “negros”, era destinado o trabalho pesado nos engenhos de rapadura, sob o jugo dos proprietários que sabiam muito bem como mantê-los no limite da fome e, assim, reproduzir as relações de dependência econômica e política.

Essas relações aos olhos de muitos eram consideradas “naturais”. No entanto, chocavam-se com alguns princípios que desde pequena eu havia internalizado: dignidade, respeito, justiça, igualdade e direitos. A partir dessa percepção muitas questões começaram a se me impor: por que existem tantas desigualdades entre “negros e “brancos”? Por que as pessoas não são tratadas com o mesmo respeito, independente da cor da pele? Por que os direitos não são extensivos a todos? Qual a origem dessas desigualdades?

Pensei que talvez a escola tivesse respostas para minhas questões. Tentativa vã. Lá, os professores me ensinaram, com o auxílio dos livros didáticos, que, no passado, os negros teriam sofrido um longo período de escravidão, mas que foram libertos graças à generosidade de uma princesa branca de nome Isabel, passando, assim, a ter os mesmos direitos que os brancos. Se não ocupam lugares de destaque na sociedade são eles mesmos os responsáveis por seus fracassos, pois a escravidão ficara no passado. Nunca acreditei nessa história mal contada. Só mais tarde compreendi que a escola, assim como a família, como explica Sodré (1999) cumpre o papel de generalizar e divulgar pensamentos dominantes, entre eles os que defendem a existência de desigualdades naturais entre as pessoas.

A minha busca por respostas satisfatórias que explicassem as condições dos negros continuou, apesar da escola. Talvez a universidade fosse o local ideal para debater as questões que tanto me inquietavam. Assim, não por acaso, ingressei no curso de Licenciatura em História da Universidade Regional do Cariri (URCA), em Crato/CE. Não demorou muito até eu compreender que as questões relacionadas aos negros não despertavam o interesse dessa universidade (pelo menos naquele momento). Durante minha permanência na instituição (1986 – 1989), o Brasil vivia um momento específico de sua história. Estávamos vivenciando a transição do período militar para a redemocratização com o retorno dos civis ao poder depois da eleição de Tancredo Neves, em 1985. Assim, as questões que interessavam à universidade eram os rumos que tomaria a “Nova República” e os debates que estavam acontecendo na Assembléia Nacional Constituinte, instituída no início de 1987. Questões, portanto, de relevância indiscutível.

No entanto, era inegável o meu desapontamento em constatar uma presença mínima de alunos negros naquela universidade e nenhum movimento organizado que pudesse provocar o debate acerca das questões étnico-raciais no Brasil. O que aconteceu de mais importante durante minha permanência ali foi a promulgação da atual Constituição em cinco de outubro de 1988. A partir do texto constitucional, e dos debates por ele provocados, percebi o quanto foram significativas as conquistas do movimento negro – até então para mim desconhecido - através de institucionalização de alguns direitos fundamentais como, por exemplo:

-Art. 5º, inciso XLII, Dos Direitos e Garantias Fundamentais – “a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”;

-Art. 68 do ADCT- “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A constatação a que cheguei, através da mídia, de que fora devido a organização e luta dos negros brasileiros que seus direitos estão agora instituídos constitucionalmente, foi uma das razões que me motivaram a pesquisar o percurso trilhado por esses sujeitos na busca por direitos de cidadania. No entanto ainda me faltava conhecer de perto o movimento negro, me inserir nos locais de debate sobre suas questões.

Em 1989 concluí o curso de licenciatura em História e, nesse mesmo ano, fui aprovada em concurso público da Secretaria de Educação de Pernambuco. Passei, a partir de então, a trabalhar e residir nesse Estado mais, precisamente no município de Cedro. Não imaginava, portanto, que essa mudança tão repentina me proporcionaria a oportunidade de me inserir em espaços tão favoráveis às discussões que tanto me interessavam. Em 1990 participei da fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE), filiado à Central única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). O SINTEPE fundiu forças importantes em uma só luta: Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), Associação dos Supervisores do Estado de Pernambuco (ASSUEPEA), Associação dos Orientadores Educacionais de Pernambuco (AOEPEA) e a Comissão dos Administrativos. Assim, a entidade já surgiu bastante combativa e com forte poder de mobilização.

Considerando que a população de Pernambuco é de 8.796.032 (IBGE, 2010) e, desse total, 62,3% se identificam como pretos ou pardos, presume-se que se encontra na categoria dos profissionais da educação um elevado número de negros, sobretudo entre os filiados ao SINTEPE. Parte significativa desses profissionais são militantes de movimentos negros existentes em Pernambuco (incluindo o movimento quilombola) e no Brasil, como o Movimento Negro Unificado (MNU). Assim, a partir da fundação do SINTEPE, as questões relacionadas aos negros afrobrasileiros passaram a ser também de interesse da educação em Pernambuco; ou pelos menos de boa parte dos profissionais filiados a essa instituição. Eu me encontrava(encontro) entre estes.

Tomei conhecimento do movimento organizado pela comunidade de Conceição das Crioulas em maio de 1992, graças a minha militância no SINTEPE. Naquela ocasião, participava de um curso de formação sindical, na cidade de Salgueiro/PE, onde, também, estava presente o senhor Andreino Antônio Mendes, natural de Conceição das Crioulas, à época, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro. Em determinado momento do curso, foi solicitada aos participantes uma explanação das características gerais de seus municípios. Andreino falou sobre Salgueiro, oportunidade em que ressaltou, também, a luta dos habitantes de Conceição das Crioulas para serem reconhecidos como quilombolas, o que conseguiram em 1998. Suas palavras me levaram, por alguns instantes, a um passado não muito distante na nossa história: a escravidão negra no Brasil e suas conseqüências,

questões que tanto tinham me inquietado nos últimos tempos. Desde então, permaneci sempre atenta quando ouvia falar daquela comunidade.

Em 1993, um fato extraordinário levou Conceição das Crioulas a tornar-se conhecida regionalmente: a descoberta, no sítio Lagoa, de fósseis de animais de grande porte, há milhões de anos extintos. Esse fato despertou o interesse da imprensa local e de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco e chamava cada vez mais minha atenção para aquela localidade.

Em 1996, acompanhei, mesmo à distância, a campanha política da professora Givânia Maria da Silva, para vereadora do município de Salgueiro. A razão era simples: Givânia é de Conceição das Crioulas e, na época, encabeçava a luta dessa “comunidade”, como ainda hoje o faz junto a outras pessoas. Ela não foi eleita naquela ocasião, mas o movimento se ampliou, incorporando um número cada vez maior de moradores, que crescia e se consolidava, internamente com a consciência e o sentimento de fazerem parte, ali, de um mesmo “universo” e da possibilidade de buscarem, juntos, o objetivo maior, ou seja, o acesso à terra, nos termos da lei.

Em novembro de 1998, participei de um congresso dos trabalhadores em educação do estado de Pernambuco, promovido pelo SINTEPE, em Petrolina/PE, no qual a professora Givânia estava presente na condição de palestrante e, na sua fala, ressaltou a luta de sua comunidade pela posse da terra. A partir daquele momento passou a existir uma relação de amizade e companheirismo entre Givânia e eu. Tínhamos interesses em comum: a luta pela educação, as questões de gênero e do movimento negro e, a partir do ano 2000, interesses políticos partidários, pois me filiei ao Partido dos Trabalhadores (PT), no qual Givânia já militava há algum tempo.

Esse conjunto de elementos que compõem o meu percurso identitário foi de fundamental importância para a escolha do tema de pesquisa e dos sujeitos a serem pesquisados quando ingressei no mestrado em Sociologia, na UFC, em 1999.

1.2- A pesquisa e seus processos: uma aproximação etnográfica

Os encontros casuais - ou não - com pessoas da comunidade de Conceição das Crioulas nortearam uma aproximação etnográfica e definiram o universo empírico de minha pesquisa. Essa aproximação foi fundamental para que eu construísse referências para a

comunidade a partir da observação de similaridades e, principalmente, de especificidades que passava a observar. Tal aproximação constitui-se num percurso etnográfico de mais de dez anos, com dois momentos que merecem ser destacados: 2000 a 2001 - pesquisa do mestrado ; 2008 a 2011 - pesquisa do doutorado. Entre um momento e outro manteve o contato com a população de Conceição das Crioulas e fiz visitas esporádicas à comunidade.

Quando decidi realizar a minha pesquisa em Conceição das Crioulas, em 1999, comecei, a partir de janeiro de dois mil, a fazer contatos com membros da comunidade. A primeira pessoa com quem conversei foi com Givânia que, no exercício da sua liderança, me passou mais informações acerca do movimento quilombola que ali estava se estruturando e me forneceu alguns trabalhos até então realizados sobre a “comunidade”: um relatório antropológico e um mapeamento da área, feitos pela Fundação Cultural Palmares (FCP): material utilizado no reconhecimento daquele agrupamento como comunidade quilombola; um relatório antropológico feito pelos professores Bartolomeu Figueirôa de Medeiros e Mabel Ann Black de Albuquerque, ambos da Universidade Federal de Pernambuco; uma dissertação de Mestrado, do professor Marcos Galindo Lima, intitulada “Ocupações Pré-Históricas em Conceição das Creoulas Salgueiro/PE”, defendida na Universidade Federal de Pernambuco UFPE; um vídeo produzido pelo Centro Cultural Luís Freire (CLLF), de Recife, e mais outras produções de vídeo feitas pela Secretaria de Educação do Município de Salgueiro/PE.

Outras informações sobre aquela comunidade, a população que a integra e suas lutas me foram sendo fornecidas durante a pesquisa de campo. Esse momento etnográfico foi mais intenso durante treze meses: janeiro/2000 a fevereiro/2001. Nesse período, visitei frequentemente Conceição das Crioulas, inclusive participando de algumas atividades culturais e políticas, realizadas pelos quilombolas; fiz entrevistas e conversei informalmente com “quilombolas” e “não-quilombolas”, da vila e dos sítios; enfim, participei da vida cotidiana daquela comunidade, sempre com a preocupação de registrar tudo aquilo que julgava interessante para o trabalho, utilizando-me, para isso, das anotações diárias, do gravador e da máquina fotográfica, além de receber, eventualmente, certas “peças” que me foram gentilmente ofertadas ou simplesmente mostradas como: letras de canções, poesias, artefatos, etc.

Na minha pesquisa de mestrado em sociologia, que resultou na dissertação intitulada “Conceição das Crioulas: terra, mulher e identidade étnica no Sertão de Pernambuco” (UFC/

2001), abordei os sistemas de organização dos movimentos sociais que envolvem a luta pela terra e a chamada questão étnica, destacando o papel da mulher. Quase sete anos se passaram entre a conclusão do mestrado e o meu ingresso no doutorado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, em 2008. Nesse intervalo, apesar de ter voltado poucas vezes àquela comunidade, jamais perdi o vínculo com seus habitantes. Considero, portanto, que não houve uma ruptura na aproximação etnográfica com os sujeitos daquela comunidade.

O que faz a ponte entre mim e eles é o meu trabalho como professora do curso de Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central – FACHUSC, em Salgueiro-PE. Ali, eu me encontro, diariamente, durante os semestres letivos, com os quilombolas de Conceição das Crioulas. Em nossas conversas, dentro e fora da sala de aula, vez por outra surgem questões relacionadas ao movimento encabeçado por eles. Na sala de aula o assunto sempre suscita calorosos debates, pois envolve alunos não-quilombolas que nem sempre têm um olhar simpático para o movimento negro. Quando isso acontece tentamos sempre fazer com que o debate não transponha o nível da análise política com respeito às diferenças.

No entanto, tenho percebido, a partir dessas análises, que o movimento quilombola de Conceição das Crioulas está se tornando cada vez mais complexo. Apesar de terem sido reconhecidos como quilombolas desde 1998 e possuírem o título da terra desde julho de 2000, ainda não obtiveram a posse efetiva da terra e os conflitos entre eles e os fazendeiros⁶ da região tornam-se cada dia mais acirrados. Não obstante, os quilombolas reclamam que grande parte dos benefícios a que têm direito se perde no aparato da burocracia e não chega à comunidade.

Destarte, as demandas dos quilombolas estão cada vez mais amplas, exigindo deles uma organização política mais consistente e maior investimento na formação de suas lideranças. Prova disso é a grande inserção de jovens e pessoas de mais idade nas universidades e nos cursos de formação política, o que aumenta cada vez mais a demanda

⁶ O termo é utilizado na região para nomear aqueles que possuem ou cultivam fazendas (grandes extensões de terras). Os fazendeiros são geralmente pessoas envolvidas na política local e mantêm uma relação de dominação/exploração econômica e política sobre seus agregados (pessoas que moram e trabalham em suas terras).

quilombola por políticas públicas educacionais, algumas de natureza afirmativa, como o acesso dos negros às universidades e a implementação da Lei nº 10.639/03.

Quando iniciei minha pesquisa de mestrado em Conceição das Crioulas, em 2000, havia uma única pessoa naquela comunidade que possuía diploma de curso superior: a professora Givânia Maria da Silva que, naquele momento, era uma espécie de porta voz dos quilombolas na luta pela posse da terra. Com o passar do tempo, a luta cotidiana da comunidade foi entregue às lideranças mais jovens e Givânia – ainda considerada a principal liderança de Conceição das Crioulas – passou a ocupar espaços cada vez mais amplos sem perder de vista o movimento que ajudou a fundar. Tornou-se uma “referência internacional⁷”, no entender da professora e ex-prefeita de Salgueiro, Creuza Pereira do Nascimento. Apesar de outros quilombolas já terem feito viagens ao exterior - é Givânia quem estabelece o diálogo com outros povos na mesma situação que eles, em outros países, como: Estados Unidos, Honduras, México, Costa Rica, entre outros, levando o movimento de Conceição das Crioulas a tornar-se conhecido não só no Brasil, mas também fora do país.

Ao observar toda essa dimensão que o movimento social quilombola de Conceição das Crioulas tomou nos últimos anos, comecei a perceber que a pesquisa que deu origem a dissertação de mestrado, estava ficando cada vez mais desatualizada. Senti, então, necessidade de retomá-la. O que vim a fazer ao ingressar no doutorado em Educação Brasileira da UFC. Pensei, a princípio, abordar a questão educacional, investigando a apropriação da Lei 10.639/2003, pelos quilombolas, como elemento fortalecedor de sua luta.

No entanto, após ingressar no doutorado retomei os contatos com os líderes de Conceição das Crioulas, especialmente Aparecida Mendes, sem que ainda tivéssemos formalizado uma nova relação entre pesquisadora e pesquisados. Esses me relataram as principais ações que vêm desempenhando atualmente e tais conversas não só tornaram clara para mim a atual conjuntura do movimento como me ajudaram a definir melhor o objeto de minha pesquisa: a constituição do sujeito coletivo movimento social quilombola na luta pelos direitos na comunidade de Conceição Crioulas. Assim, passei a realizar nessa comunidade uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico.

⁷ Expressão utilizada pela então prefeita de Salgueiro/PE, Creuza Pereira do Nascimento, durante uma palestra proferida na FACHUSC, em novembro de 2007.

Desde mil novecentos e noventa e nove a minha aproximação etnográfica com a comunidade de Conceição das Crioulas jamais foi finalizada. No entanto, durante os sete anos que separaram o encerramento de minha pesquisa de mestrado e o ingresso no doutorado, conforme afirmei anteriormente, voltei poucas vezes a Conceição das Crioulas. Quando o fiz foi acompanhada por alunos do curso de História da FACHUSC com a finalidade de realizarmos pesquisa exploratória sobre a história dos quilombos. Nesses momentos, o olhar que lancei sobre a comunidade não foi o olhar de pesquisadora, com suas próprias questões de estudo, mas de uma professora preocupada em orientar seus alunos como fazer uma pesquisa de campo e sistematizar os dados coletados. Por essa razão, o meu retorno ali, como pesquisadora, em 2009, talvez não tenha sido acompanhado de tanta expectativa como fora na primeira visita, em onze de janeiro de 2000.

Considerando que os meus primeiros contatos, enquanto pesquisadora, com os habitantes de Conceição das Crioulas iniciaram-se em 1999, destaco dois momentos bastante significativos desse percurso etnográfico: a primeira visita à comunidade, em janeiro de 2000, momento em que iniciei a pesquisa para o mestrado; e a visita do dia quatorze de agosto de 2009, momento em que formalizei com os sujeitos da comunidade a minha intenção de pesquisa para o doutorado. Durante o percurso de ida dessa viagem não pude deixar de fazer algumas comparações entre esse momento e aquele em que visitava a comunidade pela primeira vez. A primeira observação diz respeito às estradas que percorremos: naquela época, a PE 475⁸ ainda estava em processo de pavimentação e a estrada municipal que dá acesso à comunidade estava em péssimas condições; e agora, apesar de ainda sem pavimentação, esta encontra-se em boas condições para circulação de veículos automotores, o que me levou a concluir que, apesar dos entraves burocráticos, a presença do poder público é de alguma forma visível no sertão.

O que também para mim se tornou inevitável foi pensar na questão social daquela época. Lembro-me que quando nos dirigíamos a Conceição das Crioulas, em 2000, fomos alertados quanto ao perigo que seria atravessarmos sozinhos a área controlada pelos plantadores de maconha (*canabis sativa*) e sermos confundidos com policiais à paisana. Daí a importância de estarmos acompanhados por uma pessoa conhecida na região, no caso

⁸ A PE 475 é uma rodovia estadual que liga o município de Cedro-PE, onde resido, à BR 116, que atravessa o município de Salgueiro.

Givânia. Com o empenho das autoridades, através da Operação Mandacaru⁹, hoje o plantio de maconha no sertão central de Pernambuco encontra-se quase que totalmente erradicado.

Não pude também deixar de comparar a paisagem sertaneja. Naquela época, estávamos no mês de janeiro, período em que começam a cair as primeiras chuvas no sertão de Pernambuco, mas, apesar disso, a caatinga – vegetação típica da região – estava bastante seca. O vento forte sacudia a folhagem fazendo-a misturar-se à poeira da estrada. A vegetação, nessa área, é complexa e heterogênea. Constitui-se de uma mata rala, onde há a presença de mandacarus (*cereus jamacaru*) de notáveis alturas e outras variantes de menor porte dessa espécie, como os xique-xiques (*cactus peruvianus*) e outras plantas xerófitas.¹⁰ Notei, também a presença de uma grande quantidade de umbuzeiros, ou “imbuzeiros”, como preferem os sertanejos. Nesse momento, lembrei-me da descrição da vegetação sertaneja, feita por Euclides da Cunha em Os Sertões, especificamente quando se refere ao umbuzeiro como sendo “a árvore sagrada do sertão. Sócia fiel das rápidas horas felizes e longos dias amargos dos vaqueiros” (CUNHA, 2005, p. 80). A vegetação permanece a mesma, porém, muito mais verde, devido ao alto índice de pluviosidade que ocorreu no sertão nos últimos anos, mostrando que por ali, ultimamente, até a natureza tem sido generosa com o sertanejo sofrido.

Contudo, alguma coisa permanecia intocável. Aquela imensidão de terra que mal nossas vistas podem alcançar e que os quilombolas acreditam lhes pertencer por direito, ainda continua sendo motivo de disputa entre eles e os grandes fazendeiros da região. Aqui o Estado tem sido moroso.

Cheguei a Conceição das Crioulas às nove horas da manhã, daquele dia quatorze de agosto de 2009. Era dia de festa em homenagem a Nossa Senhora Assunção, padroeira da comunidade, e a vila estava com uma aparência diferente do seu cotidiano. Logo na entrada bonecos-sanfoneiros gigantes, construídos de isopor, davam as boas vindas aos visitantes; barracas de comidas típicas e de jogos contornavam a praça, enquanto homens trabalhavam na

⁹ Projeto de combate ao plantio e tráfico de maconha no Sertão de Pernambuco, implantado pelos governos Estadual (PE) e Federal, no primeiro semestre do ano 2.000, constituído de três fases: 1 - destruição de plantações de maconha e apreensão de armas; 2 - implantação de programas de substituição da maconha por culturas alternativas; 3 - promoção de fóruns de debate na região, sobre os efeitos do consumo da droga.

¹⁰ Plantas que se adaptam à falta de água.

montagem de um grande palco onde se apresentariam bandas musicais logo mais à noite. Mais adiante, um ônibus de turismo estava parado em frente a Casa Comunitária Francisca Ferreira, conhecida com a “Casa da Comunidade”¹¹, onde havia uma grande movimentação fora e no seu interior. Ao conversar com as artesãs dona Lindaura e dona Luiza, que expunham seus artesanatos e de outros artesãos na pequena loja numa das salas da casa, fiquei sabendo que aquelas pessoas que circulavam no interior e ao redor da casa pertenciam aos grupos culturais musicais vindos de Olinda e Recife, especialmente para fazer apresentações naquele momento festivo. Havia ainda muitas pessoas negras: moças com penteados afros e rapazes usando rastafári. Eram visitantes de outras comunidades quilombolas como “Feijão” e “Zumbi dos Palmares”, do município de Mirandiba-PE, que estavam ali para participar de um encontro com os quilombolas locais, onde discutiriam políticas estratégicas para as comunidades quilombolas. Além destes, tinha ainda um grupo de portugueses, pertencentes a uma Organização Não-Governamental(ONG) chamada “Identidades” que estava ali visitando a comunidade. Percebi, então, que havia outros eventos paralelos às festividades religiosas.

Todas essas informações me fizeram perceber que aquele seria um momento riquíssimo para iniciar uma pesquisa qualitativa, conforme minha intenção. Era um momento em que um universo de significados poderiam ser captados através das falas, expressões, gestos, atitudes e explicitação de crenças e valores. Assim, poderia conhecer, também melhor, o espaço em que vivem e viver o tempo vivido pelos pesquisados.

Entretanto, eu precisava encontrar as pessoas com as quais havia feito contato e agendado a minha visita à comunidade: Aparecida Mendes, Antônio Mendes e Márcia Jucilene. Os dois primeiros são integrantes da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC), principal entidade política do movimento e a última, diretora da Escola José Nel de Carvalho.

Fui informada, ainda na “Casa da Comunidade”, que eles deveriam ainda estar dormindo, pois os últimos dias tinham sido bastante cansativos devido aos eventos.

¹¹ A casa da comunidade é um prédio bastante amplo com quartos, banheiros, cozinha, local de produção de artesanato e pavilhão e uma pequena loja de artesanato local. Tem como finalidade hospedar pesquisadores e visitantes, e em dias de eventos como encontros, seminários, oficinas é também utilizado para preparar refeições para os participantes que são servidos coletivamente no pavilhão.

Informaram-me que, naquele momento, acontecia no campo da comunidade uma partida de futebol feminino. Dirigi-me então para lá.

Naquele campo de poeira, dois times de moças quilombolas disputavam uma partida. Mesmo sem entender muito de futebol, não foi difícil perceber que não eram boas jogadoras. Além disso, as condições físicas do campo não lhes favoreciam muito: o terreno muito irregular, o que favorecia o deslocamento da bola mais para uma lado do que para o outro, muita poeira e nenhum pé de grama, o que tornava as quedas bastante doloridas. Mas, de uma coisa eu tinha clareza, elas podiam não ser boas jogadoras, mas reafirmavam uma questão que vem sendo historicamente construída naquela comunidade - da qual tratarei mais adiante: há uma sobreposição da mulher negra em Conceição das Crioulas.

Ao redor daquele campo de futebol havia uma torcida muito pequena de ambos os times. Eram homens e mulheres de todas as idades que, ao contrário do que geralmente acontece, não gritavam nem vaiavam as jogadoras, apenas lhes dirigiam palavras de incentivo. Enquanto isso, outras pessoas portando câmeras digitais registravam o momento por todos os ângulos, mostrando que aquele não era apenas um jogo de futebol feminino, mas um momento importante para a comunidade e, portanto, merecia ficar registrado.

Passado aquele momento, finalmente me encontrei com as tão esperadas lideranças: Aparecida, Antônio e Márcia. Mas, conforme haviam me comunicado quando nos falamos ao telefone, não teriam muito tempo para conversar comigo, pois estariam ocupados com os eventos. Por essa razão, desisti de entrevistá-los formalmente e, nesse momento, tivemos apenas uma conversa informal que, apesar do exíguo tempo, trouxe-me informações valiosíssimas. Estavam com pressa, era quase meio dia e o encontro que havia sido marcado para dez horas deveria começar imediatamente. Na oportunidade me convidaram para participar dele e, em seguida, almoçar junto com todos os participantes na “Casa da Comunidade”.

O encontro realizou-se numa espécie de auditório bastante amplo onde costumeiramente os quilombolas se reúnem. Mas essa não é a única finalidade do espaço. Atualmente, funciona ali o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). As inscrições nos cartazes das paredes indicavam o tipo de trabalho que se desenvolve naquele espaço: frases expressando boas maneiras, frases alertando contra a discriminação racial, além de homenagens aos pais pela recente passagem do dia dos pais.

O local estava bastante acolhedor, muitas cadeiras organizadas em forma de círculo indicavam que o encontro teria uma grande participação. Mas não foi isso que aconteceu. A presença de poucas pessoas levou-nos a reorganizar o círculo, de forma que ficássemos mais próximos uns dos outros. Não podia faltar a presença das três lideranças citadas: Aparecida, Antônio e Márcia. A primeira coordenou o encontro e teve maior participação nas falas que os outros. Para minha surpresa não houve grande presença dos quilombolas. Além das lideranças, encontravam-se ali apenas alguns rapazes, poucas moças e ausência total de pessoas de mais idade. Talvez pelo fato do encontro estar acontecendo justamente naquele momento festivo. Por outro lado, os visitantes eram presença absoluta. Encontravam-se ali as comunidades quilombolas visitantes, os grupos culturais vindos de Olinda e Recife, os portugueses e eu. Após a abertura do encontro – com alguma conversa informal-, conduzida por Aparecida, como é de costume, veio a dinâmica inicial: todos abraçados em círculo falamos algumas palavras positivas: solidariedade, construção, sabedoria, força, aprendizagem, luta, coragem, paz, amor, ... Em seguida foi solicitado pela coordenadora que beijássemos o vizinho da direita e depois o da esquerda. Os comentários sobre a dinâmica faziam menção ao comportamento dos homens na hora do beijo. Apesar de todos terem beijado seus vizinhos fizeram-no com um certo constrangimento, quando esses também eram homens, mostrando assim, que mesmo num grupo de pessoas que possuem certa politização o machismo e o preconceito ainda não foram superados.

Ainda com todos de pé, Aparecida pediu que dessem um passo aqueles que se sentiam negros, em seguida quem já sofreu discriminação; quem já discriminou; quem já teve o acesso negado em relação à moradia, à terra, à escola e assim por diante. Quase todos os participantes confirmaram com passos já terem vivido uma ou outra situação. Após breve comentário feito pela coordenadora, esta pediu que todos sentassem para dar início ao encontro. Antes de começar o encontro propriamente dito lembrei que as pesquisas qualitativas, como a minha,

São caracteristicamente multimetodológicas, isto é usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos dizer, entretanto, que observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os mais utilizados, embora complementados por outras técnicas (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDERG, 2004, p.163).

Naquele momento, minha pretensão metodológica era pôr em prática a técnica da observação participante que poderia ser complementada por outras formas de coleta de

dados. Assim, apresentei-me para o grupo e falei de minhas intenções de pesquisa. Em seguida, com a autorização previamente concedida pelas lideranças do movimento, liguei o aparelho de gravação e também comecei a anotar no meu diário de campo todos os gestos, comportamentos e ações que não eram captados pelo gravador, considerando que “a observação dos fatos, comportamentos e cenários é extremamente valorizada pelas pesquisas qualitativas” (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDERG, 2004, p.163).

Iniciando oficialmente o encontro, as primeiras palavras de Aparecida foram para comunicar aos participantes que ali iriam tratar de questões como: identidade, legislação, discriminação e territorialidade dos quilombolas. Na verdade, todas essas questões foram contempladas dentro de uma rápida descrição do movimento feita por ela e pelos outros dois líderes. Naquele momento, eles passaram para mim e para os outros visitantes uma breve “radiografia” do movimento social quilombola de Conceição das Crioulas. A participação de outros membros da comunidade foi muito reduzida. Além do jovem Adalmir que estava filmando o evento e, de vez em quando, parava para fazer alguma intervenção, apenas outros dois jovens cujos nomes não anotei tiveram uma pequena participação nas discussões. Ao contrário, os integrantes das comunidades quilombolas convidadas frequentemente solicitavam a palavra para reforçar as mesmas questões tratadas pelos coordenadores do evento, enquanto os demais convidados, com menos frequência, intervinham para pedir esclarecimentos sobre algo que não tinham compreendido muito bem.

Limitei-me, no entanto, a ouvir, anotar e observar atitudes e comportamentos dignos de análise, considerando que a importância da técnica de observação participante “reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real” (CRUZ NETO, 1994, pp. 59-60). No curto espaço de tempo que durou o encontro - das 11:45 às 14:00 horas - informações bastante relevantes para minha pesquisa foram oferecidas. Trechos dessas falas, gravadas ou anotadas, são analisados no decorrer deste trabalho.

Ao final do encontro, os grupos musicais “Afoxé alafin oyó” e “Bongar”, de Olinda Pernambuco, mostraram um pouco de seus talentos fazendo uma breve apresentação para os

participantes do evento que foi finalizado com todos dançando samba de roda¹², uma dança de origem africana. Saímos dali – já por volta das 15:00 horas- todos juntos em direção à “Casa da Comunidade” onde seria servido o almoço coletivo. Esse foi um momento bastante descontraído em que os grupos presentes procuravam conhecer melhor uns aos outros. Terminado o momento do almoço, conversei brevemente com Aparecida e Márcia, que me passaram mais algumas informações, e combinamos o meu posterior retorno àquela comunidade, desta vez para ficar alguns dias entre eles. Despedi-me, pois já era bastante tarde e tinha que voltar naquele mesmo dia, afinal, o objetivo, naquele momento, era mesmo participar do evento.

Escolhi esta narrativa do meu (re)encontro, enquanto pesquisadora, com os quilombolas de Conceição das Crioulas por considerar que esse momento foi fundamental para a definição do meu objeto de pesquisa, citado acima, para o doutorado. Depois desse contato com os quilombolas muitos outros encontros vieram. Em alguns momentos a minha permanência na comunidade foi mais prolongada, possibilitando, assim, uma participação na vida cotidiana daquelas pessoas.

Conforme venho afirmando, para a elaboração deste trabalho realizei uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico utilizando os procedimentos metodológicos como a observação participante, a história oral e a entrevista.

Por sua natureza interativa, a entrevista trata de temas complexos que dificilmente podem ser investigados com profundidade através de questionários. Assim, ela é a principal técnica de coleta de dados e pode ser parte integrante da observação participante. Pretendi, a princípio, realizar entrevistas estruturadas e não estruturadas, mas logo percebi que a primeira modalidade deixava os entrevistados um pouco inibidos e propensos a darem respostas evasivas, principalmente quando se tratava de pessoas de mais idade.

Mudando de estratégias, passei a utilizar as entrevistas semi-estruturadas e não estruturadas, sobretudo as últimas. Percebi, então, uma mudança de comportamento dos

¹² O samba de roda é um estilo musical tradicional afro-brasileiro, associado a uma dança que por sua vez está associada à capoeira. É tocado por um conjunto de pandeiro, atabaque, berimbau, viola e chocalho, acompanhado principalmente por canto e palmas.

entrevistados, os quais passaram a se sentir mais valorizados em saber que podiam contribuir, de alguma forma, com a produção do conhecimento, já que nessa modalidade de entrevista “o pesquisador supõe que pouco ou nada conhece do assunto em pauta e sua função é ouvir e entender” (MOREIRA, 2002, p. 55).

As entrevistas qualitativas dispensam estruturamento e fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito com uma conversa. No entanto, um roteiro que pontuava questões que necessitavam ser abordadas orientou as “conversas” realizadas. Assim, foi através dessas “conversas” que obtive das lideranças do movimento e das pessoas idosas de Conceição das Crioulas as informações contidas neste trabalho.

Com as lideranças, a princípio, sempre iniciei as entrevistas introduzindo as questões relacionadas ao tema de pesquisa pedindo aos entrevistados que falassem um pouco sobre elas, eventualmente inserindo alguns tópicos de meu interesse no decorrer da entrevista. Quando estava satisfeita com as respostas, passava a fazer perguntas mais específicas, deixando os entrevistados a vontade para responderem em seus próprios termos.

Com as pessoas mais idosas fiz uso da modalidade história oral, motivando-as a falarem sobre um evento ou período histórico como, por exemplo, a história das “seis crioulas” ou a “Guerra dos Urias¹³”, momentos em que os recursos da oralidade sempre apareceram, pois, geralmente, começavam suas narrativas dizendo: “contam os mais velhos que naquele tempo”(…).

Considero fundamental a potencialidade da história oral, cuja força de qualquer história metodologicamente competente vem da extensão e da inteligência com que muitos tipos de fontes são aproveitados para operar em harmonia (PRINS, 1992). Da mesma forma que Prins, parto do entendimento de que tudo que se narra oralmente é história. Quando uma pessoa relata suas lembranças contidas na memória, ela o faz a partir do presente. Nessa operação, ressemantiza as experiências vividas, revive emoções, conta histórias de vida guardadas na memória, preservadas do esquecimento.

¹³ Essas questões aparecerão do decorrer do trabalho.

A história oral tem como vantagem permitir dar voz àqueles que não se expressam no registro escrito. Ela é também “um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também conhecida como história viva (MEIHY 2007, p.17).

De acordo com Moreira e Caleffe (2006), a etnografia tem como característica focar o comportamento social no cenário, confiando em dados qualitativos, em que as observações são feitas no contexto da totalidade das interações humanas. Dessa forma, a observação participante é indispensável ao percurso etnográfico do pesquisador.

Na técnica de “observação participante”, o pesquisador torna-se parte da situação observada, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 166). Destarte, no meu percurso etnográfico foi fundamental a observação dos seguintes espaços/momentos: as discussões políticas (cursos, encontros e reuniões de associações); a produção das condições materiais de sobrevivência: produção do artesanato, cultivo da terra e criação de animais; os rituais religiosos: “renovações”, novenas, festas da padroeira, missas, cultos evangélicos; os eventos culturais: shows, danças do coco, trancelim e outras; a convivência familiar e social: aniversários, encontros na praça; enfim, o cotidiano da comunidade: o preparo dos alimentos, a lavagem de roupa nos açudes e caldeirões, a lata d'água na cabeça.

Todos esses momentos me possibilitaram interpretar, da forma mais real possível, os significados atribuídos pelos sujeitos pesquisados às suas ações, seus valores e suas crenças. Percebi, por exemplo, que os eventos políticos de Conceição das Crioulas são também momentos de aprendizado. É aqui que lideranças como Aparecida Mendes, Andreilino Mendes, Adalmir José e outros, que têm uma inserção política fora da comunidade, através de viagens, cursos e participação em congressos, socializam o aprendizado adquirido com os demais membros da comunidade, o que se traduz num efeito multiplicador.

Foi também a observação participante que me possibilitou compreender a importância que os quilombolas atribuem aos rituais católicos, por estes de uma certa forma estarem presentes na comunidade desde sua fundação, ao mesmo tempo em que se preocupam em recuperar os valores culturais e religiosos africanos para construir uma identidade afrobrasileira para o grupo. Nesse processo, promovem um entrelaçamento entre

cultura e política, na medida em que acionam valores e costumes não apenas com fins estritamente culturais, mas como estratégia na sua luta antirracista.

Percebi, ainda, que a produção da vida econômica, a partir da agricultura, criação de animais e do artesanato, passou por um processo de ressignificação no decorrer de meu percurso etnográfico. A economia local que há algum tempo atrás representava apenas meios de subsistência para a população, agora faz parte das alternativas engendradas pelo momento social encabeçado pela comunidade em resposta à hegemonia econômica imposta pelo capitalismo global. Assim, a economia ganhou um viés político ao se apresentar como um caminho, uma das principais vias alternativas para o alcance da inserção social e da diminuição das desigualdades econômicas reveladas pela globalização.

Reconheço que essa não é uma singularidade de Conceição das Crioulas. Existem “Alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global produzidos pelos movimentos sociais e pelas organizações não governamentais na sua luta contra a exclusão social e a discriminação em diferentes domínios sociais e em diferentes países” (SANTOS, 2010, p. 93). Mas, é importante ressaltar que tanto no caso em estudo como em outros, a ressignificação das atividades econômicas tem ganhado muita importância política.

Ademais, o que parece ser simplesmente vida cotidiana em Conceição das Crioulas, passa também a ganhar significado político a partir do momento em que a população se percebe vítima de ações políticas desastrosas dos governantes. Assim, quando as pessoas, principalmente as mulheres, estão carregando latas d'água na cabeça para o uso pessoal e doméstico, o fazem conscientes de que aquela situação, longe de ser uma questão natural, é uma consequência dessas ações, que culmina com a negação de direitos de grupos populacionais que vivem à margem do poder.

Dois momentos em que fiz uso da técnica da observação participante são narrados neste trabalho de forma mais detalhada. O primeiro, narrado acima, aconteceu em 14 de agosto de 2009, num encontro em que os quilombolas discutiram as questões de terra e territorialidade, com a participação de pessoas visitantes; esse momento marcou meu retorno ao campo de pesquisa, agora com novas questões. O segundo, narrado no terceiro capítulo, aconteceu nos dias 15, 16 e 17 de julho de 2010, num evento político comemorativo aos dez anos de existência da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas: “AQCC 10 anos”, momento em que os quilombolas discutiram, entre outros temas, terra, gênero, educação e formação política.

1.3- A pesquisa documental

Paralela à utilização das já mencionadas técnicas da pesquisa qualitativa, e complementar a esta, realizei uma pesquisa documental. O uso de documentos em pesquisa é uma técnica apreciada e valorizada nas ciências sociais, devido a riqueza de informações que deles podemos extrair, além de resgatar e ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Por exemplo, na reconstrução de uma história vivida,

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

É importante, pois, compreender o que pode ser considerado documento para efeito de uma pesquisa científica:

O documento é, pois qualquer informação sob forma de textos, imagens, sons, sinais etc., contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixados por técnicas como impressão gravação, pintura, incrustação etc. quaisquer informações orais (diálogo, exposições, aula, reportagens faladas) tornam-se documentos quando transcritas em suporte material (CHIZZOTTI, 2001. p, 109).

Considero importante a pesquisa documental porque com ela podemos “conversar” com os mortos, ouvir suas vozes e reconstituir “mundos” passados. Pois, através dos documentos “pode-se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas” (DARNTON, 1987,p.7). Dessa forma, documentos diversos foram utilizados para esta pesquisa: monografias, dissertações de mestrado, inclusive a minha,¹⁴; projetos políticos pedagógicos das escolas; relatórios antropológicos; material de apoio ao movimento quilombola, como cartilhas e textos; leis; jornais, principalmente os exemplares do Jornal “Crioulas”, e outros documentos como os pôsteres, os panfletos, fotografias, atas de reuniões, lápides; gravações em fitas cassetes; vídeos, principalmente os da coleção

¹⁴ Para meu propósito da análise documental interessa-me, nessas produções, os depoimentos originais de pessoas entrevistadas.

“Crioulas Vídeo¹⁵ ; e o Diário Oficial da União, de sexta-feira, 11 de setembro de 1998, onde fora aprovado e publicado, nas páginas 41, 42 e 43; o relatório de identificação e reconhecimento territorial da comunidade negra rural de Conceição das Crioulas; todos relacionados nas referências bibliográficas deste trabalho.

Na categoria jornal utilizei, principalmente, os exemplares do “Crioulas: a voz da resistência: uma publicação da própria comunidade de Conceição das Crioulas, através da AQCC. As edições utilizadas foram publicadas no período compreendido entre abril de 2003 e dezembro de 2009¹⁶, sendo analisados os seguintes números: 01,02, 03, 04,05,06, 08,09, 10,11 e 12.

Considero importante a análise documental porque ela permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, e favorecer a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008). Essa técnica pode ser a única fonte de dados quando alguns sujeitos envolvidos na situação estudada não podem mais ser encontrados. É o caso, por exemplo, do senhor Manuel Leite e do senhor Antônio Andreilino Mendes – falecidos -, cujos depoimentos só puderam ser analisados neste trabalho porque estavam documentados em produções anteriores.

A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, porque tanto uma como a outra, têm o documento como objeto de investigação. E, diferenciam-se, pois, pela natureza das fontes utilizadas por ambas. Enquanto a pesquisa bibliográfica faz uso das diversas

¹⁵ O Crioulas Vídeo é uma equipe de produção de vídeo formada por jovens da comunidade. Este grupo surgiu em Abril de 2005, com uma oficina de vídeo com a duração de cinco dias, uma parceria entre o Centro de Cultura Luiz Freire e o grupo Identidades de Porto, Portugal. Teve como instrutores Tiago Assis, José Paiva e André Alves, todos do Identidades. Para a criação desse grupo foi feita uma escolha entre jovens da comunidade, foram escolhidos seis: Marta Adelaide, Adalmir José, Martinho Mendes, Francisco Mendes, Joseane de Oliveira e Reginaldo Antônio. Os mesmos participaram de todas as áreas da oficina, começando depois a se destacar em diferentes setores, constituindo assim a equipe do Crioulas Vídeo. Passando alguns meses este grupo foi ampliando tornando-se mais forte, entrando na equipe Jocilene, Jocicleide, Jociclécia e Cícero Mendes. Desde abril de 2005 produziu vários vídeos que constam na sua filmografia. Hoje, o acervo da Crioulas Vídeo tem 26 filmes, entre registros cotidianos (aniversários, casamentos) e seis documentários. Entre eles, há um vídeo de 11 minutos sobre o açude da cidade, um filme sobre a Serra das Princesas e um vídeo de 30 minutos que acompanha a construção de uma adutora no município. Esse foi feito profissionalmente, para o governo do Estado, em parceria com TV Viva, de Recife.

¹⁶ Por questões internas da comunidade não foi publicada nenhuma edição do “Crioulas” em 2008. Assim como, não houve ainda nenhuma publicação em 2010.

contribuições dos autores, a pesquisa documental recorre a diversos materiais que não receberam tratamento analítico. Nessa categoria estão os documentos conservados em arquivos das instituições públicas ou privadas, bibliotecas, museus, associações, sindicatos, Igrejas, escolas e sedes de partidos políticos, entre outros. Incluem-se na mesma categoria, outros documentos como cartas pessoais, agendas, ofícios, memorandos, regulamentos e outros.

Além dessas diferenças, o conceito de documento ultrapassa a idéia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007).

No percurso da pesquisa documental, foram importantes as minhas visitas a alguns espaços ou instituições da comunidade: à Biblioteca Afro-indígena, à sede da AQCC e outros. Nestas duas instituições encontrei quase todos os documentos acima relacionados, muitos deles presentes em ambas. Na primeira encontrei as produções acadêmicas, material de apoio ao movimento quilombola, o “Crioulas” e outros jornais, pôsteres e fotografias; na segunda, encontrei a mesma documentação, exceto a produção acadêmica; e encontrei, ainda, os relatórios antropológicos, os vídeos, o Diário Oficial da União, regimentos, regulamentos e as atas da reuniões.

Observei, portanto, que a biblioteca da comunidade de Conceição das Crioulas, talvez por ter sido fundada há pouco tempo, em 2006, ainda é muito carente de acervo bibliográfico, considerando o número de habitantes existente ali - cerca de 4000 mil. Além da documentação que analisei, e de uma quantidade razoável de livros didáticos, existem apenas alguns títulos com temas voltados para o movimento negro e, em menor quantidade, títulos que tratam da questão indígena, publicados por autores diversos.

Na manhã de vinte e sete de janeiro de dois mil e dez, enquanto eu consultava a documentação de interesse de minha pesquisa, percebi que, apesar do nome dessa biblioteca ser “Afro-indígena”, nela há quase uma inexistência de títulos abordando o tema índios e não se encontra ali nenhuma produção acadêmica baseada em pesquisas realizadas nas comunidades indígenas localizadas na região. Conversei com a funcionária em expediente

naquele horário, a jovem Jocicleide, que lamentou não poder dar maiores informações, pois não era funcionária efetiva da instituição, estava ali apenas para “fazer favor a uma amiga que precisou viajar”. No entanto, me informou: “a biblioteca era pensada apenas para atender as escolas da comunidade, mas como a gente fica na divisa do território indígena e as nossas escolas também atendem às crianças índias, aí a biblioteca passou a atender os dois públicos: negros e índios”.

Na sede da AQCC existe uma sala, geralmente utilizada para as reuniões das coordenações do movimento, com estantes que abrigam um acervo bibliográfico semelhante ao da biblioteca, talvez com uma quantidade maior de títulos. No entanto, a grande riqueza documental¹⁷ encontra-se nos arquivos da entidade guardados em armários e fichários. São atas, regulamentos, regimentos, ofícios, fotografias, diários oficiais e recortes de diversos jornais que publicaram reportagens sobre a comunidade, ou com temas de interesse da mesma. São documentos aos quais tive acesso nas diversas vezes que visitei o local.

As lápides - que me foram úteis para a comprovação de algumas datas de nascimento ou morte de lideranças da comunidade, ou de fazendeiros- encontrei-as nos jazigos do cemitério da vila de Conceição das Crioulas e na sacristia da Igreja. Essa etapa da pesquisa foi particularmente interessante pois não entendi, a princípio, porque ali sepultavam-se pessoas separadamente. Em conversa com Aparecida Mendes dentro da Igreja, em vinte e seis de janeiro de dois mil e dez, ela me explicou que por um longo tempo, a Igreja teria servido de mausoléu para os “fazendeiros brancos” da região e familiares seus. “Eles foram sepultados aqui por que eram considerados pessoas especiais”, afirmou Aparecida. Então, nessas condições seriam venerados nas festas religiosas católicas. Mas, conforme a tradição, houve “uma época” em que os negros não mais permitiram que continuasse existindo esse privilégio para “os brancos e ricos”; então, todos passaram a ser sepultados no cemitério.

As lápides dos que já haviam sido sepultados permanecem lá. Entretanto, no final da década de 1980, quando o movimento negro começou a florescer em Conceição das Crioulas e as discussões sobre etnia, cidadania, igualdade de direitos e luta pela terra se intensificaram, houve um período de muita “efervescência”, e alguns negros se revoltaram e decidiram arrancar e destruir as lápides, como forma de “vingança”, por considerarem aqueles

¹⁷ Parte do acervo documental da AQCC, segundo seus integrantes, teria sido destruída num “incêndio criminoso” que houve na sede da entidade, em 2004.

“fazendeiros” os responsáveis pela expropriação de suas terras; também como forma de apagar qualquer resquício da submissão dos “negros” aos “fazendeiros brancos”. As lápides foram arrancadas; porém, alguns mais moderados ou mais “prudentes” acharam que destruí-las seria uma forma de apagar um pouco da história de Conceição. Assim, resolveram deixá-las amontoadas num cantinho da sacristia.

Observei que, de acordo com as inscrições nas lápides, o último “fazendeiro branco” a ser sepultado na Igreja foi Pedro da Luz, falecido em 01 de agosto de 1931. Ao que Aparecida me confirmou tratar-se do mesmo fazendeiro muitas vezes citados nos depoimentos dos quilombolas como um dos expropriadores de suas terras.

As informações obtidas na pesquisa documental, adicionada ao material obtido no uso da pesquisa qualitativa, geraram um enorme volume de dados que foram organizados dentro de um processo continuado em que procurei identificar “dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvelando-lhes o significado”(ALVES-MAZZOTTI GEWANDSZNAJDER, 2004, p.163).

Os dados coletados na pesquisa empírica aparecem neste trabalho em interlocução com uma literatura sobre movimentos sociais, estrutura agrária, política, campos políticos, sujeitos políticos/coletivos, etnicidade, religiosidade, gênero e direitos quilombolas. Pois “o conhecimento da literatura pertinente ao problema que nos interessa como relato de pesquisa, teorias utilizadas para explicá-lo é indispensável para identificar ou definir com mais precisão os problemas que precisam ser investigados em uma dada área” (ALVES-MAZZOTTI GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 150).

Com essas referências empíricas e teóricas foi possível definir o eixo desta pesquisa: a análise da constituição do sujeito coletivo “movimento social negro e quilombola” organizado pela comunidade de Conceição das Crioulas na defesa de seus direitos. Compreender como o referido movimento se constituiu, ou está se constituindo, em sujeito coletivo de direito é a questão central desta tese.

1.4- Sobre o campo e seus sujeitos: as questões da pesquisa

A comunidade de Conceição das Crioulas, localizada no interior de Pernambuco, o movimento social quilombola ali existente e suas lutas no sentido de visibilidade pública e política de acesso à cidadania, ao direito a ter direito, constituem o campo de estudo dessa

pesquisa. Conhecendo há bastante tempo Conceição das Crioulas sempre me interoguei sobre essa comunidade por perceber nela uma certa singularidade no tocante a sua organização social e política. Como homens e mulheres comuns, simples sertanejos, vivendo em uma região tão seca e em condições tão adversas constroem um movimento social em defesa de seus direitos? Como vivenciam a política? Considerando o caráter educativo dos movimentos sociais, qual o papel da educação nesse processo? Como ocorre o aprendizado dos direitos; a formação política; a constituição do sujeito coletivo “movimento negro quilombola”? Qual o lugar da luta pela terra e como se desenvolvem as relações econômicas e socioculturais: etnicidade, religiosidade, gênero em Conceição das Crioulas? Além da posse da terra que outros direitos são reclamados pelos quilombolas? Como se desenvolvem as relações entre eles, a sociedade e o Estado na luta pelos direitos?

A partir dessas indagações, defino como objetivo geral deste trabalho a análise da constituição do sujeito coletivo “movimento social negro e quilombola”, organizado pela comunidade de Conceição das Crioulas na luta por seus direitos. Como objetivos específicos, busca reconstituir a história da política fundiária de ocupação de terras no Brasil, especialmente no sertão nordestino; (re)contar a história da mencionada comunidade; identificar os movimentos sociais que se articularam na luta pela terra na referida experiência, desvelando o processo de formação e atuação das lideranças na reconstituição do movimento como sujeito coletivo, discorrendo sobre o processo de construção da identidade étnica dos quilombolas. Além disso procuro destacar os principais direitos reclamados pelos quilombolas.

As pessoas que participaram dessa pesquisa foram escolhidas em função das questões de interesse do estudo. Por isso, a maioria desses sujeitos é composta por lideranças do movimento. Entretanto, considerando que se “deve também ouvir quem nunca é ouvido, invertendo assim esta hierarquia de credibilidade”(GOLDENBERG, 2007, p.85), passaram também a fazer parte desse grupo pessoas outras que não são lideranças: homens e mulheres comuns, camponeses, idosos, etc.

Fiz contatos com alguns sujeitos antes mesmo de voltar a visitar a comunidade, através de telefone, e-mails, e/ou em eventuais encontros na cidade de Salgueiro. Não defini, a princípio, quantas e quais seriam as pessoas que deveriam ser entrevistadas, isso foi se

definindo no processo, embora eu tivesse clareza de que meu interesse centrava-se nas falas das lideranças e nas narrativas das pessoas mais velhas, lideranças ou não.

Ao todo, entrevistei treze pessoas. Seis delas são mais jovens, ou com idade entre vinte e cinco e quarenta anos; as outras sete são pessoas com mais de sessenta anos. Do total de entrevistados nove são participantes ativos do movimento, podendo ser consideradas lideranças; os outros quatro, integram algum movimento religioso ou são membros da cooperativa de produção de artesanato e participam, eventualmente, de algum encontro do movimento quilombola. Não são, portanto, ausentes. Utilizei os nomes verdadeiros dos entrevistados, alguns são identificados apenas pelo primeiro nome, considerando que a maioria é composta por pessoas já bastante conhecidas, devido os espaços que ocupam, inclusive na mídia, os quais não viram nenhum problema em seus nomes serem utilizados nesta pesquisa, já que alguns são considerados pessoas “públicas”.

Portanto, apenas o perfil “público” dessas pessoas aparecerão neste trabalho. Os entrevistados foram: Givânia Maria da Silva, precursora do movimento quilombola de Conceição das Crioulas, atualmente é coordenadora nacional de Regularização das Terras Quilombolas do INCRA, mora em Brasília e cursa mestrado em Políticas Públicas na Universidade de Brasília (UNB); Maria Aparecida Mendes Silva¹⁸, agricultora, cursa licenciatura em História na FACHUSC, é atualmente a mais atuante liderança do movimento; Márcia Jucilene do Nascimento, professora, ocupa atualmente o cargo de diretora da Escola José Nel de Carvalho; Maria Diva da Silva Rodrigues, professora e ocupa atualmente o cargo de diretora da Escola Professor José Mendes; Andreino Antônio Mendes, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro, agricultor aposentado, militante do movimento quilombola e integrante das associações rurais; Maria dos Santos, agricultora, militante do movimento quilombola; Virgínio Vicente Oliveira, agricultor aposentado e militante do movimento; Maria Emília da Silva (Liosa), agricultora aposentada e representante das associações rurais; Adalmir José da Silva, coordenador da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, Antônio Mendes, agricultor e liderança do movimento; Generosa Ana da Conceição, merendeira aposentada, integrante das pastorais da

¹⁸ Quando (re) inicei minha pesquisa, em 2009, Aparecida Mendes era coordenadora da AQCC, com as eleições ocorridas nesse mesmo ano, o cargo passou para o Jovem Adalmir José da Silva.

Igreja Católica e militante do movimento; Dina, agricultora e artesã; e Lindaura Maria, agricultora e artesã.

Muitas dessas pessoas já tinham colaborado com a minha pesquisa de mestrado, portanto já faziam parte de meu percurso etnográfico; outras, já minhas conhecidas, não estavam entre os entrevistados naquela pesquisa e, as demais, só conheci depois que retomei os contatos com a comunidade, em 2009. Finalizo este capítulo narrando o meu (re)encontro com esses entrevistados.

Início com o senhor Virgínio Vicente Oliveira que conheci em 2000 durante a pesquisa de mestrado. Fomos apresentados por Aparecida Mendes, sua sobrinha, que, aos nos apresentar, falou: “tio Virgínio tem muita história pra contar”. Aproximei-me bastante desse senhor, fiz várias visitas a sua casa e conheci sua esposa Sabrina, excelente artesã. Naquele momento, ele foi mais que um entrevistado, foi um colaborador para minha pesquisa. Acompanhou-me, juntamente com Aparecida, a diversos lugares da comunidade: fomos à mata colher umbu - fruto do umbuzeiro-; aos caldeirões de pedra de onde a população retira água; ao sítio Lagoa, visitar o local onde, em 1993, foram encontrados fósseis de animais de grande porte, há milhões de anos extintos.

Fizemos todo esse percurso a pé. Durante o trajeto o senhor Virgínio contava suas “estórias”, a maioria delas falava de personagens do folclore brasileiro: Barnabé, Pedro Malasartes, João Grilo e outros. Eram momentos de descontração, mas logo ficava muito sério quando falava de sua vida naquela comunidade. Contou-me várias histórias: a compra da terra pelas crioulas, o processo sutil de expropriação das terras sofrido por seus antepassados, os conflitos, o esforço de seus pais para negar o passado escravo, as lutas pela sobrevivência naquela terra tão seca. Ouvir aquelas histórias chegava ser tão prazeroso que por alguns momentos me sentia na antiguidade clássica, como discípulo de Aristóteles, que gostava de dar aulas e ministrar seus conhecimentos em longas caminhadas.

O momento mais marcante para mim na companhia do senhor Virgínio foi quando chegamos no local dos fósseis, no sítio Lagoa. Disse ele ter feito parte do grupo de trabalhadores que, em 1993, descobriu os fósseis naquela localidade. O grupo trabalhava na construção de uma barragem para armazenar água da chuva; era uma obra de combate a seca, cujo objetivo era empregar os trabalhadores rurais que naquele ano sofriam com os efeitos no longo período de estiagem. Contou-me que ao descobrirem os fósseis na escavação logo

perceberam que não se tratava de “pedras comuns”. Assim, decidiram comunicar a “descoberta” a então prefeita de Salgueiro, Creusa Pereira do Nascimento. Esta fez contato imediatamente com a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e logo a instituição enviou ao local uma equipe de paleontólogos.

Chegando ao local, os pesquisadores começaram a recolher o material que seria levado para estudo, mas os trabalhadores não entenderam o significado daquela ação, achavam que as “pedras” tinham muito valor e que eles estavam sendo enganados por aquele grupo de “pessoas vindas de fora”. Revoltados, os trabalhadores começaram a destruir os fósseis à marretadas, o senhor Virgínio era um deles. Nesse momento da história ele se emociona e chora, pois só depois daquela ação “infeliz” tinha conseguido compreender o significado da pesquisa para a ciência e para a própria comunidade.

Nesse *ínterim*, entre a pesquisa de mestrado e a de doutorado, encontrei-me poucas vezes com o senhor Virgínio; foram encontros casuais nas ruas de Salgueiro. Cumprimentávamo-nos, mas ele estava sempre com pressa para resolver seus “negócios” e não perder a “condução” de volta para a sua comunidade.

Ao retomar a pesquisa eu não podia deixar de ter o senhor Virgínio novamente como meu entrevistado. Ele realmente tinha “muita história pra contar” que seriam do meu interesse. Não o encontrei nas primeiras visitas que fiz à comunidade, não tive pressa em procurá-lo pois fui informada que ele agora estava sempre em casa e, como sempre, tinha muito prazer em receber as pessoas e contar suas histórias.

Em vinte e nove de janeiro de dois mil e dez, participei de uma reunião na sede da AQCC, convocada por Adalmir, o novo coordenador da entidade, especialmente para que seus integrantes me fornecessem as informações necessárias para minha pesquisa. Foi uma espécie de entrevista com o grupo. Entre os presentes estava o senhor Virgínio, fora o nosso reencontro. Observei que ele não falou quase nada durante a entrevista. Pensei que talvez estivesse calado apenas para dar oportunidade aos mais jovens para também contarem suas histórias, mas logo fiquei sabendo, por ele próprio, tratar-se, ainda, dos sentimentos pela perda de sua amada Sabrina que há três anos “estava no céu”.

Nessa conversa ele me convidou para uma celebração religiosa que faria em homenagem a ela naquela noite, em sua residência. Surpreendeu-me a coincidência da data, mas eu já havia tomado conhecimento da morte de Sabrina, através de uma reportagem

publicada no jornal *Crioulas: a voz da resistência*, em agosto de 2007. Aceitei o convite e resolvi não falar em pesquisa naquele momento.

Naquela mesma noite Valdeci Oliveira tinha marcado em sua residência, onde eu estava hospedada, uma reunião com Aparecida Mendes e outras lideranças para o planejamento de atividades políticas que seriam realizadas nos sítios, nos dias subsequentes. Interessava-me muito está presente, mas fiz opção pelo convite tão gentil do senhor Virgínio. Às sete e meia da noite, acompanhada por Rosilene, sobrinha do senhor Virgínio, dirigi-me à sua residência na vila União, próxima à vila de Conceição. O interior da casa e o pátio estavam cheios de gente. Eram familiares, vizinhos e amigos que estavam ali para prestarem homenagem a Sabrina. Após a celebração com muitas orações, cânticos católicos e homenagens, foi servido um lanche para todos os presentes.

Chamou-me atenção, particularmente, quando Generosa, também minha entrevistada, uma das coordenadoras da celebração, abriu um saco plástico de lixo, de tamanho grande, colocou no meio do pátio e pediu que, depois do lanche, todos depositassem ali os copos, pratos e lenços descartáveis utilizados. Observei que todas as pessoas, inclusive as crianças, colocaram o material descartável no saco de lixo, não restando ao final nenhum lixo no chão. Percebi, então, que questões como ecologia e meio ambiente, não são apenas retórica nos discursos das lideranças do movimento, fazem parte de um processo de aprendizado que vem se desenvolvendo para todos que compõem aquela comunidade.

Encerradas as homenagens a Sabrina, despedi-me do senhor Virgínio e perguntei-lhe se eu poderia retornar no dia seguinte para conversarmos. Ele respondeu: “a senhora venha aqui sempre que quiser, o prazer é meu”. Marcamos para o dia seguinte à tarde.

No horário combinado, eu estava de volta à casa do senhor Virgínio, fui recebida por ele com a mesma gentileza e simpatia que lhes são peculiares. Sentamos na sala de visitas e começamos imediatamente nossa “conversa”. Ele, assim como eu, não tinha outro compromisso para aquela tarde, poderíamos conversar à vontade. Essa disponibilidade de tempo favoreceu o nosso encontro, tornando possível a utilização de várias técnicas aplicadas à pesquisa qualitativa: utilizei, a princípio, o recurso da entrevista não-estruturada, introduzindo alguns temas e pedindo que ele falasse um pouco sobre tais temas: terra, luta, direitos, cidadania e outros, - basicamente os mesmos do encontro na AQCC sobre os quais o senhor Virgínio não tinha se manifestado-; em seguida, fazendo uso da história oral, solicitei

que narrasse os momentos históricos mais importantes da comunidade; por fim, pedi que o senhor Virgínio me contasse sua história vivida ali em Conceição das Crioulas.

No momento da entrevista o senhor Virgínio deixou transparecer uma leve angústia, afirmando que estava cansado daquela luta sem muitos resultados, mas mesmo assim, continuava firme e forte ao lado dos companheiros lutando pela terra, já que esse era um direito dos descendentes de escravos, como eles, e uma questão de cidadania. Aqui o senhor Virgínio foi sucinto; já no segundo momento, o da história oral, parecia se sentir mais à vontade para narrar suas histórias, afinal essa é a sua “especialidade”. Narrou com detalhes a história do conflito que teria acontecido em Conceição das Crioulas, na década de 1920, envolvendo os negros habitantes da localidade e “brancos” expropriadores, vindos de fora, conhecido como “Guerra dos Urias”. No momento de narrar sua própria história de vida, falou muito sobre seus pais e da preocupação que eles tinham em negar que eram descendentes de “negros cativos”; em seguida, falou muito das dificuldades e dos bons momentos vividos ao lado de Sabrina, com quem partilharam cinquenta e quatro anos de sua vida e com quem tivera oito filhos e trinta e oito netos.

Não obstante, a simpatia, a delicadeza e a hospitalidade, percebi uma certa tristeza no olhar do senhor Virgínio. Não era o mesmo que eu conhecera há dez anos. O peso da idade, o cansaço da luta, a separação de Sabrina, ou talvez a soma disso tudo, teria transformado-o numa pessoa mais reservada. Suas histórias agora são mais sérias, não contou nenhum “causo” do folclore regional, mas mostrou ter se transformado em um homem que aprendeu muito com as experiências da vida e do movimento quilombola.

Outro entrevistado a que me refiro é o senhor Andreelino Antônio Mendes. Eu o conheci há mais de vinte anos, conforme falei antes, num curso de formação sindical na cidade de Salgueiro. Na ocasião, ele era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro e, com muita simplicidade, falou de sua luta na instituição e no movimento quilombola de Conceição das Crioulas. Naquele momento, apesar do interesse e da curiosidade que suas palavras me provocaram, eu não imaginava que iria realizar, oito anos depois, uma pesquisa naquela comunidade, tão pouco que teria o senhor Andreelino como um de meus entrevistados.

Fui apresentada ao senhor Andreelino por Givânia, logo no início de minha pesquisa de mestrado, durante o I Encontro de Negras e Negros Quilombolas em Conceição das Crioulas, nos dias doze e treze de fevereiro de dois mil. Tratava-se, na verdade, de uma reapresentação;

ele certamente não lembrava mais de mim, pois pouco eu tinha falado durante aquele curso que fizemos juntos, em 1992; mas eu jamais o esqueci, pois meu interesse pelo movimento quilombola daquela comunidade fora despertado pelas suas palavras. Desde nosso (re)encontro até o final daquela pesquisa, Adrelino foi um dos maiores colaboradores.

Perdemos o contato. Não lembro de ter me reencontrado com o senhor Adrelino desde dois mil e um até janeiro de dois mil e dez. Mas sempre lia alguns textos que faziam referências a ele, tanto no jornal “Crioulas”, como na página da AQCC, ou em outros sites que publicam reportagens sobre o movimento de Conceição das Crioulas. Sabia, portanto, que o mesmo continuava ativo no movimento. Ao retomar a pesquisa, em dois mil e nove, eu já tinha em mente que ele seria um dos meus entrevistados.

Para meu desapontamento não encontrei com aquele senhor nas minhas primeiras visitas a Conceição das Crioulas, em dois mil e nove. Sempre me informavam que estava viajando ou envolvido em alguma atividade fora da comunidade. Até que, em vinte e oito de janeiro de dois mil e dez, nos encontramos na sede da AQCC, durante uma visita que fiz à entidade para marcar uma entrevista com o coordenador e fazer uma pesquisa documental. Com uma aparência bem mais velha e os cabelos bem grisalhos, o senhor Adrelino continuava com a mesma paciência e a voz “mansa” de antes. Resolvi naquele mesmo momento convidar-lhe a participar de minha pesquisa e, ali mesmo, iniciamos nossa “conversa”. Considerando a beleza e a riqueza de suas narrativas, que eu jamais tinham esquecido, decidi pedir-lhe que me contasse um pouco de sua história de vida. Foi uma decisão acertada. Nas suas falas narrou com riqueza de detalhes sua trajetória de vida e se deteve mais em dois momentos específicos: o primeiro referia-se ao período em que morou em São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980, e militou no movimento sindical do ABC Paulista, juntamente com o ex-presidente Lula que, naquela época, era um operário e sindicalista como ele(Adrelino); o segundo momento refere-se ao seu retorno a Conceição das Crioulas, no final da década de 1980. É nesse momento que o senhor Adrelino, juntamente com Givânia, iniciam as primeiras discussões que deram origem ao movimento quilombola em Conceição das Crioulas.

No dia seguinte, vinte e nove de janeiro de dois mil e dez, dirigi-me à sede da AQCC pois havia marcado uma entrevista com o coordenador Adalmir José da Silva. Este, como falei antes, resolveu convocar outros membros da entidade para que juntos conversassem comigo e fornecessem as informações por mim solicitadas. Mudei um pouco o roteiro da

entrevista que faria com Adalmir. Realizamos uma espécie de “entrevista em grupo” da qual participaram o próprio Adalmir, Francisco, Antônio, Sem¹⁹, Maria dos Santos, Rosilene, Fabiana, o senhor Virgínio, o senhor Andrelino e seu filho André. Resolvi elencar alguns temas para que o grupo falasse livremente sobre eles: terra, política, direitos, cidadania, democracia, poder político local, aprendizado, liderança, estratégias, conquistas, dificuldades, mobilização, movimento social e outros.

Esse encontro durou mais de três horas. Começamos às quatorze horas e terminamos depois das dezessete. Os que mais falaram sobre os temas propostos foram Antônio, Adalmir, Maria dos Santos e o senhor Andrelino. Foi um momento muito produtivo da pesquisa, principalmente pela beleza e “riqueza” das narrativas do senhor Andrelino.

Maria Aparecida Mendes Silva foi muito mais que uma entrevistada, ela foi uma grande colaboradora na minha pesquisa, informando-me sempre sobre os eventos que se realizariam na comunidade e se colocando à minha disposição para ajudar no que fosse preciso. Conheço Aparecida desde dois mil quando comecei minha pesquisa de mestrado em Conceição das Crioulas. Naquela ocasião, ela não só me forneceu muitas informações sobre o movimento como me apresentou pessoas que vieram a se tornar sujeitos de minha pesquisa e me acompanhou nas visitas a muitos locais da comunidade: “caldeirões”, açudes, vila União, cemitério, fazendas, sítios e centro espírita.

Naquela ocasião, Aparecida me falou que estava iniciando sua participação no movimento quilombola e que tinha muito a aprender com Givânia e Andrelino. Dizia-me também sentir muitas dificuldades ao participar de congressos, seminários e grandes encontros, porque as pessoas usavam palavras difíceis que muitas vezes ela não entendia. Entretanto, afirma, hoje, que não demorou muito a perceber que “tudo não passava de um jogo político, do qual não conseguia alcançar e muito menos participar”. Assim, chegou a conclusão que precisava estudar para melhorar seus conhecimentos e “não mais ser dominada pelos donos do saber”. Assim o fez. Concluiu os ensinamentos fundamental e médio na própria comunidade e está cursando, atualmente, Licenciatura em História na FACHUSC.

¹⁹ Sem é o apelido do quilombola Antônio Francisco de Oliveira, que sofreu um grave acidente de trânsito, em 10/11/2010, no qual foram vítimas fatais imediatas as quilombolas: Rosa Doralina Mendes, Luiza Maria Oliveira Silva e Girlene Rosa da Silva. Sem, foi levado ao Hospital de Petrolina/PE, onde veio falecer alguns meses após o acidente.

O aprendizado político de Aparecida parece ter acontecido muito rápido. Ainda no ano dois mil tornou-se a primeira pessoa a coordenar a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCC, fundada em dezessete de julho desse ano. Desde então, tornou-se uma das mulheres mais atuantes da comunidade. “Se toda fotografia é um certificado de presença” (BARTES, 1984, p. 129) essa retrata bem a alegria com que Aparecida coordena as atividades políticas do movimento e o compromisso que ela tem com a comunidade.

Desde dois mil, mantenho contato com Aparecida. Sempre nos encontramos em algum evento, comunicamo-nos por telefone ou e-mails e, a partir de dois mil e oito, passamos a nos ver com mais frequência na faculdade onde ela estuda e eu leciono. Percebo que ela amadureceu muito politicamente e desenvolveu o gosto pela busca do conhecimento. “Quero ser doutora”, afirma.

Ao ingressar no doutorado, em agosto de dois mil e oito, logo entrei em contato com Aparecida e lhe falei de minhas intenções de pesquisa, sem que ainda tivéssemos formalizado uma relação entre pesquisadora e entrevistada. Conversamos informalmente nos encontros casuais e trocamos e-mails diversas vezes. Tais contatos foram fundamentais para me inteirar da atual conjuntura do movimento em Conceição das Crioulas. Nesta etapa de minha pesquisa realizei várias entrevistas com Aparecida, sendo que a primeira foi em vinte e nove de janeiro de dois mil e dez, durante o período de uma semana que permaneci na comunidade e nos encontramos na casa de Valdeci, onde eu estava hospedada; a segunda foi em dezesseis de julho de dois mil e dez- período do evento comemorativo aos dez anos da AQCC- e nos encontramos na Casa da Comunidade, durante o intervalo para o almoço. Em seguida vieram outras entrevistas.

Essas entrevistas foram bastante úteis para confirmar as informações que Aparecida já havia me passado anteriormente. No entanto, considero mais importante para as análises deste trabalho, trechos das falas dela que consegui gravar durante os eventos dos quais participei. Aqui, além das falas gravadas consegui anotar gestos, comportamentos e atitudes motivados pela emoção provocada pelo momento.

Meus primeiros contatos, enquanto pesquisadora, com a comunidade de Conceição das Crioulas foram através de Givânia Maria da Silva, no decorrer do segundo semestre do ano de dois mil e nove. Hoje, Givânia tem quarenta e seis anos, é Coordenadora Geral de Regularização de Territórios Quilombolas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária, Ministério do Desenvolvimento Agrário - INCRA/MDA, é considerada uma das precursoras do movimento quilombola de Conceição das Crioulas. Ela foi a segunda pessoa de Conceição das Crioulas que eu conheci (a primeira foi Andreino). Também a primeira que entrevistei na minha pesquisa de mestrado. Trata-se de uma das maiores lideranças da comunidade; já ocupou o cargo de subsecretária da Secretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SUBCOM/SEPPIR), foi vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no município de Salgueiro/PE por dois mandatos consecutivos: 2001/2004 e 2005/2008. Afastou-se do segundo mandato para assumir o cargo na referida secretaria.

Givânia trabalhou durante muitos anos como professora primária no município de Salgueiro. Foi a primeira pessoa da comunidade de Conceição das Crioulas a ingressar em um curso superior, formando-se em Letras pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central –FACHUSC. Atualmente cursa mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação, na Universidade de Brasília - UNB.

Nesta etapa de minha pesquisa - doutorado - não tive a oportunidade de entrevistá-la pessoalmente. Ela está morando em Brasília e não houve compatibilidade de agendas para que nos encontrássemos. No entanto, nos comunicamos várias vezes por e-mails e as informações fornecidas pela mesma foram valiosíssimas para elaboração deste trabalho.

Márcia Jucilene do Nascimento, diretora da Escola José Nel de Carvalho, liderança do movimento quilombola, também encontra-se entre os sujeitos que participaram desta pesquisa. Conheço-a desde a pesquisa do mestrado, embora, naquele momento ela não fizesse parte de minha lista de pessoas entrevistadas. Não tenho acompanhado sua trajetória política - como o fiz com outras lideranças: Givânia e Aparecida. Mas percebo tratar-se também de uma pessoa muito atuante na comunidade de Conceição das Crioulas, notadamente na área da educação. Márcia, enquanto profissional da educação, tem um discurso contundente na defesa da “educação diferenciada”. Fiz apenas uma entrevista com ela, na verdade mais uma conversa, numa das visitas que fiz à Conceição das Crioulas, em catorze de agosto de dois mil e nove. Era final de tarde e já me preparava para deixar a comunidade e retornar para casa, quando nos encontramos na Casa da Comunidade onde conversamos, entre outras coisas, sobre a importância da Lei nº 10.639/2003 para o projeto de “educação diferenciada” defendido pelos quilombolas de Conceição das Crioulas, especialmente por ela.

Chamaram a minha atenção alguns textos escritos por Márcia e publicados no jornal “Crioulas: a voz da resistência”, na página eletrônica da AQCC, ou em outros sites. Um desses textos foi publicado na página do Centro Cultural Luiz Freire (CCLF); trata-se de um e-mail, bastante longo, no qual defende o projeto de “educação diferenciada”, a partir da composição de um corpo docente 100% quilombola nas escolas de Conceição das Crioulas. Faço a análise do referido texto no quarto capítulo deste trabalho, onde abordo a “educação diferenciada” como um dos direitos defendidos pelos quilombolas.

Esta pesquisa contou também com a participação de Maria Diva da Silva Rodrigues, quarenta e dois anos, diretora da Escola Professor José Mendes. Ela me foi apresentada em dois mil por Givânia, sua irmã. Tornou-se, naquela ocasião, uma de minhas entrevistadas. Encontramos-nos na Escola, dirigida por ela até hoje, e conversamos sobre várias questões: terra, negritude, gênero, discriminação racial. Finalizada aquela etapa da pesquisa não mantivemos qualquer outro contato, nem tão pouco acompanhei a sua trajetória política. Sei que, ao contrário de Givânia, Maria Diva jamais deixou a comunidade, tampouco se afastou de suas atividades no movimento, principalmente da escola.

Reencontrei Maria Diva na visita que fiz à comunidade, em catorze de agosto de dois mil e nove, e observei com bastante atenção seu discurso durante o evento realizado nesse dia. Mais segura, mais “politizada”, parecia encontrar sempre as palavras certas para falar sobre as questões que estavam sendo discutidas e chamar a atenção dos participantes. Naquele momento, seu perfil político confundia-se com o de sua irmã, Givânia, cuja eloquência é indiscutível.

Voltei a me encontrar com Maria Diva durante o evento comemorativo aos dez anos da AQCC, no período de quinze a dezessete de julho de dois mil e dez. No segundo dia, a temática era a educação. Ela apresentou para a comunidade o “Projeto Político Pedagógico” da escola que dirige, ressaltando que o documento teria sido elaborado com a participação de representantes da comunidade, que opinaram sobre os conteúdos que deveriam ser ensinados na escola, no intuito de consolidar o projeto de “educação diferenciada”.

Naquele mesmo dia, aproveitando o período de intervalo para o almoço, fiz uma entrevista com Maria Diva, a única realizada nesta etapa de minha pesquisa. Partindo da temática daquele momento, conversamos sobre “educação diferenciada”, mais também avançamos em outras questões do movimento: terra, conflitos, valorização do negro e a luta contra a discriminação racial.

Maria Emília da Silva, dona Liosa, octagenária, agricultora aposentada, pode ser considerada um dos maiores símbolos da resistência na “terra das crioulas”. Conheci-a durante o I Encontro de Negras e Negros Quilombolas de Conceição das Crioulas, em fevereiro de dois mil. Era uma das convidadas especiais do evento tendo, naquele momento, a responsabilidade de contar para os participantes a história das “seis crioulas”, fundadoras da comunidade de Conceição das Crioulas. Com uma idade já avançada, mas bastante consciente do que falava, dona Liosa encontrou uma forma criativa e inteligente de falar sobre o “mito” de fundação da comunidade: levou uma porção de algodão e um fuso²⁰ e começou a trabalhar com esse material, transformando o algodão em linha, para explicar a todos que fora com essa atividade que as antigas crioulas, suas ascendentes, adquiriram o dinheiro para a compra das terras que hoje são reclamadas pelos quilombolas de Conceição das Crioulas.

Depois daquele momento não mais me encontrei com a senhora Liosa. Entretanto, observei que as produções: artigos, dissertações e teses sobre Conceição das Crioulas, via de regra, traziam alguma fala dela, sempre abordando a mesma questão: “o mito de fundação da comunidade”.

Nesta pesquisa não pensei, a princípio, em incluir dona Liosa na minha relação de entrevistados. Imaginei que não fosse possível entrevistá-la, já que ela não mora na vila de Conceição das Crioulas e sim num dos sítios mais distantes daquela comunidade. Também não sabia nada sobre seu estado de saúde, pois não a via há mais de dez anos. Alegrei-me, ao chegar em Conceição, perguntar por dona Liosa e ouvir como resposta: “está viva e com muita saúde”. Era mesmo verdade. Pude comprovar isso quando a vi chegar no encontro comemorativo aos dez anos da AQCC, já no segundo dia - 16/07/10 - à tarde e justificar sua ausência, no dia anterior, pois andara muito ocupada com as reuniões das associações dos sítios.

Aproveitei toda essa “jovialidade” de dona Liosa para entrevistá-la, no mesmo local onde o evento estava sendo realizado, após o encerramento das atividades daquele dia. Utilizei-me dos recursos da história oral e perguntei-lhe o que ela ouvira falar, de seus pais e avós, sobre a história de Conceição das Crioulas. Mais uma vez ela repetiu a história das “seis crioulas” que compõe o mito de fundação da comunidade, basicamente com as mesmas

²⁰ Instrumento de madeira utilizados para transformar manualmente o algodão em linho

palavras que usara há dez anos quando a conheci, e em tantos outros depoimentos citados nas produções acadêmicas.

Generosa Ana da Conceição, funcionária pública - merendeira- aposentada, é uma senhora alegre, divertida e bem humorada. Conheci-a em dois mil, ocasião em que eu fazia a pesquisa de mestrado e fiquei alguns dias hospedada na casa de sua irmã, Rosa Doralina Mendes. Não entrevistei dona Generosa naquela época, mas tenho registrado em meu diário de campo algumas visitas que fiz à sua residência; uma dessas visitas aconteceu em janeiro de dois mil e um, quando foi convidada a participar de uma festa de aniversário de parentes seus. Resolvi convidá-la a participar desta pesquisa por considerá-la uma grande líder religiosa e incentivadora do movimento quilombola.

Meu (re)encontro como dona Generosa ocorreu no dia vinte e sete de janeiro de dois mil e dez, quando estive em sua casa para entrevistá-la. Cheguei lá por volta das quinze horas e ela já estava me esperando pois, tinha sido comunicada por dona Rosa, sua irmã, que eu iria procurá-la. Sentamos na sala de visita e logo começamos a entrevista. Iniciei perguntando-lhe sobre sua história de vida ali naquela comunidade. Ela, com seu jeito fluente de se expressar, começou narrando sua história a partir da descendência das seis crioulas; falou-me do processo de expropriação e exploração sofrido por seus antepassados, da luta conduzida por parentes seus já falecidos como Agostinha Cabocla e Antônio Adrelino (Totô) para reaverem a posse das terras, e falou-me, principalmente, de sua vida profissional.

Dona Generosa trabalhou como merendeira durante trinta anos na Escola José Nêu de Carvalho e disse ter sofrido bastante com a precariedade da educação durante esse período. O prédio da escola era muito pequeno e dividido em salas de aula e alojamento para os professores vindos de fora. Ela, na condição de merendeira, tinha que pegar água nos açudes, lenha nas matas e cozinhar em fogões improvisados debaixo de árvores para não deixar que as crianças estudassem com fome, já que para elas a merenda escolar era, muitas vezes, a única refeição do dia. Disse também nunca ter sido vista com “bons olhos” pelos políticos, por ser uma mulher que tinha coragem de “bater com a línguas nos dentes”, com o “badalo”. Falava inclusive da qualidade da merenda escolar e acusava os governantes de quererem apenas que aquelas crianças aprendessem a ler para poder votar neles.

Terminada a narrativa de dona Generosa sobre sua vida, passei para a entrevista aberta colocando alguns temas para que ela falasse sobre eles: terra, movimento e educação. Aqui, ela foi mais sucinta nas respostas. Falou da importância da terra para a continuidade das

atividades artesanais de Conceição das Crioulas e relatou que os fazendeiros naquele momento estavam ainda apossados dessas terras, dificultando a luta dos quilombolas. Sobre a educação dona Generosa afirmou que as melhorias nessa área ainda são poucas, mas podem ser atribuídas à coragem dos quilombolas em deixar de votar sempre nas mesmas pessoas.

O artesanato em Conceição das Crioulas não é apenas um dos aspectos da econômica local. É, principalmente, uma atividade constitutiva da identidade quilombola do grupo, de modo particular da identidade feminina. Para as mulheres negras, essa atividade tem toda uma simbologia que vai desde a valorização da história de suas antepassadas, até a afirmação da sua feminilidade no contexto político em que atuam. Para além da identidade feminina, o artesanato é um elemento integrante do processo identitário de construção do sujeito coletivo movimento quilombola em Conceição das Crioulas. Sempre que se referem à questão da terra, os quilombolas justificam a importância do acesso a ela a partir necessidade da continuidade das atividades artesanais na comunidade; e os sujeitos envolvidos nessa atividade que desempenham importante função política no fortalecimento do movimento.

Diante dessa significação atribuída ao artesanato, a presença de uma artesã entre os sujeitos dessa pesquisa se fez necessária. Dessa forma, contei com a valiosa participação de dona Dina.

Dona Dina, quarenta e oito anos, é agricultora e artesã. Sua “especialidade” é fazer trabalhos com argila em Conceição das Crioulas. Conheci-a pessoalmente quando estive em sua casa, em agosto de dois mil e nove. No entanto, eu já sabia um pouco sobre ela: li sua biografia resumida publicada na dissertação de mestrado intitulada “As mulheres, a comunidade de Conceição e suas lutas: histórias escritas no feminino”, de autoria de Maria Aparecida de Oliveira Souza, UNB, 2006. A decisão de escolher dona Dina e não outra artesã foi, de certa forma, estimulada por essa leitura.

Por não conhecer dona Dina pessoalmente e também não saber onde ela morava, pedi a Maria dos Santos, outra entrevistada, que fizesse a gentileza de me levar até sua residência. A jovem - que na ocasião encontrei-a na Casa da Comunidade - disse não ser trabalho nenhum para ela me levar até lá, pois já estava indo mesmo para casa e que dona Dina era sua vizinha. Seguimos então para a Vila União onde moram dona Dina e também a jovem que me acompanhava. Esta, fez questão de me apresentar a dona Dina e me acompanhar até o final da entrevista.

Dona Dina, mesmo sem esperar a minha visita, recebeu-me com simpatia e disse ser sempre um prazer receber as pessoas que querem ouvir suas histórias. Para iniciar, perguntei-lhe: a senhora é uma excelente artesã, como começou desenvolver esse trabalho? Ao que ela disse ter aprendido, desde criança, com sua mãe, que aprendera com a mãe dela; começando, assim, uma longa narrativa que incluiu as dificuldades que enfrenta, tendo que dividir seu tempo entre o artesanato, trabalhos da roça, da casa e a família. Lamentou a pouca renda gerada pelas atividades que desenvolve e ressaltou os riscos que todos ali correm se não conseguirem a posse da terra para poder dar continuidade a essa atividade.

Não foi mais necessário colocar à dona Dina nenhuma outra pergunta, sua narrativa foi bastante rica em informações. Solicitei apenas alguns esclarecimentos no decorrer de sua fala. Agradei-a pela colaboração e não tivemos nenhum outro encontro.

Apesar de dona Dina ter sido a única artesã intencionalmente entrevistada por mim, esta pesquisa contou também com a colaboração de Lindaura da Silva Barros. Dona Lindaura, cinquenta anos, aproximadamente, é agricultora e artesã. Tenho poucas informações sobre ela. Sei apenas que é mais uma das muitas artesãs de Conceição das Crioulas e que sua “especialidade” é o trabalho com fibras de caroá. Conheci-a, em catorze de agosto de dois mil e nove, na Casa da comunidade. Na ocasião, dirigi-me a esse local na intenção de lá encontrar Aparecida Mendes e outras lideranças. Logo na entrada, fui atraída pelas peças artesanais expostas na lojinha da casa. Resolvi entrar e fui gentilmente recebida por dona Lindaura e sua amiga dona Luíza que juntas organizavam aquela exposição à espera das pessoas que visitariam a comunidade por ocasião da festa da padroeira, Nossa Senhora Assunção.

Dona Lindaura não foi exatamente uma entrevistada de minha pesquisa. Depois de nos apresentarmos naquele encontro casual, pedi-lhe informações sobre a produção de artesanato em Conceição das Crioulas e ela, com uma voz calma e tranquila, falou-me do processo, desde a coleta do material nas matas até a organização política dos artesãos através da cooperativa. Nossa conversa não foi gravada, pois não havia um planejamento nesse sentido, mas fiz anotações dos trechos mais importantes de sua fala e, ao final, disse-lhe que estava ali na condição de pesquisadora, pedindo-lhe autorização para usar aquelas informações na minha pesquisa, ao que ela concordou.

Como a questão central desta tese é a análise da constituição do sujeito coletivo movimento social quilombola de Conceição das Crioulas, as lideranças políticas da

comunidade tornaram-se sujeitos indispensáveis nesta pesquisa. Sendo a AQCC a principal entidade política da comunidade, aquela que representa os quilombolas junto à sociedade e aos órgãos governamentais, quem está à sua frente exerce sempre um importante papel político dentro do movimento. Lideranças como Aparecida Mendes e Márcia Jucilene já foram coordenadoras da entidade, que ora se encontra sob a coordenação do jovem Adalmir, também sujeito desta pesquisa, do qual passarei a falar.

Adalmir José da Silva, jovem, Licenciado em Letras, é coordenador da AQCC desde dois mil e nove. Conforme venho afirmando, essa associação é a mais poderosa entidade política de Conceição das Crioulas e, esse “poder”, atualmente, encontra-se sob o comando do jovem Adalmir, primeiro homem a coordenar a entidade. Conheci-o em quatorze de agosto de dois mil e nove enquanto ele fazia a filmagem do evento realizado nesse dia e, de vez em quando, parava para fazer suas intervenções. Ao me aproximar dele percebi que se tratava, na verdade, de uma pessoa que eu já tinha visto várias vezes nas ruas de Salgueiro, ou nos corredores da faculdade onde trabalho, e onde, anos atrás, ele cursou licenciatura em Letras. No entanto, eu não sabia que ele era de Conceição das Crioulas, tampouco que viesse a ser o sucessor de Aparecida Mendes, na coordenação da AQCC.

Os objetivos de minha pesquisa não me permitiam deixar de fora da lista de entrevistados o coordenador da AQCC. Além disso, as intervenções que ele fez durante o evento citado me estimularam a explorar mais o seu “capital” político. Apesar de ter falado pouco naquele momento percebi que não se tratava apenas de uma pessoa que faz “ruídos”- para usar uma expressão de Rancière (1996)-, ele consegue ser ouvido por todos; exerce uma liderança que parece não ser apenas pelo cargo que ocupa, mas também de seu carisma pessoal.

Apesar de minha curiosidade, não fiz entrevista com Adalmir naquele momento, o tempo estava avançado e eu precisava retornar ainda no mesmo dia. O nosso encontro, enquanto pesquisadora e entrevistado, só aconteceu em janeiro de dois mil e dez. Nesse *interim*, comuniquei-me algumas vezes com ele por e-mail e pelo telefone, com o objetivo apenas me informar sobre alguns eventos que seriam realizados na comunidade.

Minha visita a Conceição das Crioulas, em Janeiro de dois mil e dez, foi a mais longa que fiz à comunidade. Por isso, a maioria das entrevistas foram feitas nesse período, inclusive a de Adalmir. Encontrei-me com ele na manhã do dia vinte e sete, na sede da AQCC. Sentamos numa das salas da instituição e ele se colocou à disposição para prestar as

informações que fossem necessárias. A técnica que utilizei ali foi a da entrevista aberta ou não-estruturada. Tal técnica não significa uma conversa despretenciosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade. Realidade esta que está sendo focalizada direto para as questões que são de interesse de minha pesquisa: movimento social, política, cidadania, direitos e educação.

Adalmir foi falando livremente sobre cada um dos temas, mostrando ampla compreensão sobre os mesmos, relacionando-os com o movimento quilombola de Conceição das Crioulas. Em todos os temas comentados, fez críticas ao Estado, às Leis, aos governos e às instituições, inclusive à faculdade onde licenciou-se em Letras. Disse ter sofrido preconceito lá dentro e criticou-a por não abrir espaço para discussão das questões sociais brasileiras, sobretudo a questão quilombola. Acha inadmissível não se discutir essa questão na faculdade já que a instituição está localizada num município onde, pelo menos, três comunidades são reconhecidas como quilombolas.

Conversamos por bastante tempo, mas tivemos que parar em função do horário de almoço já um pouco avançado. Eu, portanto, sentia a necessidade de continuar aquela entrevista e aprofundar alguns pontos que não estavam muito claros para mim. Marcamos então para a tarde do dia seguinte, ocasião em que tive a oportunidade de aprofundar com ele minhas questões de pesquisa.

Muitas pesquisas realizadas em Conceição das Crioulas que deram origem a trabalhos acadêmicos,²¹ enfatizam o poder político das mulheres quilombolas. Indubitavelmente a participação feminina é bastante visível; no entanto, não anula nem invalida a atuação masculina. Homens mais velhos, como os senhores Virgínio e Andreino, são sempre citados pela importância que representam dentro do movimento e, somam-se a estes às novas lideranças masculinas: Adalmir (já citado) e Antônio Mendes, outro sujeito desta pesquisa.

Antônio João Mendes, 32 anos, é agricultor e membro da AQCC. Ele, juntamente com Adalmir e outros, compõem o grupo da nova geração de lideranças de Conceição das

²¹ Dentre estes trabalhos estão: **CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: terra, mulher e identidade étnica no sertão de Pernambuco**. Dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC, 2001, de Maria Jorge dos Santos Leite e **AS MULHERES, A COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO E SUAS LUTAS: as histórias escritas no feminino**-Dissertação de mestrado. Brasília, UNB: 2006, de Maria Aparecida Oliveira Souza.

Crioulas. Embora só o tenha conhecido em agosto de dois mil e nove, lembro que, antes disso, em alguns telefonemas que fiz para a AQCC, em busca de informações sobre o movimento quilombola, fui atendida por ele. Não fiz nenhuma entrevista individual com Antônio, mas tenho muitas gravações de suas falas, feitas durante uma reunião que tive com os integrantes da AQCC - uma espécie de entrevista com o grupo - e durante eventos dos quais participei, nos quais ele fez muitas intervenções. Parte desse material é analisado neste trabalho.

Conforme venho afirmando, os sujeitos desta pesquisa foram escolhidos de acordo com as questões de interesse da mesma, o que me levou a trabalhar principalmente com as lideranças do movimento. Entretanto, considerando a orientação de Goldenberg(2007) de que não somente as pessoas que estão no topo precisam ser ouvidas, mas também aquelas que se encontram numa posição de coadjuvantes, outros sujeitos foram cooptados para a pesquisa durante o processo. É o caso de Maria dos Santos.

Maria dos Santos, jovem, agricultora. A princípio não estava na lista de entrevistados, mas foi uma das pessoas convidadas por Adalmir, para encontrarem-se comigo na sede da AQCC. Ela é integrante de uma das coordenações da entidade. Conheci-a naquele momento quando nos apresentamos, antes de começar a entrevista, também com outras pessoas. Como as questões que lancei naquele momento não eram direcionadas a ninguém especificamente, mas a quem quisesse falar sobre elas, as falas foram praticamente divididas entre Adalmir, Antônio e o senhor Andrelino, os demais permaneceram calados, inclusive Maria.

Ao final, Maria e eu, saímos juntas da AQCC e, em conversa, falhei-lhe de meu interesse em passar na loja de artesanato e adquirir algumas peças. Ao que ela falou que, naquele horário, provavelmente, a loja já estaria fechada, mas poderíamos passar numa casa vizinha onde guardam-se as chaves e ela mesma procederia a venda. Agradei a gentileza e seguimos para a Casa da Comunidade onde está localizada a referida loja. Após escolher algumas peças, ela me convidou para conhecer o resto das instalações da casa. Embora eu já conhecesse, não quis desapontá-la depois de tanta gentileza. Visitamos cômodo por cômodo, até chegar no depósito onde se guardam as mercadorias que compõem as cestas básicas, parte integrante das políticas afirmativas para as comunidades quilombolas.

Compreendi que eu estava diante de uma pessoa que, apesar de não ser reconhecida como uma das lideranças, tinha muito conhecimento acerca do movimento quilombola de

Conceição das Crioulas. Resolvi então convidá-la a fazer parte de minha pesquisa e ela, de imediato, aceitou. Sentamos na mesma sala - a das mercadorias- e começamos a entrevista. Apresentei-lhe os mesmos temas que tinham sido colocados para o grupo e que, naquele momento, ela não tinha se expressado sobre eles. Além desses temas acrescentamos a questão das cestas básicas que não havia entrado na entrevista com o grupo.

Era quase noite quando nos despedimos, ela seguiu para sua casa e eu retornei à casa da quilombola Valdeci Oliveira, onde estava hospedada. Um ou dois dias depois - a data precisa não foi registrada no diário de campo-, encontramos-nos novamente na casa da comunidade e, na ocasião pedi-lhe informações sobre como encontrar dona Dina, ao que Maria resolveu me acompanhar até à casa dessa senhora, onde eu faria uma entrevista com a mesma.

Essas são, portanto, as pessoas por mim entrevistadas. Juntam-se a estas muitas outras que não se encontram na relação dos entrevistados, mas tiveram também suas falas analisadas no decorrer do trabalho. São falas gravadas por mim durante os eventos dos quais participei. Partes de entrevistas concedidas pelos quilombolas a jornais ou instituições de pesquisas e publicadas em sites; trechos de matérias assinadas pelos quilombolas no jornal “Crioulas: a voz da resistência” e outros. Depoimentos contidos em minha dissertação de mestrado e em trabalhos de outros pesquisadores também foram retomados por trazerem questões de interesse para este trabalho. Todos os depoentes são identificados à medida que suas falas apareceram no corpo do trabalho e as origens das mesmas foram indicadas em notas de rodapé. Todas essas pessoas compõem o grupo de sujeitos desta pesquisa, através do qual tornou-se possível a elaboração desta tese de doutorado.

2- ESTRUTURA FUNDIÁRIA E RESISTÊNCIA NA TERRA DAS CRIOULAS

Fugindo da escravidão
As crioulas aqui chegaram
Fiaram aquele algodão
E seu território compraram

Andréina Afonsina Nunes Barros

Neste capítulo, dedico-me à reconstituição da história - ou parte dela- da comunidade negra quilombola de Conceição das Crioulas, tendo como principal suporte empírico os relatos da oralidade aos quais tive acesso a partir das entrevistas que realizei com integrantes da comunidade e das muitas conversas informais que tive, principalmente, com pessoas idosas, em visitas aos seus lares, ou nos casuais encontros em espaços públicos da comunidade: praça, centro de produção de artesanato, Igrejas, roças, açudes, “caldeirões”. Marcaram-me, profundamente, nesse percurso da pesquisa, a expressão de prazer, satisfação e emoção de mulheres e homens idosos em poderem contribuir com a minha pesquisa. Alegrava-os, talvez, a sensação de possuírem alguns saberes que despertavam o interesse de outras pessoas, ou simplesmente o fato de encontrarem pessoas dispostas a ouvirem suas histórias com atenção.

Utilizo-me, ainda, nessa revisitação à história de Conceição das Crioulas dos registros escritos, já relacionados no capítulo anterior, aos quais tive acesso: jornais, principalmente o “Crioulas”, relatórios antropológicos, dissertações de mestrado e sites que exploram a história da comunidade. Segundo a tradição oral, a história de Conceição das Crioulas teve início nos primeiros anos do século XIX, “foi no tempo dos reis” que seis negras – as crioulas- chegaram ao sertão Central de Pernambuco e arrendaram uma área de três léguas em quadra. Com a produção e a fiação do algodão que vendiam na cidade de Flores, no sertão do Pajeú, conseguiram pagar a referida renda e adquiriram o direito de propriedade da terra.

Inscribe-se, pois, nas raízes históricas de Conceição das Crioulas, relações com a propriedade e uso da terra. Assim, é mister (re)contar essa história também a partir de uma análise sucinta da estrutura fundiária que se desenvolveu no sertão de Pernambuco concomitante ao processo de estruturação da comunidade. Portanto, considero que para examinar tais relações, as seguintes questões devem ser contempladas na exposição: que

elementos são apropriados pelos quilombolas de Conceição das Crioulas para reconstituir sua história de negros? De que maneira a estrutura fundiária e a legislação de terra interferiram, ou interferem, nessa história? Qual a importância da luta pela terra no desenvolvimento das relações sociais, econômicas, culturais e religiosas em Conceição das Crioulas?

2.1- Estrutura fundiária: “a gente não quer qualquer terra, mas essa terra aqui”

Em meio a caatinga, no Sertão Central do Estado de Pernambuco, está situada Conceição das Crioulas, uma das 2.289²² comunidades quilombolas do país. Constituído, desde 1940, o segundo distrito do Município de Salgueiro, região de semi-árido, castigada pela seca, localiza-se a aproximadamente 560 km da capital, Recife.

A comunidade quilombola de Conceição das Crioulas ocupa 40%, do município de Salgueiro, numa área de aproximadamente 600 km², habitada por 4.000 pessoas. Limita-se ao Norte com o distrito-sede municipal; ao Sul com os municípios de Floresta e Belém de São Francisco; ao Sudeste e a Oeste com Cabrobó e ao Leste com Mirandiba.

Além da vila Centro, compõem o distrito de Conceição das Crioulas os seguintes “sítios”: Amparo, Boqueirão, Riacho do Juazeiros, Coqueiro, Chapada, Barrinha, , Jatobá, Jibóia, Poço da Pedra, Garrote Morto, Mulungu, Olho d’Aguinha, Curtume, Angico dos Lúcius, Queimadas, Sítio Sítio, Rodeador, Paus Brancos, Vila União e Paula²³. Por todo esse território, distribuem-se as moradias e as áreas de trabalho dos “quilombolas”, que dividem espaços com “não-quilombolas”- brancos, índios e negros - que não se identificam como quilombolas. Todos esses sítios, acima enumerados, estão localizados dentro do território identificado como terras dos quilombolas²⁴.

²² Esse é o número de comunidades quilombolas reconhecidas de acordo com o Decreto-Lei 4.887/03 até janeiro de 2009. Mas, um mapeamento feito pela Fundação Cultural Palmares aponta existência de 3.524 comunidades.

²³ Ver mapa na página seguinte.

²⁴ Fonte: Base cartográfica do INCRA do imóvel “Quilombola Conceição das Crioulas, de dezembro/2004. In: Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, Janeiro/2007.

No tocante à fundação da comunidade de Conceição das Crioulas não há consenso em relação à procedência e condições de suas fundadoras, embora a oralidade e alguns trabalhos, como Souza (1998), façam referências a um local chamado Painelas d'Água para a origem das mesmas. Os quilombolas acreditam que elas não chegaram ali nas condições de escravas. No entanto, da maneira como o mito de fundação vem sendo elaborado, contado e recontado pelos quilombolas, aponta para mais uma forma de resistência dos negros - no caso das negras, as “seis crioulas”-, que do final do século XVIII para o XIX buscaram uma alternativa às condições anteriores de vida, escravas ou não, na vastidão das caatingas, no sertão pernambucano.

Escravas fugitivas, descendentes dos remanescentes do quilombo de Palmares destruído em 1695, ou negras livres vindas de outros lugares, são as condições a serem consideradas acerca da origem das “seis crioulas”, uma vez que:

O sertão do atual estado de Pernambuco não foi uma região caracterizada pela escravidão; foi sim, uma região propícia para o refúgio de negros e índios, o que reforça a unanimidade dos relatos quanto à condição de não-escravos. Clóvis Moura aponta que no sertão nordestino, a presença do negro não foi fundamentada no trabalho, mas que ele apareceu como “perturbador da economia, como fugitivo, como quilombola (SOUZA; 1998, p. 20).

O diferencial no caso em estudo encontra-se no fato de serem elas, as fundadoras de Conceição das Crioulas, mulheres negras, que desafiando a própria estrutura organizacional da sociedade patriarcal da época, desbravaram as terras incultas do sertão pernambucano, mesmo com todas as adversidades que esse empreendimento pudesse lhes impor: falta de recursos financeiros, hídricos, isolamento social, floresta nativa com animais ferozes, secas frequentes, e a própria condição de subordinação da mulher naquele contexto.

Esses obstáculos não impediram que as “seis crioulas” pusessem em prática o seu projeto de trabalho com o firme propósito de adquirir a posse daquelas terras. Como lembra o senhor Virgínio Vicente Oliveira, um dos mais velhos da comunidade: "tudo começou com seis negras que arrendaram a terra e conseguiram fazer dinheiro com o plantio e a venda do algodão. Foi uma confusão danada, pois as terras eram do Rei"²⁵(OLIVEIRA,2000) .

²⁵ Depoimento de Virgínio Vicente Oliveira, quilombola de Conceição das Crioulas, em entrevista feita por mim, em 20/01/00.

Se as terras eram do “rei”, portanto propriedade do estado, como afirma o senhor Virginio, e estavam sob o comando dos Garcia d`Ávila, senhores da Casa da Torre, através do sistema de sesmarias, como ressalta Andrade(2005), como aquelas mulheres conseguiram tornarem-se proprietárias de uma vasta extensão de terras num período anterior à Lei de Terras, que data de 1850? Possíveis conflitos entre elas e os colonizadores brancos não constam dos registros históricos aos quais tive acesso, mas o processo de aquisição das terras foi difícil, lento e legítimo, conforme relato a seguir:

Arrendaram uma área que atribuem 3 léguas em quadra e foram pagando com o trabalho da produção e fiação do algodão que vendiam em Flores, um município que fica nas proximidades. Refere-se a esse período como ‘período do rei’. O pagamento da referida renda deu direito às crioulas de adquirirem o título de suas terras. O depoimento de seu Antônio Andreino afirma que seu pai contava que as Crioulas receberam essas terras em 1802, cuja escritura tinha dezesseis selos, era carimbada com o carimbo da Torre e feita por um tal José Delgado(SOUZA, 1998, p.18).

As narrativas que compõem a história das “seis crioulas” coloca-nos diante de uma forma peculiar de resistência numa sociedade caracterizada pelo domínio territorial dos colonos brancos, o escravismo e o patriarcalismo. Essa singularidade explica, de uma certa forma, o recente interesse dos pesquisadores: Albuquerque e Medeiros(1997); Lima (1997); Souza(1998); Leite(2001); Santos(2004); (Souza, 2007); Souza (2008); Marques(2009), são alguns dos que já se dedicaram a pesquisar a comunidade de Conceição das Crioulas e suas raízes históricas.

Para melhor compreender a situação atual de Conceição das Crioulas e dos quilombolas em geral, no que se refere à estrutura fundiária, proponho-me a fazer uma breve análise de algumas legislações que regulamentaram a distribuição e posse das terras brasileiras desde a chegada dos colonizadores portugueses, culminando com a discussão do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), lei que regulamenta a posse e uso das terras dos quilombos. E, ainda, analisar a questão agrária que envolve a terra dos quilombolas e suas relações sociais, econômicas e culturais.

O direito ao acesso e uso do território é o principal foco da luta dos quilombolas de Conceição das Crioulas. Para eles, o significado que tem a terra vai além do valor econômico:

(...)Esse território tem grande importância para nós que nele residimos, pois aqui, por volta do século XVII, os nossos ancestrais começaram a história

que damos continuidade até hoje. Para manter a nossa história viva foi necessário resgatar o que parecia estar esquecido. Até hoje enfrentamos muitas opressões promovidas por aqueles e aquelas que defendem a dependência do povo, visando benefícios próprios. A nossa história é marcada por muita luta e resistência. Com isso, muitas conquistas foram alcançadas aprendemos a valorizar o que temos de melhor na terra. Ainda há muito o que fazer, porque só temos acesso livre a aproximadamente 30% de todo o nosso território. Essa situação atrapalha muito nossa vida. As cercas nos impedem a coleta de matéria prima, coleta de frutos, o acesso aos caldeirões de pedra (reservatórios naturais de água). Alguns desses reservatórios foram entupidos pelos fazendeiros. O Governo brasileiro se comprometeu de, em 2004, solucionar todos os problemas do território, infelizmente nada avançou e continuamos enfrentando grandes dificuldades por conta de tal lentidão, desrespeitando a “ Convenção 169 da OIT²⁶, o Art. 68 e o decreto 4887/2003. Essa terra não possui apenas valores econômicos, mas se trata de um território que abriga outros laços e relações entre parentes, o trabalho coletivo, a identidade étnica, símbolo de luta e resistência de um povo, ou seja, esse é um território cultural²⁷, (ALMEIDA, p.2007, 4).

O relato acima diz muito sobre a questão fundiária em Conceição das Crioulas. Ali a luta pela terra tem vários desdobramentos e significados: o fato econômico, o valor afetivo, razão de conflitos entre fazendeiros e quilombolas, símbolo de resistência e, principalmente, instrumento de luta política em favor do cumprimento dos dispositivos legais referentes ao uso da terra.

A primeira tentativa de regulamentar o uso da terra em solo brasileiro, enquanto colônia portuguesa, foi a Lei das Sesmarias que surgiu no Brasil com o sistema de Capitánias Hereditárias, a fim de garantir uma efetiva ocupação visando recompensas materiais, nas vastas terras do “novo mundo”. As Capitánias Hereditárias foram, a meu ver, a primeira forma de expropriação de terras de produtores do Brasil, os nativos ou índios. Insere-se aqui também a gênese do latifúndio em território brasileiro, dada a vasta extensão das doações sesmarias: 13.068 hectares equivalia a uma sesmaria e a utilização que foi feita das mesmas,

²⁶ A Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, assinada pelo Brasil, em 2002, por meio do Decreto Legislativo nº 143, passou a adotá-la oficialmente a partir de 2003, tem força de Lei e assegura às comunidades tradicionais terem em qualquer ação por parte do Estado Brasileiro tratamento diferenciado respeitando sobretudo, seu espaço, sua cultura, seu jeito de pensar e de se organizar.

²⁷ **Terra nosso bem maior** (relato dos quilombolas). In: ALMEIDA, Wagner Alfredo Berno de (Coord). Nova cartografia dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Quilombolas de Conceição das Crioulas, Salgueiro/PE. Brasília-DF, PNCS-PCTB, 2007.

pois “a doação da terra não era para que seu proprietário trabalhasse, mas sim para que fizesse outros trabalharem por si”. (FIABANI, 2005, p.352).

A grande quantidade de nativos que vivia no litoral brasileiro naquela ocasião, não tinha relação de posse com a terra e vivia harmonicamente com a natureza sem conhecer o princípio da propriedade privada. Foi somente no final do século XVII que, ao menos formalmente, a Coroa Portuguesa se preocupou em limitar a extensão das sesmarias, estabelecendo prazos para o cultivo das terras ociosas. Em 17 de junho de 1822 foram suspensas as doações de terras sesmarias até que uma nova lei regulamentasse a questão. A regulamentação só veio em 1850, o que significa dizer que neste *interim* não havia forma legal de adquirir nova posse de terras. Em 18 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras é instituída com o intuito de disciplinar o acesso a terra indicando a compra como única forma de obtenção de terras. E fica evidenciado em seu “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. A intenção de conter as posses ilegais de territórios fica igualmente explícita no artigo seguinte. Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes²⁸.

Tal Lei instituía um novo regime fundiário em substituição ao regime sesmeiro suspenso em 1822 e não mais restaurado. “Nesse meio tempo, ter-se-ia multiplicado o número de posseiros em todo país. A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o da compra” (MARTINS, 1995, pp.41-42). Todavia, a Lei de Terras não cessou o processo de apropriação das terras, ao contrário, intensificou-o, pois, se antes só os lavradores pobres o faziam, agora os senhores também começaram a ocupar terra e em grandes extensões. A referida Lei, feita para disciplinar o acesso a terra, também veio “para impedir ou dificultar a posse da terra por parte da população pobre e principalmente dos

²⁸ Henrique Dias Gomes de Nazareth e Ricardo Luiz da Silva Fernandes. A questão fundiária na comunidade quilombola remanescente: um estudo das relações educativas no Quilombo de Santana. In: Revista África e Africanidades – Ano 2 - n. 6 - Agosto. 2009 - ISSN 1983-2354 www.africaeaficanidades.com

imigrantes que viriam ao Brasil para atender às exigências do processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre nas zonas cafeeiras do país” (FIABANI, 2005, p.353).

No período de substituição da mão de obra escrava pela imigrante, esta Lei aparece como uma maneira de garantir aos imigrantes a restrição do acesso à terra e à exploração de sua mão de obra nos cafezais brasileiros. Na prática o que ocorre é que, aos primeiros sinais da abolição, imposta pelos longos anos de resistência dos negros e fatores externos, as elites econômicas através da Lei de terras de 1850, “acorrentam” os meios de produção para só após permitir o trabalho “livre”, não deixando muitas escolhas para os escravos libertos e imigrantes recém-chegados. Temiam as elites, que se assim não o fizessem, quando os escravos fossem libertados e novos imigrantes chegassem, não haveria empregados para os grandes proprietários, pois todos poderiam ir em busca das terras do interior (NAZARETH e FERNANDES, 2009). Utilizando-se de expedientes legais, essas elites anteciparam aos negros futuramente libertos, e aos imigrantes que ainda estavam por vir, os mecanismos de negação do acesso à terra. Para os primeiros, depois da libertação jurídica, veio a condição de “escravo social²⁹”; aos segundos, coube a condição de semi-servos.

Martins(1995), assevera que as medidas legais referentes ao uso da terra tinham por objetivo promover a transição do trabalho escravo para o assalariado sem nenhum prejuízo para a grande lavoura.

Duas foram as modificações sociais que atingiram de fato os camponeses naquela mesma época. De um lado a abolição da escravatura negra um ano antes do fim da Monarquia, em maio de 1888. De outro, a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados. Antevendo o fim da escravatura, que decorreria necessariamente do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850 devido a pressão do governo inglês, as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850(MARTINS, 1995, p. 41).

Com a Constituição republicana de 1891, as terras devolutas foram transferidas para os Estados e colocadas nas mãos das oligarquias regionais, cada Estado passou a desenvolver sua própria política de concessão de terras, transferindo grandes extensões para fazendeiros

²⁹ Expressão utilizado por FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988.

e empresas interessados na especulação imobiliária. Esse processo caracterizou-se principalmente no sul e sudeste (MARTINS, 1995). Os camponeses que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se aos grandes fazendeiros, ou empresários - no caso do café-, a trabalhar para a grande fazenda para juntar suas economias e futuramente também comprarem suas terras, quem sabe aos próprios fazendeiros seus patrões. Não obstante, a grande extensão territorial e a baixa densidade demográfica favoreciam a formação de grandes latifúndios onde grandes porções eram ocupadas com estabelecimentos esparsos de moradores, que deles dependiam econômica, social e politicamente.

A situação de *facto* se refletiu na situação de *jure*, quando a primeira Constituição republicana, de 1891, estabeleceu, em seu artigo 73, § 17, que o direito de propriedade mantém-se em toda sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, mediante indenização prévia. Até certo ponto, esse dispositivo constitucional mantinha igual disposição da Constituição imperial de 1824: a exigência da indenização prévia, em dinheiro, seria o grande empecilho a qualquer política de reforma do sistema fundiário (ANDRADE, 1987, p. 41).

O latifúndio, com o respaldo constitucional e legal, podia agora expandir-se pelo imenso espaço territorial brasileiro, desde que houvesse condições econômicas favoráveis. Nas áreas mais dinâmicas como aquelas dedicadas à plantação do café, cana e cacau, adotaram relações de trabalho que levaram ao sistema do assalariamento, cada área à sua maneira. Em outras áreas, como o sertão nordestino, onde as terras eram abundantes e faltava mão-de-obra, surgiram outras formas de relação de trabalho como o arrendamento de pequenos sítios, a parceria e a concessão de terras pelo escambo de produção.

Durante a República Velha (1889-1930), o poder dos coronéis foi fortalecido pela política dos governadores, cujo sistema de dominação mantinha-se pela força e contava com o apoio da Igreja Católica. Essa instituição, segundo Manuel Correia de Andrade(1987), influenciou ideologicamente a manutenção do sistema latifundiário. Nesse período,

Os trabalhadores rurais, analfabetos e isolados por léguas de distância dos centros urbanos, não dispunham de formas modernas de comunicação, e tinham acesso às informações através dos condutos controlados pela classe dominante. A burguesia, embora com interesses às vezes conflitantes com os dos latifundiários, não tinha condições de formar uma forte oposição no sistema de dominação (ANDRADE, 1987, p.41).

Com a Constituição de 1934 abriu-se o debate sobre os problemas nacionais que já se encontravam na imprensa e no meio intelectual. No campo político o problema da terra preocupava as esquerdas, reunidas na Aliança Nacional Libertadora (ANL), influenciadas

pelo comunismo. Mas o campesinato era considerado politicamente impotente e deveria ser comandado pelo operariado urbano, considerado, pelos marxistas, uma categoria naturalmente revolucionária. Isso não foi empecilho para que os grupos comunistas penetrassem no campo e formassem blocos operários-camponeses para disputar as eleições, colocando em pauta a discussão sobre a distribuição e o uso da terra no Brasil.

Essa, a Constituição de 1934, deu um passo adiante sobre a de 1891 - embora este passo nunca tenha sido além do próprio texto constitucional- ao afirmar, em seu artigo 113, que “é garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização” (ANDRADE, 1987, p.47). Consagrava também, entre outras coisas, o usucapião em terras de até dez hectares, desde que fossem devolutas e que a posse se traduzisse na produtividade da terra com o trabalho do beneficiado.

Andrade(1987), ao analisar esses dispositivos constitucionais à luz do pensamento dominante daquela época e, considerando o fraco poder de pressão dos camponeses, observa que tais dispositivos representavam uma posição progressista. Eram dispositivos que procuravam vincular o direito de propriedade aos interesses da sociedade.

Na época, os estudiosos da problemática agrária, que combatiam o latifúndio propunham como medidas para refrear os males que ele causava, apenas a criação de um imposto territorial progressivo que desestimulasse o interesse do proprietário em manter grandes os domínios improdutivos (ANDRADE, 1987, p. 48).

A Constituição de 1937 determinava em seu artigo 122 que o direito de propriedade só poderia ser atingido nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública, e com indenização. Para Andrade(1987) a indenização permanecia como um grande entrave para qualquer mudança fundiária; para desapropriar, o governo teria que pagar antecipadamente o valor da terra estabelecido pelo mercado. A falta de capital para indenizar os proprietários de terra sempre foi um grande empecilho para resolver problemas de terra, como ainda hoje é para a realização da reforma agrária e a regularização dos territórios quilombolas. Embora a grande causa da obstrução no processo de luta pela reforma agrária decorria, inicialmente, da falta de condições de organização dos camponeses para pressionar os latifundiários e o Governo. Essas condições só vão se fazer presentes a partir da década

de 1940, conforme a área do país, com o surgimento dos meios de comunicação e a abertura de estradas.

Com a queda do Estado Novo, em 1945, e a reunião da Assembléia Constituinte, elaborou-se uma nova Constituição que, em seu artigo 141, garantia o direito de propriedade admitindo que as desapropriações fossem feitas por necessidade, utilidade pública ou interesse social, “mediante previa e justa indenização em dinheiro”. E o artigo 147 estabelecia que “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, observando o artigo 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. Ao lado desses dispositivos permaneciam outros estabelecidos pelo Estatuto de 1934 que dispunham a respeito da colonização, do aproveitamento de terras públicas e proteção aos posseiros. (ANDRADE, 1987).

Dispositivos, e mais dispositivos constitucionais. No entanto, o problema da estrutura fundiária no Brasil continuava sem solução. Até que, conforme ressalta Martins(1999),

Depois de décadas de imobilismo, quebrados eventualmente pelos movimentos messiânicos e por anárquicas manifestações de banditismo rural no Nordeste, mas também em São Paulo e Santa Catarina, os trabalhadores rurais de várias regiões, durante os anos cinquenta, começaram a manifestar-se de modo propriamente político (MARTINS, 1999, p. 60).

Essa participação política das massas camponesas foram os primeiros passos em direção a pequenas, mas significativas, conquistas em direção à democratização da posse e uso da terra no Brasil. Insere-se, nesse contexto, a formação das chamadas Ligas Camponesas, um dos mais importantes movimentos sociais do campo, surgido no Brasil na década de 1950. “Nesse sentido as Ligas são parte do condutor da história das lutas sociais de nosso povo, desde o período da colonização até nossos dias” (STEDILE, 2006, p. 12).

Em 1955, organizou-se no Engenho Galiléia, na Zona da Mata pernambucana, sob a orientação do advogado Francisco Julião, a primeira Liga Camponesa. A entidade, que inicialmente era uma sociedade beneficente que dava assistência médica e realizava enterros dos sócios, despertou o temor do proprietário do engenho, que tentou despejar os agricultores. Os associados resistiram e exigiram as indenizações que lhes eram devidas. A reação do dono do engenho fez com que a Liga evoluísse de uma posição assistencialista para uma posição social, revolucionária e agressiva, organizando greves, invasões de

propriedades não utilizadas; ou seja, “ um movimento de massas, com enorme capacidade de mobilização, para defender a urgência da realização da reforma agrária com a palavra de ordem: “Reforma agrária na lei ou na marra” (STEDILE, 2006, p. 12).

A partir das Ligas, a luta pela terra tomou a dimensão de conflito com repercussões na empresa e entre intelectuais de esquerda, a exemplo de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. “O que pesaria decididamente no modo como os militares acabaram interpretando o movimento camponês das Ligas, como episódio de uma revolução agrária comunista em andamento” (MARTINS, 1999, p.60).

O objetivo inicial das Ligas era a aprovação de uma lei de reforma agrária, até então inexistente na legislação brasileira. Como as elites se opuseram a esse projeto, os camponeses não hesitaram em intensificar a luta, transformando-se num o movimento social de intensa mobilização política.

Ao longo de toda a existência das Ligas Camponesas (1954-1964), embora de curta duração (apenas dez anos de vida organizativa), sua luta se pautou pela cotidiana mobilização das massas. Desde a ocupação de engenhos até grandes manifestações urbanas, as Ligas demonstraram sua força, quando reuniram em Recife, mais de 50 mil camponeses vindos de todo o Estado, em uma grande manifestação, fato que jamais se repetiu na história pernambucana (STEDILE, 2006, p. 13).

A partir a década de 1960, quando as Ligas Camponesas estavam prestes a se transformarem em uma organização política com um programa político que vai além da questão agrária, veio o golpe militar de 1964 e com ele a perseguição política que recaiu sobretudo contra “as Ligas Camponesas, que foram destroçadas, seus líderes presos, torturados, mortos, exilados. Muitos de seus líderes de base e militantes foram assassinados pelos próprios fazendeiros/usineiros e seus esbirros” (STEDILE, 2006, p. 14).

A legislação sindical, embora prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho, compatível com a Constituição de 1946, era barrada pela pressão do bloco agrário. No entanto, as lutas sociais no campo levaram ao questionamento da dominação dos grandes proprietários, baseada na exclusão política de camponeses e trabalhadores rurais. No debate sobre a questão agrária os intelectuais priorizavam o aspecto distributivo da terra e a emergência de uma legislação que regulamentasse as relações de trabalho no campo.

Não é assim de esperar que a evolução da economia agrária se oriente para a transformação de seu tipo e estrutura, sem o concurso de fatores estranhos e

que imprimam a essa evolução um sentido predeterminado. Numa palavra, sem a reforma agrária. Para que a utilização da terra deixe de ser o grande negócio de uma reduzida minoria, e se faça em benefício da população trabalhadora rural que tira dessa terra o seu sustento, é preciso que se favoreça e fomente por medidas adequadas o acesso da mesma população trabalhadora à propriedade fundiária. (PRADO JR, 1979, pp.82-83).

Em 1963, face a intensa mobilização política no campo com o agravamento dos conflitos sociais em torno da questão da terra, o então presidente João Goulart sancionou a lei aprovada no Congresso Nacional que regulamentava os dispositivos sobre o Estatuto do Trabalhador Rural³⁰ – Lei nº 4.214 de 02 / 03 / 1963, regulando as relações de trabalho no campo, até então à margem da legislação trabalhista.

Naquele momento, a luta dos trabalhadores já adquirira uma importante força política. As Ligas Camponesas estavam espalhadas e se estendiam por diversas áreas, notadamente no Nordeste e os Sindicatos Rurais eram uma realidade com a criação, em dezembro de 1963, da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Essa Legislação, segundo Prado Júnior(1979), era o acontecimento mais importante no debate sobre as reformas de base do Governo João Goulart.

A extensão da legislação social-trabalhista para o campo e a proteção legal do trabalhador rural [...] têm um alcance econômico e social que raros diplomas legais tiveram até hoje entre nós. Apesar das graves falhas que apresenta a lei promulgada, [...], seus efeitos serão consideráveis, pois se efetivamente aplicado com o devido rigor, promoverá por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas neste país. Será, podemos dizer, uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888 (PRADO JR, 1979, pp. 142-143).

Para esse autor, o Estatuto é falho por descuidar da diversidade de relações no campo, não dando a devida importância às diferenças existentes nas relações de trabalho na agricultura e na pecuária em comparação com as relações de trabalho na indústria e no comércio. Mesmo assim, a conquista de direitos pode elevar a um novo patamar a situação social da população rural, permitindo o aprofundamento da luta pela solução da questão agrária.

No mesmo caminho da consolidação dos direitos da população rural se encontra a Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras

³⁰ Essa Lei foi revogada pelo Artigo 21 da Lei nº 5.889 de 08.06.1973.

providências. Promulgada pelo então presidente Humberto de Alencar Castello Branco - regime militar - a Lei é resultado das lutas e reivindicações dos movimentos sociais anteriores ao golpe militar, que exigiam profundas mudanças estruturais na propriedade e no uso da terra no Brasil. Assim, no Capítulo I do Estatuto da Terra, intitulado Da Reforma Agrária, - Dos Objetivos e dos Meios de Acesso à Propriedade Rural-, no Artigo 16, afirma que “a reforma agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”.

A reforma agrária pressupõe a desconcentração e democratização da estrutura fundiária, a geração de ocupação e renda, diversificação do comércio e dos serviços no meio rural, redução de migração campo-cidade, interiorização dos serviços públicos básicos, democratização das estruturas de poder e promoção da cidadania e da justiça social. No entanto, Florestan Fernandes(1978) nos alerta para o fato de que no Brasil nunca tenha se realizado nenhuma reforma estrutural. As elites e as oligarquias sempre conseguiram abortar a concretização de reformas estruturais, como a agrária – condição indispensável para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país.

O Brasil ainda possui uma grande concentração de propriedade da terra. É aqui que se encontram as raízes dos conflitos rurais, da injustiça social e da disputa que culmina com a degradação do meio ambiente. São milhões de pessoas sem acesso à terra - inclusive quilombolas e índios - que atualmente protagonizam as lutas pela democratização do uso da terra, do poder e das riquezas, elementos que fundamentaram o Estatuto da Terra e tornam-no ainda atual nos dias de hoje.

A partir de 1970, com a “descoberta das Comunidades quilombolas”, proporcionada pela luta política do movimento negro contemporâneo e o exercício intelectual de autores como Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Joel Rufino, Kabengele Munanga e outros, a questão quilombola foi recolocada no debate nacional e culminou com a publicação do artigo das Disposições Transitórias (68), que dá direito à titulação de terras ocupadas pelas comunidades reconhecidas como quilombolas. Assim, a Constituição Brasileira de 1988 criou a garantia constitucional para a posse das terras das comunidades quilombolas. O artigo 68 do ADCT determina: “Aos remanescentes das comunidades dos Quilombos que

estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Após a instituição do artigo 68 vieram outros textos normativos disciplinares e, por todo o país, seguiram as lutas por reconhecimento de direitos territoriais levados a feito por comunidades negras, em diferentes regiões do Brasil. Esse movimento incentivou o debate em torno da questão quilombola na esfera pública e possibilitou a abertura de um espaço de disputa em torno da interpretação dos preceitos trazidos pelos artigos constitucionais. O alcance que teria a norma constitucional, a identificação dos povos beneficiados e, os órgãos competentes para realizar os procedimentos cabíveis tornaram-se pautas de discussões em plenários, congressos e seminários e começaram a integrar textos de leis e decretos. O quadro de implementação das normas, pouco consolidado em torno dos procedimentos a serem seguidos, como os diferentes caminhos trilhados nos estados para o encaminhamento de demandas, revela mais do que a dificuldade de disciplinar em um corpo homogêneo a diversidade de casos.

Todos esses elementos apontam para os desacordos em torno da amplitude da questão quilombola e os usos de instrumentos políticos e jurídicos na produção de normatividades. Essa problematização está implícita na trajetória de normas, pareceres, decretos expedidos para disciplinar a matéria; nas noções e conceitos colocados em jogo e na análise mais detida dos detalhes dos processos administrativos.

A expedição de atos normativos relacionados à previsão constitucional de direitos dos quilombolas teve início com a publicação da Portaria 307, em 1995, pelo INCRA. A portaria disciplinava a demarcação de áreas quilombolas e a criação do projeto especial quilombola em áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas pela União em processos de desapropriação. O ato vinha dar respaldo à ação do INCRA, em alguns estados como Bahia e Pará, em que haviam sido instaurados procedimentos para a regularização de territórios quilombolas. Adotava como fundamento jurídico para as desapropriações, em benefício de comunidades quilombolas “o interesse social para fins de reforma agrária” (SUNFELD, 2002, p. 47).

Entre novembro de 1995 e novembro de 1998, foram expedidos 6 títulos pelo INCRA no estado do Pará. A expedição desses títulos foi realizada principalmente em terras públicas federais, arrecadadas e matriculadas em nome da união. Para Treccani (2006, 102-103) o INCRA já contava, naquele

momento, com um procedimento para expedição de títulos em terras públicas. Nesse mesmo contexto, em que se expediam portarias, discutiam-se dois projetos legislativos visando à promulgação de uma legislação para “regulamentar o artigo 68”. No Senado tramitava o projeto de lei 129 de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva, do PT de RJ, ligada ao movimento negro urbano. E na câmara dos deputados, Alcidez Modesto (PT/BA), ex-padre católico e ligado à militância da CPT realizava uma proposta um pouco distinta, pois o deputado atuava na situação de conflito envolvendo a comunidade de Rio das Rãs, na Bahia. O deputado Luiz Alberto (PT-BA), relator da Comissão da Câmara encarregada de analisar os projetos de lei, apresentou um substitutivo juntando as propostas anteriores num único projeto de lei (nº 3.207/97) que, depois de muitos debates e reformulações, foi aprovado pelo Congresso Nacional em 18 de abril de 2002 (BRUSTOLIN, 2009, pp. 6-7).

Ao mesmo tempo em que às discussões aconteciam no parlamento, órgãos do governo iniciaram um processo de regulação dos trâmites necessários e dos critérios a serem observados no reconhecimento das terras de quilombos. A Fundação Cultural Palmares expediu a Portaria 25, em 1995, disciplinando a constituição de grupo para estabelecer as normas aos trabalhos de identificação e delimitação das terras ocupadas por comunidades de quilombolas. Em 1996, foi criado um grupo de trabalho interministerial com o objetivo de elaborar propostas de procedimentos administrativos necessários à implementação do artigo. A iniciativa de setores do governo, principalmente, a Fundação Cultural Palmares(FCP) e a Casa Civil, resultou numa proposta de decreto. Essa proposta encontrou forte resistência, pois não considerava as contribuições discutidas nos encontros de representantes do movimento quilombola e negro com parlamentares do Congresso Nacional, onde estavam tramitando as duas propostas de regulamentação do artigo 68. O texto do decreto não refletia, nem aproximadamente, os debates que vinham sendo realizados. O desacordo entre movimento e governo levou o primeiro, através da Articulação Nacional das Comunidades Rurais Quilombolas(ANCRQ), a preparar, durante encontro de comunidades negras rurais do nordeste, realizado em Teresina (PI) em outubro de 1999, um documento ameaçando cortar todas as relações com a FCP.

No âmago desses desentendimentos, começaram a ser expedidas Medidas Provisórias que acabaram atribuindo a competência para executar as ações de regularização fundiária para o Ministério da Cultura (MinC) através da Fundação Cultural Palmares. Em 2001, houve uma maior especificação das atribuições do MinC, a partir da Medida Provisória(MP) 2.123-28/01, que passou a aprovar a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos, bem como determinar as suas demarcações, que serão homologadas mediante

decreto. De acordo com Arruti (2003), a partir dessas medidas provisórias, a Fundação Cultural Palmares tornou-se a única responsável pelo tema, colocando em risco processos já iniciados por outras agências governamentais, como o INCRA.

A Constituição sinaliza com uma política fundiária para a universal titularização dessas áreas e conseqüente preservação da cultura e organização social das comunidades que as habitavam, coerente com a diversidade sócio-cultural e étnica da sociedade brasileira, reconhecida em seus artigos 215 e 216 e com as diferentes formas de ocupação da terra decorrentes dessa diversidade. Entretanto, apesar da lei, e de muitas comunidades quilombolas já terem sido reconhecidas e tituladas, a maioria delas não têm a posse efetiva da terra. É o caso de Conceição das Crioulas. “O título de posse de 17 mil hectares, concedido pelo governo federal em 2000, representa apenas 30% da área original. Mesmo com a titularidade, as invasões por grileiros e os conflitos são constantes³¹” (SILVA, 2010).

Essa situação em relação às terras em Conceição das Crioulas é, de acordo com o quilombola Andreilino Mendes “uma coisa que aflige muito pois é da terra que a gente tira nosso sustento. É agricultura, é artesanato, é disso que a gente vive³²”.

Para a quilombola Maria Aparecida Mendes Silva o fato de possuírem a titulação leva à falsa impressão de que o problema da terra em Conceição das Crioulas já fora solucionado. Ao contrário, o que existe de fato é um acirrado conflito entre os quilombolas e os fazendeiros. Sendo que estes agora enfrentam os “ataques” do movimento político organizado pela comunidade.

(...) A comunidade de Conceição das Crioulas hoje tem o título das terras e temos um movimento muito forte, mas oficialmente não temos acesso à terra que é nossa... pra todos os efeitos, pra quem tá lá fora, pra que tá longe da gente imagina que a nossa situação referente à questão fundiária está resolvida, mas nós que estamos lá na comunidade sabemos que não é essa a verdade, né... Estamos, realmente com o documento, mas quem tá lá dentro da área titulada... é uma área de 17 mil hectares aproximadamente, mas o povo de Conceição das Crioulas continua na luta por suas terras... porque as terras continuam sob o domínio dos fazendeiros. E agora de uma forma muito mais agressiva depois dos títulos que aconteceu em 2000.... É agora de forma bem mais agressiva. Porque antes acreditavam que o povo negro de

³¹ Givânia Maria da Silva, em entrevista realiza por AnaCris Bittencourt da IbaseNet ,em 11/07/2003. Disponível no site: http://br.dir.groups.yahoo.com/group/niem_rj/message/760. Acessado em 15/01/10

³² Andreilino Antônio Mendes, em entrevista feita por mim, em 28/01/10

Conceição das Crioulas só servia para dizer amém como eles bem diziam. Hoje a gente tem um certo nível de organização... mas os fazendeiros usam de manipulação certo? E começam a criar estratégias dentro do quilombo... usando da inocência do próprio povo, aqueles que estão mais desinformados, no sentido de nos organizar³³ (SILVA, 2010).

A quilombola deixa claro nas suas palavras toda a problemática da comunidade no momento presente. Mesmo possuindo o título da terra, os habitantes não estão utilizando as mesmas para sua sobrevivência. Esse discurso traz à baila todos os problemas que envolvem a questão fundiária não apenas em Conceição das Crioulas, embora aqui existam suas singularidades, ou em Pernambuco, que não é um caso específico do Nordeste, mas de todo Brasil.

A busca da terra é justificada pelos quilombolas de Conceição das Crioulas por uma necessidade de sobrevivência familiar. Tal necessidade leva-os ao enfrentamento dos fazendeiros e revela um duplo sentimento de esperança e medo: “nós fizemos um roçado naquela terra, mas depois eu pensei bem e disse assim: meu filho! Vamos sair daqui? Ai fomos pro nosso ranchinho! Mas um dia nós vamos ter a terra pra plantar, criar peixinhos³⁴”(DONA SANTA, 2010).

Assim, percebo que o medo e a esperança são sentimentos bem presentes em Conceição das Crioulas. O primeiro se manifesta tanto nas falas públicas dos quilombolas, durante os eventos políticos, como no cotidiano dos mesmos quando refletem sobre suas condições de sobrevivência naquela comunidade. Falar de si próprios significa falar dos “outros”, dos que não são quilombolas e com eles não comungam dos mesmos interesses. Esses “outros” se lhes apresentam como uma ameaça, não só ao projeto político dos quilombolas, mas também, à própria integridade física dos mesmos. Por outro lado, a certeza de que o movimento que encabeçam é legítimo, pois a lei assegura-lhes o direito àquela terra, faz surgir entre os quilombolas um “fio” de esperança que se manifesta como uma válvula de escape para aquela situação de sofrimento e medo.

³³ Maria Aparecida Mendes Silva, em entrevista feita por mim, em 29/01/10

³⁴ Trecho da fala da quilombola dona Santa, gravado por mim, durante evento político comemorativo aos dez anos de existência da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas: “AQCC 10 anos”, nos dias 15,16 e 17 de julho de 2010.

A maneira como a terra é distribuída e apropriada determina as relações que compõem a questão fundiária. A condição de ser ou não proprietário de terra influencia decisivamente nos resultados obtidos por aqueles que nela trabalham. Manuel Correia de Andrade(2005), ao se referir à questão fundiária em Pernambuco, e aos problemas econômicos por ela provocados entre a população, faz o seguinte comentário:

(...) Acreditamos que uma das causas que mais contribuem para agravar esse problema é a estrutura fundiária dominante desde a colonização, e que tende de forma sensível para a concentração da propriedade e a falta de garantia de contratos escritos respeitados, que permitissem maior estabilidade aos “meeiros” no Agreste e no Sertão e aos lavradores e “foreiros” na Zona da Mata. Na realidade, aqueles que cultivam por contra própria a terra alheia, mesmo pagando renda regulamente aos proprietários, vêm-se quase sempre sem garantias contra os interesses e, às vezes, a prepotência destes, devido não só a uma legislação omissa e desatualizada, como, principalmente, ao desnível entre o poder econômico e o político existente entre o arrendatário e o médio e grande proprietário (ANDRADE, 2005, pp. 62-63).

No caso de Conceição das Crioulas, até mesmo a condição de “meeiro”, ou de “rendeiro”, bastante comum nas relações existentes entre os que possuem e os que não possuem terra, tornou-se inviável a partir do momento em que os quilombolas tornaram-se conscientes do direito que a Lei lhes assegura sobre o território que pertencera a seus antepassados. Não sendo tal direito reconhecido pelos fazendeiros, que sempre se consideram verdadeiros donos das mesmas terras, também reivindicadas pelos quilombolas, o conflito entre os dois grupos tornou-se iminente.

Para a proprietária de fazenda dona Maria Alves de Carvalho,

Tem essa história no mundo, que essa terra é dos moreno, mas meu avô só morou aqui porque comprou. Veja bem: quando eu ouvia os outros conversar, eu escutava o que os outros diziam. Meu avô foi quem comprou isso aqui pra os filhos; ele comprou essa, e quando eu olhei na escritura, falava na Serra da Boa Sorte, que é aquela ali. Agora, essa escritura mais pra cá era feita à mão (...) a escritura falava naquele lado de lá e tudo, como ele comprou e veio morar aqui, já tinha nego habitando lá. Ele nunca gostou de questão com os negros (...) ai ficou, eles morando lá e nós do lado de cá. Desse lado (direito) tinha uma linha, agora desse outro (esquerdo), não. Ficou desmantelado desse lado porque os negros, não tinha condição de trabalhar, num tinha gosto com nada, e meu avô era muito trabalhador, ele mesmo foi quem fez essa casa! Aí uma geração de caboco que tinha aí deixou meu avô tomar de conta de um pedaço de terra e fazer o que quisesse (...). Eu nasci e me criei aqui, num tô gostando nada dessa história, meu ramo de vida é fazenda mesmo. Eu nunca sai daqui, deixei de estudar na Escola Normal e moro aqui, tenho meu gado, meus bode (...). Aqui tá perdendo o valor, todo mundo tá querendo ser maconheiro, tem um homem da Conceição preso, foi inventar de plantar maconha (...). Meu pai nunca

perdeu na questão, porque o povo aí da Paula, as cabocas velhas – não têm mais nenhuma viva – foi quem deu a terra a ele pra trabalhar. Aí quando os mais novos deram parte as benfeitorias valiam mais que a terra³⁵ (CARVALHO, 2000).

Destaquei alguns trechos do depoimento de dona Maria Alves de Carvalho, por considerar algumas afirmações contraditórias. A princípio, ela afirma que seu avô só morou naquelas terras, porque havia comprado. Mas admite que em determinada área da terra, já havia negros morando e, em seguida, afirma que “uma geração de caboco” consentiu que seu avô tomasse conta de um pedaço de terra e, por fim, reconhece que seu pai só não perdeu a questão com os negros, porque foram as caboclas velhas, já falecidas, quem deram a terra para ele trabalhar. Assim, quando os negros mais novos reclamaram o direito à terra, as benfeitorias feitas por seu pai, José Nel de Carvalho, já superavam o valor da terra.

Percebo aqui uma disputa em torno da definição de quem controla os significados, de quem está autorizado a falar, a reclamar seus direitos. Assim, para muitos não-quilombolas a comunidade de Conceição das Crioulas se apresenta como um problema. O fazendeiro Francisco, fala daquilo que incomoda ou que causa constrangimento e cuja solução, entende ele, depende de decisão governamental:

(...) Ai o INCRA foi lá, mediu, enrolou, já liguei não sei quantas vezes, porque eu tou doido que o governo desapropri com justiça, me pagando direitinho, pra mim sair dali por causa dos quilombolas... estou doido que esse relatório fosse aprovado lá pra vê se pelo menos a minha (propriedade) é desapropriada pra mim sair dali pra nunca mais botar nem os pés ali, por causa daqueles negros. Olhe, eu sou uma pessoa que não sou racista, não sou racista de jeito nenhum, eu sou um homem obedecente das Leis, eu sou um homem que obedece a Constituição Federal, acho que todos nós somos iguais perante a Lei, perante Deus, perante tudo. Então eu acho que todos somos iguais, mas de tanto desacato, de tanto desagravo, de tanta coisa que esses quilombola fizeram comigo lá quando eu vejo uma pessoa com pele escura eu já fico com medo de me relacionar. (...) Os quilombola é um grupo pequeno, arengueiro, chato, antipático, e racista... Racista no sentido de discriminar porque eu sou loiro e tenho olhos azuis, eles olham pra mim com cara feia. Já os índios não, quando me vê me abraça é aquela alegria toda, entendeu como é diferente? Parece que é a criação, alguma coisa ou esse povo sofreu muito no passado aí, e quer descarregar nos do futuro como é que pode um negócio desse? Não pode. Isso não existe, como? Somos brasileiros, somos todos iguais³⁶(ALENCAR, apud SILVA, 2006).

³⁵ Depoimento de dona Maria Alves de Carvalho, em entrevista feita por mim, em 08/09/00

³⁶ Depoimento do fazendeiro Francisco Alencar, citado por SILVA,, 2006, p. 25

O discurso é bastante complexo e repleto de significados. Dentre eles o de que a luta é vista como um desacato ao direito, às autoridades, desrespeito às Leis. O INCRA aparece como a entidade com poder de solucionar as questões, aquela que tem o poder de demarcar, desapropriar, desde que os “direitos”, “os seus direitos,” sejam respeitados, - “me pagando direitinho”-, indenizar e definir quem seriam finalmente os legítimos donos da terra. O preconceito sobre a comunidade se manifesta de forma sutil, usando como argumento para seu não-racismo a Constituição Federal e as Leis de Deus, códigos normativos legais e legítimos, acima do bem e do mal. Assim, o fazendeiro legitima seu poder de fala: legítimo proprietário, obediente às Leis e à Deus, um cidadão. Os quilombolas, ao contrário, são aquelas pessoas que estão usurpando seus direitos, transgressores, racistas, rancorosos e agressivos.

Por outro lado, os quilombolas acusam os fazendeiros de, ao longo dos tempos terem praticado uma sutil apropriação de suas terras:

Antes do movimento quilombola a gente ignorava o passado, aí se a gente não tivesse tomado a iniciativa os fazendeiros iam contar a história do jeito que eles queriam. Aqui viveram vários fazendeiros, Zé Albino, que comprou uma fazenda ali em baixo, de uma senhora que não era daqui e vendeu a João Pompílio, que vendeu a Chicola³⁷ que é dono dessa fazenda abaixo da vila, uma fazenda que se estendeu muito entrano nas terras dos preto. Como se diz, “com banana e bolo e engana os tolo” e eles enganaro muito de nosso povo. Os negros não tinha o que fazer. Os esperto se fazia de amigo, de compade sem ser, vai um gole de cachaça, vai um pacote de fumo e os negros se abestaiava e dava os filho pra eles ser padrinho³⁸ (CONCEIÇÃO, 2010).

Chamo a atenção para o depoimento de dona Generosa, pois ele sugere que a formação das grandes fazendas em Conceição das Crioulas se deu a partir da expropriação (de forma consentida ou não) das terras dos negros e que estes tinham uma dependência em relação aos fazendeiros. Sobre a expansão dos latifúndios Manuel Correia de Andrade(1987) faz a seguinte análise:

³⁷ O proprietário Chicola, a quem a quilombola Generosa se refere, e o fazendeiro Francisco, cujo depoimento foi citado anteriormente, são a mesma pessoa. Trata-se, na verdade, de Francisco Alencar, fazendeiro e político que vive em constantes conflitos com os quilombolas. Mais adiante, no capítulo sobre a política, falarei mais sobre ele.

³⁸ Depoimento da quilombola Generosa Ana da Conceição, em entrevista feita por mim, em 29/01/10

A pequena propriedade dificilmente subsistia próximo ao latifúndio, pois os latifúndios facilmente expandiam seus domínios, ora forçando a venda por parte dos pequenos proprietários, ora simplesmente expulsando-os da gleba que exploravam. Uma prática muito usada pelos latifúndios era a de soltar o gado nas plantações dos pequenos produtores, quando se aproximava a época da colheita, provocando a ruínas destes. O pequeno produtor não tinha a quem recorrer para pedir providências, uma vez que os grandes proprietários tinham o controle do poder político administrativo (ANDRADE, 1987, p.40).

Percebe-se, tanto na narrativa da quilombola dona Generosa como nas palavras de Manuel Correia de Andrade, relatos dos mecanismos de desapropriação dos pequenos proprietários, pelos latifundiários, no sertão nordestino. No tocante às terras que perteceram aos antigos quilombos, e que hoje são reclamadas pelos quilombolas, a utilização de procedimentos expropriativos me parece bastante visível.

Depoimentos como o de dona Generosa são frequentes nos discursos dos quilombolas numa tentativa de reforçar o mito fundador da comunidade, segundo o qual, as terras pertenciam por direito às seis crioulas, suas ancestrais e que, no passado, foram tomadas por fazendeiros brancos. “Os brancos chegavam aqui e pediam me dê pr’eu colocar um curral aí (...) já aqueles tolos já dava os filhos pra eles ser padrinho e aí eles iam entrando, se apossando(...) eles ficava com tudo e nós quase nada”³⁹.

Analisando as duas versões – branca e negra – observa-se que há pontos de convergência entre elas. Se houve compra, pode, também, ter havido apropriação indevida, o que colocaria esses fazendeiros na condição de posseiros ou grileiros, como afirmam os negros. Para Maria Aparecida Mendes Silva,

(...) a grilagem cartorial é uma questão, aonde o pessoal diz que eles têm o documento, que a terra é escriturada, aí tio Virgínio chega e diz: ah! essa escritura é falsa! Ela não existe. Então, já havia uma escritura e de repente se criaram novas escrituras. Isso se denomina grilagem cartorial. Alguém pede a alguém prá fazer um documento sem o consentimento do verdadeiro dono, foi o que eu pude entender da leitura que fizemos sobre grilagem cartorial⁴⁰(SILVA, 2010).

Essas representações retratam bem a questão fundiária em Conceição das Crioulas. Apesar de ter sido uma das primeiras comunidades quilombolas reconhecidas pelo governo

³⁹ **Luta pela terra.** In: Crioulas, panfleto de divulgação da comunidade. s/d.

⁴⁰ Maria Aparecida Mendes Silva, quilombola, em entrevista feita por mim, em 29/01/10

federal, tendo documento de titulação desde 2000, até hoje os quilombolas não puderam explorar as terras que juridicamente são suas. Cerca de 70% das terras consideradas de quilombos estão em mãos de fazendeiros, a exemplo de uma grande fazenda localizada ao lado norte da vila Centro pertencente ao fazendeiro Francisco Alencar (Chicola), citado anteriormente, que mora em Salgueiro, e disputa com os quilombolas a propriedade da terra. Para os quilombolas essa situação “só acontece devido a lentidão do governo brasileiro quando se trata de resolver questões fundiárias de territórios quilombolas”⁴¹.

Para os quilombolas os fazendeiros foram, e continuam sendo, os expropriadores das terras das crioulas. Hoje também são apontados como desarticuladores da luta política dos quilombolas, já que tentam colocar os negros uns contra os outros. “Essa questão da terra deixou muito mal entendido aqui, eles - os fazendeiros - disseram pra nosso povo, pra aqueles que não são engajados na luta, que quem não for quilombola vai ter que ir embora. E aqui tem muita gente que diz: sou negro mas não sou quilombola e fica contra a gente”⁴² (MENDES, 2009).

Percebo aqui uma divisão interna da comunidade. Apesar da consistência do movimento social e político ali existente, nem todos fazem parte dele. Ser negro não significa necessariamente ser quilombola; em alguns casos o “ser negro” está relacionado tão somente à cor da pele. A identidade de quilombola é bem mais complexa e, por vez, atribuída a quem se identifica com a luta pela terra e participa efetivamente do movimento. Dessa forma, é possível encontrar, em Conceição das Crioulas, pessoas de pele branca - embora em pequena quantidade - que fazem parte do movimento social e se identificam como quilombola.

A situação de conflito, desconfiança e ressentimento por parte dos que não possuem terra em relação aos fazendeiros me parece não acompanhar toda a trajetória histórica das questões de terra no Brasil, sendo portanto, um fenômeno recente. Manuel Correia de Andrade(1987), ao se reportar à questão agrária no Brasil do início do século XX, afirma que os jovens militares da Coluna Prestes, ao percorrerem os sertões em luta contra as forças

⁴¹ **Luta pela terra.** In: Crioulas, panfleto de divulgação da comunidade. s/d.

⁴² Depoimento do quilombola Antônio Mendes, gravado por mim, durante um evento acontecido em Conceição das Crioulas, em 14/08/09.

legais dos coronéis, esperavam contar com o apoio da população que supostamente estava revoltada diante de situação em que vivia. Para surpresa dos militares, “essa população já estava conformada com os padrões de dominação e via nos coronéis que a explorava, os compadres protetores, a quem recorria nas situações difíceis; não se lembrava que esses mesmos coronéis a explorava e tomavam suas terras e sua produção” (ANDRADE, 1987, p.44).

Em vez da atitude de conformação apontada pelo autor, talvez possamos imaginar que a posição tomada pelos camponeses tenha sido motivada por outros fatores como, por exemplo, a inexistência, na época, de uma organização política que pudesse agregá-los e fazê-los acreditar no seu poder político de transformar a realidade social em que viviam; ou o desconhecimento, por falta de acesso a meios de comunicação, em relação aos verdadeiros objetivos da Colunas Prestes.

Em Conceição das Crioulas a dominação existiu durante longos anos e continua existindo. Entretanto, nem essa situação e outras as dificuldades que se impõem aos quilombolas, são suficientes para enfraquecer a luta. Ao contrário, ela cresce a cada dia internamente e busca articulações externas mais amplas para se fortalecer. Um exemplo disso é a participação de membros da comunidade em eventos organizados pelo movimento quilombola em nível estadual e nacional.

Como objetivo de fortalecer o Movimento quilombola em Pernambuco, a Comissão Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas vem desenvolvendo diversas ações. Uma delas é investir na formação política de seus membros, visando cada vez mais a autonomia do movimento. E com esse propósito a Comissão Estadual realizou no dia 14 de março de 2007, em Olinda Pernambuco, uma oficina com o tema : as inovações da Convenção 169 da OIT, no Sistema Interno Brasileiro⁴³ (SILVA, 2007).

Entre os sujeitos de direitos a que se aplica a Convenção 169 da OIT estão os indígenas e os quilombolas, ambos reconhecidos como minorias étnicas do Estado na Constituição de 1988. A Convenção, por meio do Decreto Legislativo nº 143, que tem força de Lei, assegura às comunidades tradicionais terem, em qualquer ação por parte do Estado brasileiro, tratamento diferenciado em respeito às suas singularidades: espaço, cultura e modo de organização.

⁴³ Givânia Maria da Silva. In: **Povo quilombola faz estudos para buscar seus direitos**. Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 5- nº 11- agosto de 2007, p.6.

Para compreender melhor as especificidades da Comunidade de Conceição das Crioulas no contexto da questão fundiária, considero também relevante fazer rápidas considerações acerca do processo de ocupação das terras no sertão nordestino e as relações sociais ali desenvolvidas, especialmente de Pernambuco, onde a comunidade em estudo está localizada.

A política de terra no Nordeste é, de uma certa forma, decorrente de um processo de colonização diferenciado das demais regiões. Segundo Manuel Correia de Andrade (2005), o sertão nordestino inseriu-se no sistema colonial devido os movimentos populacionais vindos de Salvador e Olinda. Essas duas cidades se desenvolveram nos centros de áreas férteis (solos de massapé) e, conseqüentemente, como centros açucareiros, que comandaram os sertões com o objetivo de transformá-los em campos de pastagem para criação de animais destinados ao fornecimento dos engenhos e dos centros urbanos em desenvolvimento.

Desde o século XVI várias tentativas foram feitas no sentido de colonizar o sertão nordestino, sem contudo, lograr êxito. Só na segunda metade do século XIX o interesse pela região foi se tornando mais forte com a doação de sesmarias a senhores destacados nas guerras, e com a ampliação das propriedades pecuaristas.

Os grandes latifundiários deram muita importância ao gado e, desde o governo Tomé de Sousa, trataram de conseguir doações de terras, sesmarias, que cada vez mais penetravam o sertão. Assim, os primeiros conflitos armados e as primeiras expedições militares contra os índios do sertão foram financiadas pelos sesmeiros, entre eles os Garcia d'Ávila, proprietários da famosa Casa da Torre⁴⁴.

Garcia d'Ávila, por exemplo, ampliou suas terras à custa de uma guerra particular aos índios, e seu filho Francisco, em 1692, por requisição da própria Coroa, chefou homens contra a tribo Acroá, do sertão de Rodelas com o título de mestre-de-campo dos Auxiliares da Torre, Dias d'Ávila comandou 900 homens de seu regimento, moradores agregados das terras da Torre, além de 200 índios, 100 mamelucos e 150 escravos. Sua missão designada pela Coroa era abir caminho para o Maranhão, mas seus

⁴⁴ A Casa da Torre de Garcia d'Ávila localiza-se no atual município de Mata de São João, no litoral do estado brasileiro da Bahia. Erguida sobre uma elevação na atual Praia do Forte, no litoral de Tatuapara, foi originalmente denominada por seu proprietário como Torre Singela de São Pedro de Rates, embora tenha ficado mais conhecida como Castelo de Garcia d'Ávila, Torre de Garcia d'Ávila, Forte de Garcia d'Ávila ou Casa da Torre.

resultados foram basicamente a ampliação das sesmarias da Casa da Torre (SILVA, 2010, p. 137).

Nem o Rio São Francisco “deteve a ambição, a fome de terra dos homens da Casa da Torre, que através de seus vaqueiros e prepostos, estabeleceram currais na margem esquerda pernambucana, portanto do Rio São Francisco, e ocuparam grande parte dos sertões de Pernambuco e Piauí”(ANDRADE, 2005, p. 184). Até no Cariri cearense os D'Àvila possuíam terras das sesmarias e construíram os maiores latifúndios da Brasil. O avanço pernambucano, embora tivesse no século XVI se dirigido para o Rio São Francisco, logo foi desviado para o norte já que essa faixa de terra oferecia boas pastagens para o gado.

A Casa da Torre e seus proprietários, não só se exerceram uma forte dominação sobre a propriedade da terra, como também deram forma às relações de trabalho e produção que se estabeleceram no sertão.

Nesses sertões desenvolveram-se uma civilização *sui generes*. Aí os grandes sesmeiros mantinham currais nos melhores pontos de suas propriedades, dirigidos quase sempre por um vaqueiro que, ou era escravo de confiança, ou um agregado que tinha como remuneração a “quarta” dos bezerros e potros que nasciam. Outras áreas eram dadas em enfiteuse⁴⁵, os “sítios”, que correspondiam a uma légua em quadro e eram arrendados a 10 mil-réis por ano aos posseiros [...] o gado para chegar ao mercado consumidor faziam intermináveis caminhadas, havendo pessoas especializadas na condução desses animais. Antonil, com a precisão característica das suas observações, afirma que as boiadas eram compostas de 100 a 300 cabeças, sendo conduzidas por pretos, brancos, índios e mulatos (ANDRADE, 2005, pp. 187-188).

Em Pernambuco a penetração para o interior, para o sertão, intensificou-se a partir da segunda metade do século XVI. “Na verdade ela foi comandada do ponto de vista econômico, pela necessidade que tinham os senhores de engenho de Pernambuco e da Bahia de se abastecer de animais de trabalho para suas lavouras e de carne e couro para o consumo próprio e das vilas e povoações das matas”(ANDRADE, 2004, p. 80).

⁴⁵De acordo com o Dicionário Brasileiro, de Alpheg Tersariol, Editora Eddelbra, enfiteuse refere-se ao direito real em contrato perpétuo, alienável e transmissível para os herdeiros, pelo qual o proprietário atribui a outrem o domínio útil de imóvel, contra o pagamento de uma pensão anual certa e invariável; aforamento.

Na colonização do sertão, principalmente nos tempos iniciais, animais como o jumento, o bode, o porco e o carneiro foram muito utilizados. “O jumento, por sua resistência à seca e sua rusticidade, era muito utilizado para o transporte de mercadorias a longa distância e para os serviços urbanos como entrega de água nas cidades, antes de disporem de água encanada”(ANDRADE, 2004, p. 84). Ainda hoje esses animais são presenças fortes no sertão pernambucano. O jumento, não mais utilizado como meio de transporte, foi relegado à própria sorte nos campos, nas cidades e nas estradas, depois de ter sua importância imortalizada na música do “Rei” do Baião: “É verdade, meu senhor, essa estória do sertão. Padre Vieira falou que o jumento é nosso irmão” (Apologia ao jumento - Luiz Gonzaga e Zé Clementino, 1976). Os outros animais, fazem parte do pratos típicos consumidos no sertão, principalmente o bode, cuja criação, por ser adaptável ao semiárido, hoje impulsiona a economia nordestina.

No Sertão Central de Pernambuco, território onde a figura emblemática do jumento é presença em todas as paisagens, ainda hoje predomina o sistema de grandes fazendas, quase latifúndios, uma herança do passado colonial. Possuir grandes extensões de terra no sertão sempre foi símbolo de riqueza e poder. Mas, os grandes fazendeiros, como assinala Manuel Correia de Andrade(2005), não costumam administrar pessoalmente suas fazendas, pois moram em cidades próximas a elas, dedicando-se geralmente ao comércio, ou à política, e entregam-nas aos vaqueiros, que em nome de seus patrões administram as fazendas e dão ordens aos outros empregados, estabelecendo, assim, uma hierarquia de dominação e poder.

Como as atividades econômicas do sertão durante o período colonial eram a pecuária extra-extensiva, uma produção média de algodão e a agricultura de subsistência, a escravidão nunca foi tão intensiva como nas áreas de produção do açúcar. Mesmo assim, é possível encontrar no Sertão Central de Pernambuco algumas comunidades de populações negras que se identificam como quilombolas por terem sido fundadas por ancestrais negros escravos ou libertos, no período da escravidão. São elas: Zumbi dos Palmares e Feijão, no município de Mirandiba; Santana, Contendas e Conceição das Crioulas, em Salgueiro.

Essas comunidades, juntamente com muitas outras espalhadas pelo Brasil, viveram no anonimato durante o período da escravidão e permaneceram da mesma forma após a abolição. Entre outros fatores, contribuíram para isso um modelo construído e imposto de identidade nacional, segundo o qual a nação e a cultura brasileira passaram a ser concebidas como a síntese dos elementos culturais, étnicos e raciais. Muitos intelectuais brasileiros

corroboraram com esse pensamento, entre eles destaca-se Gilberto Freyre, principalmente com sua obra “Casa Grande e Senzala”, com a construção da argumentação da “democracia racial”. Esses elementos foram constituintes da percepção ideológica da nação brasileira hegemônica. Entretanto, o surgimento de organizações, como as quilombolas, que reivindicam ao Estado o reconhecimento de sua identidade, de seus direitos e costumes, as comunidades quilombolas começaram a fazer suas aparições públicas.

Nesse sentido, passaram a (re)contar a história de seus ancestrais, construir uma identidade étnica negra e defender direitos de cidadania. Esses direitos se traduzem numa “reparação” histórica pelos danos econômicos, psicológicos e morais causados aos negros pela Coroa Portuguesa e Estado Brasileiro durante a escravidão. Essas ações deram uma nova visibilidade ao movimento quilombola e levaram o governo brasileiro a colocar na agenda das políticas públicas, as políticas compensatórias de ações afirmativas. Entre elas a instituição do Artigo 68 do ADCT, que se traduz numa regulamentação da posse da terra do Brasil. O artigo, no entanto, tem a sua especificidade: tratar das terras dos quilombolas. Considerando que estes lutam pelas terras que pertenceram aos seus ancestrais: “Nós não queremos qualquer terra, queremos essa terra aqui, porque aqui tem a sustentabilidade da cultura, da união, da luta⁴⁶” (RODRIGUES, 2010).

2.2 – História e luta pela terra: “Sou descendente das seis crioulas”

Os habitantes do distrito de Conceição das Crioulas ocupam uma área de 17.845,0015⁴⁷ hectares. Para serem reconhecidos como quilombolas, eles buscaram no passado elementos que os identificassem como descendentes de negros escravizados. São, pois, esses elementos que vão identificá-los, inclusive para si próprios, e diferenciá-los dos “outros”, os “não-quilombolas”. Assim, nas narrativas e nas repetidas reconstituições da sua “história de negros”, passaram a ressaltar aspectos que vão da cor da pele (preta) ao sentimento de pertença ao grupo, ou à reconstituição da história da comunidade.

⁴⁶ Trecho da fala da quilombola Maria Diva da Silva Rodrigues, gravado por mim, durante evento político comemorativo aos dez anos de existência da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas: “AQCC 10 anos”, nos dias 15,16 e 17 de julho de 2010.

⁴⁷ Fonte: Base cartográfica do INCRA do imóvel “Quilombola Conceição das Crioulas, de dezembro/2004. In: Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, Janeiro/2007.

Sou descendente das seis crioulas. Minha vó Angélica Maria da Conceição , era mesmo da gema das crioulas. A minha vó a gente teve pouca vivência com ela porque ela passou 40 anos fora, em Ibimirim, em Pernambuco, eu já conheci ela já bem idosa. A gente teve a noticia que ela era viva e queria muito ver a filha, minha mãe. Então eu mandei uma prima minha ir buscar ela . Até nessa época não tinha muito interesse em pesquisar nossa história, pesquisar sobre a vida dos antepassados, ai minha vó não contou muita coisa. As pessoas com quem conversei foi com Mariana e seu Totô que gostava de contar história e a gente aproveitava, não sei se por curiosidade ou por interesse. Mas valeu a pena. Aí quando percebemos que nossos idosos tavam se separando da gente, tivemos a inteligência de pegar um gravador e demo o primeiro passo. Mariana disse que aqui era um quilombo, podia procurar nos cartórios, em outros pontos e fomos procurar e encontramos muita coisa que serve pra hoje a gente tá repassando pra nossas crianças nossos jovens e essa luz nunca vai se apagar. Isso a gente ver nos olhos de cada um, passando de pai para filho. Os pais botando os nomes dos antepassados nos filhos. E a gente sempre diz que o importante é pegar as raízes, botando os nomes dos mais velhos, pais e avos, as raízes vão renascer. Quem alertou pra isso foi meu sobrinho, José Moreira, foi ele quem incentivou a busca das raízes. E nós começamos a entrar nesse barco e hoje temos essa história pra contar⁴⁸ (CONCEIÇÃO, 2010).

Ao que percebo, a partir da fala da quilombola e de muitos outros sujeitos, os elementos apropriados pelos quilombolas para a reconstituição de sua história de negros são a descendência das “seis crioulas”, fundadoras da comunidade e a suposta compra, pelas mesmas, de uma grande extensão de terras, ainda em 1802.

No final do século XVIII, a região onde hoje está situado o município de Salgueiro pertencia ao município de Cabrobó e boa parte dessas terras era da Paróquia desse município⁴⁹. Essas terras eram exiguamente habitadas, prevalecendo aldeias de índios remanescentes da tribo Cariri⁵⁰. A terra era fértil e densamente coberta por vegetação nativa; nos rios afluentes do São Francisco aquela população praticava a pesca.

De acordo com Silva Júnior (2008), a ocupação do território de Salgueiro remonta ao período colonial, quando da introdução das fazendas de gado no sertão. Salgueiro fazia parte do antigo sertão de Rodelas, sendo povoado através da carta de sesmaria doada pelo

⁴⁸ Depoimento da quilombola Generosa Ana da Conceição, em entrevista feita por mim, em 29/01/10

⁴⁹ Fonte: Série “Monografias Municipais”, Governo de Pernambuco, 1982.

⁵⁰ Nos séculos XVII e XVIII, na Serra do Araripe, os índios cariris foram descobertos pelos povoadores do ‘Ciclo do Couro’ de Sergipe, Pernambuco e possivelmente da Torre da Bahia. Missões Indígenas espalhadas pelos Sertões Pernambucanos catequizaram e civilizaram a tribo Cariri. Documentos antigos relatam a presença dos missionários na região a partir de 1730. Presume-se que a partir daí começa a dispersão desses povos.

capitão Garcia D`Ávila ao padre Antônio Pereira na primeira metade do século XVII, confirmada pelo conde Castelmelhor, capitão geral do estado do Brasil, em 1651. Sua ocupação se deu com base nas alianças introdutórias entre nativos tapuias ou cariris e brancos portugueses, sem as quais não seria possível a instalação ordenada da pecuária.

O início da atividade agrícola deve ser contemporânea ao desbravamento do interior e da criação de gado. Apenas a agricultura não foi atividade principal; desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos currais, devido à grande distância entre o sertão e o litoral e ao elevado preço que os gêneros alimentícios atingiam pelo alto custo do transporte. Essa agricultura se restringia apenas à mandioca, ao milho, ao feijão e ao algodão. Andrade (2005) afirma que foi nesse contexto que se formaram os grandes latifúndios nos sertões de Pernambuco e de outros estados nordestinos, e as doações de sesmarias desde o governo Tomé de Sousa, bem como as atuações da Casa da Torre, foram responsáveis pelo traçado do espaço geográfico e econômico da região Nordeste.

De acordo com Silva Júnior (2008), no contexto da formação econômica do Nordeste, Salgueiro teve uma importante participação no cultivo do algodão desde a guerra de Secessão nos Estados Unidos da América quando a área do quilombo de Conceição das Crioulas tornou-se grande produtora de algodão e onde os descendentes de escravos conseguiram comprar as terras com o dinheiro ganho com a venda do produto. “O apogeu da cultura do algodão em Salgueiro deu-se do final do século XIX até meados do século XX, quando o coronel Veremundo Soares instalou na cidade máquinas de beneficiamento do algodão e do caroá” (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 144).

Também referente à cultura do algodão, Paiva (1995) lembra que, em 1948, o mesmo Coronel Veremundo Soares adquiriu duas prensas para a extração do óleo bruto, do caroço do algodão. Produto cuja qualidade “não fazia diferença do algodão do Seridó, considerado o melhor do Brasil (PAIVA, 1995, p. 34). E, acrescenta o autor,

É bom lembrar que a localização regional do município de Salgueiro propicia a exploração da pecuária, cana-de-açúcar e cotonicultura, cuja principal espécie é a do algodão arbóreo que se consorcia com o cultivo do milho e do feijão, constituindo estas últimas em lavouras de subsistência. O algodão sempre foi predominante na área, em virtude de ser adaptado às condições do clima semi-árido estépico quente, combinado com as chuvas no período referente ao verão-outono austral (PAIVA, 1995, p. 34).

Essa “vocação” econômica do município de Salgueiro sobrevive além da crise da produção do algodão em outras áreas do Nordeste. “Faz-se necessário evidenciar que mesmo com a crise econômica algodoeira na região nordestina, Salgueiro manteve a sua cultura consorciada com milho e feijão (GALINDO, 1995, p. 16). O declínio total da produção algodoeira só veio acontecer na década de 1970, provocado, entre outros fatores, pela falta de políticas de incentivo à produção, devido a “praga do bicudo” e o fechamento das fábricas de beneficiamento, após a morte do coronel Veremundo Soares - principal representante dos setores político e econômico de Salgueiro - , em 28 de maio de 1973.

Essas informações são corroboradoras do mito de fundação da comunidade de Conceição das Crioulas. Segundo o qual as “seis crioulas” adquiriram as terras hoje reclamadas pelos quilombolas através da compra, cujo pagamento teria sido efetuado com o dinheiro ganho no plantio do algodão. Há, pois, a necessidade de refletir sobre as datas colocadas para entender melhor o período em que a comunidade foi fundada. Silva Júnior (2008) afirma que o quilombo de Conceição das Crioulas teria se tornado grande produtor de algodão durante a Guerra de Secessão (1861-1865), ocasião em que a compra das terras teria sido efetuada. Entretanto, os quilombolas parecem muito seguros quando afirmam: “foi em 1802, que as crioulas receberam a escritura com o carimbo da Casa da Torre, dezesseis selos, feita por José Delgado, escrivão do cartório em Flores”.

Esta história é contada nos mais diversos recantos da comunidade, ligando a identidade dos quilombolas   descendência das suas fundadoras, que através do trabalho tomaram a iniciativa de legitimar o terreno. De acordo com essa versão, a fundação da comunidade teria antecedido   própria fundação de Salgueiro (sede). O povoamento, assim como o plantio do algodão, teriam iniciado por Conceição das Crioulas e depois se estendido para o restante do município. Não necessariamente com a dispersão dos descendentes das “seis crioulas”, mas com a penetração de outros povos vindos de fora.

Talvez seja essa a razão pela qual os quilombolas, as narrativas sobre as antigas crioulas, não faç m nenhuma menção a Salgueiro enquanto vila ou povoado com o qual essas mulheres teriam mantido contato. O contato delas teria sido com o município de Flores, no sertão do Pajeú, cento e cinquenta quil metros distante de Conceição das Crioulas.

As produções sobre Conceição das Crioulas utilizam sempre essas narrativas para recontar a história da comunidade e, assim, afirmam:

Contam os mais velhos que, no início do século XIX, seis negras chegaram à região e arrendaram uma área de três léguas em quadra. Com a produção e a fiação do algodão que vendiam na cidade de Flores, situada também no sertão pernambucano, conseguiram pagar a referida renda e ganharam o direito de adquirirem o título de suas terras (SÁ, 2003, p. 7).

Ao que indicam as fontes, o povoamento de Salgueiro aconteceu em época e condições diferentes do povoamento de Conceição das Crioulas. Segundo Albuquerque (1997), a vila de Salgueiro teria surgido de uma igrejinha construída em pleno sertão pernambucano, nas proximidades do rio Salgueiro. A área até a segunda metade do século XIX, era habitada por índios Cariris, provenientes do sul do Ceará, cujas terras foram invadidas pelo pessoal da Casa da Torre, e depois divididas entre vários rendeiros, que nela foram se estabelecendo com fazendas de criação de gado, pois não cabia nas forças de uma família arrotear e povoar tão grandes extensões de terra.

A vasta região que hoje abriga o município de Salgueiro se estendia da margem esquerda do rio São Francisco até o Ceará, não tardou a ser cobiçada por "homens brancos" do vale do Cariri; dentre eles, Antônio da Cruz Neves. Conta a história, que este, fazendo-se acompanhar por outros homens armados, trabalhadores livres e escravos, munidos de víveres, armas e ferramentas agrícolas, atacou os índios, apossando-se de uma vasta extensão de terras, onde fundou sua primeira fazenda de criação de gado e plantação de algodão, denominando-a Quixaba. Em seguida, fundou mais quatro fazendas: Umari, Ouro Preto, Negreiros e Logradouro. Consolidada sua conquista, pela força, adquiriu a posse legal por compra ou arrendamento, iniciando, assim, o processo de povoamento do que veio a se constituir no município de Salgueiro.

A idéia do pioneirismo dos índios no povoamento é corroborada por Albuquerque (1997), ao afirmar que “os índios da tribo Cariri são os primeiros habitantes conhecidos do Agreste e do Sertão de Pernambuco. A história dessa região mostra que os indígenas foram progressiva e violentamente dizimados no contato com os brancos, interessados em se apossar das terras para a criação de gado” (p:13).

Relatos orais e escritos narram a forma traiçoeira, brutal e desumana com que a última tribo indígena que habitava as terras onde hoje localiza-se o município de Salgueiro foi aniquilada pelo fazendeiro Antônio da Cruz Neves:

Numa atitude torpe, cheio de deferências sinistras, convidou o último grupo indígena restante para um entendimento “amigável” num galpão: (1)

construído premeditadamente com uma só porta. E ao som de uma zabumba, atrativo fascinante para os bons e cadenciados passos do torê (2), dava-se início a mais lúgubre conferência que se tem notícia. Quando eles já se divertiam no interior da casa, foram acuados sem saída, e os capangas de Antônio, munidos de fuzis, fazendo daquela única passagem a guarita mortal, massacraram todos, a tiros e punhaladas. Inocentes os pobres nativos foram traídos miseravelmente. Terminada a chacina, o chefe mandou destruir completamente aquele barracão para que não ficasse o mínimo de vestígio da atrocidade, pondo em prática a rápida remoção dos cadáveres para um lugar distante, próximo a uma outra fazenda de sua posse, a Ouro Preto. Depois, pousando de vítima plangente, espalhou por toda a região que apenas se defendera da sanha daqueles pretensos agressores, e que eles foram ali sepultados, convencionado ainda hoje como ‘cemitério de índios’, negando o verdadeiro local e a forma do assassinato em massa cometido. Após consolidar seus instintos latifundiários e terrorísticos, obteve a posse de toda aquela reserva através de compra ou arrendamento perpétuo (PAIVA, 1995, pp. 19-20).

Não há, pois, uma especificação do ano em que teria ocorrido o massacre indígena. Sabe-se, no entanto, que o fato é anterior a data oficial da fundação de Salgueiro, ocorrida em 1846, ano em que foi concluída a construção da capela de Santo Antônio de Pádua. Tomou posse dessa instituição religiosa o padre Antônio Joaquim Soares, proveniente de Minas Gerais; este, tornou-se grande proprietário de terras e, desobedecendo aos votos de castidade, “formou uma considerável prole nas diversas comunidades por onde passava, como em Ouricuri e Cabrobó sem registro documentais, burilando as matutinhas brancas, sardentas e mulatas, deixando certamente uma possível gama de miscigenados descendentes (PAIVA, 1995, p. 23).

Uma das mulheres que caíram nas “graças” do padre foi Marcolina Maria da Glória; com ela o reverendo teve quatro filhos: Benjamim, Adelaide, Olindina e Veremundo. O último, nascido em 18 de agosto de 1878, tornou-se coronel (Coronel Veremundo Soares) e comandou os destinos da economia e da política do município de Salgueiro até 1973, ano de sua morte.

Os registros históricos não trazem evidências de que tenha existido uma intensa escravidão negra nas terras do sertão pernambucano, “todavia seus ditos arrendatários, logrando uma mão-de-obra mais em conta, usavam os pretos como aglomerados, trocando casa e comida pelo trabalho dos mesmos” (PAIVA, 1995, p.18). A chegada dos negros à região teria ocorrido a partir da destruição do quilombo dos Palmares, conforme nos relata o autor :

Entrando por Conceição das Creoulas, no sopé da Serra Umãs (ainda habitada por civilizados descendentes indígenas), Tacaratu, Mirandiba e Floresta, a miscigenação instalou-se por toda a área, dando força principalmente aos pretos descendentes dos escravos fugidos do centenário Reino Negro dos Palmares, destruído após prolongada guerra fratricida datada de fevereiro do ano 1694 (PAIVA, 1995, p. 18).

No entanto, existem referências históricas que apontam a presença no homem branco no sertão desde os primórdios da colonização. O povoamento ocorreu lentamente, do denominado sertão de Rodelas constituído atualmente pelas longas extensões de terras do sertão de Cabrobó, onde atualmente localizam-se os municípios de Salgueiro, Belém de São Francisco, Orocó, Parnamirim, Terra Nova, Verdejante, Serrita e Araripina.

Nesse contexto geográfico, e em condições diferentes das de Salgueiro, e de outros municípios, ocorreu a fundação de Conceição das Crioulas.

Certamente as terras ocupadas pelo grupo das "seis crioulas" não foram as mesmas terras ocupadas pelo grupo do fazendeiro Antônio da Cruz Neves, uma vez que o povoamento de Salgueiro, iniciou-se no lado norte, fronteira com o Ceará, onde está localizada a sede do município, e Conceição das Crioulas está localizada no Leste.

Segundo a tradição oral, por volta do final do século XVIII, as seis crioulas teriam arrendado "três léguas em quadro", de terras, aos "representantes do rei". O pagamento seria resultante do próprio trabalho dessas mulheres. Desse modo, pressupõe-se que estas eram terras de propriedade do Estado. Na interpretação de Calmon: "Conceição das Crioulas (...) está localizada próximo ao município de Salgueiro, no Sertão Central de Pernambuco, cujas terras pertenciam aos Garcia D'Ávila da Casa da Torre, sob o regime de sesmarias"⁵¹.

Para os quilombolas não interessa muito saber a quem pertenceram aquelas terras, mais importante é acreditar que, a partir da aquisição das mesmas, por seis crioulas, suas ascendentes, teve origem a comunidade de Conceição das Crioulas. A esse respeito, dona Maria Emília da Silva (Liosa), rememora o que contavam os mais velhos:

(...) que nesse tempo de reis que as crioulas [chegaram] nessa Conceição, arrendaram a terra, mais e aí, cadê? Hoje, crioulas das Conceição só tem o nome, a gente nova aí não tem esses direito, né? É tudo cercado que quase

⁵¹ Calmon, Pedro. História da Casa da Torre, p. 130. IN: Andrade, Fábio Bezerra e Silva Júnior, José Alfredo das. Comunidades Remanescentes de Quilombos no interior de Pernambuco. Recife, UFPE, 1997.

nem fosse antigamente, como se fosse cativo. A não ser só aquele quadrinho ali. As terra diminuíram demais, a diferença pouco mais ou menos, a gente não tem esse direito, não é? O direito hoje em dia é a escritura qui é a prova. A das crioulas não é prova, qui num tem escritura. Antigamente minha vó dizia que a escritura tinha no livro do Tombo, através dessa escritura, né? Ela dizia assim, que tinha comprado aos reis, foi arrendando aos reis e elas foram pagando, até qui pagaram a renda de Conceição das Crioulas, né? Qui as crioulas eram poucas mulheres, que fiando, né e pagavam Conceição das Crioulas aos reis, sabe? Pois existiu rei antigamente, não foi? Pagaram a terra, elas arrendaram e pagaram as terras aos reis, né? Aí fiando aqui muito algodão e aquilo juntaram os fios de algodão e foram para pagar em Flores. Sabe? Tem esse lugar? As mulheres fiavam e os homens iam transportar os fios e deixaram em Flores, não é? Aí eu perguntei a minha vó 'e a renda foi paga aos reis?' E me diga: e mora reis aqui na corte? Lá ... parece que ela falava no Rio de Janeiro, se não me engano ela falava assim. E me diga, cadê a escritura da terra? E ela falou: 'a escritura pode procurar no livro do Tombo'. Agora eu não entendo o que é isso aí! Quem entende, compreende, no livro do Tombo. E eu perguntei: e onde é o livro do Tombo? - É no tribunal dos reis⁵²(SILVA, 1996).

De acordo com a memória construída pelas narrativas dos “quilombolas”, a origem de Conceição das Crioulas transcende o tempo cronológico (ELIADE, 1992), referenciando-se em expressões como: "antigamente", "naquele tempo", ou "no tempo dos reis". A única data significativa que o grupo guarda é 1802, que seria o ano em que as crioulas haviam registrado a compra das terras. Como esse ano está no início do século XIX, há uma preocupação das lideranças atuais do movimento de Conceição das Crioulas em inferir que a chegada das seis crioulas tenha ocorrido no final do século XVIII, não se especificando, pois, o ano da chegada. Observe-se que essa não-especificação de datas é usual das construções mitológicas. No caso em estudo, o que contam são fragmentos presentes na memória coletiva.

O Senhor Virgínio Vicente Oliveira, um quilombola octagenário, afirma que, durante muitos anos, os descendentes das negras lutaram para recuperar a posse das terras das crioulas, expropriadas por “fazendeiros brancos” vindos de outras regiões: “(...) Agostinha

⁵² Dona Maria Emilia (Liosa), uma quilombola idosa, em depoimento gravado no Vídeo: Conceição das Crioulas - vestígios de quilombos. Centro Cultural Luís Freire, 1996.

Cabocla⁵³ foi muito ao Rio de Janeiro; nesse tempo a capital era lá, né? Ela e Antônio Domingo e era através dessas coisas que tavam tumano”⁵⁴ (OLIVEIRA, 2001).

O depoimento do Senhor Virgínio é reforçado por dona Maria Toinha “(...) Agostinha Cabocla, era uma velha que morava ali; ela foi muito mais Antônio Domingo pró Recife, pro Rio de Janeiro, ela pidia ismola, mas ia, foi da era de sessenta pra cá, já tavam lutano pra num perder. Lá cum o documento, depois o documento desapareceu”⁵⁵(ANTÔNIA, 2001).

O desaparecimento desse documento, que provaria a compra das terras pelas crioulas, é um dos fatos mais comentados pelos quilombolas. Antônio Andreilino Mendes afirmava:

Agostinha, da Paula, era minha prima, era fia do veio Vicente Caboco, quem tinha o documento era ela. Ela mandou tirar lá em Salgueiro, mandou ajeitar... tinha um documento da fazenda Conceição. Os documentos tavam lá em Salgueiro e agora num sei dizer onde tá não. Nós andemo cum o documento lá, mais Agostinha, fui lá na Assembléia dos deputados. Aí, ela chegou e entregou esse documento ao juiz de Salgueiro e ele deu sumiço nesse documento e nós nunca mais achemo ele. Tinha dezesseis selo a escritura da terra. Nós andemo cum ela no Recife e o povo de lá olhava pra ela e dizia: Ô escritura boa danada! Num deixe essa escritura à toa. Foi quando chegemo (de volta à Conceição das Crioulas), aí a véia ficou besta e deu à famia dela. O nome do escrivão era Pedro José Delgado, escrivão da Torre, essa eu conheci porque tava cum ela (Agostinha). E ela (a terra) foi comprada em mil oitocentos e dois, foi quando chegou esse povo aqui da Conceição e foi comprado à Torre, que foi os reis que vendeu; a Torre era no tempo que tinha os reis. Aí elas arrendaram esse taco de chão e foi umas mulheres, elas pagaram sua terra todinha com fiação, botando na cabeça e vendendo em Flores. Foi esse ano de 1802 mermo, elas acabaram de pagar, aí, o rei mandou Pedro José Delgado, o escrivão da Torre, fazer a escritura. Passaram muito tempo pra pagar essa terra e pagaro lá em Flores⁵⁶ (MENDES, 2001).

⁵³ Agostinha Caboclo para Conceição das Crioulas é também uma espécie de mito. Depois das seis crioulas ela é uma das pessoas mais citadas pelos quilombolas.

⁵⁴ Virgínio Vicente Oliveira, em entrevista feita por mim, em setembro de 2.000 e publicado na dissertação de mestrado intitulada: CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: terra, mulher e identidade étnica no Sertão de Pernambuco,-UFC, 2001.

⁵⁵ Maria Antônia, sítio Lagoa (vila União das Crioulas), em entrevista feita por mim, setembro de 2.000 e publicado na dissertação de mestrado intitulada: CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: terra, mulher e identidade étnica no Sertão de Pernambuco,-UFC, 2001.

⁵⁶ Depoimento de Antônio Andreilino Mendes (Seu Totô), quilombola de Conceição das Crioulas, falecido em 19/06/98. IN: MEDEIROS, Bartolomeu Figueroa de Medeiros e ALBUQUERQUE, Mabel Ann Black de. **Projeto Comunidades Remanescentes de Quilombos no interior de Pernambuco**. Recife, UFPE/FAFECE, 1997.

Essas histórias, contadas a partir da memória dos quilombolas mais antigos da comunidade, continuam hoje, sendo recontadas pelos mais jovens. Aparecida Mendes Silva afirma que: “Agostinha Cabocla, que viveu 102, e falecida há muitos anos, era a guardiã dos documentos de Conceição das Crioulas. Ela os guardava dentro de uma cabaça⁵⁷ Ela sofreu muita pressão, horrores e os poderosos acabaram tendo acesso aos documentos, inclusive os da terra, só ficou para nós a história oral⁵⁸”(SILVA, 2009).

Mabel Ann Black Albuquerque afirma que há evidências históricas (de uma história documental) sobre a existência do escrivão Pedro José Delgado: “Sabe-se que em 1811, segundo Pereira da Costa, ele foi nomeado juiz de órfãos de Flores (Anais VII, 418, 421). Na época era comum esta função ser compartilhada com a de escrivão” (ALBUQUERQUE, 1997, p.24).

Aqui importa lembrar que as denominações, “comunidades remanescentes de quilombos” ou “quilombolas”, “terras de pretos” ou “comunidades negras rurais” apontam para ausência de um consenso em torno da questão quilombola, considerando que a origem dessas comunidades baseiam-se em histórias diferenciadas em relação a forma como seus fundadores adquiriram a posse da terra: compra da terra por escravos alforriados; doação de terra por proprietários falidos, para serviços prestados em revoltas; e não somente como referência ao espaço ocupado por negros fugitivos.

Entretanto, é possível identificar na história da fundação de Conceição das Crioulas uma certa singularidade. Embora muitos afirmem que as “seis crioulas” vieram de Alagoas, não há documentos que comprovem isso. Se eram escravas fugitivas, ou não, não se sabe com certeza. O que os quilombolas não abrem mão é de afirmar que elas, as crioulas, compraram a terra com o esforço de seu trabalho, e com a “ajuda” de Nossa Senhora da Conceição, para quem haviam feito uma promessa. Tem-se, assim, uma construção mitológica da origem daquela comunidade que se firma no trabalho e na religiosidade católica.

⁵⁷ Cabaça ou porongo é a designação comum dos frutos de plantas da família das cucurbitáceas (entre as quais a *Lagenaria siceraria*, tema deste verbete) e a uma da família das bignoniáceas. As plantas são chamadas de cabaceira, porongueiro e cabaceiro.

⁵⁸ Depoimento da quilombola Maria Aparecida Mendes Silva, gravado por mim, durante evento realizado em Conceição das Crioulas, em 14/07/09.

O mito da origem de Conceição das Crioulas nem sempre é aceito por todos os que moram naquela localidade. Para aqueles que não se identificam como descendentes das seis crioulas, que não se sentem “quilombolas”, o mito não tem nenhum significado. O Senhor Manuel Leite (falecido), que morou em Conceição das Crioulas desde criança e ali viveu até sua morte, confirmou ser antiga a presença dos "negros" ou "pretos" em Conceição, mas não reconhece o mito:

Vim morar em Conceição com uma tia chamada Joaquina; era uma moça velha e me criou em uma terra que ficava aqui por trás da vila e foi comprada a Isidoro da Silva Filho, um preto. Naquele tempo a vila num existia não, só umas casinha de taipa, uma ali, outra aculá, era assim (...). Naquele tempo ninguém plantava algodão, só foi começar a plantar lá pelos anos 30 em diante (...). Essa história das negras terem plantado algodão no século passado, pra comprar a terra é mentira!⁵⁹ ... (grifos meus)(LEITE; 1997).

O Senhor Manuel Leite, que conheci pessoalmente, em 2000, era um dos maiores guardiões da memória de Conceição das Crioulas e da região. Entre outros fatos, narrava com riqueza de detalhes as passagens de Lampião e seu bando por aquela localidade e as “façanhas” por eles cometidas. No entanto, é enfático em afirmar que a versão dos negros em relação à fundação da comunidade é mentira:

(...) Aqui tem muita história mentirosa de cabra que nunca viu nem conversar, que conta e vocês acredita porque num são daqui... mas muita história é mentira. Ói, quando os premero chegaro aqui, nesse tempo ninguém falava em algodão não (grifos meus) e de nego que tinha era uma roça aqui, que chamava roça da pata, e que tinha parece doze filho e plantava dentro dessa roça era feijão, milho e criava um bode, um porco. Essa história das negras eu não acredito não. Eu não sei o que tem essa nega da Paula chamada de Maria Caboca, que a mãe dela foi “pegada a dente de cachorro”^{60, 61} (LEITE, 2000)

Mais adiante, em seu depoimento, o Senhor Manuel admite que os negros compraram a terra, mas nega que tenha sido com dinheiro de algodão e, não reconhece a existência da escritura dessas terras: (...)” É verdade que os negros compraram a terra, mas foi cum um dinheirinho que eles juntaram, e naquele tempo num tinha escritura não (grifos meus); eu digo isso porque nunca vi, e se tivesse, alguém já tinha encontrado; então eu só acredito quando eu

⁵⁹ Depoimento de Manuel Leite, prestado a Mabel Ann Black Albuquerque em 1997.

⁶⁰ “Pegada à dente de cachorro” é uma expressão usada na região para se referir aos índios capturados nas matas.

⁶¹ Depoimento do senhor Manuel Leite, em entrevista feita por mim, em 18/01/00

ver (...). Os primeiros que chegaram aqui encontraram sem ninguém, então se apossaram dos pequenos trechos, mas era só posse, de documento num tinha nada”..

Pelo menos no que diz respeito à forma como os “negros” perderam suas terras, os seus depoimentos coincidem, em alguns pontos, com aquilo que afirma o Senhor Manuel Leite, para quem as terras foram “tomadas” até a “troca de um pedaço de carne”: (...) “Agora naquele tempo os negros eram burros e vendia suas terra barato e os branco se aproveitava e comprava. 25 braça de terra; foi o preço de um quarto de carne (grifos meus) os branco num era besta e quando comprava tirava logo a escritura. Agora eles se queixe que os avós deles, os tataravós foram roubados, mas eles é quem vendia em troca de uma calça, um chapéu e branco ia logo pro cartório⁶²”(LEITE, 2000).

O Senhor Manuel Leite também reconhece que os “negros” foram os primeiros a chegar a Conceição das Crioulas:

(...) Antes só tinha os negro, os que morava lá na Paula, da família de Vicente Caboclo e tinha um veio daqui que morava perto do açude, mas quando morreu eu era pequeno. Tinha um negro aqui e eles vivia que nem bicho. As roupas deles fazia de algodão, parecia um saco. Era por isso que eles trocava terra por uma calça, porque eles não tinha condição de comprar, já que não saia do mato. As terras de hoje são de Chicola⁶³, foram compradas a João Pompílio⁶⁴ e teve como primeiro dono o véio Urias. Estas terras estavam no nome de Belzarina, então o finado Orácio comprou as terras a Urias e depois vendeu a João Pompílio. Mas antes de Urias vender as terras, já existia uma briga com um negro que morava no sítio Lagoa; esse negro dizia que as terras foram tomada deles, então, ele não tinha o documento da posse⁶⁵(LEITE, 2000).

Os depoimentos do senhor Manuel me ajudaram a compreender melhor algumas questões relacionadas à construção da história de Conceição das Crioulas e das relações que, ao longo dos tempos, se desenvolveram entre negros e não-negros na disputas pelas terras. Mesmo sem a intenção de fortalecer o movimento político encabeçado pelos negros, com o qual não se identificava, o senhor Manuel reafirmou o pioneirismo dos negros no

⁶² Depoimento do senhor Manuel Leite, em entrevista feita por mim, em 18/01/00

⁶³ Chicola (Francisco Alencar) é um ex-vereador de Salgueiro que tem uma fazenda nas proximidades da vila de Conceição e está sempre em conflito com os “quilombolas”.

⁶⁴ João Pompílio, juntamente com Pedro da Luz, é citado em vários depoimentos dos “quilombolas” como um dos maiores expropriadores de suas terras no passado.

⁶⁵ Depoimento do senhor Manuel Leite, em entrevista feita por mim, em 18/01/00

povoamento daquela localidade, e revelou as condições de miséria em que esses viviam no passado, tendo que se desfazer de suas próprias terras em troca de roupas ou alimentos. E que as terras, utilizadas como objeto de transação comercial entre os fazendeiros, eram as mesmas reclamadas pelos negros como sendo suas, embora não tivessem eles os documentos comprobatórios.

Em Conceição das Crioulas existe um grande número de núcleos populacionais: Vilas - Conceição e União - e os diversos sítios. Com exceção das duas vilas que são próximas uma da outra, os demais núcleos guardam entre si considerável distância. Mesmo assim, é sempre possível encontrar nessas localidades pessoas que apontam os limites das “terras das crioulas”, em antigas escrituras. O senhor Virgínio Vicente afirmou: “eu tinha uma tia que tinha escritura do círculo fazenda Conceição das Crioulas, que eu li muito essas escrituras, uma era Conceição das Crioulas, já outra era Nossa Senhora da Conceição⁶⁶”. Souza(2002) acredita que o senhor Virgínio se refere ao patrimônio das crioulas e ao patrimônio da santa; ou seja, a uma possível doação feita pelas crioulas à Nossa Senhora da Conceição na ocasião em que ergueram a capela em homenagem a ela. Essa era uma prática usual e já fora relatada por Almeida (1989).

Pelos relatos da história oral, foi a crioula Francisca Ferreira quem fez a referida doação. Dona Mariana Raimunda, nascida em 1906, afirma em seu depoimento que a doação do patrimônio para a santa deu-se em 1910.

Eu me lembro mesmo, 1910 foi quando os missionários [frei Biapino e frei Celestino, como ela complementa no decorrer de sua fala] vieram anunciar a Conceição das Crioulas, esfregaram a santa no chão lá. Eu fui, mais meu pai, eu fui batizada ou crismada quando vieram os missionários. (...) No lugar da igreja tinha uma casa de oração, mas não tinha igreja. Antes deles chegarem eram as crioulas que rezavam, que faziam tudo, aí eram elas, quando eles vieram aí foi anunciada a igreja⁶⁷(RAIMUNDA, 2002).

A casa de oração, a que se refere dona Raimunda, talvez seja a antiga capelinha construída pelas crioulas em homenagem a Nossa Senhora da Conceição e, posteriormente, reformada e transformada na atual capela de Conceição das Crioulas. Como afirmam os

⁶⁶ Depoimento do senhor Virgínio Vicente Oliveira, citado por SOUZA, Vânia Fialho de Paiva. **Conceição das Crioulas – Salgueiro(PE)**. In: O'DWYER, Eliane Catarino(org). QUILOMBOS- identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

⁶⁷ Depoimento de dona Mariana Raimunda, citado por SOUZA, Vânia Fialho de Paiva. **Conceição das Crioulas – Salgueiro(PE)**. In: O'DWYER, Eliane Catarino(org). QUILOMBOS- identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

quilombolas, a capelinha era de taipa e teria sido construída pelo próprio núcleo populacional das antigas crioulas. Enquanto os homens preparavam a madeira, colhiam a palha e batiam o barro, as mulheres carregavam água para a construção e preparavam a alimentação para todos.

Em Conceição das Crioulas, a auto-atribuição de uma identidade negra está relacionada a critérios como a descendência das crioulas que deram origem a comunidade e aos “laços de sangue”, como costumam falar: “aqui é tudo família, sendo crioulo, é tudo família, é um sangue só”. Com essa identidade de “negras e negros descendentes da seis crioulas” os quilombolas instrumentalizam sua luta pela terra, considerando que a posse da mesma é condição *sine qua non* para a sobrevivência material e cultural da comunidade.

2.3- Uma rede de interações : “o jeito de ser dos quilombolas”

A vila de Conceição das Crioulas é o ponto de convergência de toda a comunidade. Lá se realiza a maioria das reuniões que tratam dos interesses gerais da comunidade (principalmente os relacionadas à luta pela terra), contando, sempre, com grande participação de moradores dos “sítios”, nos quais, reside a maior parte da população. Mas, às vezes, as lideranças que moram na vila também se deslocam para realizar atividades políticas (reuniões, encontros, formações) nos sítios.

Há grande circulação diária de estudantes dos “sítios” para a vila, onde estão localizadas as escolas de ensino fundamental e médio⁶⁸, a que tem acesso a comunidade. As escolas dos “sítios” são distantes umas das outras e nelas só funcionam as primeiras séries do Ensino Fundamental. De acordo com os quilombolas, o crescimento da procura dos negros por escolas, nos últimos 10 anos, se deve ao processo de conscientização e politização que a comunidade desenvolve, fazendo com que eles compreendam que a educação é um direito de todos e um caminho para que possam chegar a outros direitos.

⁶⁸ Até o momento do encerramento de minha pesquisa – outubro de 2011- o Ensino Médio de Conceição das Crioulas era ofertado pela Escola Estadual Carlos Pena Filho, localizada na sede do município de Salgueiro, e com uma extensão funcionando na Escola Professor José Mendes, em Conceição das Crioulas, desde 2004. No entanto, em dezembro passado, foi inaugurada na comunidade uma escola estadual de nível médio, que recebeu o nome de “Escola Quilombola Professora Rosa Doralina Mendes”. A escolha do nome é uma homenagem à quilombola “Tia Rosa”, falecida em um acidente automobilístico, no dia 10 de novembro de 2010. A escola começou a funcionar neste ano letivo de 2012. Devido o encerramento da minha pesquisa ser anterior à inauguração da referida escola, os significados atribuídos pelos quilombolas à essa conquista não entraram na análise deste trabalho.

As igrejas, católica e evangélicas, também atraem grande número de pessoas dos “sítios” que se dirigem aos templos, onde ocorrem celebrações e outras práticas religiosas, de acordo com as especificidades de cada instituição dessas. Indo à vila, os moradores dos “sítios” aproveitam para visitar amigos e parentes e fazer compras. Há algumas “vendas” localizadas nos sítios, mas sempre distantes, pelo menos, dez quilômetros umas das outras.

Assim como há essa grande movimentação de residentes dos “sítios” para a vila, ocorre também o mesmo, na direção inversa. Diariamente, pessoas do núcleo central se deslocam para os sítios, principalmente por razões de trabalho. A população sobrevive de pequenos roçados, criação de caprinos e artesanato ou extrativismo vegetal. Há artesãos residentes nos “sítios” e outros na vila, mas os pontos de extração de matérias-primas localizam-se nos primeiros. De lá, retiram, por exemplo, a madeira, nas caatingas; e a palha, o caroá, a imbira e o agave, nos pés-de-serra. Nessa busca de material se deslocam para os mais distantes “sítios” como Rodeador, Sítio e Queimadas; às vezes, os trabalhadores ultrapassam os limites da área “quilombola” e vão pegar matérias-primas dentro da vizinha reserva indígena Atikum, mantendo contato – nem sempre amistoso- com as aldeias daquela tribo.

Além da atividade econômica, a recorrência aos centros espíritas, terreiros, às benzedoiras e ao trabalho das parteiras intensifica, também, a interação entre as localidades. Há, ainda, uma movimentação dos agentes de saúde que visitam, periodicamente, todas as residências da comunidade, além de professores que, geralmente, moram na vila e se deslocam diariamente, para lecionar nas escolas dos sítios.

Quanto ao contato de Conceição das Crioulas com a sociedade exterior, este ocorre mais frequentemente com Salgueiro. Além do movimento diário de pessoas que vão à sede do município em busca de serviços tais como: saúde, bancários, sindicais, seguridade social ou comércio. Todas as noites, um número significativo de jovens, e pessoas com mais idade, se desloca para Salgueiro em buscar de algum curso superior que lhes possibilitem melhores condições de vida, ou melhor preparação para as ações políticas do movimento negro quilombola, fazendo um percurso diário de oitenta e oito quilômetros - ida e volta-, dentro de micro-ônibus ou caminhonetes, que nem sempre lhes oferecem segurança.

Em Salgueiro, de acordo com Aparecida Mendes Silva, quilombola e estudante do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC), a

presença dos negros quilombolas nem sempre foi vista com simpatia pela população dessa cidade:

Hoje a aceitação da sociedade salgueirense à presença dos negros de Conceição das Crioulas é maior, ou pelo menos disfarçam, mas houve uma época, que a gente já ouviu alguém dizer: aquilo são os negros de Conceição! Só podia ser os negros de Conceição mesmo! Isso é muito triste⁶⁹ (SILVA, 2010).

O quilombola Antônio Mendes também se queixa do tratamento desprezível com que as pessoas da sociedade circundante sempre trataram a população de Conceição das Crioulas. Nesse sentido o seu depoimento é mais contundente:

Conceição das Crioulas sempre foi conhecida lá fora como um curral eleitoral. E quem conhece o povo de Conceição das Crioulas já fica com o pé atrás. Tem piadas de mau gosto, tudo. Conceição também é vista como mercado de exportação de negrinhas. Quando precisam de empregada doméstica dizem logo: `vamos buscar uma negrinha em Conceição das Crioulas´. A gente quer ser chamado de negro, mas não é difícil entender quando o “negro” é dito com preconceito(MENDES, 2010)⁷⁰.

Aos sábados, dias de feira em Salgueiro, muitas pessoas de Conceição se deslocam à cidade. Geralmente, levam algo para vender: artesanatos, bodes ou umbu (na época da safra). Os produtos agrícolas(milho, feijão) nunca sobram para serem comercializados; na maioria das vezes, sequer são suficientes para alimentação das famílias.

Há, embora em menor escala, uma movimentação da cidade de Salgueiro para Conceição das Crioulas. São pessoas que buscam ajuda nos centros espíritas; os políticos que não querem perder o vínculo com seu eleitorado; estudantes que visitam a comunidade para pesquisar a história quilombola ou pessoas da Igreja católica que trabalham nas pastorais; funcionários do INCRA, que buscam intermediar os conflitos entre quilombolas e fazendeiros; jornalistas e pesquisadores de outras regiões. Ainda há o intercâmbio de outras comunidades e com visitantes estrangeiros.

⁶⁹ Trecho da fala de Maria Aparecida Mendes Silva, gravado por mim durante evento político comemorativo aos dez anos de existência da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas: “AQCC 10 anos”, nos dias 15,16 e 17 de julho de 2010.

⁷⁰ Trecho da fala do quilombola Antônio Mendes, gravado por mim, durante evento político comemorativo aos dez anos de existência da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas: “AQCC 10 anos”, nos dias 15,16 e 17 de julho de 2010.

O intercâmbio com outros países quase sempre acontece no sentido de cooperação mútua, de aprendizado e fortalecimento da luta:

(...)O cooperante moçambicano de nome Samora Vuma irá trocar experiência em hortas orgânicas, diversificação da agricultura, na cooperação da agroecologia, visando o uso sustentável do meio ambiente, juntamente com agricultores e agricultoras do Território Quilombola de Conceição das Crioulas. Com essa ação esperamos contribuir com o fortalecimento da educação e da segurança alimentar das famílias residentes no Território de Conceição das Crioulas e futuramente implantar uma feira agroecológica na cidade de Salgueiro⁷¹. Para nós é um avanço muito grande porque toda sociedade sabe que sem agricultura estamos condenados ao fim, porém não conseguimos convencer o poder público a deixar de lado por alguns momentos o agronegócio e investir com menos burocracia na agricultura familiar⁷²(MENDES, 2007).

A observação dessa teia de relações sociais, em Conceição das Crioulas, leva-me a crer que, internamente, tais relações são mais intensas e mais importantes, pois colocam a comunidade dentro de uma dinâmica social de interações, contribuindo, assim, para a integração e a unidade do grupo, enquanto comunidade negra, quilombola.

Os moradores de Conceição das Crioulas têm no acesso à terra e no trabalho familiar a garantia de sua sobrevivência. Todas as suas atividades econômicas estão, de algum modo, ligadas à terra, e a privação desta implica a dependência econômica de uns - os negros - em relação a outros - os fazendeiros.

Ao contrário do que ocorre em outras comunidades quilombolas, em Conceição das Crioulas, o uso da terra não é coletivo. Ali, os “quilombolas” possuem o título das terras, desde junho de 2000 e, passados mais de dez anos, eles ainda não estão apossados delas. Apesar das constantes intervenções do INCRA, a maioria das terras está na forma de grandes propriedades, sob o domínio de “fazendeiros”, não-quilombolas, o que dificulta o acesso dos negros quilombolas. A posse de um “pedaço de terra” por alguns poucos “quilombolas” não significa a eliminação dessas dificuldades, uma vez que se situam em locais distantes de suas residências e em áreas íngremes como as serras ou os serrotes. Essas terras, segundo os entrevistados, foram o pouco que os “negros” conseguiram "livrar" da "invasão dos brancos".

⁷¹ O trabalho em parceria com Moçambique foi desenvolvido mas, até o momento, a feira agroecológica não foi implantada em Salgueiro.

⁷² Maria Aparecida Mendes Silva. **Cooperante Moçambicano chega à comunidade.** In: Jornal Crioulas: a voz da resistência, ano 5 –nº 11. Agosto de 2007, pág 08.

Ressalte-se, pois, que, ter a posse da terra, não se constituía elemento diferenciador, entre esses "proprietários" e os outros sem nenhum domínio territorial, já que a luta pela terra, na perspectiva do Movimento, é de todos que em Conceição das Crioulas se consideram integrantes de uma história comum, que remonta à existência das "seis crioulas" num passado longínquo, rememorado no presente e constantemente (re)significado.

Em relação às terras que estão em posses de alguns "quilombolas", Maria Aparecida Mendes Silva afirma:

(...) como a gente vê, pra se chegar aqui passa por dentro das fazendas. Se vai para o sítio Paus Brancos, primeiro a gente passa por dentro de um monte de fazendas. Se a gente vai pra roça, passa por dentro da terra dos outros e vai trabalhar lá em cima dos serrotes, de um monte de pedra e assim por diante⁷³(SILVA, 2000).

A privação da posse da terra leva muitos quilombolas a trabalharem como "meeiros" ou "rendeiros", nas terras que julgam serem suas, mas que estão em mãos de outros, que eles denominam de "fazendeiros brancos," dividindo com estes a pouca produção que a terra lhes permite. Ou, vendem a sua força de trabalho, o que não lhes vale mais que uma diária, igual ou inferior a R\$ 20,00 (vinte reais).

Sendo a agricultura, a criação de animais e o extrativismo vegetal as principais atividades econômicas dos quilombolas, a terra torna-se um elemento fundamental para a sobrevivência em Conceição das Crioulas. Conforme se sabe, nos meses de janeiro e fevereiro começam a cair as primeiras chuvas no Sertão - exceto nos anos de seca. Nesse período, inicia-se o plantio de milho, feijão, mandioca e abóbora. Numa pequena área chamada de "terras comuns", algumas famílias plantam suas roças livres das obrigações da "meia" ou "renda". Essas "terras comuns", segundo alguns entrevistados, eram de antigos herdeiros e nunca foram divididas. Como em Conceição das Crioulas todos são da "mesma família", as terras acabaram se tornando de "uso comum", embora não sejam suficientes para a coletividade.

É comum nos discursos dos quilombolas a recorrência constante a alguns elementos que se tornaram fundamentais em sua luta: a reafirmação do direito à terra que pertencera às

⁷³ Maria Aparecida Mendes Silva, quilombola de Conceição das Crioulas, em entrevista feita por mim, em 18/01/00.

“seis crioulas”, a necessidade do acesso à terra para trabalhar e a expropriação dos fazendeiros sobre essas mesmas terras. Como assevera a jovem Ana Cláudia Mendes: “A gente vê a importância de um local nosso para trabalhar. Todo o território que as seis crioulas conquistaram os fazendeiros invadiram”⁷⁴ (MENDES, 2010).

A quilombola Maria Aparecida Mendes Silva, mãe de Ana Cláudia, deixa transparecer toda sua angústia provocada pelo cansaço de mais de dez anos de luta pela terra, mas, ao mesmo tempo, reafirma seu compromisso com essa mesma luta em nome das gerações futuras:

Às vezes eu me pergunto porque estou na luta, porque sacrifico minha vida com viagens, reuniões, eu só tenho uma filha que tem 19 anos, mas aí a luta não é por mim, nem por ela. Quando a gente pensa na terra não está se pensando em enriquecer, é sempre pensando nas gerações que vêm depois da gente. Hoje em Conceição estamos numa luta que tem hora que bate um desespero. Mas aí a gente pensa nos ancestrais, aqueles que não tinham apoio, que não tinham uma legislação a seu favor. Mesmo assim esse povo lutou. A gente torce para que nossas crianças cresçam gostando daqui, que tenha um lugar para fazer uma casa, um roçado para trabalhar⁷⁵ (MENDES, 2010).

Aparecida recorre, mais uma vez, às mesmas questões. Entretanto suas reflexões revelam outros significados. Ao perguntar para si própria o “porquê” de permanecer militando no movimento, vai encontrar respostas no passado, na história de seus ancestrais, e descobre que, ao contrário deles, ela e os seus “companheiros”, pelo menos contam com a Lei a seu favor. Mesmo que em diversos momentos critique a morosidade da Lei e acuse-a de servir somente às elites, naquele momento seu “desespero” é confortado na certeza de que as suas ações têm amparo legal. Assim, sua luta, longe de ser uma questão pessoal - por ela e pela filha - é uma luta por direitos, por cidadania, pela coletividade e pelas gerações futuras.

⁷⁴ Ana Cláudia Mendes, jovem quilombola, em depoimento gravado por mim durante evento político comemorativo aos dez anos de existência da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas: “AQCC 10 anos”, nos dias 15,16 e 17 de julho de 2010.

⁷⁵ Trecho da fala da quilombola Maria Aparecida Mendes Silva, gravado por mim durante evento político comemorativo aos dez anos de existência da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas: “AQCC 10 anos”, nos dias 15,16 e 17 de julho de 2010.

O livre acesso a uma pequena área de terra não implica a possibilidade de os seus “donos” produzirem tudo aquilo de que são capazes ou sentem necessidade, pois lhes faltam recursos financeiros. Uma vez que ainda não estão de posse das terras, não há como negociar crédito rural com bancos ou cooperativas agrícolas. A produção fica restrita à sobrevivência das famílias, que estocam seus produtos para garantir, pelo menos a alimentação básica, até a colheita seguinte, o que nem sempre acontece, pois na maioria das vezes, a produção é insuficiente. A venda de parte desta, levada à feira em Salgueiro em cima de um veículo coletivo, caminhão ou caminhonete, não constitui excedente de produção, mas traduz a necessidade de aquisição de mercadorias como remédios, roupas e outros. A criação de animais como porcos, bodes e galinhas se constitui num complemento alimentar das famílias. Ocasionalmente, tais animais podem ser vendidos para o suprimento de outras necessidades.

As associações comunitárias são a principal forma de organização política dos “quilombolas” em Conceição das Crioulas, e, também, uma forma de organizarem suas atividades econômicas. As associações estão localizadas principalmente nos “sítios” e têm por finalidade lutar junto às instituições governamentais e não-governamentais pela implantação de projetos voltados para a agricultura familiar e criação de animais e produção de artesanato.

As parcerias com essas instituições são importantes; embora mais decisivos sejam os esforços da comunidade no sentido de utilizar os próprios recursos naturais no enfrentamento dos problemas econômicos, conforme afirmação contida no texto “Quilombolas de Conceição das Crioulas: geração de renda e áreas de trabalho” (2004, p.5):

Para enfrentar tanto a falta de renda, bem como para fortalecer a luta pela recuperação das terras, uma das alternativas tem sido o aproveitamento das potencialidades locais, tais como: a fibra do caroá (uma fibra de uma planta nativa, típica do semi-árido pernambucano), para confecção de bolsas, bonecas, jogos, painéis, etc.; a venda do umbu (fruta nativa da região); o barro (encontrado em algumas serras) utilizado na produção de painéis, copos, potes, colares, brincos...; a criação de animais (galinhas, bodes); o cultivo de pequenas hortas, entre outros. Tudo isso de forma muito artesanal e sem termos as devidas condições de expansão.

Os produtos são vendidos em feiras, para lojas, a pedidos individuais. Além de gerar renda, esses produtos contam a história de luta e resistência da comunidade, como é o caso das bonecas que apresentam dez lideranças femininas que foram e vêm sendo de grande importância na busca pelo desenvolvimento da comunidade. Tudo isso vem sendo feito com esforço da

comunidade e o mínimo de investimento por parte do poder público e muito mais com a coragem das pessoas e de alguns parceiros que acreditam na idéia. O artesanato já foi premiado várias vezes pelo fato de trabalhar na perspectiva das sustentabilidade, inovação, respeito ao meio ambiente e valorização sócio-cultural. Hoje uma grande parte das famílias sustenta-se das fontes já citadas. É necessário maior investimento na qualificação das pessoas para que elas possam cada vez mais se tornar independente, podendo garantir seu sustento a partir das potencialidades da comunidade e ao mesmo tempo mantendo seu vínculo com suas raízes históricas e culturais⁷⁶.

Outras estratégias de enfrentamento à seca e aos problemas econômicos vêm sendo implementadas pelos quilombolas, uma delas é a construção de cisternas para a coleta de água da chuva. Esta ação tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar, como pequenas roças de feijão, milho, mandioca, abóbora e melancia e a criação de ovinos e caprinos que garantem a subsistência dos moradores da comunidade. A produção é feita de acordo com o sistema agroecológico, sem uso de adubos e defensivos químicos, e dentro de uma perspectiva ecologicamente sustentável. A mão-de-obra é familiar e nela as mulheres possuem um papel fundamental, já que são elas quem cuidam das pequenas hortas e criações nos arredores de casa. De acordo com os quilombolas a produção tem venda garantida, graças à articulação dos agricultores familiares em cooperativas. As verduras e legumes são adquiridas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA⁷⁷) e distribuídas para o consumo em creches e escolas.

Os quilombolas de mais idade lembram que até 1983 a criação de caprinos era uma atividade muito mais lucrativa. Nessa época, havia em Salgueiro um dos maiores curtumes do Nordeste, absorvendo toda a produção de pele da região. Entretanto, este foi vendido ao Curtume Carioca, que o transferiu para o pólo econômico de Petrolina. Na época em que contava com o curtume, Conceição das Crioulas era um dos principais produtores de pele da região. O encerramento das atividades daquela empresa em Salgueiro, o declínio da cotonicultura e a ocorrência de grandes secas, nas décadas de 1980/1990, estão entre as principais variáveis consideradas como responsáveis pelo declínio econômico da região e pela busca de outras alternativas de sobrevivência por parte da população local.

⁷⁶ **Quilombolas de Conceição das Crioulas: geração de renda e áreas de trabalho** (2004, p.5). In: Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Fascículo 6. Quilombolas de Conceição das Crioulas, Salgueiro/PE. Coordenação do PNCS-PCTB: Brasília/DF, 2007.

⁷⁷ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Esse declínio econômico teria levado muitos agricultores em Conceição e áreas adjacentes a adotarem meios ilegais de sobrevivência. É por esse ângulo que, não raro, pessoas procuram explicar a existência dos plantios de maconha, que durante muito tempo foram encontrados por ali em fazendas abandonadas e em áreas de difícil acesso, nas décadas supracitadas⁷⁸.

A exemplo do que ocorre - ou ocorria - em boa parte dos sertões nordestinos, o milho e o feijão são itens básicos na alimentação das famílias de Conceição das Crioulas. Ao mesmo tempo, essas culturas agrícolas quase sempre são prejudicadas pela estiagem ou por outros fatores como, por exemplo, o esgotamento do solo. Nesses casos, a população sertaneja já chegou a se alimentar de alguns vegetais nativos como a macambira, cujos tubérculos são utilizados na produção de um tipo de massa para o preparo do angu e do cuscuz. De acordo com os quilombolas, essa situação vem acontecendo com menos frequência graças à implantação, nos últimos anos, dos programas sociais do governo federal

O umbu, encontrado em grande quantidade em toda a área de Conceição das Crioulas, também é usado como complemento alimentar pelos quilombolas. A coleta do fruto é feita principalmente por mulheres e crianças. O fruto pode ser consumido em forma de umbuzada - mistura de polpa de umbu com leite e açúcar- ou *in natura*. Ultimamente, com o desenvolvimento das atividades artesanais, via associações, o umbu está sendo utilizado na produção de doces e geléia, em forma de compota, que são vendidos geralmente às prefeituras da região, para serem utilizados na merenda escolar.

O grupo de Geração de Renda, ligado ao Centro de Produção Artesanal - uma cooperativa ligada à Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC)- , composto por cerca de 70 pessoas, na maioria mulheres, é responsável pela produção artesanal em

⁷⁸ O plantio da maconha no sertão Central de Pernambuco se encontra hoje praticamente erradicado. Isso deve-se à Operação Mandacaru- Projeto de combate ao plantio e tráfico de maconha no Sertão de Pernambuco, implantado pelos governos Estadual (PE) e Federal, no primeiro semestre a partir do ano 2.000, constituído de três fases: 1- destruição de plantações de maconha e apreensão de armas; 2 - implantação de programas de substituição da maconha por culturas alternativas; 3 - promoção de fóruns de debate na região, sobre os efeitos do consumo da droga.

cerâmica, como potes, panelas e outros; ou em palha, embira e caroá, como esteiras, vassouras, cestos, tapetes, bonecas e bolsas e também responsável pelo beneficiamento do umbu. O grupo recebe consultoria para o seu fortalecimento organizacional através de projeto realizado pelo Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) com apoio da *Action Aid*, organização não-governamental que trabalha em mais de 40 países. Assim, o que antes se constituía apenas numa atividade cultural, começou a adquirir fins comerciais.

Em setembro de 2002, através de uma articulação da Fundação Lyndolpho Silva, ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), duas artesãs da comunidade estiveram na Itália para participar do 14º Salão Internacional de Alimentação Natural, Saúde e Ambiente (SANA), em Bolonha. Antes disso, representantes italianos do *Commercio Alternativo*, junto com os consultores do Fundo das Nações Unidas para Agricultura (FAO/Roma), em uma missão da Delegação Italiana para a Agricultura Familiar Brasileira (DIAFAB) visitaram a comunidade em junho do mesmo ano. Segundo o relatório da missão italiana entregue à FAO, Conceição das Crioulas foi a melhor experiência encontrada no Brasil, com potencial para exportação, com produtos de alto valor social e cultural agregados e que atendiam aos padrões de qualidade exigidos pelo mercado italiano. Os produtos foram apresentados no SANA, as artesãs puderam fazer importantes contatos e chegaram a fechar o primeiro pedido, (VEIT, 2003). “Eu fiquei enlouquecida, o empresário de Milão queria tudo e queria muito, ele adorou os produtos⁷⁹”, lembra Valdeci da Silva, artesã e coordenadora das atividades artesanais.

A exportação, apesar de ser apenas um primeiro passo, foi importante por representar um avanço na resolução de um dos maiores entraves que a atividade artesanal enfrenta, a comercialização. Este ponto é fundamental para a sustentabilidade das ações, pois o esforço canalizado na produção precisa ser recompensado para manter o nível de envolvimento e motivação. Um outro ponto considerado importante foi a introdução dos produtos na Europa acontecer sob o conceito do Mercado Ético e Solidário, que valoriza os aspectos sociais do empreendimento e gera valores econômicos.

⁷⁹ Depoimento de Valdeci da Silva, citado por VEIT, Maria Regina (org). **Histórias de Sucesso e Experiências empreendedoras**. Belo Horizonte, SEBRAE: 2003, p 16).

Como resultado do sucesso da produção artesanal obteve-se o aumento da renda familiar, a organização da produção, a comercialização dos produtos em território nacional e internacional, o aumento da auto-estima dos artesãos e o fortalecimento da identidade do povo quilombola. Tudo isso aconteceu a partir da mobilização interna da comunidade, da articulação dos parceiros locais; da capacitação de cerca 180 artesãos direta e indiretamente; da definição da linha de produtos com cerca de 30 produtos desenvolvidos; da melhoria dos produtos e processos existentes; da participação em feiras e eventos do setor; do resgate e registro da cultura material e imaterial da comunidade e da produção de *folders*, embalagens, identidade visual e do *site* da comunidade, importante ferramenta de comunicação dos quilombolas.

A produção das atividades artesanais trouxe melhorias visíveis na qualidade da vida dos quilombolas, se não de todos, pelo menos dos envolvidos com a produção e a comercialização das peças. Segundo as artesãs Lindaura da Silva Barros e Luiza Maria de Oliveira Silva, cada artesão(ã), ligado ao Centro de Produção Artesanal produz suas peças e as expõe na loja localizada na casa da comunidade, ou as envia para serem vendidas em feiras e exposições nacionais ou internacionais. 80% do valor das vendas são devolvidos ao artesão(ã), e 20% são depositados em um fundo da cooperativa para financiar a confecção dos folders e embalagens, bem como, viagens, hospedagens e alimentação dos artesãos(ãs) que precisam se deslocar para fazer cursos ou participar de eventos. Afirmam as artesãs citadas que a atividade só não é mais lucrativa porque é muito trabalhosa. A dificuldade vem desde a extração do material - difícil de encontrar e localizada em áreas distantes - até a confecção da peça, que exige um trabalho habilidoso e bastante demorado. Mesmo assim, sentem-se gratificadas por continuar com essa atividade que, além de contribuir com a renda familiar, é também uma forma de manter viva uma tradição de seus antepassados⁸⁰.

O Centro de Produção Artesanal de Conceição das Crioulas, que também funciona no interior da Casa da Comunidade, se constitui num espaço adequado para ampliar e qualificar ainda mais a produção artesanal da comunidade. É ali que o processo produtivo é

⁸⁰ As informações sobre a produção de artesanato foram obtidas em conversa informal que tive com as artesãs Lindaura da Silva Barros e Luiza Maria de Oliveira Silva na Casa da Comunidade, em 14/08/09. Infelizmente, a segunda artesã (Luiza), faleceu em 10 de novembro de 2010, vítima de um trágico acidente automobilístico que vitimou, além dela, mais três quilombolas de Conceição das Crioulas – Rosa Doralina Mendes, Gírlene Rosa da Silva e Antônio Francisco de Oliveira)- e deixou outras pessoas feridas.

desenvolvido: beneficiamento de frutas, trabalhos manuais em caroá, barro, palha e embira. Além de contar com uma loja para venda de artesanato, onde podem ser encontrados todos os produtos artesanais confeccionados na comunidade. A luta dos quilombolas, no momento, é para que em breve o Centro também venha a abrigar a futura rádio comunitária de Conceição das Crioulas, que se encontra em processo de autorização pelo Ministério das Comunicações, e para isso foi reservada uma sala com as instalações necessárias à implantação da rádio.

O artesanato de Conceição das Crioulas, além de utilitário e decorativo, traz um caráter simbólico por reafirmar a identidade étnica e de resistência na luta pelo direito à terra. O destaque da produção são as bonecas de fibra de caroá, uma homenagem às mulheres negras que atuaram e atuam como protagonistas na organização da comunidade.

Como fonte de renda fixa, Conceição das Crioulas conta apenas com as aposentadorias e pensões do INSS, fato frequentemente encontrado nos sertões nordestinos. Assim, muitas vezes, um salário mínimo é a única fonte de sustento de uma família de até dez pessoas. Em número bem menor, encontram-se na comunidade funcionários públicos, como os professores, os agentes de saúde, os auxiliares de serviços gerais e outros. Os programas de combate à seca, como se sabe, não são permanentes; são emergenciais, implementados apenas em período de longa estiagem e extintos tão logo caiam as primeiras chuvas no sertão. A rigor, favorecem apenas uns poucos privilegiados, seus supostos coordenadores, muitos dos quais, enriquecidos, ilicitamente, por meio de práticas inescrupulosas que passaram à história sob a denominação genérica de "indústria da seca"⁸¹. Os programas sociais, como são programas de Governo e não política de Estado, não se sabe até quando podem ser considerados fonte de renda para as famílias necessitadas.

A falta de alternativas de trabalho e produção em Conceição das Crioulas faz com que muitas pessoas, principalmente os jovens, abandonem o movimento político de luta pela terra e de construção da identidade étnica de seu grupo para buscar melhores condições de vida em

⁸¹ Como há doze anos o sertão de Pernambuco não sofre os efeitos da seca, devido às fortes chuvas que têm caído naquela região, não há atualmente ali políticas de combate às secas como os antigos "programas de emergência", hoje ainda bastante lembrados pelos sertanejos que sofreram com o longo período de estiagem ocorrido nas décadas de 1980/90. É bastante recorrente na memória dos habitantes de Conceição das Crioulas um fato que ocorreu em 1993, quando, enquanto trabalhavam numa das "frentes de emergência", descobriram no sítio Lagoa fósseis de animais (extintos) de grande porte e inscrições rupestres em pedras, fato que teve grande repercussão na imprensa e despertou a curiosidade de pesquisadores, dando origem, entre outros trabalhos, à dissertação de mestrado de Marcos Galindo Lima intitulada **Ocupações pré-históricas em Conceição das Crioulas- Salgueiro/PE**. Recife/UFPE, 1997

outras regiões. Essa situação aponta os estreitos limites da perspectiva de vida e de futuro dos jovens quilombolas. Mas, nem todos desanimam. Há aqueles que acreditam na força da organização da comunidade, a exemplo de Givânia que, apesar de não residir mais em Conceição das Crioulas, continua na luta política em defesa dos direitos da comunidade: (...) “Ou a gente se une pra lutar por melhorias, ou elas não vêm sozinhas. A gente tem que lutar pra dizer não à violência; temos que fazer um trabalho de recuperação da auto-estima do negro e da negra de Conceição das Crioulas⁸²”(SILVA,2000).

As mulheres artesãs de Conceição das Crioulas falam com orgulho de suas atividades, não só pelo lucro dos produtos que se traduz numa complementação de renda familiar, mas pela preservação da cultura, pelo prazer de produzir a própria identidade quilombola. A artesã dona Dina, no relato abaixo, revela uma forte identificação com o trabalho artesanal e teme pela extinção dessa atividade, caso os quilombolas não tenham logo a posse da terra efetivada:

No começo eu entrei fazendo fichau (caroá), com o passar do tempo fiquei só com a cerâmica. O tempo é pouco mas eu gosto de artesanato. Quando eu produzo uma peça coloco na lojinha da AQCC, não dá pra vender fora porque é muito pesado, as vezes a gente leva pra loja do Plasma⁸³, o lucro é pouco mas traz conhecimento e reconhecimento pela sociedade que quer conhecer, falar com a gente, conhecer nosso trabalho. Não dá pra viver só de artesanato, mas é bom para não acabar nossa cultura. Eu aprendi a trabalhar com o barro com a minha mãe, ela fazia panela, pote e a gente ajudava ela a trabalhar, observando, depois eu aprendi fazer o próprio trabalho. Fiz panelas, pratos, cuscuzeiro, aribé de lavar pratos. Mamãe fazia outras coisas: saco, corda, tudo de caroá e trocava por comida. Na mata tem caroá mas é difícil porque a terra é cercada e os donos não acham bom e a questão da terra ainda está pendente. Se a terra vier pra os quilombolas tudo vai melhorar, se a gente vier receber a tempo vai melhorar. Mas eu acho que quando isso acontecer não vai mais ter caroá. Enquanto a terra não vem estamos correndo risco, podemos até parar com o artesanato. E nós, mais velhos, ainda insistimos na roça de feijão, milho, fava, a gente guarda tudo pra ficar comendo durante a seca(DINA, 2010)⁸⁴.

São falas como essa de dona Dina que revelam os interstícios da luta quilombola em Conceição. Ter acesso à terra, para eles, não é só uma consolidação de direitos, é uma

⁸² Depoimento de Givânia Maria da Silva, quilombola de Conceição das Crioulas, em entrevista feita por mim em 15/08/00.

⁸³ Plasma é um dos hotéis luxuosos da cidade de Salgueiro que tem uma loja de artesanato regional localizada no hall de entrada.

⁸⁴ Depoimento de dona Dina, artesã de Conceição das Crioulas, em entrevista feita por mim, em 27/01/10.

questão de necessidade. Dela depende a sobrevivência das pessoas, quer através da criação de animais, quer através da agricultura - que apesar de estar em crise, ainda é uma das principais atividades econômicas do sertão. Também é forte o apelo no sentido de que a produção artesanal não pode parar, ela é sinônimo de renda, de cultura e de luta pela recuperação da terra.

O acesso à terra, para os quilombolas, além de ser uma questão de direito, é fundamental para o prosseguimento das atividades artesanais. No entanto, além da terra, eles querem a qualificação dos artesãos e mais apoio do poder público para essas atividades que julgam ser importantes não só economicamente mas que, também, possuem seu valor ecológico e cultural. Assim, o artesanato de Conceição das Crioulas está envolvido num leque de significados: econômico, político, cultural e religioso. Como eles mesmos afirmam “o nosso artesanato expressa o nosso jeito de ser”.

2.4- Lugares de memórias: “a sepultura de Agostinha Caboclo é local sagrado”

Cheio de significados são também alguns espaços físicos da comunidade, aqui denominados por mim de “lugares de memórias”. Refiro-me, em primeiro lugar à igreja de Nossa Senhora da Conceição que para os quilombolas tem um significado todo especial, pois acreditam tratar-se da mesma igreja construída - reconstruída posteriormente -, pelas “seis crioulas” fundadoras da comunidade; afirmam que apesar de algumas modificações, a arquitetura ainda é a mesma.

Na memória social dos quilombolas, aquele tempo, expressão do cumprimento da promessa feita à Santa pelas seis crioulas, "no tempo dos reis", é testemunho de uma vitória; ou melhor, da vitória traduzida como conquista da propriedade da terra. A santa ajudou-as a comprar a terra e ganhou o templo. Aquela igreja é vista, pois, como um grande marco que assinala, no passado como hoje, a materialização do direito de permanência na terra. Esta é, portanto, a sua simbolização maior e é nesta perspectiva que se inclui na construção de uma identidade negra pelo grupo de moradores de Conceição das Crioulas na sua luta.

Outro espaço significativo é o “campo santo” da comunidade; ou seja, o cemitério que ocupa uma área de aproximadamente 2000m², e está localizado no final da vila Conceição, próximo à estrada que segue em direção aos “sítios”, do lado norte. Lá se encontram sepulturas com registros de nomes de pessoas que os quilombolas, de acordo com a forma de identificação de seus descendentes, identificam como sendo negros ou brancos. Segundo os

entrevistados, não há registros da época das “seis crioulas” pois o cemitério só foi construído no início do século XX, conforme apontam os registros mais antigos ali existentes⁸⁵.

No cemitério, há outros registros de falecimentos mais recentes, como os de José Nel de Carvalho e seu irmão João Pompílio de Carvalho, falecidos, respectivamente, em 1974 e 1982. Pessoas que os quilombolas dizem haver se apropriado de partes de suas terras.

Há, também, naquele “campo santo”, um local especial para os negros. Um exemplo disso é a sepultura de Antônio Domingos do Nascimento, falecido em 1989. Trata-se de um dos antepassados mais queridos dos “negros”, sempre lembrado por lutar juntamente com Agostinha Caboclo pela recuperação das terras das antigas crioulas⁸⁶.

A sepultura de Agostinha Caboclo está localizada no “terreiro” da casa em que residia, no sítio Paula e se constitui, hoje, também numa espécie de “lugar sagrado”. Ali, os quilombolas costumam fazer orações e ofertar flores àquela que consideram símbolo de resistência na luta pela terra e da participação histórica da mulher em Conceição das Crioulas. Agostinha faleceu no início da década de 1990, já quase centenária, deixando para as gerações sucessoras o legado de sua incansável luta.

De acordo com os quilombolas, nos seus últimos dias de vida, ela teria pedido a seus familiares para não ser sepultada no cemitério, onde acreditava não poder descansar em paz, junto daqueles que considerava os expropriadores das terras dos negros.

O legado de Agostinha Cabocla permanece vivo nas vozes das mulheres quilombolas de Conceição das Crioulas. Chamou-me atenção durante o evento de comemoração aos 10 anos da AQCC, em julho de 2010, as palavras de dona Rita Luíza, que até então eu não conhecia, nem consta seu nome na relação de lideranças do movimento. No entanto, em seu discurso ela denunciou publicamente um processo penoso e dissimulado de expropriação sofrido por seus antepassados e revelou sua esperança na luta pela reconquista da terra, ao proferir as palavras a seguir:

⁸⁵ As especificações (em cruces, lápides ou túmulos) mais antigas que encontrei foram: 1-Mariana Maria da Conceição [negra], nascida em 20/04/1910 e falecida em 07/12/1932; 2-Antônio Horácio [cuja etnia não foi identificada], nascido em 12/01/1893 e falecido em 29/09/1938; Otoni Urbano dos Santos [branco] nascido em 06/10/1866 e falecido em 18/09/1940; Tristão Lopes da Silva [branco], nascido em 05/04/1897 e falecido em 07/06/1944. As identificações (negro, branco) foram feitas oralmente pelos quilombolas.

⁸⁶ Essa luta dos dois teria se iniciado na década de 1950 e terminado na década de 1990, com a morte de Agostinha.

Eu vou explicar a questão do território. Eu cresci ouvindo falar da roça de Lorena, do imbuzeiro de Lorena. E Lorena era meu avô! Então um dia eu perguntei a ele: vó por que essa história de roça de Lorena, imbuzeiro de Lorena? E ele me explicou que toda aquela terra era dele, foi lá onde ele criou toda família. Mas, naquele tempo, era um tempo muito difícil. Todo que eles tinham pra comer era caça. Quando os filhos nasciam não tinha como alimentar minha vó de resguardo. Ai chegava os fazendeiro e oferecia uma quarta de milho, uma cuia de farinha, e quando meu avô se deu conta ele já tinha era que deixar a terra, que um fazendeiro tomou pela dívida. Meu avô deixou tudo lá e hoje tá tudo abandonado, mas ainda hoje o povo chama aquele terreno de a capoeira de Lorena. E hoje, a gente mora ali e um filho meu não tem onde fazer uma casa. Será se é porque meu avô não tinha? Tinha, mas foi iludido. Meu avô não era morador de fazendeiro, ele morava no que era dele e hoje nós não tem nem onde botar uma roça. Por isso eu tô na luta na esperança de, quem sabe aquela capoeira não volta? ⁸⁷(RITA LUIZA, 2010)

As palavras simples mas esclarecedoras de dona Rita Luíza me levaram a refletir sobre o pensamento de Karl Marx ao afirmar que os trabalhadores foram duplamente expropriados pelos capitalistas que lhes tiraram não só os meios de produção da vida material, mas, também, o saber adquirido no processo de produção. Sem a propriedade da terra, “Lorena”, assim como muitos outros camponeses, tiveram que reaprender a viver na terra agora sob outras relações: como “morador”, “arrendatário” ou “agregado”. A expropriação dos camponeses ocorrida no sertão de Pernambuco, nas primeiras décadas do século XX se insere no contexto de expansão do capitalismo agrário, notadamente na formação de grandes fazendas de algodão e de criação de ovinos e caprinos para suprir a demanda por peles provocada pela instalação de um grande curtume na cidade de Salgueiro.

No sertão central pernambucano a quantidade de casas fechadas, ou em ruínas, e a extinção das feiras livres das vilas e povoados apontam os sinais de decadência econômica da região. Em Conceição das Crioulas, o mercado público construído em 1963 pelo então prefeito de Salgueiro, Audízio Rocha Sampaio, já foi ponto de encontro e de negócios nas feiras livres do domingo, até o início da década de 1970, quando o algodão ainda era a principal base da economia da região⁸⁸. Hoje, o prédio em que funcionava aquele mercado foi transformado numa carpintaria. Os prédios onde funcionaram a cadeia pública e o Cartório de Registro Civil estão desativados. A cadeia é, também, “lugar de memória” para

⁸⁷ Palavras de dona Rita Luíza durante evento realizado em 17/07/10

⁸⁸ A cultura de algodão no sertão pernambucano entrou em declínio na década de 1980. Isso ocorreu, segundo os técnicos da EMATER/PE, devido às secas e à praga do bicudo. Hoje, o algodão é praticamente inexistente naquela região.

os negros de Conceição das Crioulas: foi lá que aconteceram alguns episódios da "Guerra dos Urias", conflito ocorrido em 1920, envolvendo negros e brancos na disputa pela terra.

O prédio (reformado) da antiga cadeia, agora abriga a Biblioteca Afro-indígena, no centro da vila. Antes funcionou nesse prédio a subprefeitura durante a primeira gestão da prefeita Creuza Pereira do Nascimento (1993-1997), tendo como subprefeito o senhor Andreolino Antônio Mendes (sindicalista e uma das lideranças do movimento de Conceição das Crioulas). Esse órgão foi desativado logo após o término do mandato da referida prefeita. A existência de uma subprefeitura em Conceição das Crioulas chamou particularmente a minha atenção, por simbolizar a descentralização do poder executivo municipal numa região marcada pelas políticas de oligarquias.

Em outubro do ano 2.000, Creuza foi eleita para exercer seu segundo mandato no quadriênio 2001/2004. Achei oportuno, naquela ocasião, ouvi-la sobre a reabertura da subprefeitura de Conceição das Crioulas e entrevistei-a em 20 de fevereiro de 2001. Eis um trecho do seu depoimento acerca do assunto:

Tivemos na gestão anterior uma experiência de gestão descentralizada e vamos continuar nesta. A gente teve em Conceição das Crioulas e em outros distritos. O subprefeito é uma espécie de ouvidor do povo, então ele ouve o que o povo tem a dizer, reúne o conselho da comunidade onde programa as festas, faz as reclamações sobre os equipamentos da prefeitura e, a gente achou que com isso começou um processo de os distritos se tornarem autônomos, ou pelo menos, visualizando o que cada distrito queria. A gente quer repetir essa experiência, já estamos com um subprefeito eleito em Umãs⁸⁹ (...). Conceição das Crioulas foi quem começou essa experiência. Mas nesta gestão não escolheu, ainda, seu subprefeito. Eles disseram que iam amadurecer mais a questão⁹⁰ (NASCIMENTO, 2001).

A então prefeita Creusa cumpriu seu segundo mandato, e foi re-eleita para o terceiro (2005-2008), mas não levou adiante o projeto de reabrir as subprefeituras. A chegada da biblioteca Afro-indígena, apesar de ser uma conquista educacional para a comunidade, causou indignação em muitos quilombolas que viram suas memórias serem destruídas pela transformação do antigo prédio em um novo.

⁸⁹ Umãs é o terceiro distrito de Salgueiro.

⁹⁰ Depoimento de Creuza Pareira do Nascimento, em entrevista feita por mim, em 20/02/2001.

A praça, os açudes - na vila- e os campos de futebol - na vila e nos sítios -, os barzinhos (três na vila, e raramente encontrados nos sítios) são os únicos espaços de lazer da comunidade. O Centro Comunitário, na vila, é local de realização de encontros com grande número de participantes, a exemplo do realizado em julho de 2010: “AQCC 10 anos”. Nas datas comemorativas de Nossa Senhora Assunção, em agosto, e de Nossa Senhora da Conceição, em dezembro, às quais a comunidade tem procurado imprimir (re)significações, são também realizadas festas. Assim, de um modo ou de outro, esse local também passa a ser “lugar de memória” e, aos poucos, vai ajudando a compor a tradição de Conceição das Crioulas.

Outro ponto de encontro, principalmente dos jovens, na vila, são as escolas, principalmente a Professor José Mendes. Para os quilombolas, essa denominação da escola tem um significado todo especial. Segundo contam, José Mendes foi um negro de Conceição, que nunca frequentou uma escola e que teria estudado por conta própria, e ganhou a vida alfabetizando os filhos dos “fazendeiros” da região. Não há consenso sobre a época em que vivera e trabalhara como professor; alguns arriscam dizer que ele exerceu essa profissão durante a década de 1920. A escola é nova, foi construída em 1995, e, para os quilombolas, o seu nome foi uma forma de resgatar um pouco da história dos “negros”, principalmente porque, essa escolha ocorreu no exato momento em que eles começavam a buscar elementos para a construção de sua identidade étnica. Até então, os “negros”, e principalmente as mulheres, não haviam recebido nenhuma homenagem nos locais públicos daquela comunidade. De acordo com Maria Diva, diretora da referida escola, houve muita resistência por parte dos “não-quilombolas”, ou dos “brancos”, conforme ela os identifica, na escolha desse nome para a escola: “Colocaram os negros contra José Mendes, dizendo que ele era contra os negros, pois ensinava aos filhos dos brancos (...) mas foi feita uma pesquisa na comunidade e esse nome foi escolhido”⁹¹(RODRIGUES, 2001).

Deixando-se a vila de Conceição e seguindo-se na direção norte, após andar cerca de quinhentos metros, chega-se ao sítio Lagoa, onde se encontra a vila União das Crioulas. Essa localidade também tem sua história. Conta-se que, em 1993, todas as casas desse sítio eram de taipa, e que, naquele mesmo ano, teriam sido afetadas por um foco de barbeiros (*Trypanosoma cruzi*). Constatado o fato, os agentes de saúde teriam se reunido com os

⁹¹ Depoimento de Maria Diva Silva Rodrigues, em entrevista feita por mim, 20/04/01.

moradores para discutir uma forma de exterminar os insetos. A única solução viável encontrada teria sido a substituição desses "ranchos" por construções de alvenaria. No entanto, faltavam-lhes recursos financeiros para isso, já que seria necessário construir vinte e cinco casas. Na ocasião, Givânia, liderando a comunidade, teria levado o problema a então prefeita Creuza, que resolveu ajudá-los nesse projeto. Assim acertaram: a prefeitura doaria o material de construção necessário, com recursos próprios e da "emergência"⁹² e, em contrapartida, os moradores entrariam com a mão-de-obra. Entretanto, conforme relato da própria prefeita, ocorreu o seguinte:

Então, ficou tudo acertado. No dia seguinte foi o técnico da gente marcar quais seriam as casas, se não me engano com ajuda da Fundação Nacional de Saúde. Então, tinha recursos da FNS, da Emergência e da Prefeitura. Quando se chega lá, cadê que os homens queriam mais essa história! Alguém tinha "buzinado" nos ouvidos deles, que o Governo não estava pagando pra ninguém se inlambuzar; aquilo era um dinheiro para eles passarem a seca. Aí a gente disse, então, que iria retirar o projeto de lá e ia ver se alguém, em outra comunidade, queria. E foram as mulheres que disseram: "sim! nós queremos". Aí começaram, elas próprias, a fazer tijolos. Em vez de fazer aquilo em três meses, nós passamos bem oito meses, porque foi com a força da mulher. No fim do projeto já havia homens que tinham aderido, estavam ajudando, fazendo alguma coisa. E elas deram a esse projeto o nome de União das Crioulas⁹³ (NASCIMENTO, 2001).

As mulheres envolvidas no projeto União das Crioulas deram esse mesmo nome à vila que construíram; o que seria uma homenagem a elas mesmas, por se considerarem vitoriosas no desafio que enfrentaram, mesmo sem o apoio dos homens. Dona Toinha, uma das moradoras dessa localidade, afirma que o trabalho foi bastante pesado, mas que não tiveram nenhuma despesa⁹⁴: "essas casa aqui, nós trabaiamo, mas dizer assim, que a gente pagou alguma coisa, não! Eu mermo num bati tijolo não, qui já sou véia, mas teve muié aqui que bateu tijolo, bateu barro⁹⁵".

⁹² Referem-se à prática política (denominada também de "Frente de serviço", "Frente de emergência" ou outros), segundo a qual o Governo Federal repassa recursos às prefeituras municipais, em períodos de seca, como tentativa de garantir a sobrevivência dos camponeses (e de suas famílias), que se tornam, assim, "empregados" por curtas temporadas, usualmente prestando serviços, como, por exemplo, na construção de barragens ou estradas.

⁹³ Depoimento de Creuza Pereira do Nascimento, em entrevista feita por mim, em 19/04/01.

⁹⁴ Os órgãos apoiadores do projeto União das Crioulas se responsabilizaram pela instalação da energia elétrica. Assim, por exemplo, os moradores, ao ocuparem suas casas, estas já contavam com instalações elétricas.

⁹⁵ Depoimento de dona Toinha, moradora da Vila União, em conversa informal que tivemos em sua residência, em janeiro de 2000.

Observo, aqui, a incorporação de mais um episódio àquela tradição da participação expressiva das mulheres na história de Conceição das Crioulas. Nesse caso é significativa a iniciativa delas em assumirem tarefas usualmente atribuídas aos homens; também ressalto os aspectos educativos e organizacionais desse acontecimento, os quais hoje integram o processo de organização política do próprio grupo e fortalece a identidade do mesmo.

A inauguração da vila União das Crioulas deu-se sob a bênção da pastoral da Igreja Católica e com apresentações culturais da própria comunidade. Dentre elas, a recitação de um cordel de autoria da moradora Maria Eunice de Oliveira, relatando sobre o projeto:

No começo foi uma grande confusão
 O povo revoltado, não queria aceitar não
 Um grupinho de mulheres, começou a trabalhar
 Em companhia de alguns homens, nem desanimar!
 Começaram a trabalhar, descobriram grande coisa
 Ninguém ia imaginar!
 O trabalho foi desenvolvendo, começou a união
 O grupinho trabalhando, com muita satisfação.
 Em companhia de outros órgãos, prefeitura e fundação.
 Conceição pouco a pouco, foi se desenvolvendo
 Os crioulos todos juntos, ao quilombo chegaremos⁹⁶.

Ainda no sítio Lagoa, onde fora construída a vila referida, seguindo mais alguns metros na direção norte, está o local em que foram encontrados os fósseis de animais (extintos) de grande porte, em 1993, ano marcado por uma grande seca no Nordeste brasileiro.

Nesse período, o Governo empreendeu um programa de obras com “frentes de emergência”. No sítio Lagoa, um grupo de pessoas alistadas em uma dessas frentes, localizou, num caldeirão denominado Lagoa da Pedra, restos fossilizados desses animais, conforme identificação feita por especialistas⁹⁷. No que se refere à descoberta dos fósseis, os quilombolas não guardam boas recordações: contam que, na época, correu um boato, segundo o qual aqueles ossos fossilizados poderiam ser transformados em ouro. Estariam, portanto, diante da abertura de um promissor mercado⁹⁸. Nesse contexto, os descobridores dos fósseis entraram em conflito com a prefeitura de Salgueiro, pois não queriam entregar o material para

⁹⁶ Esses versos foram gentilmente recitados para mim pela própria autora, em janeiro de 2010.

⁹⁷ Esse fato levou a Prefeitura de Salgueiro a suspender as obras e solicitar à Universidade Federal de Pernambuco a presença de estudiosos do assunto, para análise dos fósseis encontrados.

⁹⁸ Temática semelhante estava sendo abordada, através da novela global, "Fera Ferida", em exibição naquele momento.

pesquisa. Assim, na ocasião, muitos fósseis de animais de grande porte como os do tatu gigante e os da preguiça gigante - segundo especialistas - foram destruídos a marteladas. Hoje, os envolvidos no episódio, não gostam de falar sobre o assunto. Alguns, ainda guardam em suas casas, pedaços do que sobrou dessa destruição, mas não gostam de mostrá-los a ninguém. Tive que ser bastante paciente para convencer um senhor, que participou da destruição dos fósseis, a me mostrar os pedaços que guardava. Ele o fez, mas recusou-se a emitir qualquer comentário sobre o assunto. Para a então prefeita Creuza, o episódio dos fósseis em Conceição das Crioulas lhe trouxe muitos aborrecimentos, na forma de especulações das quais foi vítima por haver solicitado a presença dos pesquisadores:

Então, surgiu o boato que a gente estava tirando os fósseis dali pra fazer ouro e que o povo estava sendo usurpado. Com a saída do material, disseram que eu tinha vendido os ossos e tinha dado uma casa a Givânia e outra a Andreino. Com isso, todo mundo endoidou pra cavar lá e houve um prejuízo enorme de peças quebradas⁹⁹ (NASCIMENTO, 2001).

A 350 metros de distância do local dos fósseis, encontra-se um bloco rochoso de aproximadamente dez metros de comprimento, localizado numa área de relevo plano e inclinada para o Oeste; essa pedra é marcada por quatro inscrições de uma mão. De acordo com Marcos Galindo Lima,

a técnica utilizada para executar essas impressões está repetidas em outros sítios da região. Consiste na preparação anterior de um carimbo, no qual foi utilizada a própria mão do executor. Com o auxílio de um pincel a mão do autor foi pintada com faixas paralelas observando a verticalidade dos dedos e palma da mão e depois aplicada sobre a superfície da rocha (Extraído de anexo ao trabalho de LIMA, 1997).

À medida que nos distanciamos da vila de Conceição das Crioulas e adentramos nos “sítios”, o acesso a essas localidades vai se tornando mais difícil. São estradas estreitas e cheias de pedras, quase caminhos. Fazer esse percurso é compensador, especialmente pela possibilidade de apreciação da paisagem circundante. Se for época de estiagem, podemos observar uma vegetação constituída por xerófilas, como mandacaru, facheiro, faveleiro, aveloz, xique-xique e algumas outras espécies de maior porte como a catingueira, a braúna, a

⁹⁹ Depoimento de Creuza Pereira do Nascimento, em entrevista feita por mim, em 19/04/01.

jurema, a algaroba, o angico e o umbu¹⁰⁰. Estas últimas sem nenhuma folhagem e com seus caules encobertos pela poeira da estrada.

Entretanto, quando as chuvas voltam a cair no Sertão, em poucos dias a folhagem começa a enverdecer, dando um novo aspecto àquela paisagem. A ramagem brota por entre as árvores, proporcionando excelente pastagem para os animais.

O principal rebanho da região é o de caprinos, animais que melhor se adaptam à pastagem seca. Mas há, também, o gado bovino que, em épocas de estiagem, é alimentado por folhas e vagens de algaroba, palmas e mandacaru queimado. Também é comum se encontrar pastando nos campos, grande quantidade de jumentos que, nessa região, mesmo que de forma rara, ainda são utilizados como meio de transportes de pessoas e cargas.

O espaço geográfico, sua ocupação e as formas de organização da vida econômica e social em Conceição das Crioulas, apresenta semelhanças em relação a outras localidades rurais do Sertão Central de Pernambuco. As singularidades a serem consideradas consistem nos significados atribuídos pelos quilombolas aos elementos tanto materiais como imateriais da comunidade. Assim, para eles, a terra é muito mais que um meio de produção, é uma herança de suas antepassadas, as “seis crioulas”, da qual jamais poderão abrir mão; o artesanato, para além de uma fonte de renda, é uma forma de recuperar a história do povo negro e expressar a cultura afrobrasileira. Dessa forma, os aspectos da vida social e cultural aparecem sempre imbricados às ações políticas que dão forma ao movimento quilombola.

¹⁰⁰ Relação das espécies citadas com os respectivos nomes científicos: mandacaru(*Cereus Jamacaru*), facheiro(*Pilosocereus pachycladus*), faveleiro(*Cnidoscolus phyllacanthus*), aveloz(*Euphorbia tirucalli*), xique-xique(*Pilosocereus gounellei*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis Tui*), a braúna(*Melanoxylon braúna*), a jurema(*Chloroleucon tortum*), a algaroba(*Prosopis Juliflora*), o angico(*Albizia polycephala*) e o umbu(*Spondias tuberosa Arruda*).

3- MOVIMENTOS SOCIAIS: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO COLETIVO

Temos consciência de que a luta não é fácil, porém
sem ela jamais alcançaremos os nossos anseios

(Jornal Crioulas: a voz da resistência).

A literatura corrente acerca dos movimentos sociais caracteriza-os como uma série de estudos sociopolíticos e aparecem sempre analisados dentro da problemática da ação coletiva. Cotidianamente se utiliza a expressão movimento social para nomear organizações estruturadas com vistas à formação de associações entre pessoas, grupos ou entidades que possuam algum interesse em comum, para a defesa, afirmação ou promoção de determinados objetivos perante a sociedade. Ou ainda como:

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN,1995, p. 44).

Trata-se de uma categoria abrangente que pode congrega, dependendo dos critérios de análise empregados, entidades voltadas para a promoção de interesses materiais, legais, éticos e morais. São, pois, mais frequentes a existência de movimentos que defendem os princípios da legalidade, a promoção dos direitos humanos ou prerrogativas análogas, podendo, ainda, voltarem-se para a alteração radical, ou violenta, de ordens ou sistemas sociais, políticos, ou normativos vigentes, movidos por diferentes suportes ideológicos.

Esses movimentos compõem-se de uma diversidade de atores sociais que, na cena pública, encaminham ações reivindicando direitos; constituindo-se, assim, em sujeitos coletivos.

Este capítulo concentra-se na questão central desta tese: a análise da constituição do sujeito coletivo movimento social negro quilombola em Conceição das Crioulas. Como a noção de sujeito coletivo refere-se a uma coletividade na qual se elabora uma identidade

(SADER,1988) e se organiza práticas político-culturais na defesa dos interesses dessa coletividade, deter-me-ei, aqui, sobre alguns processos considerados constitutivos do sujeito em análise: a relação entre cultura e política, a construção da identidade étnica, a cultura religiosa, as relações de gênero, os campos políticos e a formação dos sujeitos.

3.1- A constituição do sujeito coletivo

No decorrer dos anos 1970, novos movimentos sociais começaram a se configurar no Brasil em meio às ações de enfrentamento ao regime militar que começou a perder legitimidade junto à sociedade civil, a partir de 1973, devido ao agravamento das crises econômicas, políticas e sociais que já atingiam o país desde o início dessa década.

O imediatismo das práticas sociais desses movimentos, em meio a uma conjuntura de despolitização da sociedade brasileira submetida aos interesses capitalistas de acumulação, chamou à atenção de muitos estudiosos, entre eles Eder Sader(1988) que realizou estudos sobre os movimentos sociais operários surgidos nas décadas de 1970/80.

Nas reflexões do autor a aparição desses movimentos significa a criação de um novo sujeito social, histórico e coletivo, criado pelos próprios movimentos, a partir da conquista de novos lugares para o exercício da política. Sobre tais movimentos afirma: “Eles podem ser reconhecidos pela sua linguagem, pelos lugares de onde se manifestam, pelos valores que professam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Trata-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real” (SADER, 1988, p. 27).

Eder Sader(1988) utiliza a categoria sujeito coletivo para designar uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organiza práticas através das quais seus membros defendem seus interesses e expressam suas vontades, constituindo-se nessas lutas, na experiência do cotidiano.

Para o autor, esses movimentos são sujeitos porque agem como protagonistas de sua própria história; suas necessidades e carências são transformadas em reivindicações de direitos e cobram do Estado ações eficazes para a melhoria de suas condições de vida. São coletivos porque atuam de forma associada, em nome de uma causa comum, afirmando direitos, a partir de um conjunto de reivindicações passível de universalização, superando, assim, as reivindicações fragmentadas.

Destarte, compreendo que um movimento social torna-se sujeito coletivo a partir do momento em que toma consciência das causas e consequências dos problemas políticos e sociais de sua comunidade e age no sentido de provocar mudanças; e, no processo de mudança, constrói sua uma identidade social. Assim, o sujeito coletivo articula suas ações, compartilha objetivos comuns, luta pela efetivação de direitos instituídos e a conquista de novos, busca a mudança social, política, econômica e cultural. Produzindo, assim, uma cultura de participação e espaços de diálogo entre o Estado e a sociedade.

É nessa perspectiva que neste trabalho aproprio-me da categoria sujeito coletivo para me referir ao movimento social negro e quilombola (re)surgido no Brasil a partir da década de 1970 e, especificamente, ao movimento organizado pela comunidade de Conceição das Crioulas, objeto de estudo desta pesquisa.

No decorrer dos anos 1970, o movimento negro que se encontrava desmobilizado desde a implantação do regime militar, ressurgiu e passa a se constituir numa nova fase do processo histórico das mobilizações negras. Em meio ao autoritarismo e repressão, recomeça a luta dos negros contra o preconceito e a discriminação racial, motivada “por acontecimentos nacionais e internacionais como a abertura política, os movimentos de libertação dos países africanos, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e a libertação de Angola” (RIBEIRO, 2000, p.90).

No âmago do movimento negro em geral encontra-se o movimento social quilombola. Esses movimentos se diferenciam pelo fato de o segundo colocar na sua agenda de reivindicações, além dos direitos gerais extensivos a todos os cidadãos, os direitos específicos das comunidades quilombolas como a posse das terras dos quilombos, respaldada no Artigo 68 do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - da Constituição Federal de 1988, sendo esta a questão motriz do movimento quilombola e também uma das causas dos conflitos agrários estabelecidos no campo, nos últimos anos.

A partir do início da década de 1990, segundo Arruti,

Uma jovem militância quilombola emerge em todo o país, herdeira da luta dos pais e avós – que muitas vezes a travaram dentro dos sindicatos, sob o rótulo genérico de posseiros ou trabalhadores rurais - mas realimentada por uma nova política atual, formada a partir da influência do discurso negro urbano (ARRUTI, 2003,p. 2).

Surge, assim, o movimento nacional das comunidades negras rurais quilombolas, um dos mais ativos agentes do movimento negro rural no Brasil. Esse movimento se constitui num novo sujeito social, político e coletivo (SADER,1988).

Para compreender quando e como o movimento negro quilombola de Conceição das Crioulas começou a se constituir enquanto sujeito coletivo, recorri às lembranças dos próprios integrantes do movimento. De acordo com eles, o processo de mobilização da comunidade começou em 1987, com o trabalho de uma missão religiosa das freiras carmelitas, instaladas em Salgueiro, ao qual se integrou a então agente pastoral Creuza Pereira do Nascimento. A missão, através de textos bíblicos, chamou a atenção da comunidade para discutir sua origem e sua história, bem como outras questões do tipo: direitos sociais e preconceito étnico/racial. As missionárias começaram, assim, a conversar com os mais velhos, que através de suas memórias, recontaram a história das “seis crioulas” que ali haviam se estabelecido e, com o seu trabalhado no cultivo do algodão, comprado aquelas terras, ainda em 1802. Iniciava-se naquela ocasião, também, a construção desse mito de origem que passou a ser o principal instrumento de luta pela terra e pela identidade étnica e cultural do grupo.

Passaram também a participar de organizações políticas e religiosas da região: das Comunidades Eclesiais de Base(CEBs), da Pastoral da Terra, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro, do Partido dos Trabalhadores e, algumas mulheres, associaram-se ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com sede em Serra Talhada/PE. Naquele momento, o Movimento Negro Unificado (MNU) tomou conhecimento da existência de Conceição das Crioulas e aproximou-se da comunidade. Em 1995, foi realizado o I Encontro de Negros do Sertão, em Salgueiro, no qual estiveram presentes representantes de entidades negras do Maranhão, iniciando-se, assim, uma articulação entre a comunidade de Conceição com o MNU e outros grupos negros¹⁰¹.

Percebo aqui a existência de um “sujeito embrionário” que em contato com entidades sociais, políticas e religiosas, busca a afirmação de sua identidade social, política e coletiva. Ressalto, portanto, que essa situação não constitui uma especificidade do movimento de Conceição das Crioulas. Sader(1988), ao refletir sobre os movimentos sociais,

¹⁰¹ Fonte: Projeto Mapeamento e Identificação das Áreas Remanescentes de Quilombos. FCP/UFAL, 1998.

afirma que esse novo sujeito - o coletivo - é descentralizado porque surge do próprio movimento, a partir de suas práticas e discursos, sem a moral individualista burguesa ou tutela partidária, mas ligados à Igreja, aos sindicatos e às esquerdas, instituições essas em crise e que procuram fazer suas ligações com esse movimentos.

No caso em análise, as relações com outras instituições nem sempre garantiram o apoio das mesmas ao movimento; o senhor Andreilino Mendes, um dos precursores do movimento, afirma que as primeiras reuniões do movimento foram realizadas na Igreja ou na escola, mas “o padre Manoel Garcia, pároco de Salgueiro, proibiu essas reuniões na Igreja” e o “governo municipal proibiu as reuniões na escola¹⁰²”; o que forçou os integrantes do movimento a buscarem outra alternativa: construir seu próprio espaço, através do sistema de cooperação mútua.

Essas entidades - igreja e escola -, através de seus representantes conservadores, talvez temessem que aquele movimento viesse desestabilizar uma ordem política e social, que há anos estava posta ali, e da qual não gostariam de abrir mão. No entanto, é no interior dessas mesmas entidades que o movimento vai se apoiar: na Pastoral da Terra, nas Comunidades Eclesiais de Base e em partidos políticos, no caso o PT e, principalmente, na legislação concernente aos direitos quilombolas. Assim, como em todo processo de construção das identidades coletivas, o movimento de Conceição foi - está sendo - marcado por aprendizados, conquistas, avanços e limites; é, portanto, nesse processo que os sujeitos coletivos são construídos.

Após as primeiras discussões, o processo de constituição do sujeito coletivo movimento social de Conceição das Crioulas entra em curso, com a mobilização pelo reconhecimento da área territorial ocupada por seus habitantes como “terra de quilombos”. Givânia e Andreilino foram os primeiros a participar de reuniões do Movimento Negro, a manter contatos com comunidades quilombolas do Maranhão e trazer essas discussões para dentro da comunidade. Givânia identifica aquele período como de “muita efervescência”, quando todos queriam conhecer o mito da origem da comunidade. Semeava-se, ali, todo um trabalho de cunho educativo e político, expresso em um permanente esforço de conscientização, na busca da valorização e autovalorização do “ser negro”.

¹⁰² Palavras da liderança quilombola Andreilino Antônio Mendes, em entrevista feita por mim, 28/01/10. O depoimento completo será transcrito e analisado ainda neste capítulo.

Na luta pelo reconhecimento de Conceição das Crioulas como comunidade quilombola, Givânia e Andreelino foram a Brasília, tentando legitimar a existência da comunidade. Um pedido de reconhecimento como quilombolas foi encaminhado à Fundação Cultural Palmares, ao que esta instituição mandou realizar um estudo antropológico da comunidade e enviou técnicos para fazer o mapeamento das terras reclamadas. A demarcação das fronteiras territoriais levou em consideração a ênfase dada à escritura da terra das crioulas (desaparecida) que estabelece determinados acidentes geográficos como limites dessa terra, em conformidade com a história oral¹⁰³.

O reconhecimento, em 1998, através da FCP, órgão competente para esse feito, legitimou o movimento e instrumentalizou seus sujeitos de uma retórica política que passou a ser utilizada nos espaços públicos em defesa dos direitos daquela comunidade, na condição de quilombola.

O senhor Andreelino Mendes, ao relatar as ações que deram início à organização política do movimento de Conceição das Crioulas, ressalta a importância de suas experiências anteriores em outro movimento - o sindicalismo do ABC Paulista - para esse momento:

(...) Em 89 eu cheguei de São Paulo, com muita experiência que adquiri no movimento sindical, das greves, foi lá que conheci o presidente Lula. Aí eu mergulhei na luta aqui [...]. Então a gente se encontrava, fazia reuniões na escola, na Igreja. Mas o governo municipal proibiu as reuniões na escola e o padre Manoel Garcia proibiu as reuniões na Igreja. Pensamos então num salão para fazer reuniões. Passamos a contar com a colaboração dos sítios, eles ajudavam tanto no trabalho braçal como pensavam com a gente na solução dos problemas. [...] Aí veio Inaudete, que era do movimento Trindade Solano, fazer reunião com a gente. Ela era negra e agente ria dela, a gente não se reconhecia nela, mas ela deu a contribuição dela que serviu pra despertar nossa consciência. Em 20 de novembro de 95, dia da consciência negra, fomos para Brasília, Givânia e eu. Conseguimos passagem de avião com o deputado Gonzaga Patriota somente para uma pessoa, resolvemos ir os dois de ônibus. O dinheiro só deu para a passagem de ida, na volta viemos de carona com o pessoal da Bahia que trouxe a gente até Salvador e de lá pra cá ainda deram uma ajuda pra gente chegar aqui¹⁰⁴. (MENDES, 2010).

¹⁰³ A delimitação dessa área faz parte de um relatório feito pela FCP, tendo como antropóloga responsável a Dra. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza, publicado no Diário Oficial da União em 11/09/00.

¹⁰⁴ Depoimento da liderança quilombola Andreelino Antônio Mendes, em entrevista feita por mim, 28/01/10.

Apesar das experiências trazidas de outros movimentos sociais pelo senhor Adrelino, úteis para disseminar ali as noções de direitos, de luta e de coletividade, as barreiras impostas pelas instituições locais - escola e igreja - e falta de consciência de sua própria negritude, impuseram-se como limites ao movimento. Então, construir uma identidade negra para aquele grupo passou a ser uma condição *sine qua non* para o processo de constituição do sujeito coletivo movimento social quilombola de Conceição das Crioulas.

Como parte desse processo, a construção da identidade negra dos quilombolas vai se fazendo ali, na afirmação/reafirmção de sua condição; através de um processo lento de conscientização, expresso frequentemente, por meio de uma espécie de convencimento/autoconvencimento da condição de negro, que poderia denominar também, construção de uma pertença.

A construção dessa identidade envolve, numa perspectiva histórico-cultural: a valorização da negritude, representada não só na cor da pele, mas, também, na maneira de se vestir, pentear os cabelos, no uso de adornos típicos da cultura negra, na adoção de termos afros e através do mito da origem da comunidade, segundo o qual todos os negros são descendentes das seis crioulas fundadoras da comunidade.

O sentimento de pertença étnica, centrado na crença da origem comum, despertou nos quilombolas o desejo de lutar para garantir o direito à terra, já que essa fora um recurso deixado por suas antepassadas - as “seis crioulas”. E, se essas eram negras (na maneira de pensar do grupo), negros também são seus descendentes.

A necessidade de construir uma identidade não é uma singularidade de Conceição das Crioulas. Sader(1988) afirma que os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos; e por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência.

Com uma identidade construída(ou em construção), abriram-se os caminhos para a politização do movimento através da fundação das primeiras entidades políticas: as associações; da arregimentação de novas lideranças - para além de Givânia e Adrelino - ; e da elaboração de uma pauta de reivindicações própria. Vieram, assim, as conquistas mais significativas: o reconhecimento do grupo como quilombola, em 1998 e o título da terra, em

2000. Essas e outras posteriores, fizeram/fazem o movimento emergir como um sujeito coletivo com visibilidade pública.

A construção da identidade e, conseqüentemente, do movimento quilombola de Conceição das Crioulas enquanto sujeito coletivo, não prescinde da ação do Estado; foi o próprio Estado que, ao instituir o termo “remanescentes de quilombos”, suscitou a emergência da identidade quilombola no contexto do reconhecimento dos direitos diferenciados às comunidades de quilombos no âmbito prescrito pelo artigo 68 do ADCT, da Constituição Federal de 1988.

Assim, é o Estado quem aponta para a possibilidade de acesso a um direito de caráter coletivo, étnico e fundiário, que remete à construção identitária, na medida em que o termo quilombo é ressemantizado para fins da aplicabilidade legal. Trata-se, sobretudo, de um reconhecimento realizado pelo Estado onde a lei cria o sujeito. No caso dos quilombolas, sujeitos instituídos juridicamente, o recurso da identidade étnica se torna bandeira de luta, na constituição de um movimento social, um “sujeito coletivo”, que fará jus aos direitos estabelecidos constitucionalmente.

Em Conceição das Crioulas é possível observar alguns momentos em que o Estado se faz presente e encaminha os procedimentos necessários para a instituição do movimento, enquanto sujeito coletivo de direito: no final da década de 1980, sob a influência do dispositivo legal (art. 68 do ADCT), trazido pela nova Constituição, começou a autoidentificação dos habitantes dessa comunidade como descendentes das “seis crioulas”; na década de 1990 a Fundação Cultural Palmares reconheceu aquela população como “remanescente de quilombos; e, em 2000, a mesma instituição emitiu o título da terra em favor da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, entidade política representativa do movimento.

Após esses momentos, comuns a todo procedimento de identificação das comunidades quilombolas, o INCRA entrou em movimento para conduzir o processo, ainda em curso, do cumprimento do “Decreto de Desapropriação por Interesse Social”. Como as terras

reivindicadas pelos quilombolas não são públicas¹⁰⁵, fez-se necessário que esse órgão conduzisse as negociações com os proprietários de terra para que cada propriedade particular, pertencente a não-quilombola, fosse avaliada por técnicos do INCRA, após o que poderiam ser abertos os procedimentos judiciais de desapropriação e indenização dos proprietários.

De acordo com a Política de Regularização de Territórios Quilombolas, do INCRA, a indenização baseia-se no valor de mercado, pagando-se o valor da terra e das benfeitorias pelas propriedades com documentação válida, e apenas as benfeitorias para as propriedades com documentos inválidos (grilados), ou sem documentação.

A grande questão no caso em estudo consiste na falta de entendimento entre o INCRA e os proprietários de terra em relação ao “valor de mercado”, já que este pode variar bastante de uma região para outra, além do que, quando a negociação é com o Estado, a tendência é os proprietários supervalorizarem os imóveis. Essa falta de entendimento faz com que o processo de desapropriação das terras quilombolas em Conceição das Crioulas já se arraste por mais de dez anos; sendo que até o encerramento desta pesquisa, apenas duas propriedades tinham sido desapropriadas: a Jurema e a Chapada, com áreas de 53,1796 hectares e 227,3733 hectares, respectivamente.

Essa foi a situação que constatei em Conceição das Crioulas até o momento do encerramento desta pesquisa. Tal situação vem retardando o assentamento da população camponesa - quilombola - à terra a que tem direito, o que leva à intensificação da luta pela aceleração do processo de desapropriação e o acirramento do conflito com os proprietários de terra. Esse conflito é constantemente intermediado pelas autoridades da região: políticas, policiais e judiciárias, bem como pelo próprio INCRA.

A Fundação Cultural Palmares e o INCRA, órgãos responsáveis pelo cumprimento do direito estabelecido no artigo 68 do ADCT da CF, são instituições governamentais. A primeira vinculada ao Ministério da Cultura e a segunda ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assim, o Estado brasileiro se faz presente não só na emergência da construção da

¹⁰⁵ De acordo com o “Decreto de Desapropriação por Interesse Social”, em sendo terras da União esta será titulada pelo INCRA ou pelo SPU. Em sendo terras estaduais ou municipais cabe ao respectivo ente de federação.

identidade étnica, ao instituir juridicamente a comunidade quilombola como um sujeito de direito, mas, também, na constituição desse mesmo sujeito, ao buscar cumprir o que determina a Lei.

Além dessas - FCP e INCRA- , outras instituições, governamentais ou não, mediarão o processo de reconhecimento de Conceição das Crioulas como quilombola e continuam em permanente diálogo com a comunidade firmando “parcerias” com a AQCC na implantação de políticas públicas sociais, étnicas ou não, voltadas para a população dessa comunidade. Como, por exemplo, a *ActionAid* - Brasil¹⁰⁶ que, segundo os quilombolas, trabalha pelo desenvolvimento da comunidade valorizando suas potencialidades e pela conscientização do povo negro da sua importância para construção de uma sociedade justa e igualitária.

A presença do Estado, ou das ONGs, no entanto, não anula a luta política dos sujeitos do movimento quilombola. Ao contrário, é a partir da organização dos mesmos, acionando sua identidade étnica, revisitando seus valores culturais, politizando suas ações, que o Estado responde, mesmo que de forma lenta, com o cumprimento do dispositivo constitucional.

Para a compreensão da organização do movimento social quilombola de Conceição das Crioulas, chamo a atenção para dois pontos norteadores desse processo: 1) a construção da identidade étnica e cultural, marcada pela recuperação dos valores histórico-culturais afrobrasileiros, pela religiosidade popular e pelas relações de gênero presentes na comunidade; 2) a presença de uma dimensão político-cultural que se manifesta na instituição de campos políticos¹⁰⁷, no engajamento e formação política de novas lideranças, nas ações encaminhadas, e nas relações estabelecidas com o Estado e as Organizações Não-governamentais. Esses elementos encontram-se imbricados dentro do mesmo processo: a constituição do sujeito coletivo.

3.2- Cultura e política na constituição do sujeito coletivo

¹⁰⁶ A *ActionAid* foi fundada no Brasil em 1998, com sede no Rio de Janeiro. É uma organização não-governamental brasileira, afiliada à *ActionAid Internacional* e dirigida por um conselho administrativo e uma assembléia composta por brasileiros. Temo como missão promover os direitos humanos para superar os processos que produzem e mantêm o empobrecimento.

¹⁰⁷ Utilizo a expressão campo “campos políticos” para me referir aos espaços de atuação dos sujeitos de Conceição das Crioulas, a partir do conceito trabalhado por Pierre Bourdieu. Ver: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertarand Brasil, 2000.

O entrelaçamento entre cultura e política sempre existiu nos movimentos sociais, em particular no movimento negro. No Brasil, as estratégias de ação das diversas organizações ligadas a este movimento, diferenciaram-se nas últimas décadas, mas a questão cultural continuou presente, seja para fins políticos ou como atividade simplesmente cultural.

No decorrer dos anos 1970/80 os sujeitos coletivos começaram a ganhar visibilidade pública na sociedade brasileira. Nesse mesmo cenário, o movimento quilombola se faz conhecido através de pronunciamentos públicos, enfrentamento aos ataques da mídia e da sociedade, reações às posturas governamentais e, como todo movimento social, busca o reconhecimento público, um estatuto político.

Afirmar que os movimentos sociais, incluindo o quilombola, lutam por estatuto político, leva à necessidade de ampliação da compreensão da categoria “política” e seus desdobramentos: cultura política, política partidária, ações políticas e campos políticos. O debate em torno do conceito de política é bastante amplo e, como afirma Colliot-Thélène(1999) coloca em discussão não apenas opiniões sobre determinado conjunto de questões, mas os pilares que oferecem subsídio para que se pense sobre elas:

É evidentemente arriscado comprometer-se com determinada definição de política, mesmo que essa definição seja limitada à compreensão moderna do que política quer dizer. Esse conceito é ele mesmo objeto de discussão, na qual se reflete a diversidade de abordagens e tradições que contribuíram para a redação dos textos dos *corpus* da Filosofia Política ou da teoria política moderna. Entre Hegel e Tocqueville, os filósofos contratualistas e Marx, Rousseau e Hannah Arendt, as divergências não dizem respeito tão-somente às respostas que seriam dadas a um conjunto de questões sobre as quais existiriam concordância geral. As questões diretrizes variam, e tanto a *localização da política* (notadamente a sua relação com o econômico e o social) quantos suas *implicações* (a liberdade, a emancipação, o poder?) são interpretadas diferentemente de um autor para outro, a ponto de desencorajar toda tentativa de caracterização unívoca de um conceito de política que seria próprio dos modernos (COLLIOT- THÉLÈNE, 1999, p.7).

As diferentes correntes teóricas utilizadas pelos estudiosos dos movimentos sociais produziram divergências internas em relação à noção de política e aos principais elementos que a constituem. A política está baseada em uma racionalidade conflitiva, para as correntes do marxismo; para essas, a política é indispensável à História que “não é determinada pela economia, mas herda dela as potencialidades para que construa ativamente as transformações na sociedade” (FELTRAN, 2002,p.5). O conceito de política marxista se constrói como

confronto entre classes sociais pela tomada e destruição - ou reformulação - do Estado capitalista.

Para Hannah Arendt(2007), cuja teoria sobre política é bastante utilizada por estudiosos dos movimentos sociais brasileiros, a política traz implícita a idéia de liberdade, de espaço público e de discurso. É uma maneira de se relacionar com o mundo, pensar, falar e agir no espaço público. Entende a autora que “a política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (p. 22).

Arendt(2007) é enfática ao afirmar que o “sentido da política é a liberdade” . A política baseia-se na pluralidade de pessoas e, por isso, tem como finalidade organizar o convívio entre os diferentes e não entre os iguais. Os gregos, na antiguidade, acreditavam que não havia separação entre política e liberdade, as duas estavam ligadas à capacidade do ser humano agir em público que era o local original do político. Embora nem todos os homens modernos consigam pensar a política dessa mesma forma, talvez por algumas desilusões em relação aos políticos de sua época, há ainda quem acredite no poder que tem a política de organizar o convívio em sociedade. Hannah Arendt, judia, que viveu os horrores da Segunda Guerra Mundial, viu a política como uma necessidade imperiosa para a vida, tanto do indivíduo, quanto da sociedade. “Como as pessoas não são autárquicas” dependem umas das outras para sua existência. Assim, a política tem como objetivo a garantia da vida no sentido mais amplo e a busca da liberdade, como bem expressa Arendt (2007):

A liberdade de externar opinião, o direito de ouvir opiniões dos outros e também de ser ouvido, que para nós constitui também parte indispensável da liberdade política, suplantou a liberdade não em contradição com ela, mas que possui uma natureza bem diferente, característica do agir, do falar, desde que seja uma ação. Essa liberdade consiste naquilo que chamamos de espontaneidade que, segundo Kant, se baseia no fato de cada homem ser capaz de começar uma série de novo por si mesmo (p.57).

Como se vê a compreensão da política para a qual Arendt(2007) chama a atenção é por ela vinculada às ideias de liberdade e de espontaneidade humanas, para os quais deverá haver um espaço para o seu desenvolvimento, ou seja, um espaço para a política. Tal concepção está muito além da costumeira compreensão da política enquanto burocracia ou procedimentos institucionais que apenas estabelecem normas para a vida em sociedade. Nessa mesma perspectiva, Nogueira (2001) vê a política como um “espaço humano por excelência. Seus protagonistas são os cidadãos, seu desafio é organizar a vida coletiva de modo justo e

eficiente, tanto quanto possível domesticando o poder e colocando-o a serviço dos homens” (p. 44).

O filósofo francês Jacques Rancière, também expressa seu modo de pensar a política e auxilia na compreensão do pensamento arendtiano. Rancière (1996; 1996b) percebe a razão da política a partir da contribuição das classes populares para instalação dos espaços públicos, e acredita que as lutas populares que geram a aparição desses espaços estão sempre fundamentadas em conflitos que são próprios das classes populares em confronto com os grupos dominantes.

Para Rancière (1996b), assim como para Arendt(2007), a política não tem nada a ver com a técnica, nem com conteúdos propriamente ditos, mas tem a ver com a isonomia no uso da palavra, que constitui o espaço público onde antes só havia a lógica privada. Dessa forma, “a política repousa sobre um único princípio, a igualdade. Só que esse princípio só tem efeito por um desvio ou uma torção específica: o dissenso, ou seja, a ruptura das formas sensíveis da comunidade (RANCIÈRE, 1996b, p.370).

Para Rancière (1996b), a política não significa a existência de indivíduos e grupos colocados no seu lugar, cada um no seu status social definido; a política é justamente o que rompe com tudo isso, o que cria novos atores, elementos novos em relação a essa lógica. O autor dá nome de dissenso ao conflito inerente ao momento da ruptura que possibilita o aparecimento da política.

É isso que chamo de dissenso: não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para serem ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. O dissenso não é a guerra de todos contra todos. Ele dá o ensejo a situações de conflito ordenadas, a situações de discussão e de argumentação. Mas as discussões e argumentações são de um tipo particular. Não podem ser a confrontação de parceiros já constituídos sobre a aplicação de uma regra geral a um caso particular. Com efeito, devem primeiro constituir o mundo no qual elas são argumentações (RANCIÈRE, 1996b,p. 374).

Na perspectiva de Rancière, percebo que em Conceição das Crioulas o “conflito” ou “dissenso”, às vezes, toma dimensões políticas radicais e se transformam em ações criminosas que repercutem intensamente nos meios de comunicação. Como mostra o trecho da notícia a seguir, que veiculou nos principais jornais de Pernambuco e na internet:

No dia 04 de dezembro de 2004, Sr. Simão Gonçalves dos Santos (Simão David) esteve na residência da Coordenadora Executiva da AQCC, Sra. Maria Aparecida Mendes Silva, a procura do Sr. João Francisco Mendes, pai de Maria Aparecida. Como não o encontrou, falou em tom agressivo para a Coordenadora Executiva da AQCC e para o Sr. Andreino Antônio Mendes, também liderança da comunidade que: se tiver parte do terreno dele demarcado dentro da área, as lideranças não continuariam vivas para trabalhar na terra. As ameaças foram formalizadas junto a Polícia Federal de Salgueiro no dia 07 de dezembro, em nome da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, e na Polícia Civil no dia 15 de dezembro. As ameaças continuaram na madrugada do dia 11/12/2004 para o dia 12/12/2004, por volta de 00:40h, quando a sede da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas foi queimada. Sabe-se que dentre os alvos, Maria Aparecida Mendes Silva e Givânia Maria da Silva são as primeiras da lista. No entanto, hoje já somam mais de 15 pessoas que correm risco de vida¹⁰⁸.

Os fatos relatados na notícia indicam o grau de tensão estabelecido entre, de um lado, quilombolas que defendem o acesso à terra como um direito quilombola e, de outro, fazendeiros que não reconhecem a legitimidade desse direito nem estão dispostos a abrir mão pacificamente de “suas propriedades”. E, nesse embate, as mulheres, como sujeitos políticos ativos, também são vítimas.

Durante I Encontro entre indígenas e quilombolas, das etnias Xukuru e Crioulas, respectivamente, ocorrido de 1 a 3 de abril de 2005, na comunidade de Conceição das Crioulas, a quilombola Aparecida Mendes Silva concluiu sua participação afirmando: “a gente decidiu que vai dar continuidade à luta, e em nome dos nossos ancestrais, vamos dar continuidade à luta por Conceição e pelas demais comunidades quilombolas de Pernambuco”. Suas palavras tiveram boa receptividade por parte dos participantes do evento que, através de aplausos, reiteraram-nas por alguns segundos.

O teor do discurso da quilombola demonstra o grau de exclusão a que as comunidades quilombolas são relegadas. Pode-se dizer, nos termos de Rancière(1996), que tal discurso explica o *dano*¹⁰⁹, e por isso pode configurar o mundo sensível de quem escuta. Graças a essas

¹⁰⁸ <http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=3&tema=31&materia=2267>. Acessado em 11/09/09.

¹⁰⁹ O *dano* não é simplesmente a luta de classe, a dimensão interna a ser corrigida(..) as coisas seriam simples demais se houvesse apenas a infelicidade da luta que opõe ricos e pobres. A solução do problema foi encontrada cedo. Basta suprimir a causa da dissensão”, quer dizer a desigualdade das riquezas, dando a cada um uma parcela de terra igual”. O mal é mais profundo (RANCIÈRE, 1996, p.28).

aparições que o movimento quilombola faz através da realização de eventos políticos, e outras formas de ação, a sociedade é forçada a reconhecer a legitimidade de sua luta.

A expressão “luta”, no sentido aqui empregado, refere-se a um conjunto complexo de ações culturais e políticas: reivindicação de direitos, contra a discriminação, respeito às diferenças, e reação às condições de dominação, entre outras. Ao fazer opção pela continuidade dessa “luta” o movimento quilombola, assim como outros movimentos sociais, estão cientes do estabelecimento do conflito entre eles e os poderes político e econômico instituídos. Mas é também aqui que aparece o momento da política. Rancière (1996), em concordância com o pensamento da Arendt (2007), enfatiza o conflito como um elemento central da política inerente à aparição dos excluídos na cena pública.

Em Gramsci(1986, 1987) a noção de política recoloca os termos da tradição marxista. Nas concepções do autor, a noção de política é ampliada e aparece sempre imbricada à cultura; nessa concepção há um rompimento com a idéia de síntese de todas as contradições no Estado e com a noção de política como dirigida unicamente ao domínio e reconfiguração do aparelho estatal, ainda que entendida em grande medida como surgida do conflito entre as classes sociais.

A transformação social no pensamento gramsciano é a luta política pela construção da hegemonia, um modo particular de construção do poder, baseado na adesão voluntária e crítica de setores sociais a uma outra concepção de mundo. Surge, para além do confronto, as possibilidades de oferecer condições de reconhecimento ao interlocutor político, na conquista negociada de cada vez mais posições na sociedade.

Os processos político e cultural presentes nos movimentos sociais encontram-se entrelaçados e podem ser analisados a partir da compreensão do conceito de cultura política.

Este conceito traz uma noção de cultura diferente daquela tradicionalmente usada pela sociedade. Na perspectiva dos movimentos sociais a noção de cultura política é utilizada para definir aqueles processos pelos quais determinadas práticas culturais tornam-se fator político(ALVAREZ *et all*, 2000). A cultura, nesse sentido, refere-se a uma perspectiva que oferece elementos à sociedade para que ela encontre os sentidos de suas formas de organização e das relações construídas por diversos grupos e sujeitos sociais; cultura como práticas sociais e “modo de vida global”(HALL, 2004).

Essas dimensões apontam para uma noção de cultura que se manifesta nas práticas sociais do cotidiano, construindo pontos de relações entre os diferentes sujeitos, os quais se expressam através de valores, crenças, hábitos e modo de atuação sociopolítica, a partir de suas interações.

Nessa perspectiva a cultura não se separa do sujeito, pois está “entranhada na prática social tanto quanto a prática está imersa no cotidiano(OLIVEIRA, 2007); ela assume uma condição *sine qua non* no processo de mudança social. Qual seja a perspectiva de mudança passará pela dimensão político/cultural. Assim, os novos movimentos sociais “atuam na interface entre cultura e política utilizando a cultura como base para suas reivindicações ou como meio de mobilizar e engajar participantes”(ALVAREZ *et all* p.11).

Em Conceição das Crioulas o aspecto político-cultural do processo de constituição do sujeito coletivo se manifesta na construção da identidade do grupo, nas relações de cooperação ou conflito que os sujeitos estabelecem entre si e com outros, nas ações encaminhadas em favor dos direitos da coletividade e nas demais dimensões do real. Ali, os processos desenvolvidos são eivados de costumes, comportamentos, valores, hábitos e atitudes de uma cultura política mesclada por velhos e novos procedimentos que servem de parâmetros para que os quilombolas elaborem sua própria compreensão do real.

A noção de política, por exemplo, para eles se mistura a um emaranhado de significados que envolve não somente a política de ações coletivas em favor de seus direitos, mas outras questões como política partidária, etnias e noções de “esquerda” e “direita” que separam, respectivamente quem é a favor e quem é contra a questão quilombola. Essas minhas impressões são resultado das entrevistas e das muitas conversas informais que tive com as pessoas dessa comunidade.

Ao indagar a quilombola Maria dos Santos sobre a situação política de Conceição das Crioulas obtive o seguinte relato:

Aqui tem uma questão que é mais ou mesmo assim: as famílias tanto tem os parentes negros como índios, é uma questão de dupla identidade, mas tem aqueles que fazem opção por uma coisa ou outra. Os que são do PFL esses não querem ser quilombolas, eles se identificam como índios. Isso causa muitos problemas porque, por exemplo, as cestas básicas é uma política voltada para a população das comunidades quilombolas e, às vezes, o pessoal da área indígena recebe, e às vezes não recebe e isso dá muita confusão, por isso tem gente que diz que é melhor não existir essas cestas,

mas eu acho importante porque agente já fica naquela expectativa que todo mês, ou de dois em dois mês, a cesta vêm¹¹⁰ (SANTOS, 2010).

Nesse depoimento, a quilombola, apesar de não citar nenhuma sigla de esquerda, nem fazer referência aos termos “esquerda” e “direita”, declara que um partido - PFL, hoje DEM- , reconhecido como de direita, mantém vínculo com a etnia indígena e se contrapõe à quilombola. Analisando com mais cuidado essa questão percebo que a origem da vinculação partido político/etnia talvez se encontre nas relações políticas partidárias estabelecidas na história recente da comunidade.

A quilombola Givânia Maria da Silva, uma das principais lideranças de Conceição das Crioulas, ingressou na militância do Partido dos Trabalhadores(PT) na década de 1990 e concorreu pela primeira vez a uma vaga no Legislativo Municipal em 1996; nesse pleito não logrou êxito e enfrentou uma acirrada disputa política local com o fazendeiro Francisco Alencar (Chicola); este, na ocasião pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo eleito naquele pleito.

Chicola é apontado pelos quilombolas como um dos expropriadores de suas terras, razão pelo qual o fazendeiro faz questão de externar seu “desamor” a esses, e ressaltar sua “simpatia” pelos índios: “os quilombolas é um grupo pequeno, arremetido, chato, antipático e racista (...). Já os índios não, quando me vê me abraça é aquela alegria toda, entendeu como é diferente¹¹¹?” Com essa declaração o fazendeiro deixa claro a sua opção de “amizade” pelo grupo indígena e explicita suas diferenças com os quilombolas. Diferenças originadas a partir da disputa pela terra entre estes e aquele e que são transferidas também para o campo da disputa política partidária.

Nas eleições seguintes (2000 e 2004), Givânia voltou a apresentar candidatura ao Legislativo sendo eleita nos dois pleitos consecutivos; enquanto que o fazendeiro Chicola, que nessas duas eleições concorreu pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro(PMDB), não logrando êxito no último pleito, afastou-se da política.

¹¹⁰ Depoimento da quilombola Maria dos Santos, em entrevista feita por mim, em 29/01/10

¹¹¹ Depoimento do fazendeiro Francisco Alencar (Chicola), prestado à pesquisadora Maria Aparecida de Oliveira Souza, em 2005.

O fazendeiro e seus correligionários não eram a única facção política local que Givânia teve que enfrentar. Nas eleições de 1996 e 2000, a senhora Maria Irene Erussa de Jesus, uma moradora do sítio Rodeador, que se identifica como índia Atikum, também lançou sua candidatura ao Legislativo; no primeiro pleito pelo Partido Republicano Progressista (PRP) e no segundo pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); agora no mesmo partido político de Chicola¹¹².

O projeto político da candidata da etnia indígena centrava-se na idéia de fortalecer uma oposição ao movimento quilombola, defendendo a necessidade da extensão dos limites das terras Atikum. Isso resultaria na incorporação de alguns dos sítios - entre eles, o que ela mesma reside - situados na região limítrofe entre as terras Indígenas e o território quilombola.

Apesar de não ter sido eleita em nenhuma das eleições que concorreu, Maria Irene tornou-se conhecida por há algum tempo vir liderando esse movimento de redefinição dos limites das terras Atikum e dos quilombolas, com o fim de promover a mudança de categorias administrativas dos sítios denominados Massapê, Rodeador e Paus Brancos (localizados na área quilombola) para 'aldeias indígenas'. Tal alteração propiciaria à população dessas localidades o mesmo tratamento dispensado aos índios. Portanto, sendo assim reconhecidos, os habitantes desses sítios passariam a ter acesso a serviços diferenciados de saúde e de educação.

Os projetos políticos dessas duas lideranças - Givânia e Irene - não se encontram atrelados diretamente aos anseios quilombolas e indígenas, nem devem ser assim entendidos. Givânia entrou no cenário político a partir de sua articulação com o sindicato rural e a luta popular, opondo-se à estrutura conservadora de controle político e fundiário da região. Por outro lado, Maria Irene, aliada política dos partidos de direita, cujos princípios estão vinculados à perpetuação do *status quo* e cujos representantes locais já constituíam oposição a Givânia, já esteve articulada ao movimento quilombola e com o movimento de professores

¹¹² Nas eleições de 1996, Givânia(suplente) obteve 823 votos, Chicola(eleito) 1298 e Maria Irene(suplente) 435; em 2000 Givânia(eleita) obteve 1367 votos, Chicola(eleito) 837 e Maria Irene (suplente) 361; em 2004, Givânia (eleita pela média) 771 votos, (Chicola) suplente 806, Maria Irene não apresentou candidatura. Nas últimas eleições municipais (2008), a única candidatura de representantes de Conceição das Crioulas foi a de José João da Silva (irmão de Givânia) que obteve 579 votos e ficou na suplência. A comunidade não tem no momento nenhuma representação política na Câmara de Vereadores de Salgueiro. A fonte dessas informações é o TRE/PE. Site <http://www.tre-pe.gov.br/publicanet/ServletMontarPagina.do?codObjetoPagina=9&codObjetoItemMenu=525> Acessado em 15/02/11.

indígenas; mas, como afastou-se de ambos, procura agora sua legitimação via Conselho Distrital de Saúde Indígena.

Observa-se, pois, que a identificação das facções políticas através da sigla partidária não tem muita relevância para a população do Sertão Central de Pernambuco. Por uma questão cultural, costuma-se relacionar todos os políticos de tendência direita ao Partido da Frente Liberal (PFL), mesmo depois da mudança desta sigla para Democratas (DEM). Como se vê, tanto Chicola quanto Maria Irene, não concorreram às eleições pelo PFL, mas são identificados como tal. Da mesma forma, todos os políticos de tendência esquerdista são identificados como sendo do PT, mesmo que estejam eles filados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), ao Partido Comunista do Brasil (PCdo B) ou a outro congêneres.

Costuma-se, ainda, identificar os grupos políticos pelo nome de suas lideranças mais expressivas. Durante muito tempo as duas maiores facções políticas do município de Salgueiro era assim identificadas: Partido de doutor Romão, de tendência direita, e Partido de doutor Severino, de tendência esquerdista. Com a morte dessas duas lideranças os partidos políticos de Salgueiro mudaram de “donos”; hoje são respectivamente identificados como o partido de doutor Chico e o partido de dona Creusa.

Por serem as lideranças quilombolas ligadas às tendências esquerdistas e seus opositores, fazendeiros e integrantes do grupo indígena, como Maria Irene, mais à direita, fica assim estabelecido o embate entre as facções políticas de Conceição das Crioulas e região tendo ressonância no investimento das identidades.

Dona Maria, quilombola mas não liderança, atribui a ingerência político-administrativa na comunidade e sua divisão interna ao fato dos quilombolas terem se libertado do julgo político dos fazendeiros: “antigamente não era assim não, porque a gente fazia o que os fazendeiros mandavam, eles é quem diziam em quem a gente devia votar, agora não, a gente vota em quem quer, os de lá, os índios, são do PFL, nós, os negros, aqui votamos com comadre Givânia, votamos no PT¹¹³”.

Participar da vida política do país via eleições parece ser mais uma perda do que uma conquista para dona Maria, pois traz como consequência divisões e oposições enfraquecendo

¹¹³ Depoimento da quilombola dona Maria, prestado à pesquisadora Maria Aparecida Oliveira Souza, em 2005

a comunidade. Entretanto, a visão de política contida nos discursos das lideranças traz uma compreensão completamente inversa, como ressalta Givânia Maria da Silva:

O que me motivou a entrar no campo político, não necessariamente partidário, foi perceber o quanto éramos discriminados. Diante do preconceito que ainda existe, para alguém nascida num quilombo, no semi-árido de Pernambuco, estar aqui [no INCRA] é muita responsabilidade, mas mostra mudanças no país¹¹⁴ (SILVA, 2010).

No tocante à noção de política, as lideranças de Conceição das Crioulas têm clareza de que, assim como na militância partidária, as ações que desenvolvem no movimento social quilombola são igualmente políticas e, como tais, têm conseqüências positivas ou negativas:

Tudo que o povo de Conceição das Crioulas conquistou até hoje é fruto de muita luta. Isso despertou a ira dos poderosos da região, que têm tentado a qualquer custo calar a nossa voz, através de intimidações às lideranças, promovendo desarticulações na comunidade, fazendo ameaças diretas e indiretas. No meio desse contexto houve uma tentativa de incêndio à sede da AQCC, que até hoje a justiça não conseguiu descobrir quais foram os autores do crime. Mesmo assim, nós lideranças decidimos dar continuidade à luta independente do que venha acontecer. Por isso, continuamos pedindo apoio. Temos consciência de que a luta não é fácil, porém, sem ela jamais alcançaremos nossos anseios(JC, 2005)¹¹⁵.

A partir dessa disputa política instituída entre os quilombolas e “os poderosos da região” surgem outras relações levadas para o campo da política partidária local, estadual ou nacional. É assim que se estabelece o vínculo político entre o movimento quilombola e os partidos de “esquerda” e a oposição entre o movimento e os partidos de “direita” como bem definem os próprios quilombolas:

As nossas relações com o poder público depende muito de quem está no comando. Com o poder municipal (PSB) atualmente a gente consegue dialogar muito bem, discutir, reivindicar; com o Governo Federal também, agora que é Lula, mas, já com o Governo estadual, apesar de Eduardo ser de esquerda, não há muito entrosamento. Ele tem as comissões para isso, mas ele mesmo nunca veio à Conceição das Crioulas, já veio João da Costa que é prefeito de Recife¹¹⁶ (MENDES, 2010).

¹¹⁴ Depoimento da quilombola Givânia Maria da Silva, em entrevista ao repórter Josué Nogueira, publicada na edição de 07/03/10

¹¹⁵ Jornal Crioulas – a voz da resistência. Ano 2 – nº 7 – abril 2005 pág 2

¹¹⁶ Depoimento do quilombola Antônio Mendes, em entrevista feita por mim, 29/01/10.

O coordenador da AQCC, Adalmir Silva, um dos poucos a fazer referência às siglas dos partidos, é mais enfático ao falar das relações com a política partidária reforçando, assim, o vínculo existente eles, os quilombolas, e os partidos de esquerda:

A relação da política quilombola com a política partidária é a seguinte: aqui todas as lideranças são filiadas nos partidos de esquerda, PT, PSB, porque não adianta estar em partidos como O DEM ou o PMDB porque esses são contra aquilo que pensamos. Eles são a favor dos ruralistas, que são contra a questão da terra dos quilombolas. Já os fazendeiros daqui são tudo de direita e essa questão é muito complicada pra gente, porque por conta da política eles dividem os negros, muitos ficam contra o movimento quilombola porque são iludidos pelos fazendeiros que colocam eles contra a gente¹¹⁷ (SILVA,2010).

A compreensão que tenho é que a política - tanto enquanto ações do movimento social, quanto partidária - tem lugar garantido em Conceição das Crioulas. O que não significa dizer que a forma como a política está colocada possa ser vista dentro de uma perspectiva negativa. Ao contrário, “a política trata da convivência entre os diferentes” (ARENDETT, 2007). Como afirma a autora “os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (pp.21/22).

O enfrentamento político dos quilombolas de Conceição das Crioulas aos “poderosos da região” e aos políticos de direita que, via de regra, são as mesmas pessoas, leva à compreensão de que os movimentos sociais lutam, de um lado, pela garantia à dignidade humana, e, nesse sentido, há um embate com os princípios do direito à propriedade e, de outro lado, a resistência incansável dos representantes do capital para garantir a manutenção da propriedade e ampliar a acumulação de riquezas (GONÇALVES, 2008).

Assim, ao estudar determinado movimento, é indispensável ao pesquisador analisar não só a dimensão político-cultural mas as demais relações que o envolvem, considerando que “o movimento social, enquanto sujeito social, histórico e coletivo, não pode ser pensado fora do seu contexto histórico e conjuntural (GONH, 2010, p.171).

3.3- Etnia e gênero na construção da identidade

¹¹⁷ Depoimento do quilombola e coordenador da AQCC Adalmir José da Silva, em entrevista feita por mim, em 29/01/10.

A construção da identidade étnica e cultural de grupos humanos tornou-se um dos temas mais discutidos atualmente. "Mais do que o 'bom senso' parece ser a identificação étnica a coisa 'melhor distribuída no mundo'¹¹⁸". Ela exprime, sobretudo, a tensão que se instaura entre grupos, no confronto por melhores posições na hierarquia social. O que se vê nesse processo é a coesão interna das relações afetivas, englobando o nível de representação social e simbólica do grupo.

Dentre os diversos grupos que buscam a afirmação de suas identidades, estão aqueles que compõem as comunidades de quilombos. Muitas dessas comunidades não são, necessariamente, remanescentes dos antigos quilombos e as que o são, muitas vezes têm dificuldade de encontrar suas raízes históricas. Como destaca Funes, "hoje o termo quilombo foi apropriado e redimensionado por essas comunidades enquanto elemento de identidade e de luta pela terra dos remanescentes" (FUNES, 1995,p. 34).

Assim, muitas comunidades negras vêm buscando, na história de suas raízes, elementos que apontem para uma origem comum de seus habitantes e, dessa forma, procuram se afirmar enquanto grupos étnicos que ocupam um território quilombola.

As identidades parecem invocar uma origem que reside em um passado histórico com os quais elas continuam a manter certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Temos a ver não tanto com as questões 'quem nós somos', ou 'de onde viemos' mas muito mais com as questões 'quem nós podemos nos tornar', 'como nós temos sido representados' e 'como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios'(HALL, 2000, pp.108-109).

É na história vivida por seus ancestrais, na recuperação de suas tradições, hábitos e costumes, transformados em valores culturais, que os habitantes das comunidades negras quilombolas buscam referências para construção de suas identidades e instrumentalização de suas lutas políticas.

3.3.1- Identidade quilombola: do cultural ao político

Na luta política pela construção de uma identidade étnico-cultural, a população que integra a comunidade de Conceição das crioulas, especialmente as mulheres, criam

¹¹⁸ Afirmação cartesiana, parafraseada por Roberto Cardoso de Oliveira. Identidade Etnia e Estrutura Social. São Paulo. Pioneira, 1976.

estratégias de sobrevivência, se autodefinem e se colocam frente aos desafios que lhes são impostos. Diante das necessidades criadas pelo processo de globalização, um dos desafios colocados a essa comunidade está o de se definir, de se ver, se autorepresentar como quilombolas, o que gerou distanciamentos e aproximações, ou seja, tensões. A essa situação a comunidade responde com seu processo de autoidentificação. Como atenta O`Dweyer (1995),

A identidade histórica de ‘remanescentes de quilombo’ emerge como resposta atual de uma situação de conflito e confronto com grupos sociais, econômicos e agências governamentais que passam a implementar novas formas de controle político e administrativo sobre o território que ocupam, e, com as quais estão em franca oposição (O`DWEYER, 1995, p. 121).

É nesse contexto de intervenções externas no espaço territorial e na organização interna do grupo que a comunidade de Conceição das Crioulas responde a essas intervenções com a estruturação de um novo campo de relações de poder e resistência, que começa a adquirir sentido a partir do momento em que esse movimento desperta para uma identidade étnica e cultural. Ou seja, passa a se constituir a luta de um grupo que reivindica a identidade de “quilombolas”, a partir da necessidade, do desejo e da possibilidade de preservar a posse da terra e outros direitos.

O próprio nome de Conceição das Crioulas está ligado ao mito da origem. Contam que enquanto trabalhavam na cultura do algodão, as crioulas fizeram uma promessa: se um dia conseguissem comprar as terras que ocupavam, ergueriam uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. Com o resultado do seu trabalho e a "ajuda da santa", o sonho tornou-se realidade e as crioulas construíram a capela, dando origem ao nome da comunidade. Inscreve-se, pois, nas raízes do nome da comunidade uma homenagem à padroeira e às próprias crioulas.

Essas histórias, elaboradas a partir da memória oral, são de fundamental importância para a construção de uma “história de negros” e para dar legitimidade à identidade dos “quilombolas”, habitantes de Conceição das Crioulas. Aqueles que acreditam no mito e se sentem descendentes das seis crioulas fazem parte da representação de um grupo, por eles mesmos definido de várias formas: "nós", os "negros", os "morenos", os "pretos", os "quilombolas" ou os "remanescentes" como, também, costumam(costumavam) se definir. No lado oposto, estão os "outros", os que não aceitam o mito, aqueles que não se identificam nem são identificados como “quilombolas”. São: os “não-quilombolas”, os "brancos", ou

"fazendeiros brancos", ou "posseiros" ou, ainda, os "grileiros"¹¹⁹, além dos "índios", considerando a proximidade físico/geográfica entre a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas e a Aldeia indígena Atikum, situada entre os municípios de Salgueiro e Carnaubeira da Penha.

Dessa forma, percebo que a identidade de "quilombolas", dos habitantes de Conceição das Crioulas, não é construída a partir de uma história de resistência negra à escravidão, mas a partir do mito de fundação, cujo marco primeiro seria a aquisição da terra. Na interpretação dos "quilombolas", esse passa a ser o principal fato, e a partir dele, ganha corpo e significado a ideia de uma comunidade negra, que luta pela efetivação de seus direitos, principalmente a posse da terra, a partir da construção de uma identidade étnica, baseada em fatos que julgam verdadeiros.

Ao recorrer à memória, os quilombolas buscam um elemento aglutinador na construção do sentimento comunitário de pertencimento, bem como de legitimidade da posse das terras. Assim, resgatar a origem - a história das seis crioulas -, reafirma a especificidade assentada na tradição e, ao mesmo tempo, as necessidades comuns à comunidade até então ignoradas pelas políticas governamentais.

Segundo Vânia Fialho de Souza, antropóloga da UFPE, responsável pelo relatório de identificação de Conceição das Crioulas como comunidade quilombola,

(...) O relato de ocupação das 'terras das crioulas' aponta para momentos distintos: um quando após o pagamento da renda pelas crioulas deu origem ao povoado, a terra tinha um sentido 'comunal'. O seguinte, caracterizado pela apropriação das terras por 'brancos', que as adquirem de maneira ilícita. O terceiro, quando percebem a necessidade de legitimar a ocupação das terras através de documentos reconhecidos por quem tem o poder de definir categorias de direito e começam a readquirir as terras através de compra e, o quarto, que é o momento em que hoje se encontram, quando tem de recuperar suas terras através da categoria de "terra de remanescente de quilombos" (SOUZA, 1998, p. 11).

O relatório da antropóloga contempla momentos e movimentos distintos daquela comunidade: o arrendamento da terra pelas crioulas, a apropriação dessas mesmas terras pelos "brancos", a legitimação cartorial e a luta pela recuperação das mesmas. Os momentos

¹¹⁹ O termo é utilizado para designar todos aqueles que se apossaram das terras consideradas quilombolas por meio de escrituras falsas.

são marcados por diferentes movimentos que vão desde as “relações de apadrinhamento”, ao conflito aberto, às disputas; bem como, nas estratégias está a busca pela recuperação das terras por meio de um assujeitamento/incorporação de uma identidade bastante problemática: a de quilombola. Com efeito, foi uma estratégia engenhosa, uma vez que no referido relatório finalmente ficou definido que,

Reconhecer a identidade de remanescente de quilombo da comunidade negra de Conceição das Crioulas, o território a ela relacionado e garantir sua existência num contexto agrário arcaico, significa que estamos assumindo o caráter plural da nossa sociedade e efetivando a possibilidade de seus integrantes exercerem sua cidadania” (SOUZA, 1998, p. 21).

A construção da identidade étnica do povo negro de Conceição das Crioulas está intimamente ligada à origem da comunidade - as seis crioulas - e à crença subjetiva (WEBER, 1991) da origem comum do grupo, como afirma dona Maria Antônia: “Aqui é tudo família, a comunidade é toda família, crioula da Conceição; sendo crioula, é tudo família; é um sangue só¹²⁰”.

Para HALL(2004) a identidade é uma construção social que se forma a partir do ambiente, das práticas e ações que se fazem presentes no cotidiano. Em Conceição das Crioulas não é diferente. É em meio à vastidão da caatinga e do solo seco do sertão que os quilombolas desenvolvem suas ações e práticas políticas, econômicas, culturais e religiosas e, assim, vão construindo uma identidade marcada por suas singularidades: negros(as), camponeses(as), sertanejos(as), artesãos(ãs) e descendentes das seis “crioulas”.

Hall(2000) acrescenta ainda que o modo como cada sujeito social vive no mundo, sua forma de pensar e participar dele e do contexto histórico onde está inserido, como ele compreende o mundo, permitindo-lhe introspectar, compreender e interpretar o mundo vivido e a realidade social a que pertence, tudo isso consiste em aspectos importantes que possibilitam a identidade. Assim, as representações que os sujeitos fazem de si próprios e dos outros também fazem parte do processo de construção da identidade.

De acordo com Barth(1998), o grupo étnico constitui-se como forma de organização social em que os atores categorizam-se a si mesmos e aos outros com propósito de interação. Também assinala que a pertença étnica não pode ser definida senão pela demarcação entre os membros e os não-membros, pois a etnicidade implica sempre a organização de grupos

¹²⁰ Depoimento prestado para o Mapeamento e Identificação das Áreas Remanescentes de Quilombos, 1998.

dicotômicos: Nós/Eles. Dessa forma, são as categorias de identificação que, através da interação, vão determinar quem pertence ou não ao grupo étnico em questão.

Atualmente, na comunidade de Conceição das Crioulas, podemos identificar a população tomando como referência, num primeiro momento, aquilo que chamaríamos de dois agrupamentos sociais distintos, embora guardando uma heterogeneidade no seu interior: os “quilombolas”, recebendo, na nomenclatura local, as designações principais: negro, moreno, crioulo e os “não-quilombolas”, composto por índio, descendentes de índio, ou, ainda, caboco; branco ou fazendeiro. Os do primeiro agrupamento se sentem parte de uma origem comum: a descendência das seis crioulas, fundadoras da comunidade e, como tais, são identificados pelos “outros”. Para aqueles do segundo, o mito de origem da comunidade não faz nenhum sentido. Eles, principalmente os brancos, são também identificados, pelos “quilombolas”, hoje, como: “posseiros”, “invasores” ou “expropriadores” das terras e dos valores culturais dos negros. Conforme afirma Maria Aparecida Mendes Silva: “O processo de discriminação, o processo de se tomar foi tão forte, porque além de tomarem nossas terras, quiseram tomar o nosso jeito de ser (...). O resgate da cultura só se deu de uns tempo para cá¹²¹”.

Os quilombolas mais diretamente ligados ao movimento social e político da comunidade, preferem identificar-se, hoje, como “negros”. Na compreensão de Givânia¹²², essa identificação se faz independente da pessoa ter a tonalidade da pele clara ou escura, pois entende que a questão da negritude é uma questão histórica, ligada às raízes de um povo. Ou seja, ser negro é ser e se sentir descendente de negro. Repetindo as palavras de Weber, podemos acrescentar que é ter “a crença subjetiva” (WEBER, 1991) de que pertence a um determinado grupo. No caso de Conceição, como já disse antes, para alguém se identificar como negro é fundamental o sentimento de pertença a um tronco comum, que se traduz, também, como pertença ao grupo das crioulas, isto é, a um povo que “veio das crioulas”. Como afirma o senhor Virgínio, “Negro é uma questão de família vem lá dos ancestrais,

¹²¹ Depoimento de Maria Aparecida Mendes, em entrevista feita por mim, em 11/01/00.

¹²² Depoimento da quilombola Givânia Maria da Silva, durante o I Congresso de Negras e Negros em Conceição das Crioulas, janeiro de 2000.

descendentes de Barnabé, de Virgínio Vicente Gomes, de Estêvão, de Simão, todos descendentes das crioulas que aqui chegaram¹²³.

Identificar-se como descendente das seis crioulas, é uma das formas pelas quais os quilombolas constroem sua identidade étnica - negra. Nessa perspectiva, estão mudando seus hábitos na maneira de se vestir, de pentear os cabelos; incorporam expressões “afros” ao seu vocabulário e dão aos filhos nomes que pertenceram aos ancestrais ou às divindades africanas, como Dandara, Aqualtune e Iansã.

Por força do hábito, é ainda comum alguns quilombolas se identificarem como “nós os morenos”. Quando isso ocorre, há sempre uma preocupação, por parte daquele que assim se expressa, de retificar a expressão: “morenos não! Nós somos negros mesmo! Percebe-se, com isso, que a categoria negro nem sempre existiu: é uma construção do próprio movimento. Constitui-se numa das estratégias de mobilização e diferenciação do grupo dos “quilombolas”, em relação aos "outros".

Hall (2004) afirma que na construção da identidade, seja ela coletiva ou individual, leva-se em consideração os vários fatores: os de caracteres biológicos, históricos, relacionais e de meio, além das relações de poder e dominação. Por isso é importante o reconhecimento do caráter plural da identidade já que existem identidades de gênero, raça, etnia, classe e aquelas relacionadas às práticas culturais. Sendo assim, essas identidades não são homogêneas e deve ser consideradas nas suas especificidades. Isso significa dizer que não há uniformidade em termos de identidade. Um grupo tem sua identidade, mas, dentro dele, há pessoas que têm suas diferenças, seja nos aspectos cognitivos e subjetivos, seja nos de valores culturais. “É comum entre os habitantes de Conceição das Crioulas se encontrar pessoas que dizem: sou negro mas não sou quilombola(MENDES,2009)¹²⁴”.

Alguns quilombolas, mesmo os engajados no movimento, como o senhor Virgínio Oliveira, acreditam que as causas dos conflitos internos da comunidade resultam da “invenção” da identidade étnica, que dividiu a comunidade e tornou-se uma “arma” usada pelos políticos para opor quilombolas e não-quilombolas dentro do mesmo território. “Nessa

¹²³ Depoimento de Virgínio Vicente Oliveira, prestado ao Projeto Mapeamento e Identificação das Áreas Remanescentes de Quilombos, 1998.

¹²⁴ Depoimento do quilombola Antônio Mendes, em entrevista feita por mim, 15/08/09.

desunião, vai ficando mais difícil, uns se considera negro e outros índio, quanto mais a gente se divide mais fica fraco e isso num é bom pra comunidade(OLIVEIRA, 2010)¹²⁵”.

O povo negro de Conceição das Crioulas e os índios da aldeia Atikum sempre mantiveram estreitas relações; não só pela proximidade físico/geográfica desses povos, mas também por possuírem uma história comum de dominação, a mesma luta pela sobrevivência e manutenção de suas culturas e, principalmente, pelos laços de parentesco que os unem. Essas relações começaram a se transformar a partir do momento em que os dois grupos - principalmente o negro - começaram a se organizar politicamente e, para tanto, acionaram seus valores históricos e culturais. Os negros passaram a compor uma identidade, cujas particularidades históricas, culturais e políticas os distanciavam cada vez mais dos índios. Assim, expressões como “negro e índio é tudo um mistura só”, passou a ser substituída por “negro é negro, e índio é índio”, “somos diferentes”.

O fator que mais concorreu para esse distanciamento foi a identificação da área territorial quilombola, em 1998. O mapeamento, seguido do relatório antropológico, feitos a pedido da Fundação Cultural Palmares, levou em consideração a história oral contada pelas pessoas mais idosas de Conceição das Crioulas, segundo a qual as “seis crioulas”, suas ascendentes, eram donas de uma extensão de terras equivalente a “três léguas em quadro¹²⁶”, localizada entre as serras das “Princesa” e das “Crioulas”. Com essas referências a área mapeada e identificada como sendo “terras de quilombos”, avançou, em parte, a área ocupada tradicionalmente por indígenas, provocando o descontentamento destes.

A partir de então, estabeleceram-se entre os dois grupos “fronteiras étnicas” (BARTH, 1998) que, para o autor, são as fronteiras sociais existentes entre os grupos diferentes, podendo haver também fronteiras territoriais. As fronteiras étnicas são primordiais para caracterizar o movimento das relações e demarcá-lo simbolicamente; elas repercutem na formação das identidades, pois os sentimentos de uma comunidade são definidos em oposição à identidade percebida de outros grupos étnicos.

¹²⁵ Depoimento do senhor Virgínio Vicente Oliveira, em conversa informal que tivemos durante visita que fiz a sua casa, em março de 2010).

¹²⁶ Unidade de medida da região.

Nessa perspectiva, a divisão entre negros e índios, à qual o senhor Vírginio se referiu, pode ser entendida não somente como um conflito de interesses - disputa pela terra - mas, também, como o estabelecimento de fronteiras necessárias para a definição de suas identidades. Pois, “se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifesta a pertença e a exclusão”(BARTH,1998, p.195).

Se o estabelecimento de “fronteiras étnicas” é uma estratégia política da construção das identidades de grupos étnicos diferentes, em Conceição das Crioulas esse processo não parece tão simples. Considerando que ali algumas famílias têm, ao mesmo tempo, descendência negra e indígena, a definição da identidade pessoal de um indivíduo pode culminar na ruptura com os outros membros de seu grupo familiar. A esse respeito, dona Maria Antônia, moradora da comunidade, mas não engajada no movimento, lamenta indignada: “como é que pode em uma família onde os filhos, tudo da mesma mãe e do mesmo pai, e só dois serem índios¹²⁷?”

Dona Rosa entende como preconceito a identificação dos moradores de Conceição das Crioulas com determinada etnia:

(...)Eu acho que é preconceito se considerar negro, índio. Eu acho que é preconceito; nem tem índio puro mais, e também nem negro puro. Assim ta tudo misturado. Porque eu acho que foi um preconceito que criaram aqui nessa região porque desde meus avós nunca existiu esse preconceito aqui de ter índio pra um lado e negro pra outro, eu sei que branco aqui nunca existiu, da época de meus avós pra cá nunca existiu, algum branco que entrou aqui foi forçado. Aqui, das descendências que eu conheço, aqui era Conceição das Crioulas, depois veio essa Conceição dos Quilombolas, essa Conceição dos Índios, aí dividiram as pessoas tudo de um sangue só, tudo um pessoal só, aí é quilombola, é índio e eu não entendo mais nada¹²⁸ (ROSA, 2005).

Esses depoimentos revelam os conflitos inerentes ao processo de construção da identidade étnico-cultural em Conceição das Crioulas e o sentimento de pertencer a um grupo mestiço (negro e índio). Dona Rosa, ao afirmar que “branco aqui nunca existiu” recusa-se de

¹²⁷Palavras de dona Maria Antônia, em uma das muitas conversas informais que tive com moradores de Conceição das Crioulas nos espaços públicos, cujas datas nem sempre foram anotadas.

¹²⁸ Depoimento de uma moradora idosa de Conceição das Crioulas prestado à pesquisadora Maria Aparecida Oliveira de Souza, em 2005.

forma clara à possibilidade de vincular sua identidade à do branco, mas também não se fixa em nenhum lugar específico (SOUZA, 2006).

3.3.2- Cultura religiosa: elemento constitutivo da identidade

Em Conceição das Crioulas a religiosidade é um dos elementos constitutivos da identidade dos quilombolas. Mas, não é, pois, de se estranhar que os elementos da religiosidade afrobrasileira, herdados dos antepassados, ou estrategicamente recuperados para compor a identidade étnica do grupo negro, sejam percebidos sempre envoltos em crenças do catolicismo; afinal, misturar as práticas africanas às católicas sempre foi uma estratégia de dissimulação dos africanos para poder continuar adorando seus próprios deuses no Brasil. Como ressalta Reis(1996),

Nos *calundus* do século XVIII e nas casas de candomblé do século XIX, percebiam-se uma íntima convivência de elementos africanos e cristãos. No entanto a intolerância sempre foi grande, e os negros, a fim de cultuarem seus orixás, acabaram relacionando-os aos santos da Igreja católica. Para que seus batuques passassem a se realizar, os africanos aproveitavam as ocasiões em que havia as festas religiosas das irmandades negras, como as de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário. Nessas festas, os atabaques batiam para os homens e para os deuses (REIS, 1996, pp. 36-37).

Analisando o mito da origem de Conceição das Crioulas, percebe-se que o catolicismo está presente desde a sua fundação quando as “seis crioulas” lá chegaram, começaram a trabalhar e pediram “ajuda” a Nossa Senhora da Conceição, santa da Igreja Católica, para comprar as terras que ocupavam, erguendo uma capela como forma de agradecimento, após terem alcançado a “graça”. A crença na veracidade dessa “graça” faz com que os quilombolas sejam devotos fervorosos de sua “padroeira”. Além de outras expressões, tal devoção se manifesta também na preservação da primeira imagem de Nossa Senhora da Conceição, que, conforme a tradição oral, fora adquirida pelas crioulas. Nas palavras de dona Liosa: “essa santinha que tem aí ela veio imbarcada, foi Francisco José¹²⁹ qui trouxe ela no colo, Nossa Senhora da Conceição, ele trouxe de Portugal¹³⁰” (SILVA, 2000).

¹²⁹ Dizem se tratar de um negro que veio da Bahia (em data não especificada) para se juntar ao grupo das seis crioulas.

¹³⁰ Palavras de dona Maria Emília da Silva (Liosa), gravadas por mim, durante o I Encontro de Negras e Negros Quilombolas em Conceição das Crioulas, em fevereiro de 2000.

O espaço religioso é também espaço de eventuais disputas entre "brancos" e "negros" em Conceição das Crioulas. Nesses termos, conta-se que, a partir de 1910, com a penetração de "fazendeiros brancos" no território das crioulas, estes quiseram impor sua supremacia aos negros, interferindo em todos os setores organizados da comunidade, inclusive nos espaços "sagrados". Segundo Aparecida Mendes Silva: "com o passar do tempo, os brancos conseguiram embelezar os negros, e tiveram local de destaque em tudo aqui: na igreja, no cemitério, no posto de saúde, nas escolas. Hoje, os brancos deixaram suas fazendas e foram morar nas cidades"¹³¹(SILVA, 2000).

Na tradição oral dos "brancos", no que concerne à padroeira do lugar, tudo teria começado com uma promessa feita pela esposa de um certo "fazendeiro", a Nossa Senhora da Assunção. Alcançada a "graça", a devota teria querido mudar a padroeira de Nossa Senhora da Conceição para Nossa Senhora da Assunção. Os "negros", porém, não aderiram, mas, os "brancos", resolveram contrariar a opinião daqueles, realizando uma grande festa, no mês de agosto, em homenagem a Nossa Senhora da Assunção. Diante do impasse, passou-se à realização de duas festas por ano, uma em agosto, mais destacada, e outra em dezembro.

Participando, atualmente, das duas festas, os "negros continuam sem reconhecer Nossa Senhora da Assunção como sua padroeira, e insistem em enfatizar haver sido Nossa Senhora da Conceição que concedeu a "graça" às "seis crioulas", suas antepassadas, possibilitando-lhes a compra das terras. É importante não perder de vista o fato de o nome desta santa estar colado ao nome do lugar, é algo fundante, que, hoje, anuncia, também, um lugar social: "terra de negro". Portanto, o nome não se restringe ao espaço geográfico ou à divisão política distrital do município.

Segundo as pessoas mais velhas, a festa de agosto, em Conceição das Crioulas, é um evento que acontece desde o início do século passado. É um marco histórico de referência, que reúne não só os moradores de Conceição das Crioulas, mas também os que já não residem na localidade e mantém vínculos com os costumes e tradições locais. Num gesto de fé, celebram a homenagem à Santa Nossa Senhora da Assunção; mas também à vida da comunidade, mesmo sabendo que a padroeira é Nossa Senhora da

¹³¹ Depoimento da quilombola Maria Aparecida Mendes Silva, em entrevista feita por mim, em 16/01/00.

Conceição, com que a comunidade divide a origem do nome¹³² (MENDES, 2009).

Não há uma negação da importância histórica e religiosa da devoção à Nossa Senhora Assunção; são os próprios quilombolas que organizam os festejos do mês de agosto, ocasião em que, aproveitando a presença de muitos conterrâneos que moram fora, realizam também atividades culturais e políticas. No entanto, consideram Nossa Senhora da Conceição sua padroeira, por esta está presente no mito fundador da comunidade do qual os quilombolas se apropriam para estabelecer uma relação de pertença ao grupo das “seis crioulas” e, assim, construir a sua identidade de negros. É importante lembrar que,

Para as comunidades tradicionais (quilombolas) a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos, eles crescem em função dessa identidade, de existência coletiva passam a grupos mobilizados em meio a processos de construção social identitária definida pela defesa e reivindicação de seus territórios específicos (SOUZA, 2007, p. 582).

As novenas realizadas, a cada ano, no mês de maio, consagrado ao “mês de Maria” e em agosto, em homenagem a Nossa Senhora da Assunção bem como em dezembro, reverenciando Nossa Senhora da Conceição são os rituais religiosos (católicos) que contam com a maior participação da comunidade. Além do sentido religioso, as novenas representam, também, um importante acontecimento social, contando com a participação dos habitantes da vila e dos “sítios”. Cada noite de novena fica sob a responsabilidade de uma determinada família. Geralmente são as famílias que se apresentam, voluntariamente, para coordenar uma ou mais noites de novena. E, muitas vezes, o fazem como forma de retribuir à Santa alguma “graça” alcançada.

As atividades religiosas de Conceição das Crioulas, geralmente, são acompanhadas de alguma apresentação cultural, de natureza dita diversional, da própria comunidade. Algumas são tradicionais, como a banda de pífano; outras, embora nem todas sejam de origem africanas, começaram a ser introduzidas a partir do movimento de luta pela terra e construção de identidade étnica e cultural da comunidade, como a dança de São Gonçalo, o Coco de roda, a ciranda e o Bumba-meu-boi.

¹³² Depoimento Antônio João Mendes, liderança quilombola de Conceição das Crioulas. In: *Jornal Crioulas: a voz da resistência*, nº 12, 2009, p. 5.

O Bumba-meu-boi começou a ser organizado, em 1976, pelos moradores do sítio Paus Brancos; entretanto, só veio ter importância para a população em 1993, quando a discussão sobre a etnicidade dos negros já fazia sentido para a comunidade.

A dança do Trancelim é acompanhada de banda de pífano e tem esse nome porque as pessoas vão se entrelaçando como a corrente de um trancelim. Já a dança de São Gonçalo, segundo depoimentos de entrevistados, começou a acontecer, há poucos anos. Eles contam que essa dança teve origem numa época em que as pessoas estavam muito desligadas da Igreja, fato que teria motivado São Gonçalo a chamar o povo, cantando e dançando, e, por isso, os católicos hoje fazem o mesmo. Dela participam homens e mulheres. Estas vestem saias compridas, amarram um pano à cabeça e a dança é acompanhada pelo bumbo da banda de pífano, pela rabeca e o cavaquinho.

A maioria dos quilombolas se identifica como católicos. Fato que talvez se explique pelo apego da população quilombola ao mito de fundação da comunidade, que traz implícito a devoção à uma santa do catolicismo: Nossa Senhora da Conceição. Ao mesmo tempo em que, durante os eventos políticos, quando a ancestralidade se manifesta com mais intensidade, costumam fazer referências a alguns orixás da Umbanda e do Candomblé, como Iemanjá, Iansã e Oxum - o que não acontece com muita frequência no cotidiano - como se pedissem a estas divindades proteção para suas lutas.

Ao estender a minha pesquisa para os “sítios”, percebi que o catolicismo da população - pautado na devoção à Nossa Senhora da Conceição - mistura-se a outras práticas religiosas, o que revela a presença de um sincretismo religioso, baseado em crenças católicas, evangélicas, indígenas e africanas.

Logo na vila encontra-se uma igreja evangélica e, nos sítios, encontram-se vários “terreiros” ou centros espíritas. É comum a presença de católicos nas casas dos curandeiros(as) ou benzedeiros(as) para resolver problemas de “quebranto” ou “mau olhado”, ou participando dos rituais realizados por pais e mães de santo.

Se, em outras comunidades é comum existir esse sincretismo religioso, não me foi estranho encontrá-lo em Conceição das Crioulas, já que se trata de uma comunidade de afrobrasileiros que estão em contato permanente com outros grupos étnicos. Ressalto, portanto, que a existência do sincretismo, em si, não se constitui distintividade para

Conceição das Crioulas. O que, a meu ver, indica uma singularidade é a apropriação de nomes e expressões africanas como parte do processo de composição da identidade do grupo.

Mais interessante e surpreendente, para mim, foi perceber a participação e o interesse dos negros na dança do Toré, um ritual indígena, praticado regularmente nos “terreiros”, por índios e negros, e a ausência, apesar de algumas cantigas, das danças do Xangô ou Candomblé. Este é um dado significativo no sentido de nos ajudar a entender a historicidade dos processos de produção da cultura. Refiro-me ao fato de podermos estabelecer associação entre esse dado e as interações sociais entre índios e negros, ao longo do processo de povoamento/ocupação daquela região. Ademais, é significativa, também, a apropriação dessas práticas culturais, pelos negros de Conceição das Crioulas, incorporando-as ao processo de construção da sua identidade étnica. Os quilombolas, estão, a cada dia, introduzindo na comunidade, novas práticas e interpretações culturais que possam, de algum modo, fortalecer a sua distintividade. Isso aparece, também, na maneira de falar, vestir, no uso de adornos, bem como nos discursos moldados, para torná-los voltados para o que eles definem como “ter uma consciência negra”.

Para compreender, de fato, o processo de construção dessa identidade, em Conceição das Crioulas, é necessário conhecer determinadas práticas ali existentes e mergulhar fundo na memória e nas narrativas de seus habitantes, principalmente daqueles que moram nos sítios mais afastados. Ou seja, os que não estão diretamente envolvidos na luta pela terra e na busca de valores culturais que possam remeter a supostas origens de um "povo negro".

Nos “sítios” mais distantes estão localizados os principais centros espíritas. No Massapê, por exemplo, encontra-se o centro espírita de dona Rosinha, uma senhora de 84 anos, que se diz “descendente” dos índios Atikum e afirma possuir o dom de fazer garrafadas¹³³. Enquanto se dedica à produção das garrafadas, dona Rosinha segue todo um ritual: usa vestes brancas e preserva, na sala de trabalho, um santuário com imagens diversas, confeccionadas por ela mesma, às quais chama de "mestres": Janaína, Juremeira, Montanheira, Gentil, Pena Branca, Mestre do Caroá, Santa Bárbara, Zé Pilintra e outros. Há, também Padre Cícero e Buda.

¹³³ Bebidas cujo conteúdo resulta de uma mistura de ervas – e cujo fabrico envolve segredos, por parte de quem o executa, e requer um saber especializado, popularmente atribuído a certos dons pessoais – para curar alguns males.

O centro espírita mais conhecido da região está localizado no Rodeador. É o de Maria Erúcia de Sá (dona Bebé). Dona Bebé identifica-se como índia e afirma ser católica. É professora com formação em Magistério, atualmente cursando Licenciatura em Pedagogia e missionária atuante da Igreja Católica. Segundo dona Bebé, o fato de ser católica praticante não a impede de realizar, simultaneamente, um trabalho na linha do espiritismo. Até recebe ajuda e incentivo da Igreja Católica nesse sentido. Afirma que os padres não vêem nenhum problema no seu trabalho, já que este é voluntário, em solidariedade às pessoas cuja saúde se encontra afetada por algum problema não resolvido pela medicina convencional.

Dona Maria Erúcia de Sá (dona Bebé) explica como realiza esse trabalho:

Eu recebo a incorporação do espírito, aquele espírito trabalha, vai depender da matéria. Como eu sou uma pessoa religiosa, vivo fazendo orações para curas, expulsar satanás, que muitas vezes chegam pessoas que a gente sabe que ele tá concentrado como o demônio. Eu percebo que ele tá com o demônio porque ele fica com um ar de louco, fica dizendo nome, fica doido. Já recebi pessoas até amarradas em correntes, saltando portas, saltando janelas, quebrando tudo dentro de casa. Não é um problema de doença física, então eu conheço que essas pessoas estão possuídas pelo satanás. E, através das orações, Jesus faz a cura e elas sai bonzinho (...). A maioria dos trabalhos é com ervas medicinais, banhos de limpeza, defumadores, garrafadas como: tamboril, cajueiro, aroeira, umburana de cheiro, alecrim, manjerição roxo, jatobá e samba caitá. Meu trabalho é voluntário, para o bem de todos. Vêm pessoas de vários lugares. Pessoas simples, pessoas de formação, vem todo mundo. Vêm pessoas de Salgueiro, Petrolina, Belém de São Francisco, Mirandiba, Juazeiro da Bahia, Juazeiro do Norte. Eu também saio pra fazer trabalhos fora. Já fiz trabalhos até em Recife. Meu trabalho é simples, porque tenho outras coisas pra fazer. Tenho a escola, a religião, o trabalho pastoral. Muitos procuram o centro quando a medicina não deu jeito. Outros vêm com aquela fé, que se chegar e pede pra mim rezar, sabe que vai se curar e muitos se curam desse jeito¹³⁴ (SÁ, 2001).

A exemplo do que ocorre a dona Rosinha, dona Bebé também segue um ritual na realização de seus trabalhos: usa roupas coloridas e preserva no altar de sua sala imagens de "mestres" da Umbanda e santos da Igreja Católica. Pode-se identificar Preto Velho, Iemanjá, Zé Pilintra, Padre Cícero, Cosme e Damião, São Jorge e muitos artefatos e símbolos usados em rituais espíritas tais como: velas, taças com água, fumo e vinho.

Tive a oportunidade, também, de observar o trabalho desenvolvido por dona Bebé com as crianças do Rodeador e de outros "sítios" vizinhos, na escola em que leciona, Escola José

¹³⁴ Depoimento de Maria Erúcia de Sá (dona Bebé), proprietária de centro espírita, em entrevista feita por mim em 15/01/01

Pedro Pereira – sítio Rodeador. Ali, a sua preocupação central, diz ela, é com a recuperação da cultura indígena:

Os índios lutam pela preservação de sua cultura, como o artesanato de caroá e palha de catolé. Todas as vassouras de palha do comércio de Salgueiro vão daqui, da área indígena. A gente tá buscando com as pessoas mais velhas, que já foram embora, estudar a língua indígena, porque eles perderam. A gente foi buscar um senhor que mora no Belém do Pará e, ele já passou muita coisa pra gente. E, eu estou ensinando pra meus alunos. Em termo de danças, ainda existe muito o Toré nas comunidades¹³⁵ (SÁ, 2001).

O sítio Rodeador, onde estão localizados a residência e o centro espírita de dona Bebé e, também, a referida escola, faz parte da área demarcada como terras dos quilombolas. No entanto, dona Bebé não se sente um deles. Identifica-se como índia e, como disse antes, preocupa-se com o "resgate da cultura indígena". Um aspecto, porém, me chamou a atenção: em nenhum momento de nosso diálogo ela usou o termo "nós", os índios, e sim "eles", os índios, ao se referir ao grupo dos Atikum.

Tal fato me sugere uma hipótese que, embora não a desenvolva neste trabalho, considero oportuno explicitar: afirmar a sua preocupação com o "resgate da cultura indígena", ao mesmo tempo em que, na prática, não se identifica como "índia", seria uma estratégia sabiamente criada por dona Bebé, no sentido de tentar assegurar, para si e para o grupo ao qual se sente pertencente, um espaço social legítimo – referendado numa espécie de "busca de raízes" ou construção de uma "identidade indígena"? Se assim o for, até que ponto tal procedimento revelaria um "efeito multiplicador" do movimento negro de Conceição das Crioulas?

Encerrando minha permanência no Rodeador, dona Bebé pediu aos seus alunos que fizessem uma demonstração da dança do Toré, num gesto gentil de despedida. Era um grupo de aproximadamente vinte crianças e adolescentes. E, sem questionar com que etnia se identificavam, observei ali, que todos participavam daquela apresentação, aparentemente, com o mesmo entusiasmo, enquanto entoavam as seguintes "cantigas":

Não me chame de caboco
Que eu não sou caboco não (bis)

¹³⁵ Depoimento de Maria Erúcia de Sá (dona Bebé), proprietária de centro espírita, em entrevista feita por mim em 15/01/01

Foi o Sol que me queimou
 Lá no alto do Sertão (bis)
 Valei-me Nossa Senhora
 A virgem da Conceição (bis)
 Foi o Sol que me queimou
 Lá no alto do Sertão (bis)
 x-x-x
 É Deus no céu e o filho na Terra (bis)
 Mas quem é que pode mais
 É Deus no céu e o filho na Terra (bis)
 Mas quem é que pode mais
 x-x-x
 Eu tava sentado no pé de juremá
 Diga ó senhor mestre pra que mandou me chamar
 Eu mandei chamar! Meu filho! (bis)
 Pra ajudar nós trabalhar.

Chamou-me a atenção na primeira estrofe a representação subliminar do preconceito em relação ao "caboco". "Não me chame de caboco/ Que não sou caboco não". Caboco, aqui, está associado à cor escura da pele. E logo vem a "explicação": "Foi o Sol que me queimou". A negação é reafirmada: "eu não sou caboco não".

Observe-se, ainda na mesma estrofe, associada à imagem preconceituosa, a alusão à Nossa Senhora que, na comunidade negra, hoje, está incorporada à sua história, como parte do mito de origem. A recorrência à santa pode expressar-se, também, como representação de crença na busca de proteção. E isso aparece também na segunda e terceira estrofes.

Aqui estamos diante de um dado muito importante: uma prática, cuja apropriação pode ser tomada como estratégia de afirmação/construção de identidade¹³⁶. A esse respeito é oportuno perguntarmos: na perspectiva desse processo de conscientização política, voltado para a construção de uma etnicidade, estrategicamente voltada para a luta pela terra, até que ponto o grupo e as lideranças se dão conta dessas ambigüidades e contradições? E, dando-se conta, como conseguem enfrentá-las?

Bartolomeu Medeiros, no seu artigo "Cultura, memória e práticas religiosas"¹³⁷, expressa também inquietações no tocante à influência da Umbanda, religião de origem afro-brasileira, nos centros espíritas de Conceição das Crioulas: "Adianto, apenas, algumas

¹³⁶ No entanto, eu já havia observado que a categoria "caboco" é utilizada, em Conceição das Crioulas, para identificar índios.

¹³⁷ Artigo publicado no projeto Comunidades Remanescentes de Quilombos no Interior de Pernambuco, coordenado por Bartolomeu Medeiros e Mabel Albuquerque.

suspeitas sobre a influência dessa religião nas "cantigas", bem como nas entidades invocadas nos rituais de cura” (MEDEIROS, 1997, p. 35).

No mesmo trabalho, mais adiante, Medeiros afirma:

Para mim fica clara a influência da Umbanda ou, pelo menos, uma certa coincidência e relação de semelhança com a mesma, pelo teor da letra das cantigas e por conta das entidades recebidas por muitos médiuns. Aliás, essa designação já indica uma aproximação com a nomenclatura umbandista (MEDEIROS, 1997, p.36).

O autor acrescenta, ainda, que há uma familiaridade de muitos “médiuns”, ou parentes destes, com expressões como: “trabalho da esquerda” e entidades que “vêm da esquerda”. Esse aspecto me chamou, também, a atenção em expressões utilizadas por dona Bebé, conforme exemplificado no trecho que se segue:

(...)Um dia, um homem me procurou pra fazer um trabalho na linha da esquerda, um trabalho pro mal. Aí eu falei pra ele que eu não fazia esse tipo de trabalho. Aí ele disse: mas por quê? Você num recebe espírito? Ele não é capaz de fazer isso não? Eu não sei, acho que não, porque esse espírito que eu trabalho com ele é um espírito de luz, um espírito bom¹³⁸ (SÁ, 2001).

O próprio termo “Umbanda” é encontrado em “cantigas” entoadas na comunidade. Pedi para algumas pessoas que cantassem alguma “cantiga” que fizesse parte das diversões e brincadeiras da comunidade, e várias pessoas cantaram assim: “Caí na Umbanda é porque eu sei pisar/E o terreiro de Santa Bárbara é preciso respeitar”.

Como se pode constatar, mais uma vez, elementos usados em rituais na Umbanda são encontrados nos "terreiros" e os termos da Umbanda se fazem presentes nas “cantigas”. A meu ver, essa produção cultural revela, desta maneira e de outras, processos interativos nas relações historicamente estabelecidas, entre diferentes grupos étnicos, na área de Conceição das Crioulas. Portanto, ao longo do tempo, vão se constituindo tecidos culturais aos quais a comunidade negra pode recorrer e incorporá-los como elementos significativos para a construção de sua identidade étnica, tendo em vista a luta pelo acesso à terra como seus legítimos donos.

¹³⁸ Depoimento de Maria Erúcia de Sá (dona Bebé), proprietária de centro espírita, em entrevista feita por mim em 15/01/01

Quanto às histórias orais que ali são contadas, estas estão mais voltadas para o mito de origem da comunidade, principalmente no que se refere à aquisição das terras pelas “seis crioulas” e ao processo de perda dessas terras por seus descendentes. É raro se ouvir algum depoimento que faça menção a alguma atividade cultural praticada por essas crioulas ou pelos seus descendentes mais próximos.

Além dos mitos que os quilombolas guardam na memória, Conceição das Crioulas possui, ainda, seus heróis, reais ou imaginários, como Barnabé, uma figura lendária que dizem ter existido, em épocas passadas. As narrativas alusivas a tais figuras são cheias de aventuras e espécies de super poderes, como expressa Seu Virgínio Oliveira:

Barnabé era um nego, pai de meu avô; ele morava em cima daquela serra, né? Ele morava lá e Maurício, o irmão dele, morava naquela ôta. Aí, Barnabé tinha uma bola de jogar. Barnabé largava a mão na bola de lá daquela serra e Maurício tava na ôta serra trabaiano, quando via a bola, lapiava a mão pra ela voltar. Aí passava o dia trabaiano e bricano¹³⁹(OLIVEIRA, 2001).

Outra história que relata peripécias de Barnabé conta que, de certa feita, trabalhando numa casa de farinha, na serra das Crioulas, estando sozinho, procurava passar o tempo prensando mandioca. Mas, sempre que impulsionava a roda da casa de farinha¹⁴⁰, não atingia a velocidade necessária. Então, resolveu destinar toda a sua força para que aquela peça funcionasse, o que acarretou a saída da roda do seu eixo. Um ano depois, quando caçava na serra das Crioulas, encontrou a roda dando a última virada no galho de uma árvore.

É na diversidade de elementos que compõem o complexo cultural de Conceição das Crioulas, repleto de vivências e saberes, e das diferenças internas existentes dentro dele, que os quilombolas vão discernindo o que é relevante, ou não, para a sua cultura, enquanto comunidade negra quilombola que busca a afirmação de uma identidade étnica negra e visibilidade política para o movimento.

3.3.3 – Gênero: na história, na identidade e na construção do sujeito

¹³⁹ Depoimento do senhor Virgínio Vicente de Oliveira, quilombola de Conceição das Crioulas, em entrevista feita por mim, em 20/01/01

¹⁴⁰ Nas casas de farinha do sertão, quando não se dispunha de motor para movimentar a engrenagem que possibilita ralar a mandioca, costumeiramente se adotava a força orgânica (dos homens) para mover a roda que, impulsiona na outra extremidade, uma espécie de roldana com serrilhas, ou o caititu.

As origens históricas da comunidade de Conceição das Crioulas são fortemente marcadas por uma história de lideranças, excepcionalmente, uma liderança de mulheres, "as seis crioulas". A tradição oral é enfática em apontá-las como mulheres fortes e resistentes que, desafiando os padrões sociais da sua época, exerceram grande influência sobre seu grupo, na coordenação dos trabalhos, no plantio e colheita do algodão, no firme propósito de adquirirem a posse legal da terra, através da compra. Em outros momentos da história de Conceição, especificamente quando aquelas pessoas começaram a ser expropriadas por outras, vindas de fora, atraídas talvez pela qualidade do solo propício ao plantio de algodão e à criação de gado, também foram as mulheres que se destacaram na luta pela recuperação daquelas terras.

Esse evidente protagonismo feminino em Conceição das Crioulas trouxe aqui a necessidade de tecer algumas considerações acerca das relações de gênero. Isto será feito juntamente com a análise da história de algumas mulheres, cujos nomes são bastante recorrentes na comunidade e do perfil político de outras mulheres que na atualidade são consideradas lideranças do movimento quilombola.

A noção de gênero se baseia nas diferenciações entre os sexos. Sendo o gênero definido como uma construção social, histórica e cultural das diferenças baseadas no sexo. Trata-se de um conceito relacional porque o "ser mulher" e o "ser homem" se definem por mútua oposição, inscrevendo-se pois, numa relação de poder.

O termo "gênero" pode ser compreendido como,

a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. a representação de uma relação(...) o gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer(...) Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe (LAURETIS, 1994, p. 210).

As relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que dá lugar às relações de poder, nas quais a mulher não é simplesmente diferente do homem. A diferença de poder torna possível a ordenação da existência em função do masculino, em que a hegemonia se traduz em um consenso generalizado a respeito da importância da supremacia do homem nas relações familiares, sociais, políticas e econômicas. Tais relações refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres e faz com que o

machismo, geralmente atribuído aos homens, não constitui “privilégio” destes, fazendo parte também do comportamento de algumas mulheres.

A categoria gênero tem possibilitado a crítica cultural da dominação masculina e da subordinação e opressão feminina. Seu surgimento, na década de 1980, na literatura feminista anglo-saxã, representa a tentativa teórica e política de desnaturalizar as diferenças de comportamento e de estatuto social de homens e mulheres, embora sejam a sexualidade e o corpo construções culturais igualmente sujeitas a relações de dominação. Tal categoria começou a ser desenvolvida pelos teóricos do feminismo contemporâneo numa tentativa de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a desigualdade entre os sexos e como esta situação reflete na realidade e interfere no conjunto das relações sociais.

O conceito de gênero traz a compreensão de que ninguém é naturalmente homem ou mulher, pois estes significados são socialmente construídos através do processo educacional que molda as identidades de sexo e gênero. Nesse sentido, a construção e as expressões da masculinidade e da feminilidade são variáveis e plurais no espaço, conforme a classe social, religião, etnia, região e no tempo, conforme a época histórica e a fase da vida individual. Assim, feminilidade e masculinidade não têm significado fixo: são representações sujeitas a disputas políticas pela atribuição de significados(CARVALHO,s/d).

Pierre Bourdieu(1999), em “A Dominação Masculina”, explica a reprodução dos gêneros e a predominância das relações de dominação de gênero a partir do conceito de *habitus*. O *habitus* de gênero é formado durante todo processo de socialização do indivíduo; a princípio no meio familiar, no relacionamento que se estabelece entre o indivíduo e seus parentes mais próximos, onde acontece sua primeira educação; em seguida, o *habitus* continua sendo formado em outros espaços de socialização: a escolas, os templos religiosos, os locais de trabalho. São todas instituições que contribuem para a formação do indivíduo no seu contexto social(BOURDIEU, 1970).

Ao abordar as relações de gênero em seus estudos, Bourdieu(1999) aplica mais uma de suas categorias teóricas: a dominação simbólica e aponta o papel dos dominados - no caso as mulheres - para a perpetuação desse sistema e das relações de força que ele sustenta, pois nem sempre elas reagem ou resistem nos termos do próprio sistema simbólico, do jogo, não quebram as regras e continuam jogando no papel de dominadas a elas reservado.

Para Bourdieu não se trata de algo acessível às vontades e consciências, mas, inscrito no *habitus*. Este como um trabalho coletivo de socialização por meio do qual se incorpora posturas, gestos e maneiras sexuadas com a visão dominante e a divisão sexual do mundo, da sociedade e das coisas. Assim, recusa-se aceitar qualquer naturalização para a situação e aponta as diferenças de sexo e sexualidade como socialmente construídas.

Considerando o pensamento bourdieuiano, compreendo o gênero como sendo uma maneira de enxergar a realidade da vida das mulheres e dos homens para compreender as relações existentes entre eles que, via de regra, ocorrem na perspectiva da dominação; ou seja, a partir de um conjunto de relações fixas, assimétricas, onde as possibilidades de resistência nem sempre estão dadas, daí a necessidade de construí-las.

Se em Conceição das Crioulas as histórias são escritas no feminino (SOUZA, 2006) e as ações das mulheres negras têm notória visibilidade, qual a participação masculina na construção dessas histórias? Quando e onde a presença dos homens se faz visível? Como se desenvolvem essas relações entre eles e elas? Para tentar encontrar respostas para tais questões é preciso recorrer sempre às histórias do passado, tão presentes na memória da comunidade.

A resistência à expropriação das terras das crioulas foi um dos fatores que contribuiu para a instituição de lideranças - os sujeitos políticos- e, conseqüentemente, de uma estrutura política organizada – a formação dos campos. Curiosamente, os nomes que aparecem como sendo de lideranças que se destacaram na fundação de Conceição das Crioulas e na luta pela recuperação da terra são quase todos de mulheres. Os quilombolas lembram, freqüentemente, de: Chica Ferreira, Mendencha Ferreira, Francisca Presidente, Francisca Macário, Maria Solano, Isabel Coração, Romana, Martinha, Sabrina, Maria Rosa, Rosa Ferreira, Antônia Carneiro, Matilde, Januária e Agostinha Caboclo.

Os primeiros nomes citados pertencem às fundadoras da comunidade- as “seis crioulas”-, os demais às suas descendentes. Não consta nos registros escritos, nem na oralidade, que junto com as seis pioneiras tenham vindo alguns homens. Se eram casadas, tinham filhos, a história tratou de esquecer. Mas, a presença masculina não tardaria ser percebida, como registrou a antropóloga Vânia Fialho Souza, em relatório que realizou sobre a comunidade, com base no depoimento de um morador do sítio Garrote Morto:

O nome “Conceição” é justificado porque chegou um homem chamado Francisco José que também tinha escapado de uma guerra e trouxe com ele a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Ao se encontrar com as crioulas, “fizeram a junção”, fizeram a capela e a padroeira ficou sendo Nossa Senhora da Conceição e o nome “Crioulas” porque foram as mulheres que compraram[a terra] (SOUZA, 1998, p. 19).

O depoimento é esclarecedor e aponta para uma possível chegada masculina à comunidade posterior à chegada das “seis crioulas”. A referência ao nome de Francisco José é bastante recorrente, sempre que alguma pessoa fala na imagem da padroeira refere-se a ele como o responsável por trazê-la até a localidade. Há muitas divergências em relação a origem desse homem, conforme depoimento de Aparecida Mendes Silva. Trata-se de um negro que veio da Bahia; para outros, como dona Liosa, ele teria vindo de Portugal em data não especificada.

O que interessa para a compreensão das relações de gênero é que, ao “fazer a junção” com as crioulas, Francisco José já encontrou as mesmas estabelecidas, situação que dificultaria o estabelecimento de relações com base na “dominação masculina”. Certamente passou a viver na condição de “acolhido” e “parceiro” na construção da capela e em outras atividades de trabalho. Suas possibilidades de se impor sobre essas mulheres eram mínimas: “foram elas que compraram a terra”; as diferenças de sexo e sexualidade tornaram-se nulas. Essa situação pode ter contribuindo para compor as bases de uma comunidade matriarcal, fugindo aos padrões do patriarcalismo da época.

Reconhecer que a comunidade de Conceição tem suas raízes fincadas na matrilinearidade, deve-se ao fato de que a maioria das pessoas engajadas no movimento sociopolítico quilombola se reconhece na tradição pautada por relações de parentesco consanguíneo e, portanto, acredita ser descendente das “seis crioulas” - as fundadoras - e das outras mulheres que deixaram ali suas “marcas” na história. Assim, a luta pela terra, uma das maiores bandeiras do movimento, é construída com base nas representações sociais da história de luta de algumas mulheres. Entre elas, Agostinha Cabocla, que aparece como pertencente ao núcleo de descendência, a partir do qual constituem os elementos centrais do processo que vincula os quilombolas à terra, nas representações coletivas.

Na luta contra a expropriação das terras das crioulas os únicos nomes de homens, sempre lembrados em Conceição das Crioulas, são o de Antônio Domingos, Antônio Andreino(seu Totô) e Luiz Simão. Mesmo assim, são colocados como coadjuvantes, sendo

os companheiros de Agostinha Caboclo nas viagens em busca de recuperar a posse da terra. Pelo menos são essas as impressões que temos ao conversar com moradores e quando entramos em contato com os jornais produzidos pela comunidade em que fazem circular ideias, valores, imagens e tradições.

A esse respeito Souza (2006) escreveu o seguinte:

Circular a imagem forte de Agostinha Caboclo é investir na força da tradição das fundadoras, é construir uma imagem da comunidade que, em sua singularidade tem a força de mulheres como Agostinha. Uma mulher forte e singular, pois além de liderar dois homens na defesa pelos direitos da comunidade, nunca se casou, não teve filhos; ou seja, escolheu a atuação política, o envolvimento com as causas comunitárias, recusando-se a seguir o “destino biológico” do “ser mulher”, negando, portanto, a instituição social do casamento e seu corolário, a maternidade enquanto *locus* do feminino (SOUZA, 2006, p.64).

A menção ao nome de Agostinha Caboclo é recorrente e ela aparece como uma das principais lideranças de Conceição das Crioulas. As homenagens rendidas a ela mostram o perfil de uma mulher batalhadora que não media esforços para defender sua comunidade; mas revelam também que ela não lutava sozinha, tinha sempre ao seu lado homens, igualmente lutadores, que comungavam dos mesmos ideais seus.

(...) Agostinha era mulher forte e dedicada na luta da comunidade. Sempre esteve ao lado de Antônio Adrelino (Totô) e Luiz Simão, viajando muitas vezes ao Recife, até Brasília para defender os direitos da comunidade. Era solteira e nunca teve filhos. Muito respeitada por todos(as), muito religiosa, sempre procurava dar conselhos aos mais jovens dizendo o melhor caminho a seguir, pois muitas coisas de ruim que poderia ter acontecido na comunidade, graças aos seus conselhos foram evitados¹⁴¹(JC,2003).

(...) Agostinha Cabocla mulher corajosa e cheia de estratégias que lutou incansavelmente contra a invasão de nossas terras, inclusive para defender o documento (registro) de nossas terras, que devido ao seu grande valor era bastante perseguido pelos fazendeiros. Uma estratégia usada por ela para esconder o documento era colocá-los em cabaças e entregar a uma pessoa de sua confiança, porque ela sabia que se os invasores pegassem-no podia falsificá-lo ou até mesmo destruí-lo¹⁴²(JC,2004).

Essas narrativas que reconhecem a participação masculina na luta pela terra, mas coloca sempre a figura feminina em destaque - neste caso Agostinha - são parte das

¹⁴¹ Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 3, nº 8- agosto de 2003, pág 7

¹⁴² Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 2, nº 6- dezembro de 2004, pág 7

estratégias de construção da identidade quilombola, onde a história das “seis crioulas” e suas descendentes faz muito sentido.

Em Conceição das Crioulas o papel da mulher é assegurado na descendência. É "nelas que tudo começa": a fundação da comunidade (incluindo a compra da terra), a origem do nome, a defesa do território frente às “invasões” das quais resultaram expropriações; elas também estão presentes na execução e perpetuação de determinadas práticas ou atividades culturais como os ofícios de benzedeira e parteira e na produção de trabalhos artesanais. As mulheres que se dedicam a essas atividades dizem ter aprendido com suas mães ou avós.

Reportando-me ao passado, através das representações reproduzidas pelos narradores da história de Conceição, alusivas às mulheres que exerceram liderança naquela comunidade (principalmente as seis crioulas), faço também uma imagem de como seriam essas mulheres: percebo-as como mulheres fortes, determinadas e lutadoras. Mulheres que não estavam muito apegadas aos ideais da sociedade de sua época, a qual reservava à mulher apenas o direito à vida do lar, ao casamento e aos filhos como fruto dessa união. O Senhor Antônio Andreino Mendes(seu Totô) lembrando o que ouvira falar sobre as primeiras famílias que chegaram a Conceição das Crioulas, fala de uma mulher para quem os valores morais e padrões sociais do passado não tinham muita importância: “era Chica Ferreira, foi uma das primeiras a chegar aqui, ela veio grávida de Ana Ferreira, o pai ninguém sabe quem é. Ana Ferreira depois se casou com Chico Gomes”¹⁴³.

Observem-se, neste trecho, dois pontos significativos nessa perspectiva de análise em que se chama a atenção para o lugar de algumas mulheres na história de Conceição: em primeiro lugar, o nome do pai "ninguém sabe" e, em segundo lugar, a prevalência do sobrenome materno (de Ana), mesmo se tratando de uma mulher que se casou.

Sobre Romana, outra mulher apontada como pioneira na povoação de Conceição das Crioulas, o Senhor Antônio Andreino Mendes(seu Totô) fez a seguinte afirmação: “Romana se deitou com branco e com índio e teve filho em tudo quanto é lugar”¹⁴⁴.

¹⁴³ Depoimento do Senhor Antônio Andreino Mendes, prestado ao Projeto Comunidades Quilombolas, da UFPE/FACEPE - 1997.

¹⁴⁴ Depoimento do Senhor Antônio Andreino Mendes, prestado ao Projeto Comunidades Quilombolas, da UFPE/FACEPE - 1997.

Ao se tornarem mães solteiras, em épocas em que a instituição do casamento era “sagrada”, as mulheres negras de Conceição das Crioulas demonstraram ser desafiadoras de padrões diante do conservadorismo que a sociedade em que viviam lhes impunham. Dona Isaura, ao falar de sua história de vida, acrescenta mais um relato sobre essas mulheres:

(...) Eu nasci no dia 11 de agosto de 1917, faça a conta. Nunca fui casada, tive um fio de um homem ele era da família Carvalho e depois me juntei com outros. Tive muito fio mas Deus tirou, ficou só quatro, minha fia que é dona dessa casa, que o marido deixou e eu vivo com ela, outro que mora em Serra Talhada e outros que foram embora pra São Paulo e nunca mais tive notícia [chora ao lembrar dos filhos]. Conceição das Crioulas tem esse nome porque era das crioulas, por que tinha era índio, aqui era dos índios. Eu sou fia, que minha vó era caboca, caboca braba foi pegada a dente de cachorro. que ela dichí [disse] assim, ó meus fios eu só casei com seu pai porque me botaram os cachorro, mas se não fosse eu não tinha casado, minha mãe nem era daqui era de um lugar chamado Chabiuncá num sei onde fica, meu pai era daqui... Minha mãe era caboca do cabelo escorrido que fazia gosto... Eu trabaiava na roça, a vida nossa era na roça, fazia saco, fazia esteira, fazia tudo... Antigamente era 9 noite de novena e nós dançava a noite todinha [risos], tinha o baile dos negros e bailes dos brancos, mas eu dançava no que tivesse mió [melhor] naquele que tinha pessoas.... [risos deixando entender que eram pessoas que lhe interessavam¹⁴⁵] (ISAURA, 2006).

Dona Isaura, que se identifica como “caboca” mas também se reconhece como tendo uma ancestralidade negra, ao contar sua história, revela questões muito significativas: primeiro, que ser negra em Conceição das Crioulas significa também estar aberta para assumir outras identidades, devido a proximidade com as aldeias indígenas da região; segundo, que suas ancestrais indígenas - o caso de sua avó - foram vítimas de agressão e submissão do machismo predominante no passado. No entanto, assim como Romana e Chica Ferreira, dona Isaura também desafiou os padrões sociais tornando-se mãe solteira e depois unindo-se a outros homens sem o casamento, uma instituição muito valorizada há até bem pouco tempo no sertão nordestino; também revela-se uma pessoa que, na juventude, divertia-se e era feliz.

¹⁴⁵ Depoimento citado por Maria Aparecida de Oliveira Souza. In: SOUZA, Maria Aparecida Oliveira. AS MULHERES, A COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO E SUAS LUTAS: as histórias escritas no feminino- Dissertação de mestrado. Brasília, UNB: 2006(mimeo).

Esses fatos não indicam, no entanto, que essas mulheres desafiadoras de padrões sociais do seu tempo e guerreiras na defesa de seu território tivessem implícita na sua luta qualquer ideologia feminista ou coisa do gênero. A análise que faço, a partir das representações dos informantes, sobre as mulheres que lideraram no passado, é que estas defendiam os direitos de um grupo que tinha o seu território ameaçado por "pessoas vindas de fora", não se constituindo, naquele momento, nenhum movimento feminista, com os significados impressos, por exemplo, às experiências de movimentos de mulheres, na sociedade brasileira dos últimos vinte anos.

No final da década de 1980, os ideais defendidos pelo movimento negro em geral, começaram a penetrar na comunidade e a provocar transformações na forma de ver o mundo ou no pensamento de negras e negros em Conceição das Crioulas. Nesse momento, aqueles que tradicionalmente já lutavam pela recuperação da terra das crioulas, suas antepassadas, alegando ser um direito de herança seu, passaram a entender que, de qualquer forma, a terra lhes pertencia, pois eram descendentes daquelas crioulas que provavelmente eram escravas fugitivas, o que lhes abria a possibilidade de serem classificados como comunidade quilombola, e como tal, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal lhes assegurava o direito à posse da terra.

A comunidade começou a passar por intensas inquietações que vieram provocar grandes transformações no modo de pensar daquela gente. Assim, começou-se a se estruturar uma nova luta em defesa da propriedade da terra. Uma luta que passou a contemplar a valorização do "ser negro", em um contexto, até então, extremamente adverso e, muitas vezes hostil, a essa condição; iniciava-se, assim, a construção de uma identidade negra, processo em meio ao qual surgia também a necessidade de se estabelecer a quem seria, ou não, conferida a identidade de quilombola. Desse modo, fatos antes negados, como a descendência de negros escravos, passaram a ser valorizados por aqueles que, dentro de um processo de conscientização, aos poucos, iam se identificando como quilombolas, dando, assim, legitimidade ao movimento que, aos poucos, constituía-se como sujeito coletivo.

Esse movimento foi se espalhando, gradativamente, pela vila e pelos vários "sítios" que, no conjunto formam aquilo que se conhece como área quilombola de Conceição das Crioulas. Foi se construindo, ali, a comunidade e se distinguindo como grupo étnico. Negras e

negros, na maioria jovens, começaram a participar das discussões, a mudar seu pensamento e, como eles mesmos afirmam, a "aceitar melhor sua negritude".

Esse momento de “aceitação” se impõe a um longo passado de “negação”, segundo os quilombolas, motivada pela discriminação sofrida pela comunidade:

Durante muito tempo, o povo da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas foi discriminado e boa parte manipulado pelos ditos “poderosos”, os brancos. Foram mais de dois séculos de dominação e negação da história de um povo que resistiu a diversas formas de violência e agressão.

Desde de muito cedo fomos ensinados a negar a nossa cor e nos aceitar como “moreninhos”, escondendo nossas raízes ancestrais. Tudo isso porque ser negro era feio, era sinônimo de escravidão. E quem quer ser feio? Escravo?¹⁴⁶(JC, 2003).

Nesse momento de aceitação e valorização da negritude, de politização dos sujeitos, poderiam surgir lideranças tanto masculinas como femininas. Mas, “por coincidência”, ou para não fugir à tradição, o comando dessa nova luta - pelo menos a princípio - foi delegado a uma mulher, a professora Givânia Maria da Silva. Nesse movimento a participação dos homens é bastante significativa, pode-se citar, por exemplo, Andreelino Mendes, Francisco Mendes, Antônio Mendes e Adalmir José como os mais atuantes. Os conflitos relacionados à questão de gênero parece não existir, ou pelo menos são desnecessários no discurso político.

Givânia é sempre lembrada não só como iniciadora do movimento quilombola, mas por sua trajetória de vida e participação na política:

Givânia foi a primeira mulher de Conceição das Crioulas a ter curso superior e envolver-se diretamente na política partidária. Por indicação das lideranças da comunidade, foi candidata a vereadora, sendo eleita duas vezes consecutivas. Ela também é integrante da CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas). Através de sua atuação, tem conseguido divulgar a causa quilombola em todo país, bem como sensibilizar os governos (municipal, estadual e federal) e ONG's de todo Brasil a investirem na comunidade(JC, 2005)¹⁴⁷.

O “investimento” a que se refere a matéria do jornal “Crioulas” são as parcerias firmadas entre a comunidade, os órgãos estatais e as ONGs para implantação, ali, de projetos e políticas públicas voltados para a questão étnico-cultural ou geração de renda,

¹⁴⁶ Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 1, nº 3 novembro de 2003, pág 8

¹⁴⁷ Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 3, nº 8- agosto de 2005, pág 7

tendo Givânia como intermediadora. Assim, a identidade quilombola e, conseqüentemente, a constituição do movimento enquanto sujeito coletivo, também vão se delineando nessas parcerias.

A liderança de Givânia é reconhecida e legitimada na comunidade e fora dela. Vejamos alguns depoimentos: “Hoje, quem mais atua em Conceição das Crioulas é Givânia¹⁴⁸”(MENDES, 2001) . E, ainda, “Givânia foi a primeira pessoa a sair e conhecer a história dos negros. Ela participou de um encontro no Maranhão, onde tem um movimento negro também, e lá ela teve apoio deles e, daí para cá a luta não parou mais¹⁴⁹”(SILVA, 2000). “Givânia dá visibilidade à questão quilombola, nos informa de tudo e é uma pessoa que a gente sabe que não vai se vender¹⁵⁰” (MENDES, 2010).

Essa força política de Givânia não é reconhecida apenas por seus companheiros de luta quilombola, os meios de comunicação ratificam essa questão. Matéria publicada no Jornal Diário de Pernambuco faz uma analogia entre ela e o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.

Vereadora licenciada de Salgueiro, Givânia Maria da Silva (PT), 38, dirige hoje em Brasília a coordenadoria de Regularização de Territórios Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Negra como o presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, militante forjada na luta pela terra e direitos humanos no Quilombo Conceição das Crioulas, no Sertão de Pernambuco, Givânia fará falta na entrega da Medalha Zumbi dos Palmares, na Assembléia Legislativa. A cerimônia acontece no final da tarde de hoje no auditório da Casa Joaquim Nabuco, no Recife. A medalha, resultado de lei de autoria do deputado Isaltino Nascimento (PT), é um reconhecimento à resistência do povo quilombola de Conceição, comunidade nascida em meados do século XVIII e que até hoje se mantém mobilizada em busca de cidadania. No Dia Nacional da Consciência Negra, Givânia estará ocupada com a briga que vem travando contra projetos de leis que, segundo ela, surgem com o intuito de impedir a consolidação de avanços dos quilombos. Alguns dos seus 4 mil conterrâneos de Conceição das Crioulas a representarão no evento. Para ela, é uma mostra da abertura de espaço que, embora tardia, o povo negro vem conseguindo. Graduada em Letras, com especialização em Programação do Ensino da Língua Portuguesa e em Desenvolvimento Local, ela faz questão de afirmar que a sua formação maior é em "Conceição das Crioulas". Para

¹⁴⁸ Depoimento do quilombola Andreino Antônio Mendes, em entrevista feita por mim, em 07/04/01

¹⁴⁹ Depoimento da quilombola Maria Valdeci da Silva, em entrevista feita por mim, 20/01/00

¹⁵⁰ Depoimento do quilombola Antônio Mendes, em entrevista feita por mim, em 29/01/10

Givânia, o dia de hoje é importante não só para a população negra, mas para o povo brasileiro. "Isso, considerando as tentativas desse Brasil intransigente de, não diria reparar, mas diminuir o impactos causados pelo processo da escravidão¹⁵¹ (DP, 2008).

Não há exagero nas informações. Se, enquanto morava em Conceição das Crioulas, Givânia protagonizou a cena política do movimento ali estabelecido, agora que está em Brasília, em espaços mais amplos, através dos cargos que ocupa¹⁵², encaminha, ou pode encaminhar, as demandas dos quilombolas através de um diálogo mais próximo com os representantes do Estado. Além de enfrentar o embate político com parlamentares conservadores que no Congresso Nacional tentam impedir o avanço das conquistas do movimento quilombola.

Essas atividades já lhe renderam também a indicação para o Prêmio Nobel da Paz, em 2005. Com a inserção de Givânia em espaços públicos tão representativos ampliam-se os “campos políticos” de atuação do movimento social quilombola de Conceição das Crioulas antes restritos ao *locus* da comunidade e aos fóruns regionais de discussão.

A indicação de Givânia ao Nobel da Paz é motivo de orgulho para todos os quilombolas e, principalmente, para as mulheres. Vejamos o que escreveram Márcia Jucilene e Maria Diva, respectivamente companheira de luta e irmã de Givânia no Jornal Crioulas:

Givânia Maria da Silva, mulher negra, natural da comunidade de Conceição das Crioulas, está entre as mil mulheres de todo planeta indicadas ao prêmio Nobel da Paz. O projeto tem a finalidade de lembrar nomes de mulheres do mundo inteiro que trabalham em prol da paz. Durante 104 anos de existência desse prêmio, apenas 13 mulheres chegaram a conquistá-lo, no entanto, as guerras, em geral são promovidas pelos homens. No Brasil foram inscritas aproximadamente 270 mulheres, sendo escolhidas 52. Givânia está entre as cinco do Estado de Pernambuco. Fazer parte desse número que representa mais de 150 países é o reconhecimento de seu trabalho junto aos movimentos sociais, com o objetivo de buscar dias melhores para o seu povo [...]. Força, coragem e determinação são algumas das características presentes na vida dessa mulher, que jamais mediu esforços e passos em busca de um mundo melhor¹⁵³ (JC, 2005).

¹⁵¹ Matéria disponível no site: http://www.diariodepernambuco.com.br/2008/11/20/politica7_0.asp

¹⁵² Givânia foi subsecretária das comunidades tradicionais da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial, durante a gestão de Matilde Ribeiro e, atualmente, Coordenadora Geral de Regularização de Território Quilombola do INCRA,

¹⁵³ Matéria publicada no Jornal Crioulas: a voz da resistência, nº 3, Ano 8- agosto de 2005. pág: 6

A atuação de Givânia em órgãos públicos nacionais, como o INCRA, proporciona a ampliação dos “campos políticos” dos quilombolas de Conceição das Crioulas e dá visibilidade pública ao movimento. Se por um lado, essa situação favorece as “negociações” com as entidades governamentais na defesa dos direitos quilombolas, ampliando as possibilidades de diálogo entre o movimento e o Estado, por outro, tanto acirra os conflitos em nível local como provoca a reação dos partidos conservadores de direita; criando, assim, obstáculos ao movimento.

A visibilidade do nosso movimento quilombola provoca reação nos ruralistas que praticam ações para prejudicar a gente. Os fazendeiros sempre disseram que Conceição das Crioulas era um curral eleitoral, mas agora nos temos nossas ferramentas (as leis). Nós temos sofrido ataques dos ruralistas e do DEM, antigo PFL, eles entram com ações de inconstitucionalidade de nossos direitos. O DEM e o PMDB são publicamente contra os movimentos sociais¹⁵⁴(SILVA, 2010)

Com essa declaração o jovem Adalmir define claramente quem são os “inimigos” do movimento quilombola, contra os quais precisam usar as “armas” de que dispõem: as leis. Nesse embate cabe a Givânia, que está em Brasília, o enfrentamento direto aos “inimigos” para garantir os direitos instituídos.

Estando na capital federal, Givânia está envolvida no contexto das discussões parlamentares sobre a legislação que regulamenta os direitos dos quilombolas. Assim, ela informa aos habitantes de Conceição das Crioulas e das outras comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil as dificuldades, os avanços e as conquistas do movimento no campo dos direitos, como destaca o relato a seguir:

Existe um projeto do deputado Valdir Colado (PMDB-SC), que propõe sustar o decreto nº 4887 (de 25 de novembro de 2003), que regulamenta o procedimento de regularização fundiária dos quilombos. Isso suspenderia, em tese, toda a política de regularização, porque ficaríamos sem essa atribuição e sem a definição dessa política. Estamos subsidiando os líderes do governo e das bancadas para que eles possam entender a nocividade desse projeto. E a outra questão é o estatuto da igualdade racial, que alguns deputados afirmam que até votariam agora, desde que se retirasse a questão quilombola. Mas entendemos que o estatuto perderia o sentido se fosse votado sem o tema quilombo. Estamos nessa luta oferecendo ao governo os

¹⁵⁴ Depoimento de Adalmir José da Silva, liderança quilombola, em entrevista feita por em 28/01/10

argumentos necessários para que essa política já desenhada não desapareça do estatuto. Seria um retrocesso¹⁵⁵(SILVA, 2008).

A atuação de Givânia, enquanto integrante de um órgão governamental - INCRA - responsável pela política de regularização das terras quilombolas, e como militante do movimento negro nacional, tem grande importância política para o movimento quilombola de Conceição das Crioulas, ao mesmo tempo em que confere a ela o *status* maior liderança da comunidade.

Observe-se nesse caso, portanto, mais uma vez a presença da mulher, como expressão de liderança em Conceição das Crioulas, corroborando, assim, com o pensamento de Maria Aparecida Oliveira Souza, segundo o qual o movimento de Conceição das Crioulas é construído a partir de “histórias femininas”(SOUZA, 2006).

Conforme afirmei anteriormente, Givânia está morando em Brasília mas a luta política na comunidade de Conceição das Crioulas conta com a atuação de outras lideranças masculinas e femininas. Entre as últimas se destacam: Aparecida Mendes, Márcia Jucilene, Maria Diva e outras. Na impossibilidade de analisar aqui o perfil pessoal e político de todas essas mulheres, refiro-me apenas à primeira, Aparecida Mendes Silva, que já ocupou o mais importante cargo político da comunidade: a coordenação da AQCC.

O quilombola Raimundo Antônio da Silva reconhece o poder político das mulheres e identifica em Aparecida Mendes uma certa hegemonia em relação às outras:

Nas reuniões as mulheres sempre estão na frente. Basta dizer que tem uma mulher em Conceição, como Lia (Aparecida Mendes), por exemplo, que pra falar com ela é a coisa mais difícil do mundo, porque ela vive viajando. Eu considero isso importante, porque se as mulheres não fizessem isso o movimento ia abaixo, porque os homens não se envolvem muito¹⁵⁶(SILVA,2009).

Para o quilombola citado, a participação das mulheres quilombolas nas atividades políticas é bem superior à dos homens, nos sindicatos rurais do sertão, hoje, cerca de 70% das filiações são de mulheres. Esta situação parece não incomodar o agricultor que também reconhece a fragilidade da participação masculina no movimento quilombola. A história de

¹⁵⁵ Givânia em entrevista ao Diário de Pernambuco. Disponível no site: http://www.diariodepernambuco.com.br/2008/11/20/politica7_0.asp

¹⁵⁶ Depoimento do quilombola Raimundo Antônio da Silva, citado por Souza(2006, p,114).

luta de Aparecida, ao que me parece, faz parte de uma tradição familiar. Seu discurso revela o carinho e a influência recebidos de sua avó Firmiana, conhecida por Ana Belo, de 85 anos.

(...) Ana Belo é minha vó, a minha vizinha querida e ela é uma pessoa insistente nas coisas que faz, é uma pessoa assim, com quem me inspiro para lutar, geralmente quando estamos quase fraquejando ela é uma das pessoas que a gente procura pra conversar e pra se fortalecer e, apesar dela ter 85 anos e saber que a luta não é fácil, ela nunca desestimula, ela tá sempre nos incentivando a ir à frente apesar das dificuldades¹⁵⁷(SILVA, 2004).

A participação diferenciada de algumas pessoas - principalmente Givânia e Aparecida - no processo de organização política pode ser compreendida com maior clareza associando-se, por exemplo, histórias e biografias. Refiro-me, a princípio, a Givânia que, não por acaso, se tornou uma liderança. Conforme referência anterior, nasceu em Conceição, viveu ali sua infância e adolescência, transferindo-se posteriormente para a cidade de Salgueiro, onde deu continuidade aos seus estudos. Formou-se em Letras, em 1994, e, na sua trajetória de vida, nesse outro contexto, engajou-se em movimentos e organizações como: atividades sindicais, militância política no PT, atuação no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e no Movimento Negro Unificado, ocupando hoje cargos importantes no Governo Federal. Tudo isso sem se desligar de Conceição das Crioulas e semeando ali, os ideais defendidos por esses movimentos.

Essa liderança de Givânia pode ser analisada de diversas maneiras: a sua capacidade de comunicação que lhe revela como "liderança nata"; a sua formação educacional, pois foi primeira pessoa da comunidade a ingressar num curso superior; e a sua inserção nos movimentos já mencionados que lhe dão subsídios para discutir os problemas sociais brasileiros, também vividos pela comunidade de Conceição das Crioulas. Essa visibilidade política de Givânia, extensiva a outras lideranças, lhes proporciona a possibilidade de abertura de novos espaços em que possam construir seus campos políticos, sem os quais suas ações seriam invisíveis.

A atuação de Givânia, bem como de outros membros da comunidade, foi fundamental para o despertar desse movimento social de luta pela terra, pelos direitos e valores étnicos e culturais em Conceição das Crioulas. É dentro dessa luta que se efetiva a

¹⁵⁷ Depoimento da liderança quilombola Maria Aparecida Mendes Silva, citado por Souza (2006,p. 94)

liderança das mulheres, reafirmando, assim, uma tradição de mais de duzentos anos: "O poder da mulher negra em Conceição das Crioulas."

Esse "poder" da mulher negra de Conceição das Crioulas desestabiliza a ideia hegemônica de patriarcado segundo a qual,

(...) o poder natural dos homens como "indivíduos" abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil (como um todo) é patriarcal. As mulheres são submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública; de fato, o direito patriarcal dos homens é o principal suporte estrutural unido às duas esferas de um todo social. O direito masculino de acesso aos corpos das mulheres é exercido tanto no mercado público quanto no casamento privado, e o direito patriarcal é exercido sobre as mulheres e seus corpos de outras formas além do acesso sexual direto (PATEMAN, 1993, p. 167).

Não com a mesma visibilidade de Givânia, Aparecida Mendes Silva também vem se revelando uma liderança excepcional. Ex-coordenadora da AQQC, ela é no momento a mulher com maior poder político em Conceição das Crioulas. Praticamente analfabeta até a idade adulta - a exemplo de outras brasileiras - Aparecida retornou à escola depois de casada e com uma filha já crescida. Hoje é estudante do Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central de Pernambuco (FACHUSC), em Salgueiro, onde não desperdiça uma oportunidade de abrir um debate acerca da questão quilombola e ressaltar a importância do aprendizado para a sua formação: "perdi muito tempo de minha vida sem entender o que ocorria em minha volta, sem ter coragem de falar, hoje eu compreendo melhor e quero aprender sempre mais, quero ser doutora¹⁵⁸" (SILVA, 2010). Ali ela encontra muitos interlocutores, uns contra outros a favor, mas o que importa para ela é o caráter político da discussão.

Nas entrevistas que fiz com as lideranças masculinas, e nas muitas conversas informais que tivemos, sempre fizeram questão de enfatizar que não existem disputas políticas em torno da questão de gênero em Conceição das Crioulas. Ao contrário, dizem sentirem-se felizes com esse diferencial, pois não é comum na sociedade.

Esse ponto de vista não é unânime entre todos os homens. Como é de se esperar, diante da heterogeneidade que marca a composição da sua população, nem todos os habitantes

¹⁵⁸ Depoimento da liderança quilombola Maria Aparecida Mendes Silva, durante um evento na FACHUSC, março de 2010.

de Conceição das Crioulas reconhecem o tradicional poder de liderança das mulheres; principalmente aqueles que não se consideram “quilombolas”, como o Senhor Manuel Leite, ao afirmar: “nunca alcancei esse tempo de muié mandano aqui não. A orde é dos home! Onde diabo é que muié governa nada? Então num tinha home nesse tempo? Eu acho que era assim mermo! Num vê falar nas crioulas? Então num tinha homem! Hoje as que quere mandar num dá certo”¹⁵⁹(LEITE, 2000).

Não se pode negar que é reveladora a iniciativa das mulheres de Conceição das Crioulas em diversos momentos da história da comunidade, principalmente, hoje, na liderança de um movimento político tão complexo. Vejo-as como a evidência da importância das mulheres e suas posições de sujeitos na estrutura social. Pois, como afirma Segato:

Constata-se uma hierarquia de prestígio entre as atividades desenvolvidas pelos homens e as mulheres nas mais variadas sociedades. A participação na vida política e na tomada de decisões políticas, assim como as tarefas próprias do espaço público, prerrogativas preferencialmente masculinas em todas as sociedades, são também as atividades às quais as populações atribuem prestígio maior (SEGATO, 1999, p. 13).

Conforme o observado em Conceição das Crioulas, não posso concordar que tal hierarquia aconteça em todas as sociedades. Ali, as mulheres negras causam polêmica e dividem opiniões, mas seguem lutando em defesa de sua comunidade, exercendo, pois, uma função política importante. Se, no passado, lutavam somente em função da terra, como um direito de herança dos “descendentes das crioulas”, hoje elas estão mais fortes e mais organizadas, ampliando essa luta para o plano étnico, cultural e político em defesa do que definem como direitos da comunidade. A participação masculina, sem dúvida, existe. Mas, com menor expressividade política. A rigor, as relações de gênero, com ênfase na atuação das mulheres, é uma tradição histórica em Conceição das Crioulas. E, assim como a identidade cultural e a religiosidade, essas relações têm importância fundamental para estruturação do movimento social quilombola e a constituição do mesmo enquanto sujeito coletivo.

3.4- Os “campos políticos” e a formação das lideranças

Os campos políticos constituem categorias analíticas presentes (nas análises) nos movimentos sociais no Brasil e enfatizam os elementos discursivos públicos que

¹⁵⁹ Depoimento do Senhor Manuel Leite, em entrevista feita por mim, em 06/09/00.

acompanham a aparição conflitiva dos personagens como sujeitos políticos na sua entrada em cena. Esses elementos discursivos são as representações que os sujeitos elaboram de si próprios e daquilo que fazem a partir de matrizes discursivas, como afirma Sader(1988):

Nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Para essas reelaborações de sentido, eles recorrem a matrizes discursivas constituídas, de onde extraem modalidades de nomeação do vivido. Porque há sempre uma defasagem entre a realidade e a representação, entre acontecimento e palavra, embora não seja jamais possível depurar uma da outra, tão impregnadas estão umas das outras. Ao usar palavras feitas para nomear conflitos onde justamente se enfrentam interpretações antagônicas e se instauram novos significados, os sujeitos em luta operam mudanças de sentido nessas mesmas palavras que eles usam.

Os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais (SADER, 1988, p. 142).

O processo de (re)construção das matrizes discursivas pelos movimentos sociais possibilita o aparecimento de novos sujeitos políticos e coletivos. Esse processo tem reflexos políticos e se reforça à medida em que a aparição pública legitima a luta dos movimentos: porque quando os movimentos saem da invisibilidade e falam publicamente sobre seus problemas, suas demandas aparecem para aqueles que não os enxergavam, ou preferiam não os enxergar (FELTRAN, 2005).

As transformações pretendidas pelos sujeitos coletivos, dependem muito do poder de mobilização destes, da visibilidade e do estatuto político adquirido pelos movimentos que os compõem. Para Feltran, “é suficientemente claro, que os movimentos sociais só realizam suas intenções quando se projetam na cena pública, forjando campos discursivos e públicos, portanto políticos, que remetem à recomposição das concepções de mundo até então presentes da sociedade”(FELTRAN, 2005, p.312).

A construção do sujeito coletivo nos dias de hoje traz transformações nas dimensões do espaço/tempo, do público/privado, influenciando na elaboração de novas identidades, convergindo para o surgimento de novas formas de sociabilidade e de ação política que se contrapõem às instituições tradicionais. Os movimentos sociais contemporâneos podem ser um fenômeno elucidativo para a análise social das ações que os sujeitos engendram em tal contexto.

Analisando o movimento quilombola em Conceição das Crioulas é possível constatar que esse movimento reivindica uma identidade vinculada a um projeto social e político de transformação das formas tradicionais de uso da terra e de participação política nos espaços públicos. As exigências que o movimento carrega coloca na arena pública a necessidade de estabelecer um associativismo ativo que, muitas vezes, se choca com os interesses de grupos sociais como “fazendeiros”, “ruralistas” e “políticos”. Isso porque a aparição movimentista cria dissensos e a fala dos sujeitos se torna objeto de outros discursos políticos, às vezes agressivos.

O sujeito coletivo movimento social quilombola de Conceição das Crioulas, parece-me, à primeira vista - apesar de alguns obstáculos - ter encontrado “brechas” para sua aparição em cena. A inserção das lideranças em espaços públicos, dentro e fora da comunidade, diminuíram as restrições à construção política do movimento. Isso tem possibilitado a formação de “campos políticos” e discursivos onde os sujeitos do movimento fazem circular suas palavras e elaboram suas demandas. Dentro desses campos surgem as lideranças políticas, cuja formação e aprendizado ocorre ali mesmo, no âmbito do movimento.

3.4.1- A noção de campos políticos

Denominei “campos políticos” os espaços de atuação política das lideranças de Conceição das Crioulas, considerando a abordagem desse conceito trabalhada por Pierre Bourdieu, quando afirma que:

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar as relações de força que confere a esse campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantém com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantém com as suas organizações. O que faz com que a luta política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos elementos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2000, pp. 163/164).

O autor afirma que toda análise sobre a luta política deve ter como fundamento as determinações econômicas e sociais da divisão do trabalho político para que se possa evitar a naturalização dos mecanismos sociais que reproduzem a separação entre os agentes politicamente ativos e os agentes politicamente passivos, e transformam em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado pela estrutura da distribuição do capital.

Entende Bourdieu que a condição de ser-com-os-outros-no-mundo torna a existência humana uma verdadeira coexistência. O homem partilha com os outros um espaço, persegue os mesmos objetivos e participa em semelhantes atividades. Nesse envolvimento, o mundo social transforma-se num universo político - como domínio da polis - construído numa *Ágora*, um espaço de encontro, de discussão e de resolução de problemas coletivos. Nesse sentido, a atividade política é essencialmente o mundo da gestão comum da coletividade.

O conceito de campo político, segundo o autor, serve para teorizar as ações dessa coletividade. Para ele “o que existe no mundo social, não são grupos constituídos como se crê, mas esta realidade invisível” que se chama “espaço social”, embora se reconheça que, “para se manifestar este espaço social, é-se obrigado a tornar visíveis as coisas que ocupam este espaço, isto é, indivíduos, instituições, etc., mas o que existe verdadeiramente é o espaço”. Essa visibilidade faz-se a partir da interação que os sujeitos de um determinado “campo político” estabelece com outros espaços de seu entorno (BOURDIEU, 2000).

É com base nessa dimensão atribuída por Bourdieu ao conceito de “campo político” que analiso as relações estabelecidas entre o movimento quilombola de Conceição das Crioulas e a sociedade circundante, bem como a atuação dos sujeitos desse movimento, nas instituições da comunidade e em outros espaços, aqui denominadas de “campos políticos”.

Ao longo da história de Conceição das Crioulas, por múltiplas razões e em circunstâncias as mais diversas, contatos foram se estabelecendo com a sociedade circundante. Por um lado, isso significou a inserção dessa comunidade no contexto local, por outro, representou a sua legitimidade e a concretização de um espaço político próprio que ficaria conhecido como “terras das crioulas”.

O simples crescimento populacional, o exercício de atividades econômicas, bem como o estabelecimento de contatos de indivíduos ou grupos dessa localidade com os de outras,

enfim, a persistência de processos interativos nos âmbitos interno e externo, levam à constituição de uma organização de poder político próprio.

Do ponto de vista estrutural, tal organização, de um modo ou de outro, articula-se a outras “instâncias relacionais”. Refiro-me, por exemplo, ao parentesco e às relações econômicas. Essa estrutura política se torna importante, também, nas relações com o “mundo de fora” e no estabelecimento de uma unidade grupal em momentos de resistência à imposição dos interesses externos. Nesse sentido, é necessária a instituição de líderes, aqui entendidos como sujeitos políticos, de fato legitimados pela comunidade, para coordenar os movimentos sócio-políticos e econômicos, criando, assim, dentro do “campo político”, um sistema com vida própria e estrutura de poder.

A construção desses campos políticos, narrada a partir de agora, demonstra que, aparecendo publicamente e expondo seus discursos, o movimento social quilombola de Conceição das Crioulas vai definindo seus contornos como sujeito coletivo.

3.4.2- A Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC)

Dentre os campos políticos constituídos pelos quilombolas de Conceição das Crioulas encontra-se a AQCC, a mais expressiva entidade política de Conceição das Crioulas. Fundada em 17 de julho de 2000, a AQCC é uma sociedade civil sem fins lucrativos composta por 10 associações de produtores e trabalhadores rurais provenientes dos diversos sítios e vilas que compõem a comunidade. É também dividida em sete comissões e agrega o “Centro de Produção Artesanal”. Nascida, segundo os quilombolas, da necessidade de intensificar a luta pelo bem comum de Conceição das Crioulas, a AQCC tem como objetivo o desenvolvimento da comunidade, levando em conta sua realidade e sua história, a valorização das suas potencialidades, a conscientização do povo negro da sua importância para construção de uma sociedade justa e igualitária, a quebra da barreira do preconceito e discriminação racial.

Sendo essa entidade a que representa legitimamente todos os interesses da coletividade quilombola, seu maior empenho, nos últimos anos, tem sido a luta pela posse da terra, com área aproximadamente 17.000 hectares, numa perspectiva sustentável. Entre as lutas da AQCC estão a regularização fundiária; educação específica e diferenciada; sustentabilidade ambiental e cultural, a partir das potencialidades e tradições locais, sempre na perspectiva

do fortalecimento da identidade quilombola. A AQCC tem uma estrutura de funcionamento que se dá através da Coordenação Executiva e das Comissões Temáticas dirigidas pelas lideranças da comunidade¹⁶⁰.

A sede da AQCC faz atendimento aos quilombolas e visitantes de domingo a domingo. É bastante ampla, com 10 cômodos, utilizados para o desenvolvimento de projetos e realização de reuniões. A estrutura física do prédio é simples, como todos os prédios daquela comunidade, mas com os recursos necessários ao trabalho da diretoria: linha telefônica, vários computadores ligados à internet e salas com cadeiras para as reuniões. As paredes, de fachadas simples, abrigam cartazes diversos anunciando eventos, textos que trazem a ideologia política do movimento e frases de combate à discriminação racial. Conta ainda com um pequena biblioteca contendo publicações sobre Conceição das Crioulas e o movimento negro em geral, jornais, revistas, livros didáticos, e outros. Foi em nome da AQCC que o Governo Federal, atendendo ao artigo 68 do Ato da Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tituló as terras reivindicadas pelos quilombolas, em 2000.

Segundo Aparecida Mendes Silva, ex-coordenadora, a associação se mantém com o trabalho voluntário dos seus sócios, não possuindo recursos financeiros suficientes para desenvolver suas atividades. No entanto, possui sede própria localizada na rua do Campo, na vila de Conceição das Crioulas. A aquisição do prédio tornou-se possível graças à conquista, pela comunidade do I Prêmio Banco Mundial de Cidadania no Encontro Nacional de Experiências Sociais Inovadoras realizada em Brasília, em maio de 2002. O prêmio, no valor de cinco mil dólares, foi concedido à comunidade em reconhecimento ao projeto de valorização do artesanato desenvolvido, desde 2001, pela AQCC em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), Prefeitura Municipal de Salgueiro e outras instituições.

Estudiosos, como Alayón(1995) e Coutinho(2004), empenham-se em analisar a atuação e mediação das Organizações Não Governamentais (ONGs) nos movimentos sociais.

¹⁶⁰ A estrutura da AQCC contempla as Comissões Temáticas de Patrimônio ; Educação, Cultura e Esportes, Geração de Renda; Saúde e Meio Ambiente; Comunicação e juventude, compostas por pessoas da comunidade”.

Esses autores reconhecem que a ação dessas instituições de uma certa forma produzem mudanças importantes nas relações entre indivíduos/coletividade, o Estado e a iniciativa privada. Entretanto, ressaltam as contradições existentes nessas “parcerias”. Esses estudos revelam a rápida proliferação das ONGs a partir da década de 1990, justamente no momento de implementação das políticas de caráter neoliberal, que agem no sentido da humanização do capitalismo sem questionar seus fundamentos.

Tratam-se de intervenções menos no sentido de implementar políticas sociais e mais em programas assistencialistas que podem levar os movimentos a um distanciamento das lutas mais radicais e transformadoras. Autores como Maria da Glória Gohn e outros chamam a atenção para um processo de desaceleração - ou crise - dos movimentos sociais a partir da proliferação das ONGs.

Não é fácil definir até que ponto os quilombolas percebem - ou não - os efeitos e as contradições da intervenção das ONGs no movimento que encabeçam. Na avaliação destes a atuação dessas instituições é positiva e ajuda a comunidade a se desenvolver: “considero positiva a atuação das ONGs, é nessas parcerias que a gente em Conceição das Crioulas consegue desenvolver um trabalho para a geração de renda e a construção da nossa dignidade¹⁶¹” (SILVA, 2010). Por outro lado evidencia-se também nos discursos o combate às formas de opressão inerentes ao sistema capitalista:

Nós, quilombolas e todas as pessoas jurídicas e civis que lutamos por uma sociedade mais justa e igualitária, precisamos fortalecer cada vez mais a nossa luta, no sentido de enfrentar tamanhas opressões promovidas por aqueles que sempre defenderam a concentração de poder e de riquezas à custa daqueles que sempre deram o sangue na construção dessa nação¹⁶²(JC, 2009, p.6).

Entendo que as contradições existentes não diminuem a importância política da AQCC. Ela é uma entidade voltada para a defesa dos direitos quilombolas - principalmente o direito à terra - e acredita na parceria com as ONGs e outras instituições para levar adiante seus propósitos, conforme o exposto a seguir:

¹⁶¹ Depoimento da jovem quilombola Jocicleide Silva, em intervenção num debate realizada após palestra que ministrei na Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC), em 09/11/10.

¹⁶² Trecho da matéria intitulada “Agronegócio ameaça os direitos quilombolas”, publicada no Jornal Crioulas: a voz da resistência. Novembro,2010,p.6.

O movimento quilombola, juntamente com as organizações parceiras, luta fortemente no sentido de sensibilizar os legisladores brasileiros para criarem leis que garantam a efetivação dos direitos quilombolas.

Os artigos 5º, 215 e 216 e o art. 68 do ADCC (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição Federal de 1988, a Convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o Decreto 4887/2003, são os principais instrumentos de luta do povo quilombola em defesa da regularização fundiária dos territórios.

Para agilidade do cumprimento destes instrumentos legais faz-se necessário que os quilombolas tomem conhecimento dos seus direitos e saibam usar os conteúdos destas bases legais a favor da luta quilombola.

Para tanto a AQCC e suas parceiras vem promovendo vários cursos de formação em legislação, com o objetivo de contribuir para a ampliação dos conhecimentos das lideranças quilombolas, para que possam fazer intervenções cada vez mais qualificadas a fim de sensibilizar os governantes para dar agilidade à regularização fundiária de seus territórios¹⁶³ (JC, 2009, p.6).

Como pode ser observado, é bastante complexa a “missão” da AQCC, o que faz dela a mais importante entidade política da comunidade. No entanto, ela não é a única, há muitas outras associações espalhadas pelo território considerado quilombola, nos “sítios”. Geralmente, cada “sítio” tem a sua, ou se forma uma para cada dois “sítios”, considerando a proximidade entre eles ou o número de habitantes de cada um. Além da defesa do território, tais entidades têm como objetivo lutar junto aos órgãos governamentais e não-governamentais pela implantação de projetos agropecuários nos quais possam se inserir os camponeses de Conceição das Crioulas. Todas essas associações estão filiadas a AQCC, constituindo-se, esta última, numa espécie de confederação.

É através da força política da AQCC e das outras instituições que os programas e políticas do governo federal chegam com mais rapidez em Conceição das Crioulas que em outras comunidades.

Temos alguns programas federais aqui, agora mesmo vem a construção de 82 casas, na vila e nos sítios, é um programa do Ministério da Integração, que vai substituir as casas de taipa por casas de tijolos para evitar os barbeiros. Mas eu fico me perguntando se realmente é bom derrubar as casas de taipa e substituir por casa de tijolos, se não seria melhor fazer melhorias nas casas e continuar com as mesmas casas de taipa para preservar os

¹⁶³ Trecho da matéria intitulada “Leis garantem à população quilombola o direito aos territórios tradicionais”, publicada no Jornal Crioulas: a voz da resistência. Novembro, 2010, p.6.

aspectos culturais da comunidade. Mas eu não sei o que as pessoas que vão se beneficiadas pensam disso¹⁶⁴ (MENDES, 2010).

Com a construção dessas casas eliminam-se todas as casas de taipa da vila de Conceição das Crioulas, embora ainda permaneçam algumas nos sítios. O que não significa dizer que as condições de moradia naquela localidade sejam confortáveis. Olhando a estrutura da maioria das casas, tanto da vila como dos sítios, observei sua precariedade. As casas são muito pequenas para famílias numerosas, as paredes, muitas vezes, não têm reboco nem pintura e os pisos, quando existem, são grosseiros e não oferecem condições para que as crianças possam brincar sobre eles. Mas esse não é o principal problema dos moradores; o que eles mais reclamam, e que eu pude constatar, é da falta de água potável. Apesar de todo um processo de canalização já ter sido feito prevendo a chegada de água do rio São Francisco, as torneiras das casas de Conceição das Crioulas estão vazias. A água para a higiene pessoal e limpeza das casas eles pegam nos “caldeirões” e a água para beber e cozinhar é colocada por carros-pipa numa caixa d'água no centro da vila para onde os moradores se dirigem para buscá-la. Cenas de mulheres, homens e crianças com latas d'água na cabeça, vindo dos “caldeirões” ou da caixa d'água são bastante corriqueiras.

São muitos os problemas sociais de Conceição das Crioulas. O que requer uma grande responsabilidade para a AQCC, entidade que tem como função encaminhar aos órgãos competentes os problemas da comunidade e cobrar destes a solução. É através do empenho dessa entidade que as políticas públicas, de caráter étnico ou não, chegam à comunidade.

3.4.3- O Jornal Crioulas: a voz da resistência

Além da AQCC e das associações rurais, outro importante espaço de discussão dos quilombolas, que também considero um “campo político”, é o “Jornal Crioulas: a voz da resistência”, publicação trimestral, com cerca de três mil exemplares distribuídos. O jornal foi lançado em maio de 2003, na noite de abertura do II Encontro das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, em Salgueiro. Além de fazer a divulgação das realizações da comunidade, sua história, sua cultura e sua luta, funciona como o porta-voz da AQCC. A criação desse jornal deve-se à Comissão de Comunicação dessa entidade e conta com o apoio da Associação Recife/Oxford, sob a responsabilidade do jornalista Ivan Morais Filho, do

¹⁶⁴ Depoimento de Antônio José Mendes, liderança quilombola, em entrevista feita por mim, 29/01/10

Centro de Cultura Luiz Freire. Fazem parte do Conselho editorial: Comissão de Comunicação da AQCC, Conselho Político de Comunicação da AQCC e lideranças quilombolas de Conceição das Crioulas.

A primeira edição do referido jornal, datado de abril de 2003, traz um breve relato sobre a fundação da comunidade, as realizações da AQCC, ressalta a importância do ensino médio implantado nesse ano em Conceição e destaca a realização do II Encontro das Comunidades quilombolas de Pernambuco, que viria a se realizar nos dias 01,02 e 03 de maio de 2003, em Salgueiro, promovido pela AQCC.

Como o jornal se configura como um veículo de divulgação da luta política dos quilombolas, a questão da terra tem sido matéria constante em suas páginas. Na edição número 06, de dezembro de 2004, o destaque foi para a Campanha Nacional de Regularização das Áreas quilombolas, ocorrida no dia três de julho desse ano, no plenário do Congresso Nacional, da qual os quilombolas de Conceição das Crioulas participaram e o Jornal Crioulas assim destacou:

(...) O número de comunidades quilombolas é estimado em aproximadamente 4 mil, sendo que destas apenas menos de 800 são reconhecidas e 29 são tituladas (ainda com problemas), como é o caso de Conceição das Crioulas, em Salgueiro e Castainho, em Garanhuns. A campanha visa também denunciar o grau de exclusão em que vivem esses grupos, principalmente no tocante às políticas de saúde, educação, moradia, apoio às formas de geração de renda nesses territórios e a valorização da cultura quilombola. Apesar da grande contribuição que o povo negro deu no processo de formação à sociedade brasileira, há um débito muito grande do estado brasileiro para com essa população¹⁶⁵ mesmo com os avanços a partir da organização do movimento quilombola em nível nacional, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Constituição Federal de 1988, o decreto presidencial 4887 de 20 de novembro de 2003, a Instrução Normativa de nº 16 do INCRA de março de 2004, pouca coisa foi feita na prática para diminuir as desigualdades sociais nesses territórios¹⁶⁶...(JC, 2004, p.2).

A matéria evidencia algumas características do movimento quilombola de Conceição das Crioulas que merecem ser analisadas. Em primeiro lugar, chamo a atenção para a presença da comunidade na campanha mencionada pelo jornal, indicando que o espaço de participação política desses quilombolas adquiriu uma dimensão nacional; em segundo,

¹⁶⁵ Grifos meus.

¹⁶⁶ Jornal Crioulas: a voz da resistência, nº 6 – dezembro 2004, p.2

gostaria de refletir sobre o sentido dos trechos que grifei na matéria acima. A expressão “ainda com problemas”, colocada entre parênteses, visa chamar a atenção do leitor, e dos governantes, para o conflito territorial ali existente e ainda não solucionado; para uma campanha voltada para a garantia do direito à terra foi a ela acrescentada a denúncia da exclusão social e a luta por direitos de Cidadania: saúde, moradia e educação; na expressão “há um débito muito grande do estado brasileiro para com essa população”, percebe-se aí a força motriz do movimento negro brasileiro, e também de Conceição das Crioulas. É com esse discurso que os afrobrasileiros estão buscando mudar os rumos de sua história.

O Jornal Crioulas prioriza a divulgação de fatos da história local e as realizações da AQCC; enfatiza principalmente a importância da entidade nas lutas travadas pela comunidade objetivando construir o consenso em torno da legalidade da luta, em aglutinar os integrantes da comunidade, em forjar adesões e solidificar o sentimento de pertencimento(SOUZA, 2006).

As matérias de conteúdos políticos, de denúncia e de reivindicação estão entre as preferidas dos editores do “Crioulas”. Mas esse não é um único objetivo desse veículo de comunicação; através dele os quilombolas “mostram-se” para a sociedade divulgando sua cultura e o seu “jeito de ser”. Em todas as edições há sempre um espaço reservado para divulgação do artesanato, para a publicação de receita da culinária local, esportes e entretenimento. Costuma, ainda, render homenagens a algum quilombola falecido, cuja memória é muito presente na comunidade, a exemplo da edição número quatro, de maio de 2004, que rememora um pouco da história de Bevenuto Simão de Oliveira (Pai Nuto), tocador e parteiro, falecido em 1986:

Bevenuto Simão de Oliveira nasceu em 27 de julho de 1911. Sua casa ficava próxima ao Córrego do Papagaio, onde hoje fica o açude da Rua em Conceição das Crioulas(...) Seus pais eram agricultores e desde pequeno, seguiu esta profissão. Seu pai era também dono de uma banda de pífano. (...) Quando ele faleceu Nuto seguiu sua tradição porque foi criado vendo o pai tocar. (...) Ele continuou com a banda de pífano sempre animada tocando todas as noites em todas as comemorações.(...) Junto com mãe Magá, exercia a profissão de parteiro e, por isso era conhecido como Pai Nuto dentro da comunidade¹⁶⁷..(JC, 2004, p.7).

¹⁶⁷ Jornal Crioulas: a voz da resistência, ano 2, nº 4- maio 2004, p.7

As homenagens prestadas aos antepassados ressaltam sempre elementos como participação comunitária, hereditariedade e continuidade. Percebo-os como elementos aglutinadores na construção do sentimento comunitário de pertencimento, por isso indispensáveis para um grupo cuja identidade ainda está em construção.

A escassez de recursos financeiros levou à interrupção da publicação por um período de dois anos, deixando uma lacuna na divulgação das ações do movimento. O retorno à publicação só aconteceu em 2009 depois de muito empenho da AQCC e instituições parceiras. O editorial da edição nº 12, marcando a volta do Jornal Crioulas, explica aos leitores as razões da suspensão temporária da edição do jornal e, na coluna “Nós quilombolas”, denunciam as pressões que o capitalismo agrário vem exercendo sobre o movimento, conforme transcrição de parte da matéria:

Um ano após a criação do decreto 4887/2003¹⁶⁸, imediatamente os defensores do agronegócio, com o objetivo de fortalecer cada vez mais o capitalismo predador, intensificaram as ações de repressão contra o movimento quilombola. As estratégias utilizadas pelos repressores são as piores possíveis. Eles se organizam em redes e ocupam os espaços de decisões políticas, aproveitando-se da falta de informação da maioria da população para se candidatarem aos cargos políticos de escalão e com isso adquirirem o poder de intervirem na legislação a favor de seus interesses e contra a população oprimida, inclusive aos que neles votam¹⁶⁹ ... (JC, 2009, p. 6).

Ao fazer essas denúncias o jornal, um espaço político tão importante para os quilombolas, segue fazendo jus ao seu próprio nome: “a voz da resistência”, ao dar continuidade a uma luta que teve início há duzentos anos, com as “seis crioulas”, e ao longo desse tempo vem tendo continuidade com seus descendentes.

A partir da publicação da edição nº 12, de novembro de 2009, o “Crioulas” ganhou uma versão *on line*, que pode ser acessada a partir da *home page* da AQCC. Por meios eletrônicos o jornal passou a ter um alcance maior, divulgando ainda mais as ações do movimento quilombola. Essa é mais uma estratégia criada por “Conceição das Crioulas para se mostrar diante do mundo, para ter visibilidade pública como comunidade que reivindica o

¹⁶⁸ O Decreto Presidencial 4887/2003 regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos de que trata o art. 69 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias das Constituição Federal.

¹⁶⁹ Jornal Crioulas: a voz da resistência, nº 12, 2009, p. 6.

reconhecimento político e institucional de sua existência e de seus direitos como parte integrante da nação brasileira” (SOUZA; 2006, p. 29).

3.4.4- A escola quilombola

Refiro-me às escolas também como um dos campos políticos de atuação dos quilombolas por perceber que estas, enquanto instituição educacional, desempenham valiosa função na estruturação e fortalecimento do movimento social de Conceição das Crioulas. Além da educação formal ministrada nos níveis fundamental e médio, elas se constituem em espaços políticos de produção e reprodução do discurso em defesa da causa quilombola.

Há 16 anos em Conceição das Crioulas existia apenas uma escola de 1^a a 4^a séries do ensino fundamental, que levava o nome de José Néu de Carvalho, “um fazendeiro branco da região”, como afirmam os quilombolas. As crioulas e seus descendentes até então não tinham recebido nenhuma homenagem nos espaços públicos da comunidade. Em 1995, quando o movimento quilombola começava a se estruturar, atendendo a uma reivindicação da população, outra escola foi construída e recebeu o nome de José Mendes, um dos primeiros professores negros da comunidade.

Para os quilombolas, esse fato foi um “divisor de águas” para o movimento, pois, desde aquele momento, começaram a se preocupar com a construção de uma identidade negra a partir da reconstituição da história da comunidade e da busca por origens africanas. Assim, as escolas, principalmente a Professor José Mendes, contando com a participação dos professores quilombolas - também militantes do movimento -, optaram por uma pedagogia que leva em consideração os princípios de uma educação diferenciada.

Tais princípios têm como base uma educação escolar que fortaleça e participe da luta pela regularização dos territórios tradicionais e que reafirme a história de resistência dos quilombos, a identidade étnica, os saberes e o jeito próprio de ensinar e aprender. Dessa forma, antes da existência dos demais espaços de discussão: AQCC e Jornal Crioulas, que surgiram em 2000 e 2003 respectivamente, as escolas foram os primeiros espaços públicos onde os quilombolas ganharam voz para discutir o movimento. Ali encontravam-se outras pessoas - “brancos” e “índios” - ainda que não partilhando daquele sentimento de pertença: uma identidade negra quilombola, participavam do mesmo efeito multiplicador do movimento. Diferente dos outros espaços de atuação política dos quilombolas, a escola tem a

vantagem de ser uma das instituições sociais em que é possível o encontro das diferentes presenças; ela é também um espaço sociocultural marcado por símbolos, rituais, crenças, culturas e valores diversos.

Para uma comunidade que até 1995 possuía apenas uma escola onde funcionavam as séries iniciais do ensino fundamental, e considerando a distância entre a comunidade e a sede do município – Salgueiro - e falta de uma política de transporte escolar na época, havia um grande contingente de adolescentes, jovens e adultos à margem do sistema de ensino. A chegada da Escola Professor José Mendes, com ensino fundamental completo e, posteriormente o ensino médio, significou o retorno dessas gerações aos bancos escolares. Como naquela época iniciavam-se as discussões para a organização do movimento quilombola e a escola passou a ser “local de encontro” de quilombolas de todas as idades, o espaço escolar transformou-se em campo político de atuação e a educação diferenciada tornou-se uma das bandeiras de luta do movimento, conforme relatam os próprios quilombolas:

As conquistas relacionadas à educação em Conceição das Crioulas se intensificou em 1995 com a construção da escola Professor José Mendes; a implantação de um projeto de educação voltado para o fortalecimento da história e da cultura do povo quilombola; e com a contribuição da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas(AQCC), através da comissão de educação, no ano de 2002. A partir daí, os avanços têm sido constantes e tem servido de referência para outras comunidades quilombolas do Brasil(...) Podemos dizer que a educação só tem, de fato sentido, e valor quando é pensada e executada pelo povo. É importante lembrar que todas as conquistas alcançadas têm se dado através da participação da comunidade, de professores e professoras quilombolas, de organizações apoiadoras e parceiras¹⁷⁰(JC, 2009, p. 4).

As últimas conquistas no campo da educação, certamente, não são um privilégio de Conceição das Crioulas. A educação, em todos seus níveis, vem passando por um acelerado processo de democratização. Escolas de ensino fundamental e médio foram/estão sendo construídas em todas as regiões do país, notadamente nas localidades mais isoladas das regiões Norte e Nordeste; da mesma forma, a educação superior vem se democratizando - de maneira ainda não satisfatória - através da criação de novos cursos nas grandes universidades, e a expansão dessas instituições pelo interior do país. O diferencial no caso

¹⁷⁰ **Conceição das Crioulas publicará Projeto Político Pedagógico.** In: *Jornal Crioulas: a voz da resistência*, edição nº 12, 2009.

em discussão consiste na apropriação feita pelos quilombolas dos espaços da educação formal - notadamente das escolas - enquanto *locus* de formação política de seus jovens (futuras lideranças) e espaço de reprodução dos ideais defendidos pelo movimento.

Destarte, poderia dizer que foi o fortalecimento da identidade, em função do reconhecimento da comunidade enquanto quilombola, que motivou a luta pela criação da Escola Professor José Mendes e por uma educação que responda positivamente aos propósitos quilombolas, especialmente contra a discriminação e o preconceito que os quilombolas sempre vivenciaram. Em funcionamento, a escola ofereceu essa possibilidade, como explicam os integrantes da AQCC:

Desde muito cedo fomos ensinados a negar nossa cor e a nos aceitar como “moreninhos”, escondendo nossas raízes ancestrais. Tudo isso porque ser negro era feio, sinônimo de escravidão. E quem quer ser feio? Escravo? Em 1995, surge na comunidade a escola Professor José Mendes, com turmas de 5ª a 8ª série, um sonho buscado durante vários anos. Começa então um trabalho de resgate da história local que propiciou aos alunos e alunas um maior conhecimento de sua identidade e o encontro de respostas para uma série de perguntas: Qual a nossa origem? Quem somos? O que queremos? Começávamos, assim, a entender que depois de sofrer tudo que havíamos sofrido, estar ali contando nossa história era sinônimo de muito orgulho e resistência¹⁷¹ (AQCC, 2003).

O surgimento de uma nova escola, com níveis mais elevados de ensino, possibilitou a implantação de uma educação que, ao mesmo tempo em que favorece a reconstituição da história dos negros quilombolas, fortalece o movimento por eles organizado. Givânia relembra o momento em que se iniciou em Conceição das Crioulas uma luta pela educação, implícita no processo de identificação e reconhecimento da comunidade, enquanto quilombola:

No começo nossa reivindicação era ampliar a oferta de ensino na comunidade para que os jovens não precisassem sair daqui para concluir o ensino fundamental (...) Mas isso foi no início, era o início do nosso reconhecimento como quilombolas. A partir daí começamos a pensar uma forma de educar as crianças sobre a realidade local (...) Até bem pouco tempo minha comunidade não tinha escola para quem quisesse cursar o ensino médio. Hoje temos em Pernambuco um bom exemplo de educação

¹⁷¹ **Projeto de Educação Diferenciada.** Conceição das Crioulas: AQCC, 2003.

diferenciada graças à força e a mobilização da comunidade¹⁷²(SILVA, s/d, p. 10).

Com minhas inserções na comunidade, e dentro das escolas, observando salas de aula, constatei que as instituições escolares fazem parte do cotidiano da comunidade, no sentido em que elas desenvolvem um trabalho pedagógico com a intenção de interferir na realidade, de ressignificar a educação para atender às demandas sociais do grupo. A educação escolar é sempre citada pelas lideranças como instrumento de aprendizagem de sua cultura, como um meio pelo qual crianças e jovens vão aprender a ter uma “consciência negra”. Assim, percebo que há uma clara intenção de líderes e professores quilombolas de “inculcar” nas novas gerações um sentimento de pertença ao grupo negro. Pois compreendem a identidade como uma espécie de “trunfo” na conquista dos direitos.

É nesse sentido que as escolas se tornam espaços de formação das futuras lideranças do movimento e servem de referência para outras comunidades. É bastante comum a visitação às escolas de Conceição por pessoas de outras comunidades, a exemplo de Santana e Contendas, também localizadas no município de Salgueiro que estão iniciando agora os seus processos de reconhecimento enquanto comunidades quilombolas. O interesse dessas comunidades está voltado para o currículo como um “modelo” a ser implantado nas suas escolas. Pois, diferente do que nos mostraram as tradicionais teorias pedagógicas sobre currículo, para o movimento quilombola,

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, é viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (SILVA, 2004, p. 150).

Fazer do espaço escolar um campo político de atuação e discussão dos interesses quilombolas não é uma situação muito comum. Via de regra as instituições escolares mantêm um certo distanciamento dos movimentos sociais, especialmente os voltados para as identidades ao desconsiderar as origens, a cultura e experiências pessoais dos alunos. Dessa maneira, a educação formal ministrada nas escolas,

¹⁷² Depoimento da liderança quilombola Givânia Maria da Silva. **Educação Diferenciada**. Texto disponível no site: http://ombudspe.org.br/brasilquilombola/wp-content/uploads/2008/01/quilombos_hoje.pdf

Desagrega e dificulta a construção de um sentimento de identificação, ao criar um sentimento de exclusão para os alunos, que não conseguem ver qualquer relação entre os conteúdos ensinados e sua própria experiência durante o desenvolvimento do currículo, enquanto nas festas quilombolas as crianças se identificam positivamente com tudo que está acontecendo a sua volta, como condição de um saber que os forma para a vida (MOURA, 2005, p. 72).

Essa situação, constantemente denunciada por militantes dos movimentos sociais voltados para a questão étnica e por todos que defendem uma educação para a diversidade étnico-racial, ainda é bastante presente nas instituições escolares. Durante muito tempo em Conceição das Crioulas, quando só existia a Escola José Nêu de Carvalho, também viveu-se essa realidade. Por a escola só ensinar as séries iniciais, tinha-se aí um fator de exclusão; não obstante, o eurocentrismo presente no currículo e material didático negava os valores culturais das crianças negras nascidas no quilombo.

A criação da Escola Professor José Mendes é resultado desse processo de luta contra essa situação. Suas atividades já foram iniciadas com o propósito de ministrar uma educação cujo objetivo é o fortalecimento da luta quilombola, através de um processo de conscientização política e formação de novas lideranças. Além disso, o trabalho desenvolvido na instituição acabou por forçar mudanças também no currículo da antiga Escola José Nêu de Carvalho, passando esta também a aderir à educação diferenciada, apesar da resistência de muitos professores não identificados com a causa quilombola. Tal atitude favoreceu a vivência de um período histórico propício para se referendar uma educação voltada para afirmação do grupo perante a sociedade circundante.

Percebo que em meio às dificuldades que se impõem aos movimentos sociais, limitando ou impedindo a formação de novos espaços em que se mostrem e se apoiem as iniciativas movimentistas, os quilombolas de Conceição das Crioulas forçaram as mudanças na tradicional estrutura da escola, transformando-a em mais um campo político de atuação do seu movimento. Assim, compreendo que por mais difícil que possa parecer, fundar campos políticos, para vivenciar a política, parece estar na base do problema e das tarefas dos movimentos sociais hoje (FELTRAN, 2005).

3.4.5- Os eventos e a formação política das lideranças

Além dos espaços próprios da comunidade, transformados em campos políticos e locais de formação das lideranças, estes campos também formam-se continuamente através da participação dos quilombolas em eventos políticos realizados na comunidade e fora dela.

Em Conceição das Crioulas costumam-se realizar, periodicamente, seminários e encontros para tratar dos problemas da comunidade. Durante os encontros, as discussões, quase sempre, têm como foco a luta pela posse da terra, a melhoria da educação do povo negro, a importância da construção de uma identidade étnica e cultural do grupo. Além de outras questões de ordem econômica e social.

Nos dias 15, 16 e 17 de julho de 2010, aconteceu na comunidade um evento político comemorativo aos dez anos de existência e atuação da AQCC, do qual tive a oportunidade de participar. Intitulado “AQCC 10 anos de luta”, o evento realizado na “Casa da Comunidade Francisca Ferreira” contou com a participação de um número significativo de quilombolas e representantes das associações da região. No primeiro dia a coordenação das atividades ficou a cargo da Comissão de Mulheres da AQCC que, além das questões próprias do movimento quilombola, inseriu questões de gênero nas discussões e provocou uma inversão nos costumes tradicionais ao colocar os homens na cozinha onde prepararam uma feijoada para o almoço dos participantes do evento.

No segundo dia, as atividades foram coordenadas pelas comissões de Juventude e de Educação, sendo que a principal discussão daquele dia teve como suporte a apresentação do Projeto Político Pedagógico da Escola Professor José Mendes pela diretora Maria Diva da Silva Rodrigues que fez questão de discutir com os participantes o caráter diferenciador da escola quilombola: “Uma escola que tem a nossa cara”, afirmou. Ainda nesse mesmo dia, à noite, houve o I Fórum de Debate e Enfrentamento ao Uso de Drogas, na praça da comunidade, visando atingir o maior público possível. Essa atividade foi organizada numa parceria entre a AQCC, as escolas e realizada pela Rede de Proteção Social de Salgueiro.

No terceiro e último dia, assim como nos anteriores, a programação contou com palestras abordando a questão do negro no Brasil e, principalmente, com momentos de discussão denominados pelos quilombolas de “formação política”, em que se discutiram as noções de “terra” e “territorialidade”. Para além do discurso político da defesa do direito à terra, os quilombolas buscavam a compreensão dos conceitos e categorias discutidos. “Terra é o pedaço de chão em que a gente está, onde está a nossa casa. Território é todo o espaço

utilizado por a gente, de onde tiramos o barro, o caroá. Tudo isso é território”. Com essas palavras a jovem quilombola Ana Cláudia Mendes explicou para o grupo o seu entendimento acerca das categorias que estavam sendo discutidas.

Minha presença, já tão familiar no meio dos quilombolas, não inibiu o “calor” das discussões que não se limitaram aos conceitos de “terra” e “territorialidade”. Essas noções foram introduzidas apenas para abrir um amplo debate sobre a importância da luta pela terra dentro do movimento. Surpreendeu-me sobretudo o amadurecimento político de alguns quilombolas que há dez anos reproduziam o discurso de outras lideranças e ainda “engatinhavam” na compreensão do movimento que integravam. Hoje, essas mesmas pessoas, através de suas falas, mostram o quanto a experiência vivida lhes serviu de aprendizado. Um aprendizado dos direitos e da cidadania, um processo de politização que vem ocorrendo a partir de suas experiências vividas no movimento.

Aparecida Mendes Silva, em sua participação nas discussões do evento, transparece claramente o que aprendeu a defender a partir de sua experiência dentro do movimento:

Eu sou uma das pessoas que se precisar plantar um pé de manga não tem onde plantar. Mas quando a gente pensa na situação da gente... estamos lutando por um território não estamos? Um território que foi de nossos ancestrais. Pensando bem nós trocamos o chicote, o tronco, por uma escravidão psicológica. E aí a gente pergunta será se um dia o opressor vai defender o oprimido? Não! Claro que não! Por isso a gente tem que pedir força espiritual aos nossos ancestrais para que a gente continue na luta. Quando a gente luta sozinho bate uma sensação de que a gente é fraca¹⁷³ (SILVA, 2010).

Conhecendo Aparecida há mais de dez anos percebo nela um grande amadurecimento, não só em relação ao discurso político, mas à própria compreensão das questões da realidade social. Na fala acima ela demonstra seu entendimento acerca das relações opressor e oprimido, utilizando a expressão “escravidão psicológica” para fazer uma analogia entre essas relações no passado e no presente. A meu ver isso é resultado de um aprendizado que vem ocorrendo cotidianamente através da luta, das ações, das discussões e da troca de

¹⁷³ Fala da quilombola Maria Aparecida Mendes Silva durante o evento comemorativo aos 10 anos da AQCC, em 16/07/10

experiência com os sujeitos de outros movimentos. Esse mesmo aprendizado é também observado em outras lideranças.

Antônio Mendes, por sua vez, retoma a discussão da questão territorial para explicar a importância da coletividade também no uso da terra e, mais uma vez, faz questão de esclarecer que a luta dos quilombolas não é igual à do MST:

A nossa principal luta é a questão territorial. O território do povo quilombola é de todo mundo. Aqui a gente se baseia na coletividade e com a terra não é diferente. Essa é a diferença entre nós e o MST (...) Ou a gente tá na luta ou a coisa não acontece e esse é o momento da gente reafirmar isso¹⁷⁴(MENDES, 2010).

Apesar do movimento quilombola e o dos trabalhadores sem terra terem como principal bandeira a luta pela terra, os integrantes do primeiro movimento fazem questão de chamar a atenção para diferenças entre as categorias “quilombola” e “sem terra”. Essa diferença, segundo os quilombolas, encontra-se no valor simbólico que atribuem à terra. Para eles, a luta não é pela terra em si, enquanto valor material, mas pela terra de seus ancestrais na qual encontra-se a sustentabilidade de sua cultura.

O coordenador da AQCC, Adalmir José da Silva, destaca a importância da terra para essa sustentabilidade e a permanência dos quilombolas na comunidade:

A questão da terra é muito forte para nós quilombolas. Na terra é onde a gente trabalha, vai pescar, joga futebol, constrói escolas, colhe ervas medicinais. Assim, não tem condições da gente viver com esse espaço limitado, ocupado por fazendeiros. As vezes a gente tem que “roubar” o que é nosso, entrar nas matas escondido para pegar o caroá, ou “roubar” a batata para alimentar o filho, se não quiser largar tudo e ir para São Paulo. Na minha casa de sete filhos eu fui o único que não tive que ir para São Paulo. Por isso a gente tem que trabalhar para que os nossos filhos fiquem aqui, sem a gente ter que mendigar. E isso é através da luta¹⁷⁵(SILVA, 2010).

A coletividade, o diferencial em relação a outros movimentos, a sobrevivência material, a identidade a partir do território, o espaço territorial como sinônimo de liberdade, constituem os principais elementos que “politizam” a questão da terra em Conceição das Crioulas e mostram a evolução no aprendizado por parte dos quilombolas, tanto em relação à

¹⁷⁴ Fala do quilombola Antônia João Mendes durante o evento comemorativo aos 10 anos da AQCC, em 16/07/10

¹⁷⁵ Fala de uma quilombola Adalmir José da Silva durante o evento comemorativo aos 10 anos da AQCC, em 16/07/10

consciência dos direitos, como em relação à apropriação de novos conceitos que embasam e movimentam seus discursos.

A defesa da posse da terra, a questão étnica, os direitos e a importância da unidade do grupo estão presentes nos discursos de quase todos os quilombolas. Sendo que, em algumas falas, pode-se perceber muito mais do que isso. Vejamos o que diz o Senhor Expedito, presidente de uma das associações dos sítios:

(...) é importante se reunir nos encontro, ter coragem de lutar pelas terras e pelas raízes, dizer sempre a verdade, ter conhecimento da paz e trabalho e em defesa dos mais fracos, dos negros, porque também sou negro, e eu queria dizer a ramicê qui o problema qui ocorre cum nossa comunidade é o mesmo de cada um. Todos nós fomos tirados de nossa terra não vendemos (...) e hoje, nós tamo num país de democracia, num país de direito, onde o cidadão tem direito, tem vez, tem bravura e luta por seus direitos. É isso que eu digo a ramicês e a eu mesmo: como negro, como pobre, não escondemos isso¹⁷⁶(EXPEDITO, 2000).

Reitero aqui, ao sublinhar as passagens do trecho acima, a análise sobre o lugar ocupado pela terra na luta; para a noção de pertença ao grupo, reafirmando a condição de negro (negada no passado), deixando transparecer uma espécie de necessidade de auto-convencimento; para a articulação que o militante procura estabelecer entre a questão da terra e questão étnica; e articulação, também, entre os planos individual e coletivo. Enfim, observo, aqui, o esboço de uma espécie de “consciência” em construção, tanto no que concerne à luta pela terra, como no que diz respeito à própria organização do grupo. Nesse sentido, vejo, neste breve texto, lições de educação e autoeducação, em que se articulam saberes diferenciados como peças de um quadro extremamente complexo, mesclando-se, exemplarmente, o político, o cultural e o social.

Os Encontros evidenciam a presença de fortes lideranças e nomes respeitados em Conceição das Crioulas. Como pessoas de mais idade, destacavam-se: Seu Virgínio, Andreino Mendes, João Alfredo, Generosa e, dentre as mais jovens, líderes como: Aparecida Mendes, Márcia Jucilene, Maria Diva, Antônio Mendes, Adalmir, Rosilene, Maria dos Santos, Valdeci. Além de Givânia, que mesmo morando em Brasília, participa eventualmente dos encontros na comunidade.

¹⁷⁶ Depoimento do senhor Expedito, gravador por mim, durante um evento em Conceição das Crioulas, em janeiro de 2000. Os grifos são meus.

A formação da “consciência política” é um aprendizado que os quilombolas adquirem dentro do próprio movimento, na luta como eles costumam dizer. “A minha maior formação se deu na comunidade”. É assim que Givânia define seu aprendizado. É perfeitamente observável nas lideranças de Conceição das Crioulas um processo de amadurecimento político em curso, conforme afirmei antes. Ao se referir a Aparecida Mendes a pesquisadora Aparecida Oliveira Souza faz o seguinte comentário: “reencontrei-a e notei o quanto ela amadureceu politicamente e se tornou uma grande estrategista” (SOUZA, 2006,p.114).

Esse processo de politização das lideranças quilombolas é relativamente novo. Nasce junto com o movimento, no final da década de 1980, e se desenvolve à medida em que os quilombolas avançam nas conquistas educacionais, no processo de formação e autoformação dentro do próprio movimento, dos espaços que ocupam. Givânia fala sobre sua atuação como vereadora pelo município de Salgueiro e revela os desafios que enfrentou para se impor como legítima representante do povo (quilombola):

Na Câmara municipal, eles me olhavam de um jeito estranho, mas eu também tenho nariz empinado. Estou lá pelo mesmo motivo que eles, o voto popular. Não tenho dúvidas de que o olhar das pessoas sobre mim é, de certa forma, atravessado: essa mulher negra, rural, professora, do PT. Já trago uma série de cargas e rótulos que pesam. Mas tenho entendido isso como desafio e fortalecimento da luta, não tenho abaixado a cabeça. Tenho discutido no meu estado e fora dele também. Participei bastante do processo preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo e fui até Durban. Briguei e ajudei a garantir algumas questões importantes referentes ao povo quilombola, este é o meu papel. Como parlamentar, meu mandato está contribuindo para que possa acalorar ainda mais esse debate, aonde vou, sempre me apresento como quilombola, para onde vou, levo a identidade da minha comunidade comigo, é isso que me anima e me faz crescer¹⁷⁷(SILVA).

As questões de gênero relacionadas a Conceição das Crioulas já foram discutidas neste trabalho. Mas considero importante acrescentar que não é regra na sociedade brasileira, capitalista, elitista e conservadora, uma mulher negra, ocupar espaços de decisões políticas. A grande maioria, em situação semelhante, não consegue fazer com que sua voz seja ouvida. E, lembrando Rancière (1996), “aquele que recusamos contar como participante à comunidade política, recusamos primeiramente ouvi-lo como ser falante. Ouvimos apenas ruído no que ele diz”(p: 373). Entretanto, desnaturalizar a situação de desigualdade, de qualquer natureza, parece-me ser o que buscam os movimentos sociais que lidam com as ausências históricas de

¹⁷⁷ Depoimento da quilombola Givânia Maria das Silva, em entrevista concedida ao jornal Diário de Pernambuco, disponível no site: http://www.diariodepernambuco.com.br/2008/11/20/politica7_0.asp

constituição dos direitos no Brasil, retardadas mais ainda nos tempos neoliberais (FELTRAN, 2005).

Para Rancière (1996), é o questionamento em relação às concepções de mundo que faz aparecer a política. E a política leva a uma revisitação, com novos olhares, das paisagens conhecidas, a serem desnaturalizadas. Quando os movimentos sociais se tornam capazes de produzir novas formas de ver o mundo, eles se tornam lutas políticas e provocam transformações, mesmo que efêmeras. Assim, o movimento negro, especialmente o quilombola, que questiona históricas desigualdades sociais, econômicas e políticas entre negros e brancos, pode ser considerado, na perspectiva de Rancière (1996), um movimento político.

Dona Maria Antônia da Silva, idosa de Conceição das Crioulas, lembra de uma época em que ali se vivia uma completa ausência de “capital político” (BOURDIEU, 1970), em que não sabiam, sequer, em quem estavam votando:

A gente aqui era tão de um jeito, que quando a gente, da era qui eu cumecei a votar, cum dezoito ano, ôxente! Mas era tão dum jeito, que eles, sabidão daqui, ingabelava a gente. Num tinha pobrema de possuir título não! Votava na foia, lá ia, votava, um votim, ninguém sabia quem era vereador, quem era juízo, nada, nada, nada... nem quem era qui tinha ganhado¹⁷⁸ (SILVA, 2000).

Diferentemente daquela época descrita por dona Maria Antônia, hoje, Conceição das Crioulas é uma comunidade que se diz politizada (e é reconhecida como tal), onde os habitantes, conforme mencionei se organizam através de sindicatos e associações e da militância política partidária.

O sindicato rural ao qual os quilombolas estão ligados é o de Salgueiro. Como esse sindicato já teve à frente de sua diretoria pessoas de Conceição das Crioulas, pelos menos em duas gestões, a entidade tornou-se, também, grande colaboradora da organização do movimento negro daquela comunidade. Além do sindicato dos trabalhadores rurais, boa parte da população feminina de Conceição das Crioulas está ligada ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, uma entidade regional, com sede em Serra Talhada, a cem quilômetros de Salgueiro.

¹⁷⁸ Dona Maria Antônia da Silva, idosa de Conceição das Crioulas, em conversa informal que teve com ela no terreiro de sua casa, em 2000.

A participação na política local é outra dimensão da organização dessa comunidade, na atualidade. Nas eleições municipais, há sempre a participação de pessoas da comunidade na disputa por vagas na Câmara Municipal de Salgueiro e Givânia (conforme o exposto no capítulo anterior) foi a pessoa que mais representou a comunidade, sendo candidata por três pleitos consecutivos: 1996, não foi eleita; 2000, eleita com a segunda maior votação; 2004, reeleita. Sendo que deste último mandato Givânia se licenciou, em 2006, para assumir a subsecretaria da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial. Em 2008 Givânia não registrou candidatura, permanecendo com suas atividades em Brasília. Os candidatos que pretendiam substituí-la na Câmara de Vereadores de Salgueiro - Maria de Lourdes de Oliveira e José João da Silva - não lograram êxito nas eleições. Conceição das Crioulas, hoje, está sem representação política na Câmara de Vereadores.

A saída de Givânia da política partidária de Salgueiro deu-se em função da ocupação de cargos no governo federal e, também, segundo ela mesma, para oportunizar outras pessoas a disputarem cargos políticos:

Mas eu já havia tomado a decisão de não mais me candidatar porque entendia que era importante abrir espaço para que outras pessoas pudessem disputar o cargo. Infelizmente não elegemos o representante da comunidade, mas tivemos um candidato (José João, do PT) com votação expressiva, o que demonstra que a comunidade continua firme no propósito de manter representantes na câmara¹⁷⁹ (SILVA,).

Enquanto as lideranças veteranas do movimento quilombola de Conceição das Crioulas ocupam outros campos políticos fora da comunidade - ou se distanciam do movimento por quaisquer outras razões - uma jovem militância passa por um processo de aprendizado e politização dentro do próprio movimento. É na Comissão de Juventude da AQCC que esses “meninos” e “meninas” quilombolas encontram esse espaço de atuação e aprendizado. Antônio João Mendes, jovem, mas com bastante experiência na militância política, explica como ocorre a participação dos jovens:

a participação dos jovens é maior durante os eventos. Mas é uma luta constante. Atualmente estamos lutando pela Rádio Comunitária, temos o grupo de teatro, o Projeto Crioula Vídeos, temos lutas estratégicas, políticas,[.....] A juventude tem que ta informada para ter argumentos. Há momento em que a contribuição da juventude é grande, mas há, também,

¹⁷⁹ Depoimento da quilombola Givânia Maria das Silva, em entrevista concedida ao jornal Diário de Pernambuco, disponível no site: http://www.diariodepernambuco.com.br/2008/11/20/politica7_0.asp

momentos de morosidade e há sempre um que influencia os outros. E isso é positivo, há dez anos tínhamos orgulho de estar com um cigarro na mão, havia a plantação de erva (maconha), que era usada pelos jovens, isso está bastante mudado¹⁸⁰ (MENDES, 2009).

Observa-se, pois, no processo de atuação e formação política dos jovens quilombolas a presença de um aprendizado que vai além da formação de uma “consciência política” a ser utilizada em favor do movimento. Há um processo educacional em curso que opera na mudança de valores. O uso do cigarro e das drogas que há anos eram sinônimos de rebeldia, agora é rejeitado.

Um dos momentos mais expressivos da atuação jovem foi no I Encontro de Jovens do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, realizado nos dias 28,29 e 30 de abril de 2006. O evento teve como tema central as “Políticas Públicas para a Juventude”. A partir dos debates realizados nas salas temáticas e oficinas, algumas propostas importantes foram aprovadas no plenário do encontro:

- 1- Realizar um momento em cada sítio de Conceição das Crioulas, para discutir sobre os temas debatidos e discutido no I Encontro de Jovens do Território Quilombola de Conceição das Crioulas. E, ainda, encontros de socialização das idéias geradas no encontro;
- 2- Maior intercâmbio e trabalho conjunto dos jovens nos territórios quilombolas do Estado de Pernambuco;
- 3- Trabalhar junto à escola na formação de mais jovens nos assuntos discutidos no encontro;
- 4- Momentos de estudos das Leis que favorecem os quilombolas. Mas fazer discussões dinâmicas e descontraídas;
- 5- Organizar e trazer o Encontro de Crianças Quilombolas (Quilombinhos) para Conceição das Crioulas, tornando também uma ação jovem para as crianças¹⁸¹(JC, 2006, p. 5).

A atuação da juventude nesses encontros indica que a política em Conceição das Crioulas se revela nas ações de pessoas de todas as idades. As propostas surgidas no encontro dos jovens apontam um desejo dessa juventude, certamente comum a todos os

¹⁸⁰ Depoimento do quilombola Antônio João Mendes, liderança quilombola, em entrevista feita por mim, 14/08/09.

¹⁸¹ Jornal Crioulas: a voz da resistência negra. Ano 4, nº 10- agosto de 2006- pág 5. O documento não especifica data para a realização das ações.

quilombolas de que o movimento possa ser gradativamente ampliado, possibilitando, assim, a formação e conscientização política de toda a comunidade, inclusive das crianças.

Analisando cuidadosamente o que propõe os itens acima, podemos visualizar propostas muito complexas envolvendo questões tais como: formação política, intercâmbio, ação educativa, estudo da legislação e ação política para a infância. Considerando que a Comissão de Juventude é apenas uma ramificação da AQCC, pode-se perceber o quanto é complexa a missão dessa entidade, o que faz dela o mais importante “campo político” do movimento e um excelente espaço de formação política de novas lideranças.

Sader(1988) assegura que o “sujeito coletivo” constitui-se em suas próprias ações e na criação de espaços políticos próprios. Em Conceição das Crioulas esses espaços – “os campos políticos”- têm papel fundamental. É dentro deles que surgem as ações reivindicatórias dos direitos e onde, também, se desenvolvem a maioria das demais ações e relações - analisadas acima - constitutivas do sujeito coletivo movimento social quilombola.

4- DIREITOS QUILOMBOLAS: OS CAMINHOS DO RECONHECIMENTO

“...temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.”

Boaventura de Sousa Santos

A década de 1980 trouxe não somente o retorno do Estado brasileiro às instituições democráticas, mas a uma concepção de cidadania que somava aos direitos civis, políticos e sociais já existentes, os direitos coletivos: direitos relativos a gênero, geração, minorias étnicas, culturais e ambientais. Essas concepções de direitos resultaram da diversidade da luta dos movimentos sociais e encontraram seu marco jurídico fundamental na Constituição Federal de 1988. Entre os novos sujeitos coletivos de direito instituídos pela Carta Constitucional estão as comunidades remanescentes de quilombos, referenciadas no artigo 68 do ADCT.

A garantia dos direitos dos quilombolas no Brasil se constitui hoje num tema de grande interesse dos pesquisadores, “não apenas por seu impacto no que se refere à expansão dos direitos para setores subalternos, mas também pelos entraves à sua efetiva realização” (FIGUEIREDO, 2008, pp. 4-5). As políticas de reconhecimento desses direitos diferem-se das políticas tradicionais, por valorizar mais a diferença que o combate às desigualdades; relacionam-se ao processo de expansão dos sujeitos coletivos de direito que se seguiu, no plano internacional, ao desmonte do Estado de Bem-Estar Social e, no caso do Brasil, à derrocada do Estado autoritário. Tem-se, assim, um novo modelo democrático de concessão de direitos, por um lado deslocado do eixo econômico, por outro voltado para a afirmação dos interesses das minorias.

Com o propósito de refletir sobre os direitos dos quilombolas, e a forma como estes são reclamados, neste capítulo deter-me-ei sobre os direitos constitucionais e outras políticas de reconhecimento das comunidades de quilombos. Considerando esses direitos como “direitos de cidadania”, reflito sobre uma concepção de cidadania - a cidadania democrática - que focaliza os princípios da igualdade e diferença e possibilita a inclusão do movimento quilombola como um novo sujeito de direito.

4.1- Cidadania e direitos: a construção da igualdade e da diferença

O quilombo constitui questão relevante desde as primeiras manifestações de resistência à escravidão, retornando à cena política no final da década de 1970, no contexto de redemocratização do Brasil. Novos sujeitos, territórios, ações e políticas de reconhecimento passam a fazer parte da agenda política nacional, e a questão em torno da construção da identidade desses sujeitos constitui-se em meio a uma luta política que levou à “emergência de uma nova cidadania” (DAGNINO, 2004).

A noção de cidadania, nesse contexto, diferencia-se daquela contida na definição clássica por envolver os princípios da igualdade e do respeito às diferenças, podendo ser compreendida como uma cidadania democrática. Nessa concepção não se supõe a igualdade como a uniformidade de todos os indivíduos, mas a igualdade de condições e direitos, resguardadas as diferenças de cor, etnia, sexo, ocupação, religião e opção político-ideológica. Entende-se, aqui, que o contrário da igualdade não é a diferença, mas a desigualdade que é socialmente construída, sobretudo nas sociedades marcadas por relações classistas.

Nesse sentido, as diferenças não podem ser entendidas como desigualdades, pois não existe uma valorização hierárquica inferior/superior. Os agrupamentos humanos são culturalmente diferentes, mas as desigualdades só se manifestam quando se estabelecem relações de dominação de qualquer natureza entre eles. O mesmo pode ser dito das diferenças culturais e étnicas.

A igualdade pretendida nessa nova concepção de cidadania resulta de uma dimensão social e não individual. Ao contrário da liberdade, ela decorre dentro de um grupo social, ou entre grupos sociais, onde não existem indivíduos isoladamente considerados. Fábio Freitas identifica quatro dimensões da igualdade democrática:

- a igualdade diante da lei; é um pressuposto da aplicação da lei, quer proteja, quer puna. É o que os gregos chamavam de isonomia;
- a igualdade do uso da palavra, ou da participação política: é o que os gregos chamavam de isegoria;
- a igualdade que decorre num paradoxo apenas aparente, do direito à diferença, ou seja, o direito que todos igualmente tem de preservar sua identidade, bem como exigir tratamento específico às necessidades

singulares dessa identidade (no caso, por exemplo, dos direitos específicos das mulheres);

- a igualdade de condições socioeconômicas básicas para garantir a dignidade humana. Desconhecida dos gregos antigos, é o resultado das revoluções burguesas mas, principalmente, do movimento operário e socialista nos séculos XIX e XX (FREITAS, s/d. p. 5).

Diante dessas dimensões é importante não perder de vista a polêmica que se estabelece entre a universalização dos direitos com vistas à igualdade e o relativismo cultural¹⁸². Envolvem-se, aqui, questões de ordem teórica, muito valorizadas pelos antropólogos, e delicadas questões de ordem política. Estas, no plano mundial, opõem os diversos conceitos de “civilização” e fomentam acusações de etnocentrismo, o qual visaria especificamente uma possível dominação do Ocidente.

Boaventura de Sousa Santos é um dos estudiosos que entram nessa polêmica ao afirmar que, enquanto os direitos humanos forem conhecidos como direitos universais, tenderão a operar como localismo globalizado¹⁸³ e serão sempre um instrumento de choque de civilização; ou seja, como arma do Ocidente contra o resto do mundo. Assim, o autor propõe como tarefa central da política emancipatória de nosso tempo: “a transformação da ideia e da prática de direitos humanos de um localismo globalizado num projeto cosmopolítico” (SANTOS, 1997, p.124).

Em “a gramática do tempo: por uma nova cultura política”, Santos(2010) aborda “a construção intercultural da igualdade e de diferença” e afirma que “pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são conhecidos como princípios emancipatórios da vida social (p.279). Acrescenta que perante a desigualdade e a exclusão é preciso uma ação política e social que defina os meios para minimizá-las; pois, estas são dois sistemas de pertença hierarquizada, onde pela desigualdade “quem está baixo está dentro” e a sua pertença é indispensável, e pela exclusão “quem está baixo está fora (p.280).

Para o autor o século XIX foi palco da modernidade do capitalismo, onde evidenciaram-se os sistemas de desigualdade e exclusão. Sobre esses conceitos,

¹⁸² O relativismo cultural é um conceito antropológico segundo o qual não é possível julgar a partir de um ponto de vista externo os padrões e valores culturais (moralidade, práticas, crenças) de uma determinada cultura.

¹⁸³ O autor refere-se a uma forma de globalização de cima para baixo.

Santos(2010) define Karl Marx como teórico da desigualdade, sendo esta decorrente da relação capital/trabalho, portanto uma desigualdade classista baseada na exploração e Michel Foucault como teórico da exclusão, sendo esta decorrente de um fenômeno cultural e social. Para o autor a exclusão “trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita”(p. 281).

Enquanto o capitalismo tem conseguido gerar grandes conquistas no campo da ciência, da técnica e da política, não conseguiu ainda proporcionar a universalização do acesso aos fundamentos de uma vida digna. Mas, se por um lado a regulação social da modernidade capitalista produz a desigualdade e a exclusão, por outro, possibilita a criação de mecanismos que impõem limites a esses processos(SANTOS, 2010).

Diante dessa possibilidade, lança-se aos grupos e movimentos sociais o desafio de colocar em suas pautas de reivindicações ações voltadas para a construção de uma cidadania democrática que assegure os princípios da igualdade, sem contudo, incorrer em processos de descaracterização ou anulação das diferenças.

O movimento negro, ao denunciar o racismo e a desigualdade no Brasil, incorpora novos elementos à luta antirracista, evidencia as tensões e contradições contidas na concepção moderna de cidadania e coloca em pauta a afirmação do direito à diversidade cultural. A percepção da imbricação entre as desigualdades sociais e raciais e a necessidade de uma justiça distributiva que supere o racismo e a discriminação racial levam ao questionamento da capacidade de superação dessas desigualdades somente através de adoção de políticas universais. Nesse contexto se dá a emersão da demanda por políticas de ações afirmativas¹⁸⁴.

A demanda por essas políticas desencadeadas pelo movimento negro, no momento atual, pode ser compreendida como um processo de reinterpretação cultural produzido no

¹⁸⁴ O termo ação afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança (Segundo Carlos Fonseca Brandão, A ideia da ação afirmativa surgiu nos Estados Unidos da América (EUA), no bojo da histórica e permanente luta dos negros contra o racismo de que eram e ainda são, as principais vítimas. No ano de 1941, o presidente Franklin Roosevelt proibiu, por decreto, a discriminação racial contra nos negros quando da seleção e do recrutamento de pessoal para trabalhar no governo dos EUA, prática comum até aquele momento. (...) O termo “ação afirmativa” foi criado por outro presidente americano, John F. Kennedy, quando, em 1961, instalou a Comissão por Oportunidades Iguais de Emprego (BRANDÃO, 2005, pp. 5-6).

contexto das lutas contra-hegemônicas¹⁸⁵ travadas nas sociedades marcadas por processos de exclusão e desigualdades. Ao reinventar essas políticas os movimentos colocam em pauta a luta pelo direito à diferença e pelo trato democrático dela.

Embora muitas reivindicações não tenham sido atendidas, a Constituição de 1988 representou uma vitória para os negros afrobrasileiros do ponto de vista dos direitos civis. O Título I- Dos Princípios Fundamentais- no Artigo III, estabelece como um princípio legal: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. O Título II, Artigo V, referente aos direitos civis e liberdades, no inciso XLI determina a punição da discriminação: “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. Enquanto o inciso XLII acrescenta: “a prática do racismo constitui crime [...] sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei” (BRASIL,2006). Todo esse avanço constitucional em relação aos direitos civis, contou com a participação efetiva dos ativistas afrobrasileiros.

Em Conceição das Crioulas a recorrência à Lei como forma de combater a discriminação é frequente. Isto porque, segundo os quilombolas, já se manifestaram, entre eles mesmos, atitudes de autodiscriminação, que entendem como sendo resultado do processo histórico de discriminação vivido pelos negros, levando-os a acreditar que possuíam limitações, fragilidades e capacidade inferiores às dos brancos. Por isso, durante muito tempo negaram, até para si próprios, a sua negritude e um passado marcado pela escravidão.

Durante muito tempo o povo de Conceição das Crioulas teve vontade de ser branco, ser bonito. Muita gente dessa comunidade já usou Keliza¹⁸⁶ [...] Eu mesma por muito tempo tive vontade de trabalhar na sombra, para ficar branca, para ficar bonita, pois era esse o padrão de beleza que passaram para a gente. Ai como não tinham outras opções a gente ia trabalhar nas cozinhas lá em Salgueiro, sofrendo discriminação. A discriminação contra o povo negro foi tão forte que eu aprendi com minha avó que quando a gente vai a uma viagem e encontra um animal preto, pode voltar que alguma coisa ruim

¹⁸⁵ Corresponde a uma interpretação do conceito de hegemonia de Gramsci a partir de uma perspectiva crítica, atualizada e, sobretudo estratégica, por parte de inúmeros marxistas (os brasileiros Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, por exemplo), objetivando traduzir/demarcas, em termos de luta ideológica e material, um projeto antagônico de classe, em relação à hegemonia burguesa. O termo, que se consolidou pelo uso, significa que a luta é contra uma hegemonia estabelecida, uma luta que objetiva a construção de uma nova hegemonia, e que por isso, corresponde a um projeto de classe distinto.

¹⁸⁶ Produto utilizado para deixar os cabelos lisos.

está para acontecer. E isso foi alguém que passou para minha avó e fez ela acreditar nisso¹⁸⁷. (SILVA, 2009).

É consenso entre os quilombolas que já existiu, e continua existindo, por parte dos negros, uma autodiscriminação. Aparecida Mendes Silva é a pessoa que mais chama a atenção para esse fato, entretanto, combate arduamente esse discurso quando vindo dos não-negros:

Se a gente aceitar essa história de que o negro se discrimina a gente corre o risco é de nos culpar por nossa situação.[...] Durante muito tempo nos chamaram de negros safados e a gente não gostava. Hoje isso pra mim é politicamente importante, para que eu possa aceitar a minha negritude. Se a gente não começar com esse processo de autoaceitação não são os outros que vão nos aceitar. Hoje eu me acho bonita do jeito que eu sou. A gente precisa também aceitar os outros, os semelhantes, pois se você não gostar de seu semelhante não gosta de si mesmo¹⁸⁸... (SILVA, 2009).

Destacar a histórica discriminação dos negros como um elemento responsável por suas atitudes de negação da negritude parece ter se tornado um fator importante na luta pelos direitos de cidadania do povo negro quilombola. Ao mesmo tempo em que o fazem estão se eximindo de qualquer responsabilidade por essa negação. “Eu não consigo aceitar as pessoas que não se aceitam como culpadas. Pois há todo um sistema que contribui para isso, quem já viu apresentadora de programa infantil negra?¹⁸⁹” Afirmou o quilombola Antônio Mendes. “Se você manda uma criança negra fazer o seu próprio desenho ela desenha uma cabeça com fios de cabelos lisos, isso porque ela sempre soube que seu cabelo era ruim. Aí eu pergunto: ruim por quê?¹⁹⁰(MENDES, 2009).

Com esses questionamentos fica estabelecida a “guerra” contra as formas discriminatórias das quais os negros foram e continuam sendo vítimas. Para eles, o processo de discriminação étnico-racial sempre caminhou junto à negação dos direitos de cidadania e a desvalorização da cultura negra, como afirma Aparecida Mendes Silva: “o processo de discriminação, o processo de se tomar foi tão forte, porque além de tomarem

¹⁸⁷ Depoimento de Maria Aparecida Mendes Silva, quilombola de Conceição das Crioulas, durante evento realizado em 14/08/09

¹⁸⁸ Depoimento de Maria Aparecida Mendes, quilombola de Conceição das Crioulas, durante evento realizado em 14/08/09

¹⁸⁹ Depoimento de Antônio João Mendes, quilombola de Conceição das Crioulas, durante evento realizado em 14/08/09

¹⁹⁰ Depoimento de Maria Aparecida Mendes, quilombola de Conceição das Crioulas, durante evento realizado em 14/08/09

nossas terras, quiseram tomar o nosso jeito de ser (...). O resgate da cultura só se deu de uns tempo para cá¹⁹¹”.

Garantidos constitucionalmente seus direitos civis, os afrobrasileiros passaram a incorporar às suas demandas outros direitos de cidadania dentro de uma ampla pauta de reivindicações que envolvem questões como: “instrumentos jurídicos de proteção ao povo quilombola, terra, identificação, titulação e posse e reparação para o povo quilombola, envolvendo o acesso as políticas públicas sociais – ações afirmativas ou direitos étnicos”¹⁹² - que possam se transformar em ações “reparatórias” aos danos sofridos pelos africanos através do sistema de escravidão e por seus descendentes, socialmente excluídos do acesso aos bens materiais e culturais da sociedade brasileira depois da abolição.

Nesse movimento a luta pelos direitos quilombolas emaranhou-se às lutas da população negra de modo geral, tornando-se uma forte bandeira dos movimentos negros organizados do final do século passado - século XX- para o início deste - século XXI. O processo de fortalecimento da luta pelos direitos desses grupos construiu, todavia, uma outra faceta importante do ponto de vista político e organizativo que é a constituição do movimento quilombola, com suas especificidades em relação ao movimento negro urbano.

O principal diferencial existente entre o movimento negro urbano e o movimento rural quilombola é a luta deste pela posse da terra, embora existam muitos outros direitos em questão que são comuns: proteção contra a discriminação, respeito às diferenças culturais e religiosas, direito aos benefícios das ações afirmativas, assistência social, educação diferenciada e de qualidade.

Os quilombolas de Conceição das Crioulas, juntamente com outras comunidades, já fecharam a pauta em torno dos pontos acima, desde 1995:

A primeira vez que os quilombolas se reuniram em nível nacional foi em 1995, em Brasília, durante a comemoração dos trezentos anos de

¹⁹¹ Depoimento de Aparecida Mendes Silva, em entrevista feita por mim, em janeiro de 2001.

¹⁹² Conforme Almeida(2005), a Constituição de 1988 contemplou o direito à diferença e anunciou o reconhecimento dos direitos étnicos. Além disso, no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, uma nova modalidade de apropriação formal de terras foi destinada a grupos sociais como os quilombolas, com base no direito à propriedade definitiva, e não por meio da tutela, como acontece com os povos indígenas.

imortalidade de Zumbi dos Palmares. No encontro uma pauta foi apresentada ao governo federal por 412 comunidades quilombolas de todo Brasil com uma série de reivindicações, entre elas a melhoria da saúde, educação e infra-estrutura. Mas a questão apontada com urgência foi o direito à terra¹⁹³(JC, 2003, p.3).

O atendimento às reivindicações dos quilombolas não caminha no mesmo ritmo da organização das comunidades. Estas têm apresentado uma crescente organização e articulação política nos últimos tempos, enquanto a conquista dos direitos avança lentamente. Nesse caso, como em outros, o Estado tem sido ineficiente e burocrático. Isto, portanto, não enfraquece nem desmobiliza o movimento quilombola. Ao contrário, torna-o mais forte e mais mobilizado.

O segundo encontro foi realizado em dezembro de 2000, em Salvador. Infelizmente, na avaliação dos representantes das comunidades quilombolas a maioria dos pleitos, reivindicados no encontro anterior, não havia sido atendida. Dos aproximadamente 4.000 quilombos espalhados por todo País, o Governo Fernando Henrique, reconheceu a existência de pelo menos 800 e titulouse apenas 31 áreas. Entretanto dez delas continuam tendo dificuldade na desitrusão da terra. Oito anos após a realização do primeiro encontro, as comunidades quilombolas irão se reunir no Recife para discutir as ações que o novo Governo Federal (Governo Lula) tem proposto, em especial, o tratamento que será dado à questão do direito à terra e o conjunto de ações que deverão ser realizadas por diversos ministérios para enfrentar a problemática dos quilombolas¹⁹⁴(JC, 2003, p.3).

A reportagem do jornal Crioulas apresenta dimensões importantes do movimento negro quilombola: uma articulação nacional do movimento, a avaliação dos avanços em relação aos direitos reivindicados, a existência de várias comunidades quilombolas brasileiras ainda sem reconhecimento, a instituição de um debate voltado para a análise das ações governamentais que surgem em respostas à luta quilombola e, ao mesmo tempo, como enfretamento da questão.

Encontros, como os destacados acima, revelam a que articulação dessas comunidades acontece em vários níveis: locais, municipais, regionais, estaduais e nacional. Essa crescente mobilização já trouxe resultados importantes na construção de uma política de

¹⁹³ Jornal Crioulas: a voz da resistência , nº 3, Ano 1- novembro de 2003. pág: 6

¹⁹⁴ Jornal Crioulas: a voz da resistência , nº 3, Ano 1- novembro de 2003. pág: 6.

reconhecimento dos direitos¹⁹⁵ dos integrantes dessas comunidades, mas não ainda de forma satisfatória. A publicação do *Jornal Crioulas* denuncia a morosidade do Estado no tratamento da questão quilombola e explicita a preocupação do movimento em acelerar a garantia de seus direitos diante de uma nova conjuntura política (o governo Lula), naquele momento entendida como promissora para os movimentos sociais.

Os direitos reivindicados pelos quilombolas encontram-se imersos a outros direitos da cidadania democrática, sobretudo os que visam a igualdade e o respeito à diversidade étnico-cultural. No entanto, é importante ressaltar a dimensão histórica desses direitos, especialmente os relativos à posse da terra dos quilombos, cuja simbologia está associada a sentimentos, comunidade, recriação, luta, ancestralidade, vida e resistência perante o processo de desumanização sofrido pelos negros na condição de escravos.

Algumas produções historiográficas, ou sociológicas, sobre a escravidão no Brasil apontam para uma “teoria do escravo-coisa” (CHALHOUB, 1990), a qual parte do princípio de que as condições desumanas às quais os escravos eram submetidos impedia-os de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores. Também são muitas as (re)leituras sobre a escravidão que revelam a ausência de subserviência dos negros escravizados e mostram os diversos caminhos por eles percorridos em busca de sua liberdade.

Diversificados, porém, eram os argumentos utilizados pelos escravos para defender o seu direito à liberdade. Muitos lutavam pela liberdade como um “direito divino” não podendo, portanto, ser usurpado. Mas, “temos negros que tentam a liberdade com o argumento de que havia sido vontade expressa de seus senhores que eles ficassem livres quando de sua morte” (CHALHOUB, 1990, p.111). Quaisquer que fossem os caminhos, fica evidente que a participação dos próprios negros na luta pela liberdade foi decisiva para o desmonte da

¹⁹⁵ Os direitos conquistados pelos quilombolas vão desde a criação do Artigo 68 do ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) e outras citações contidas na Constituição Federal de 1988, passando por decretos, portarias, instruções normativas, tratados internacionais e legislações editadas pelos governos estaduais. Dessas conquistas, vale destacar o decreto 4.887, assinado pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em 20 de novembro de 2003, regulamentando os procedimentos técnicos e administrativos para o reconhecimento, demarcação, delimitação e titulação dos territórios quilombolas, que traz o critério de auto-reconhecimento, como elemento básico para o início do processo de regularização. Ele traz outros avanços no que diz respeito à regularização fundiária e ainda cria o Programa Brasil Quilombola, que destina recurso de vários órgãos do Governo Federal para o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

instituição escravocrata que tantas máculas deixou não só na história do Brasil, mas onde quer que tenha existido.

Segundo Carvalho (2001), a escravidão foi o fator mais negativo para a cidadania no Brasil. Isso porque aos escravos era negada a própria condição de humanidade, uma vez que eram considerados “coisas¹⁹⁶”, portanto, não eram cidadãos. Se pensarmos com o autor sobre os caminhos percorridos pela cidadania no Brasil, veremos que não há nenhum exagero nas suas palavras. A escravidão e a grande propriedade constituíam um ambiente desfavorável à formação de uma cidadania, considerando a concentração da propriedade nas mãos de poucos e a quantidade de negros que foram trazidos para serem aqui escravizados.

Entre a segunda metade do século XVI e meados do século XIX houve um fluxo ininterrupto de importação de escravos. Esse movimento, ironicamente, vai além da Independência do Brasil (1822). Pinski(2000) analisa o crescimento do tráfico de negros para o Brasil neste período, e afirma:

É possível durante esse período, visualizar o crescimento contínuo do fluxo de africanos escravizados no Brasil. No século XVI um total de 50.000 negros; no século XVII, o número salta para 560.000; no século XVIII para 1.680.100 e durante apenas 50 anos do século XIX, 1.732.200 negros são desembarcados nas costas brasileira. A partir de 1850 fica proibida a entrada de escravos negros no Brasil” (PINSKI, 2000, p. 40).

Esses escravos foram introduzidos principalmente nas áreas de agricultura de exportação e mineradoras, enquanto uma quantidade menor deles dedicava-se a outras atividades, inclusive urbanas. As mulheres desenvolviam atividades domésticas; amamentavam os filhos das “sinhas”; satisfaziam, na maioria das vezes forçadamente, os desejos e fantasias sexuais dos senhores. Às crianças cabiam os trabalhos menos pesados, porém não menos humilhantes, pois nas brincadeiras, com frequência serviam de montarias para os “senhorzinhos”.

Havia também os “escravos de ganho”, aqueles que trabalhavam nas ruas para seus proprietários ou eram alugados para outros, transformando-se em fonte de renda, tanto a estes

¹⁹⁶ O uso que faço da expressão “coisa” tem um significado diferente daquele utilizado por Chalhoub(1999) ao criar a expressão “teoria do escravo-coisa”, que seria a crença na incapacidade dos escravos pensarem por si próprio devido as condições desumanas a que foram submetidos. Teoria da qual o autor discorda, ao dar ênfase à rebeldia negra. Aqui utilizo a expressão “coisa” para lembrar que na condição de escravos os negros eram propriedade do senhor e não podiam dispor de suas própria vida.

como à aqueles. Eram diversas as profissões que exerciam: carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, prostitutas ou mendigos. Todas as pessoas possuidoras de algum recurso possuíam seus escravos. Também instituições como o Estado, a Igreja ou pessoas de destacado prestígio como padres, funcionários públicos, todos eram proprietários de escravos. O historiador José Murilo de Carvalho é enfático ao afirmar que “era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos. A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade. A sociedade colonial era escrava de alto a baixo” (CARVALHO, 2001, p.20).

Se existiu toda essa situação envolvendo os negros em trabalhos forçados, profissões não escolhidas por eles e em situações constrangedoras, reafirma-se aqui a posição de Carvalho(2001) de que “o fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão”. Além da condição de escravos, outro fator que negava aos negros os direitos civis era a violência a que eram submetidos tanto homens como mulheres. Sendo que sobre estas pesava ainda o constrangimento da violência sexual. Como havia uma escassez de mulheres brancas para que os colonos portugueses pudessem desposá-las a miscigenação tornou-se uma necessidade pessoal e política.

Fatos como estes estão o tempo todo denunciando a condição de “objeto”, “coisa” ou “peça” a que os negros foram reduzidos e reafirmando que, definitivamente, os escravos não eram cidadãos. Faltavam-lhes os principais direitos: a integridade física (poderiam ser espancados) e, em casos extremos, a própria vida lhes era negada (podiam ser mortos se esse fosse o desejo do seu proprietário), já que o sistema escravista os colocava na mesma condição de um animal (CARVALHO, 2001).

Os escravos, assim como as mulheres, estavam submetidos ao poder do senhor, do patriarca, não havia justiça que os defendessem. Às mulheres, filhas e esposas, coube a resignação da submissão durante séculos. Já aos escravos, homens e mulheres, surgem como alternativa a fuga e a formação de quilombos. Se não havia na justiça, na lei, nada que lhes assegurasse o mínimo de direitos - já que os senhores podiam dispor sobre eles em relação à vida e à morte - nos quilombos, pelo menos enquanto não fossem destruídos, poderiam viver sua “liberdade” - ainda que provisória -, praticar suas crenças religiosas e cultuar seus deuses e ancestrais.

Os quilombolas de Conceição das Crioulas, embora estejam sempre lembrando o passado escravo vivido por seus ancestrais africanos, ao reconstituir a história da comunidade não fazem referência a uma história de luta e resistência contra a escravidão naquela localidade. Talvez pelo fato das “seis crioulas”, as fundadoras, serem de fato escravas libertas, ou por elas terem vindo para aquele local exatamente para fugir da escravidão sofrida em alguma propriedade distante dali. As mulheres, com raras exceções, também nunca reclamam de viverem, ou terem vivido, períodos de opressão masculina, embora se saiba que o patriarcalismo foi muito presente na sociedade colonial brasileira, e depois disso, continuou existindo.

Para esses quilombolas, o que marcou a história daquela comunidade foi a opressão exercida sobre sua população pelos “poderosos” da região. A figura do coronel como expropriador das terras dos negros se apresenta a todos como uma questão pavorosa. Vejamos o que conta o senhor Moisés:

Num tempo do coronelismo que sacanagem eles faziam. Eles botavam linha¹⁹⁷ de norte a sul e os pessoal não dizia nada. Ficava tudo caladinho, todas essas terra era tudo cercada. Oi, nesse tempo Pedro da Luz lutou muito mais esse povo. Naquele tempo esse pessoal que morava aqui era quase como escravo, ele fazia o que queria¹⁹⁸(MOISÉS, 1997).

Assim, Pedro da Luz é visto como um coronel, embora não se possa aplicar nesta análise, a partir daí, o conceito de coronelismo; o informante não se sente integrante da comunidade negra. A referência “esse povo”, aponta, sutilmente, a existência de um “eu” diferente de “eles”, que formavam “os pessoal”, os mesmos “caladinhos”.

O Senhor Serafim complementa, introduzindo referências à presença de “representantes indígenas” no cenário:

E inclusive eu via dizer que, minha vó falava que essas terras ele (Pedro da Luz) pediu pra o pai dela que era índio. Ele pediu pra botar logrador¹⁹⁹ e o

¹⁹⁷ Linha, no sentido aqui pronunciado pelo senhor Moisés, refere-se a uma demarcação feita pelos coronéis nas terras dos negros que indicava uma apropriação por estes das terras demarcadas.

¹⁹⁸ Depoimento do senhor Moisés prestado ao Projeto Comunidades Quilombolas, da UFPE/FACEPE, 1997.

¹⁹⁹ A expressão de seu Serafim refere-se a logradouro que significa campo público onde todos tinham direito de levar o seu gado para pastagem.

coronel vendia e depois pedia outra terra pra botar logrador. E assim ia, segundo a história que minha vó contava²⁰⁰”(SERAFIM, 1997).

O coronel Pedro da Luz é uma das figuras do passado mais presentes na memória do grupo. Tornou-se lembrado por ser considerado, pelos “quilombolas”, como um dos seus principais expropriadores e pelas atrocidades que cometia, tratando de forma grosseira e desumana todos os negros, e também, brancos que fossem empregados seus, segundo se conta.

Aparecida Mendes Silva repete o que ouvira a sua avó falar a respeito desse coronel: “minha vó chamava ele de coronel Pedro da Luz; este, além dos outros, pelo que a minha vó dizia, ele foi, assim, um dos piores. Um dos que chegou arrasando mesmo”(SILVA, 2001).

Dona Maria Antônia lembra as "atrocidades" que os brancos cometiam contra os negros, pra arrancar-lhes as terras, em um passado não muito distante (década de 1960):

Já houve de tudo aqui; meu marido foi preso dentro dum quarté véio; pra que? Pra roubar as iscritura das tia dele, pra intregar a eles (os “brancos”). Meu marido foi preso, aqui dentro dessa Conceição num quarté véio qui tinha bem ali. Foi ele e um primo dele e outros qui também já morreru. Eles queriam forçar eles roubar, aí prendero²⁰¹ (MARIA ANTÔNIA, 2000).

Assim, o movimento quilombola de Conceição das Crioulas, parece-me movido por um forte ressentimento provocado pela violação dos direitos do povo negro. É uma história de dominação externa e, por assim ser, a organização política interna tende a ser bastante coesa, pois identificam no “outro”, no não-quilombola, nos poderosos, o inimigo comum a ser combatido.

Não há, pois, aqui, evidências de que os quilombolas pretendam estabelecer com os “inimigos” qualquer tipo de conflito ilegal. Nos seus discursos cotidianos fazem freqüentes menções aos dispositivos legais que instrumentalizam suas lutas: os artigos 5º, 215 e 216 e o artigo 68 do ADTC, a Convenção 169 da OIT e o Decreto 4887/2003. O que aponta na direção de uma luta extremamente política em defesa dos direitos de cidadania. Uma luta com caráter popular, onde o que interessa é a defesa dos direitos do povo negro, dos pobres, dos que sofreram longos períodos de opressão.

²⁰⁰ Depoimento do senhor Serafim prestado ao Projeto Comunidades Quilombolas, da UFPE/FACEPE, 1997

²⁰¹ Depoimento de dona Maria Antônia, em entrevista feita por mim, em janeiro de 2000.

Destarte, o movimento de Conceição das Crioulas se distancia bastante daqueles ocorridos em outros períodos da história do Brasil. Segundo Carvalho (2001), as revoltas políticas que ocorreram no Brasil colônia eram elitistas, pois seus líderes eram pessoas pertencentes aos setores dominantes: militares, fazendeiros, padres, poetas. A mais popular delas foi a Revolta dos Alfaiates, em 1798. No entanto, é na revolta de 1817, de ideias claramente liberais - embora as outras também fossem - que aparecem alguns traços de uma nascente consciência de direitos sociais e políticos. Mas as ideias de igualdade “não iam muito longe. A escravidão não foi tocada”(CARVALHO, 2001, p.25). Pior do que isso. Com a Independência, em 1822, o dilema da escravidão continuou intocável. Não poderia ser diferente: a Independência veio pelas mãos do príncipe regente português que a proclamou em seu nome (a Constituição de 1824 revela isto) e em nome de uma elite agrária dependente do trabalho escravo.

A Constituição de 1824, com todo seu liberalismo, não aboliu nem modificou a instituição escravista, ao contrário, ignorou completamente a existência de um grande contingente de pessoas escravizadas no Brasil. Conforme Emília Viotti da Costa(2008),

Na época da Independência, os escravos viram suas aspirações à liberdade frustradas. Se bem que a Carta Constitucional de 1824 incluísse um artigo transcrevendo a *Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão*²⁰² (cópia quase idêntica à original francesa de 1789), na qual afirmava que a liberdade era um direito inalienável do homem, manteve-se escravizada quase a metade da população brasileira. A Constituição ignorou os escravos. Sequer reconhecia sua existência. A eles não se aplicavam as garantias constitucionais(COSTA, 2008, p. 16).

Assim, a Independência, apesar de se constituir num avanço em relação aos direitos políticos, trouxe limitações em relação aos direitos civis por manter a escravidão. O novo país, cuja Independência fora pautada nos ideais liberais europeus, trazia consigo uma grande contradição: a incompatibilidade desses ideais com a manutenção da escravidão contrariando, assim, os princípios de liberdade. Em consequência tem-se aí a desorganização da vida ideológica do Segundo Reinado, o que Schwarz denomina de “comédia ideológica”. Para o autor, “por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade dos ideais liberais”(SCHWARZ, 2001, p.63).

²⁰² Grifos no original.

A manutenção da escravidão e a limitação do gozo dos direitos civis e políticos aos negros libertos constituíram o que hoje poderíamos identificar como “discriminação racial”. “Apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros reconhecida pela Constituição, os brasileiros não-brancos continuavam até mesmo a ter o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento costumeiro de sua condição de liberdade” (MATTOS, 2004, p.21). Isto significa que se esses negros ou pardos fossem confundidos com cativos estavam sujeitos a todo tipo de arbitrariedade se não pudesse apresentar sua carta de alforria.

A escravidão se arrastou durante praticamente todo Período Imperial. Não sem resistência. O movimento quilombola, que consistiu na fuga e organização de quilombo em áreas afastadas - embora tenham existido também quilombos suburbanos - durou tanto quanto a escravidão. Há indícios de fugas de negros, com formação de agrupamento nas matas desde o final do século XVI. O quilombo de Palmares, no interior do Nordeste, foi o mais duradouro movimento de resistência contra a escravidão no Brasil. Durante longos anos, negros e negras ali se estabeleceram e fundaram uma sociedade alternativa se opondo à exploração compulsória a que eram submetidos através do regime escravocrata que se estabeleceu no Brasil durante os períodos colonial e imperial. “O fato é que o negro não tinha “jeito” ou “espírito” de escravo. Aliás, ninguém tem. O próprio ser humano é a liberdade, e não a escravidão; de todo e qualquer ser humano, qualquer que seja a sua cor, idade, religião, sexo, classe social ou convicção política” (PINSKY, 2001, p. 83).

A escravidão foi extinta, em 1888, mas a situação dos negros, em quase nada foi alterada. Como analisa Costa(2008),

Os ex-escravos, foram abandonados à própria sorte. Caberia a eles, daí por diante, converter sua emancipação em realidade. Se a lei lhes garantia o *status* jurídico de homens livres, ela não lhes fornecia os meios para tornar sua liberdade efetiva. A igualdade jurídica não era suficiente para eliminar as enormes distâncias sociais e os preconceitos que mais de trezentos anos de cativeiro haviam criado(COSTA, 2008, p. 12).

Aos libertos não foram possibilitados nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos negros livres, por falta de alternativa, acabaram voltando às antigas fazendas onde trabalhavam, ou a outras, para retomar o trabalho pesado a que antes eram submetidos, agora para receber um salário irrisório. Outros se dirigiram às grandes cidades onde formaram os “guetos” e passaram a sobreviver em condições de

marginalidade. Grande parcela dos ex-escravos, principalmente os nordestinos excluídos do acesso à terra pelo sistema de latifúndios, viam uma alternativa de vida e esperança nos movimentos messiânicos²⁰³ de caráter sebastianista que ocorreram no nordeste no final do século XIX e início do Século XX, a exemplo de Canudos no sertão da Bahia e Caldeirão no sul do Ceará.

Conforme análise acima, a abolição em si não possibilitou nenhuma condição de cidadania aos ex-escravos. A Lei Áurea aboliu a escravidão mas não o seu legado. O ato da princesa regente não foi suficiente para relegar ao passado trezentos anos de opressão. De qualquer forma a abolição representou o primeiro passo na direção da emancipação dos negros; uma conquista, se bem que de efeito limitado.

O sistema de escravidão, além ferir a dignidade dos negros, foi um grande obstáculo para a construção da cidadania plena no Brasil. A grande propriedade que exclui a maior parte da população do acesso à terra, é resquício da escravidão. Além disso, durante muito tempo, e ainda hoje de maneira mais sutil, os negros sofrem as manifestações do preconceito e dos esterótipos que recaem sobre eles, apesar da legislação brasileira classificar a discriminação racial como crime inafiançável.

Nesse sentido, os quilombolas de Conceição das Crioulas são conscientes de que a legislação não é suficiente para combater o preconceito. Entendem que as manifestações do preconceito devem ser combatidas cotidianamente pelos próprios negros. Para isso precisam assumir plenamente a sua negritude numa tentativa de diminuir as formas pejorativas com as quais sempre foram tratados, como assevera a professora Maria Diva Rodrigues:

Se a gente não tiver essa consciência do ser negro, a gente vai admitir as formas pejorativas que dizem com a gente. A gente vai achar que isso é normal, que negro é filho do cão, que o cão é preto, a coisa está preta! Que só é dito quando está ruim. Será que tudo que é preto é ruim? Será que não tem coisas brancas ruins? Se a gente não tiver essa consciência, a gente não vai se auto-valorizar. Sou negro? Sou. Sou capaz? Sou. Sou competente? Sou. Então se a gente não tiver essa consciência, a gente vai sempre acreditar que o outro é mais capaz (...). Mas a gente só vai ter essa consciência se a gente conhecer. E o conhecimento está aí. Então a gente abre, também, uma

²⁰³ Eram movimentos sócio-religiosos liderados por beatos que tinham por base a contestação da ordem social vigente, a busca pela justiça, a igualdade e a salvação da alma.

discussão, para a questão do ser negro não é só uma questão de cor da pele, mas na descendência. Porque, aqui no Brasil e, principalmente na nossa região, é complicado encontrar alguém que não seja afro-descendente. Aí a gente procura assumir isso melhor, pra poder a gente se aceitar, porque se a gente não se aceitar...²⁰⁴ (RODRIGUES, 2001).

As palavras de Maria Diva são parte de um discurso construído pelo movimento negro com o objetivo de combater as representações negativistas que durante anos foram produzidas sobre os negros. Na sua fala a quilombola faz uma apropriação de palavras e expressões que compõem essas representações para refutá-las: “negro é filho do cão, que o cão é preto, a coisa está preta”. Não obstante, chama a atenção para a necessidade do conhecimento, autoconhecimento e autoaceitação como estratégia política de luta contra o preconceito e a discriminação.

Tendo como referência o aparato jurídico que institui os direitos das comunidades quilombolas e os elementos que compõem o discurso do movimento negro em geral os quilombolas de Conceição das Crioulas organizam seu próprio movimento (acrescentando suas particularidades). Leem, debatem, organizam eventos, aprendem sobre os direitos, preparam lideranças, elaboram seus discursos, articulam suas lutas e politizam suas demandas. Assim, o movimento organizado por eles vai se constituindo enquanto sujeito coletivo.

4.2- Direitos quilombolas

No âmbito das discussões sobre a organização dos movimentos quilombolas dois conceitos tornam-se carentes de aprofundamento. São eles: ações afirmativas e direitos étnicos. Embora existam diferenças entre os dois conceitos, estes são geralmente entendidos como políticas “compensatórias” com o objetivo de “reparar” os danos sofridos pelos negros afrobrasileiros, através do sistema de escravidão, e por seus descendentes, socialmente excluídos do acesso aos bens materiais e culturais da sociedade brasileira depois da abolição.

²⁰⁴ Depoimento da professora quilombola Maria Diva da Silva Rodrigues, em entrevista feita por mim, janeiro de 2001.

Dentre as políticas de ações afirmativas encontram-se o Estatuto da Igualdade Racial²⁰⁵ e o sistema de cotas, bandeiras de luta do movimento negro. No entanto, essa política vem provocando muitas divergências, não só no âmbito do debate por ela suscitado, mas também entre os próprios integrantes de movimento. Em Conceição das Crioulas as principais lideranças do movimento social quilombola têm posições diferentes sobre a questão. Para Maria Aparecida Mendes Silva,

As cotas é processo de reparação. O governo brasileiro reconheceu o crime que o Brasil cometeu com a população negra e, por isso, tem de fazer a reparação. Para que houvesse a política de cotas foi necessário realizar um estudo das perspectivas da educação da população negra, e se viu que eram muito precárias. Eu mesma tenho uma experiência negativa: Quando a gente começou a vir pra cá (faculdade), Cécilia, minha prima, uma crioula grandona, parece uma africana legítima, quando estava na fila pra fazer a inscrição do vestibular ela ouvia: olhe! Até esse povo de Conceição que entrar na faculdade! Tu ta achando mesmo que vai entrar na faculdade? Eu vou tentar, dizia ela. Então estudou muito e passou em segundo lugar... teve que estudar pra mostrar que era boa, capaz²⁰⁶ (SILVA, 2011).

Para a quilombola as cotas são justificadas nas seguintes perspectivas: como “reparo” aos danos causados pela escravidão, assegurar aos negros a igualdade de acesso ao ensino superior, compensar situações discriminatórias como a sofrida por sua prima Cécilia e presenciada por ela mesma.

²⁰⁵ Sancionado em 20 de julho de 2010 pelo então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, o Estatuto da Igualdade Racial reitera conquistas importantes como a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura da África nas escolas, prevista pela Lei nº 10.639/03 e o direito de posse das terras pelas comunidades quilombolas, já assegurado no artigo 68 do ADCT; além de prever a inclusão dos negros em políticas de desenvolvimento econômico e social, adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa. Se por um lado a aprovação do Estatuto significou a consolidação de direitos já instituídos, por outro foi considerado um retrocesso político e um “golpe” desfechado pelos setores conservadores sobre os direitos da população afrobrasileira. É assim que pensam alguns intelectuais que se dedicam ao estudo das questões relacionadas a essa população e grande parte dos integrantes do movimento negro. Estes consideram que os direitos dos negros foram lesados por ter sido suprimida do texto a lei de cotas na educação superior, serviço público e privado e nos partidos políticos; o ponto que previa a adoção de uma política pública de saúde para a população negra; e não faz referência às formas de regulamentação das terras dos remanescentes de quilombos. A modificação feita no texto do Estatuto provocou, nos dias que se seguiram à aprovação do mesmo, um acirramento do debate acerca das políticas afirmativas destinadas aos negros no Brasil e uma insegurança de setores do movimento negro em relação à garantia de outros direitos já instituídos. Ainda que o Estatuto reitere no seu artigo 31 o texto constitucional do artigo 68 do ADCT: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”; e no seu artigo 34: “os remanescentes das comunidades dos quilombos se beneficiarão de todas as iniciativas previstas nesta e em outras leis para a promoção da igualdade étnica”, os quilombolas são um dos setores do movimento que consideram as modificações no texto do Estatuto uma manobra dos ruralistas.

²⁰⁶ Depoimento da quilombola Maria Aparecida Mendes Silva, liderança quilombola de Conceição das Crioulas, em entrevista feita por mim em 22/03/11.

Givânia Maria da Silva defende a ação afirmativa mas acredita que as cotas, mesmo sendo positivas e necessárias, devem ser uma política transitória:

A ação afirmativa é uma necessidade no Brasil, em todos os setores. Penso que as cotas não são a melhor saída, mas tenho que defender porque não é possível resolver nossos problemas históricos de outra forma. Quando a população negra conseguir estar em igualdade numérica nas faculdades, nos órgãos públicos, no parlamento, aí não precisaremos mais das cotas, poderemos disputar de igual para igual. Mas enquanto estivermos em desvantagem, como acontece hoje, precisaremos delas. Vejo as cotas como uma política de ação afirmativa de curto prazo e, de certa forma, paliativa, mas positiva e necessária. Ainda não temos no nosso modelo de desenvolvimento outros mecanismos que deem conta de equiparar essas relações²⁰⁷ (SILVA).

Embora as duas lideranças mais expressivas de Conceição das Crioulas concordem que as cotas são uma forma de promover o acesso dos negros à universidade, a segunda diverge da primeira ao conceber essa política como paliativa e transitória. Apontando, assim, para a falta de consenso em torno desse direito no interior do movimento; releva ainda que entre os direitos defendidos pelos quilombolas como essenciais, as cotas não estão entre os prioritários. Ou pelo menos não tem o mesmo peso da luta pela terra, da identidade étnica e da educação diferenciada.

Conforme informações das próprias lideranças, não há naquela comunidade nenhum quilombola que tenha se beneficiado com o sistema de cotas. A maioria cursou (ou estão cursando) o ensino superior na FACHUSC, uma Autarquia Municipal que não adota as cotas, e os poucos que estão em outras instituições (UFPE, UFPB e UPE), não ingressaram por meio do sistema. Há, sim, quilombolas beneficiados no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como, por exemplo, a jovem Ana Cláudia Mendes, filha de Aparecida Mendes Silva, que cursa História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para a mãe da universitária (que considera positivo o sistema de cotas para os negros), a inserção de quilombolas em programas com o PRONERA²⁰⁸, é mais vantajosa. Afirma que sua filha

²⁰⁷ Depoimento da liderança quilombola Givânia Maria da Silva em entrevista concedida ao Jornal Diário de Pernambuco, disponível no site: http://www.diariodepernambuco.com.br/2008/11/20/politica7_0.asp. Acessado em 10?03?2011.

²⁰⁸ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi criado em 1998 com o objetivo de oferecer cursos de educação básica (alfabetização e ensinos fundamental e médio) técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores e de especialização para jovens e adultos do meio rural. O programa é desenvolvido a partir de parcerias do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais, além de 65 instituições comunitárias sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

não só fora incluída na educação superior, como está adquirindo um aprendizado político para a militância nos movimentos sociais.

Desde 1995, com a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo e pela cidadania e a vida”, as políticas de ações afirmativas ganharam força com a participação dos movimentos negros. Assim, a opinião pública brasileira conheceu melhor a situação étnico-racial do Brasil, notadamente no que se refere à situação política e econômica da população negra. Nesse movimento as reivindicações dos grupos negros, ao que parece, estão aos poucos se materializando em conquistas de direitos constitucionais, depois de anos de luta contra a discriminação e pelo reconhecimento e respeito às diferenças.

O tema do reconhecimento dos direitos étnicos está ligado à emergência dos direitos de terceira e quarta geração, resultado da crescente coletivização do comportamento, quer pelo fato das ações humanas estarem mais voltadas para os grupos aos quais os indivíduos pertencem, quer pelos impactos das decisões que incidem cada vez mais sobre as coletividades.

Assim, as gerações de direitos aos quais me referi, articulam-se a partir de duas ideias fundamentais:

Em primeiro lugar os direitos cujos sujeitos são coletividades, e não indivíduos; em segundo lugar, direitos têm que ter por paradigma fundamental a ideia de solidariedade e de interdependência entre os povos. Caracterizados pela indivisibilidade de seu objeto, os direitos da terceira geração podem apresentar como sujeitos desde grupos sociais até nações (ou os “povos”, em seu direito à autodeterminação), ou ainda a própria humanidade, como no caso do direito à paz ou ao meio ambiente sustentável (FIGUEIREDO, 2008, p. 17).

Enquanto sujeito coletivo as comunidades quilombolas encaminham seus processos políticos de reconhecimento dos direitos étnicos. O principal deles é o reconhecimento do direito à posse da terra de acordo com o disposto no artigo 68 do ADCT, seguido de outros direitos e/ou ações afirmativas.

Em Conceição das Crioulas a luta pelos direitos centra-se em duas questões principais: o direito à propriedade de uma área territorial, com aproximadamente 17.000 hectares, considerada “terra de quilombos” e uma educação diferenciada que possibilite, além da preservação da história e cultura afrobrasileiras, a formação política das lideranças do movimento.

4.2.1- Direito a uma “educação diferenciada” e a implementação da Lei 10.639/03

O direito a uma educação diferenciada nas comunidades quilombolas encontra respaldo na Constituição Federal como reconhecimento das diferenças culturais, e na Lei nº 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB). Esta legislação determina:

Art. 26: os currículos de ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 2005, p.22).

A partir de 2003 foi acrescentado à LDB o artigo 26A para incluir o conteúdo da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino sobre a história e cultura afrobrasileira nas escolas e, nesse mesmo artigo estabelece:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2005, p.22).

O projeto de educação diferenciada das comunidades quilombolas fundamenta-se nesse arcabouço jurídico e vai além dele. Mais que a parte diversificada do currículo prevista no artigo 26 e os conteúdos relacionados no parágrafo 1º do artigo 216A - que são uma referência para todas as escolas -, os quilombolas defendem a existência de uma escola cuja organização curricular, administrativa e pedagógica esteja pautada na própria história e no modo de vida da comunidade.

A história e a memória têm muito significado para uma comunidade quilombola. Os valores, as práticas religiosas e outras expressões culturais que compõem sua identidade são herdadas de seus ancestrais. Assim, a oralidade, as histórias contadas pelos mais velhos, os registros de acontecimentos e histórias de vida dos antepassados, fazem parte do processo educativo presente em todos os espaços da comunidade, principalmente na escola. Aqui os “saberes” da população são transformados em conteúdos escolares, dando origem a uma concepção de “educação diferenciada”, que há algum tempo vem sendo discutida enquanto proposta educacional não somente para as comunidades quilombolas, mas para todas as comunidades étnicas que objetivam a preservação de sua história e sua cultura enquanto elementos constitutivos de suas identidades.

A Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996 para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afrobrasileiras nas escolas da educação básica, objetiva, de acordo com o MEC, promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano das escolas e nos sistemas de ensino que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade para todos. Assim, a referida Lei, enquanto resultado de uma reivindicação histórica da população negra para ver sua história e sua cultura retratadas com o mesmo valor da história e cultura dos outros povos que para aqui vieram, apresenta-se como um documento instrumentalizador na luta pela “educação diferenciada” e um ponto de partida para a articulação de outras lutas que possam promover a igualdade política, econômica e social entre todos os povos.

Entretanto as necessidades da educação quilombola vão além do que prevê a Lei nº 10.639/03. O ensino nas comunidades de quilombos difere-se dos demais em função de estar sempre vinculado à luta política levada a efeito pelos sujeitos dessas comunidades. Assim, os conteúdos ministrados nas escolas têm como objetivo, além da formação básica dos alunos, a articulação de ideias (formação política), como instrumentalização para a luta política a partir de uma proposta social coletiva. Destarte, ganha consistência uma proposta de “educação diferenciada”, capaz de dar conta do conjunto da formação humana que engloba, além dos conteúdos curriculares, questões outras, como: temporalidade, ancestralidade, terra, territorialidade e cosmovisão africana.

O entendimento que tenho de “educação diferenciada” – considerando a perspectiva dos quilombolas, particularmente os de Conceição das Crioulas- é de que se trata de uma proposta educacional que coloca no seu currículo temas comuns a todos os quilombolas: preservação da memória coletiva, valorização da cultura afrobrasileira, construção de identidade, conhecimento dos direitos, formação política, o modo particular de se relacionar com a terra e com as noções de posse e de propriedade e outras peculiaridades inerentes às próprias comunidades. Essa proposta diferencia-se, ainda, por transpor os muros da escola e adentrar por todos os espaços da comunidade. Assim, as questões que são abordadas em sala de aula, na forma de conteúdos escolares, são as mesmas discutidas nas reuniões de pais e mestres, nas associações, nos locais de trabalho, nos cursos de formação política, nos

eventos políticos, nas calçadas e terreiros das residências e em outros locais públicos ou privados.

É notório o destaque que a história dos negros ganhou a partir da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afrobrasileira prevista pela Lei nº 10.639/03, ainda que muitas dificuldades se imponham à sua implementação: livros didáticos repletos de visões eurocêntricas e noções pré-concebidas, estereótipos sobre a África e os africanos; falta de formação adequada para os professores e escassez de recursos didáticos. Não obstante, a Lei tornou-se eficaz por provocar o debate sobre as questões étnicas em todas as escolas da educação básica.

A luta por uma “educação diferenciada” para as comunidades quilombolas teve início bem antes do advento da Lei nº 10.639/03 e ganhou reforço com a aprovação da mesma. Pois as demandas de reconhecimento, valorização e afirmação dos direitos relacionados a uma “educação diferenciada” tornaram-se legítimas”. A aprovação dessa Lei, por ser resultado de uma década de luta do movimento negro, tornou-se uma relevante conquista desse movimento social. A sua implantação nas escolas significa um avanço na educação das relações étnico-raciais.

Glória Gohn(1997) levanta a seguinte questão: o que ocorre, de fato, quando uma ação coletiva expressa nos movimentos sociais se institucionaliza? Sem nenhuma pretensão de oferecer uma resposta satisfatória e conclusiva para a questão formulada pela autora, mas apoiada nos elementos dessa pesquisa, arrisco afirmar (por enquanto) que a cada ação coletiva institucionalizada - dependendo da interpretação dada pelos sujeitos sociais - surge a necessidade de que novas ações sejam encaminhadas. Afirmando isto por observar, no processo de luta dos negros pelos direitos étnicos, a presença constante de necessidades (ou demandas) que não se encerram com a instituição legal de alguns direitos. Ao contrário, cada direito instituído abre possibilidades para que novas demandas sejam encaminhadas.

Como já afirmei, a luta das comunidades quilombolas por uma “educação diferenciada” que contribua com o processo de construção da identidade negra do grupo, ganhou respaldo legal com a aprovação da Lei nº 10.639/2003. Entretanto, a implementação da referida Lei pelas escolas - quilombolas ou não - tem enfrentado entre outras dificuldades: a precariedade do material didático, a falta de atenção dos programas de formação de professores e de graduação das universidades (LEITE, 2010).

Nos municípios possuidores de comunidades quilombolas e em escolas quilombolas a interpretação da Lei não pode ir de encontro a um passado estático e a um ensino de uma “cultura geral”. Se a interpretação da Lei estiver, pois, voltada para esta forma de pensar, as intervenções serão limitadas em um cenário ilusório, de uma pretensa democracia racial que, entre outras manobras, mantém o povo negro em situações econômicas e sociais de desvantagem em relação à população branca.

Para os quilombolas, “a educação só vai mudar quando quem faz educação começar a escrever sobre educação. Uma das dificuldades era o livro didático: transversalidade, disseram que essa palavra ia dar conta de tudo. Agora nós queremos produzir também nosso material didático”²⁰⁹(NINA, s/d). Com essas palavras a professora de Conceição das Crioulas revela a importância dos conhecimentos sobre educação serem produzidos pelos próprios trabalhadores em educação - os professores - e coloca o livro didático existente como um entrave a uma educação diferenciada.

São muitos os problemas apontados por estudiosos do livro didático:

Além das denúncias de práticas discriminatórias no espaço escolar, da ineficiência do livro didático, é atribuído também a este (ou pelo menos a alguns deles) a existência de papéis sociais subalternos protagonizados por personagens negros e a presença de estereótipos racistas. É comum, nos livros didáticos, a exemplo de um livro da 1ª série intitulado “Nordeste” da autora Maria Cecília Rego Ávila Pessoa, muito utilizado na década de 1970, representações de famílias compostas por pai, mãe e dois filhos (um menino e uma menina), brancos, desfrutando de uma luxuosa casa na fazenda ou na cidade, representando perfeitamente o ideal de felicidade criado pelos americanos (LEITE, 2010, p. 2).

Nesse sentido, chamo a atenção para a outra questão: o que mais dificulta e incomoda, principalmente quando se pensa no ensino da História da África, dentro da perspectiva proposta pela Lei 10.639/03 é a forma como a África ainda é tratada nos livros didáticos. Neles a África aparece apenas como um apêndice sem significado para a construção da História. A maioria dos livros didáticos não reserva para este continente o espaço merecido que ele deveria ter na formação da história do Brasil. Além disso, ao tratar da Expansão Marítima Européia, a história da África aparece apenas como uma

²⁰⁹ Depoimento da professora Nina, quilombola de Conceição das Crioulas. In: LEAL, Caroline. **Encontro entre indígenas e quilombolas: Povos Xukuru e Conceição das Crioulas**. Texto disponível no site: http://www.koinonia.org.br/oq/uploads/noticias/2974_oqabril.pdf . Acessado em 24/03/11.

sucessão de pontos geográficos a serem ultrapassados e os negros africanos entram em cena tão somente para caracterizar a construção da sociedade colonial, basicamente como força de trabalho. Além disso, a escravidão é tratada com naturalidade, por ela, de alguma forma, já existir na África antes do tráfico de negros para o novo mundo.

A historiadora Hebe Maria Mattos aponta ainda a negligência com a qual é tratada a História da África na universidade e como isto afeta o ensino. Além disso, os conteúdos fundamentais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ainda são bastante acanhados como área de discussão e de pesquisa nas universidades, impondo-se como limite para se chegar a uma abordagem que possa romper com a predominância do eurocentrismo que ainda existe no ensino de História. E, quando se pretende modificar essa situação, encontra-se dificuldades como: a pouca preparação ou falta de formação adequada para enfrentar o problema e a escassez de bibliografia de qualidade que possa ensinar eficientemente a história da África.

Entretanto, o momento não podia ser mais apropriado para se discutir e buscar solução o problema já que a Lei 10.639/03 traz a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas do ensino básico. Nesse sentido, a discussão voltada para a busca da melhoria da qualidade do ensino da História da África torna-se indispensável para professores e historiadores. É a partir dela que a História da África poderá se transformar de mero apêndice do ensino de História em uma disciplina com proposta e programa bem definidos. A partir dessas definições, o trabalho poderá ser voltado para a desconstrução dos estereótipos que ao longo dos tempos foram construídos sobre a África e os africanos.

Diante da histórica posição desprivilegiada dos negros no processo educacional, a sanção da Lei nº 10.639/03 abre caminho para que o Estado brasileiro possa adotar medidas compensatórias para sanar os danos causados pelo racismo e as formas de discriminação. Em face da publicação da referida Lei, o Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF aprovou a Resolução nº 1, de 17 de julho de 2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas que deverão ser ministradas nos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo a estes a responsabilidade pela formação de seus(suas) professores(as) para o cumprimento das Diretrizes.

A legislação em si não garante a superação do Racismo e da Intolerância. Para a efetivação dessas políticas os descendentes das populações negras que forçadamente desembarcaram no Brasil a partir do século XVI, hoje organizados nas diversas formas de associação, entre elas as comunidades quilombolas, estão atentos e fazendo dessas políticas um instrumento de sua luta.

A professora Márcia Jucilene do Nascimento, liderança quilombola de Conceição das Crioulas, afirma que “a Lei 10.639/03 foi uma luta do povo negro, mas ela possui brechas que precisam ser preenchidas”. Entende ela que o maior problema está na formação e no interesse dos professores, pois os não-quilombolas não estão suficientemente preparados, nem interessados, em trabalhar as questões do povo negro. E se questiona: “Como alguém que não conhece a nossa história vai contá-la?” Neste caso a lei atrapalha”²¹⁰ (NASCIMENTO, 2009).

Se olharmos o problema por esse prisma a Lei nº 10.639/2003 vai encontrar de fato fortes barreiras para se efetivar. José Jorge Carvalho, professor da Universidade de Brasília (UnB) e autor do livro “Inclusão Étnica e Racial: A Questão das Cotas no Ensino Superior”, publicou nessa obra uma pesquisa segundo a qual os professores brancos são 99% do quadro das universidades públicas brasileiras. Num país em que os afrodescendentes representam 47% da população, menos de 1% dos professores das principais universidades públicas brasileiras são negros, dos 60 cientistas escolhidos pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) como de maior destaque na história do país, 59 são brancos e apenas 10 dos quase mil diplomatas brasileiros são afrodescendentes (CARVALHO, 2005).

Nas comunidades quilombolas, a luta pela educação formal está referenciada em dados decorrentes de situações sociais como a descrita acima. Por isso, a luta pela educação acaba sendo cooptada por um movimento mais amplo em defesa de outros direitos de cidadania: acesso à terra, política agrária, geração de emprego, programas sociais e outros.

Compreendo que os quilombolas por mim pesquisados não só lutam pela educação como direito de cidadania e inclusão social mas, também, defendem uma educação escolar que possa conferir-lhes uma identidade própria, ou seja, “uma educação diferenciada e

²¹⁰ Depoimento da professora e liderança quilombola de Conceição das Crioulas Márcia Jucilene Nascimento, gravado por mim, durante evento realizado na comunidade, em 14/08/09.

específica para o povo de Conceição das Crioulas, que contemple nossa história, nosso modo de ser e viver²¹¹”(MÁRCIA,2009). A defesa da “educação diferenciada” está presente nos discursos de todas as lideranças quilombolas, mas aparece com mais frequência entre os profissionais da educação, conforme se observa no seguinte depoimento:

Podemos trabalhar dentro da escola nossa história, dos ancestrais, de pessoas que fizeram e vêm fazendo a nossa história. Essas discussões fazem querer lutar por uma educação diferenciada e que mostre nossa cultura nos livros didáticos; que nos prepare para a vida na comunidade, a nos sair bem em qualquer situação²¹² (JOCILENE, 2009).

Essas pretensões dos habitantes de Conceição das Crioulas encontra respaldo no pensamento de muitos pesquisadores da educação quilombola. Entre eles Moura(2005), ao afirmar que:

É obrigação da escola a transmissão da história dos quilombos contemporâneos e de sua situação atual. Difundir os saberes dessas populações entre todas as crianças brasileiras é pertinente como um meio de compreensão e afirmação de nossa identidade multiétnica e pluricultural, na qual se deve basear a defesa consciente dos valores de cidadania. De forma mais abrangente, também para a sociedade brasileira como um todo é importante esse conhecimento.

A riqueza de suas vivências ancestrais, como o uso de ervas medicinais, no modo de trabalhar a terra, de tirar dela seu sustento, nas linguagens gestuais, nas festas, no jeito de se divertir e de morrer, cantar, dançar e rezar, constitui o contexto em que se tecem as teias de significados que recriam incessantemente sua cultura e identidade. Nas práticas dos moradores das comunidades, há um forte apelo ao reconhecimento dessa identidade como parte do mosaico através do qual se constrói a identidade nacional²¹³ (MOURA, 2005, p. 23).

Para Nunes (2006), a proposta para uma educação quilombola necessita de uma análise sobre de qual educação se está falando e, para isso, faz-se necessário uma reflexão sobre o lugar onde o conhecimento vai ser fecundado, sobre quais conceitos sustentam uma proposta pedagógica das relações étnico-raciais, até que ponto as propostas didático-pedagógicas emancipatórias são possíveis e quais as estruturas necessárias para que esse

²¹¹ Depoimento da professora e liderança quilombola de Conceição das Crioulas Márcia Jucilene, gravado por mim, durante evento realizado na comunidade, em 14/08/09.

²¹² Depoimento da professora quilombola de Conceição das Crioulas Jocilene, gravado por mim, durante evento realizado na comunidade, em 14/08/09.

²¹³ MOURA, Maria da Glória. **Quilombos contemporâneos e educação**. In: Diálogo- Revista do ensino religioso nº 30- Maio/ 2005

processo se desenvolva, por fim, um plano de ação que contemple a concepção de educação, coletivamente construída.

Construir uma proposta é um exercício de práxis, um fazer cuja essência e aparência não se desvinculam do ato de criar condições necessárias para que os educadores (as) na relação entre si e com o espaço onde se efetiva a prática pedagógica construam um conhecimento agregador de saberes sociais e saberes científicos. A síntese dessas duas formas de saber é a formação de sujeitos que não se desenraizarão da sua cultura, da sua história, mas que, ao mesmo tempo, forjarão as condições necessárias para um diálogo consigo mesmo e com o mundo que lhes é exterior (NUNES, 2006, p. 142).

Para os negros, especialmente para os que habitam nas comunidades de quilombos, a relação entre educar e formar são ancestrais, não se processa unicamente na escola. Para eles a ancestralidade é tudo que antecede suas vidas, por isso ela é formadora. “Existe um passado e um presente de populações negras que vêm se educando secularmente através de uma resistência que não é passiva, que apenas reage às diversidades, mas que é, igualmente, provocadora de reações” (NUNES, 2006, p.142).

Para os quilombolas de Conceição das Crioulas, esta reação se manifesta também através da rejeição a uma educação uniformizada e na busca pela diferenciação através de currículo com conteúdos que façam parte de sua história. O discurso dos profissionais da educação são enfáticos nesse sentido:

Quanto à educação, muitos falam que tem que ter qualidade. Para nós, para ter qualidade, é preciso que os conteúdos façam parte da nossa história. A gente tem dialogado entre nós e pesquisado sobre os acontecimentos do passado, nossa organização política, nossa geografia, nossas mulheres... Tudo aquilo que a gente quer que vá para o currículo²¹⁴ (RODRIGUES, 2010).

Acreditam, ainda, que é preciso “formular uma proposta de escola pautada nos moldes de vida de Conceição das Crioulas e que sirva de referência para outras comunidades quilombolas²¹⁵” (MÁRCIA,2010).

²¹⁴ Depoimento da liderança quilombola e professora Maria Diva Rodrigues, gravado por mim, durante evento realizado em 17/07/10.

²¹⁵ Depoimento da liderança quilombola e professora Márcia Jucilene, gravado por mim, durante evento realizado em 17/07/10.

A ancestralidade dos quilombolas, e dos negros em geral, é marcada por um passado que antecede ou é concomitante aos antigos quilombos. Nele se encontra uma história de colonização, de escravidão, não obstante um contexto de perversidade. Se havia escravização, havia resistência, havia reação, de ambos os lados - escravos e escravizadores - os capitães-do-mato não surgiram da imobilidade, foram reações vindas do campo da opressão. Da ancestral história da resistência acionamos também o campo da emancipação que, persistentemente, as comunidades negras continuam a buscar. Esta é a grande reação a ser despertada no campo da educação:

produzir uma formação humana na qual não caibam estereótipos, discriminação e preconceitos que elegem e determinam os que estão “dentro” e os que estão “fora”. Nesse campo, o desafio da educação é contribuir para emancipar, radicalmente, as pessoas de reflexões que retardam uma convivência humana mais respeitosa e, por isso, mais plena²¹⁶ (NUNES, 2006, pp.142-143).

Aparecida Mendes Silva, afirma que a escola é, muitas vezes, local de reprodução do preconceito, aponta situações de discriminação e revela a ocorrência de práticas discriminatórias sofridas por habitantes de Conceição das Crioulas dentro e fora da comunidade:

A gente tem acompanhado algumas situações e temas que estão debaixo do tapete, e de vez enquanto são postos em cima da mesa. Então essa questão relacionada a educação e ao preconceito racial, em muitas ocasiões o próprio espaço educacional se torna local do aumento da discriminação e do preconceito. A discriminação acontece através de piadas, de apelidos, de brincadeiras. Aí se a criança ou o adolescente não tiver auto-estima, não for preparado pela família, ele se retira da escola, a evasão escolar é cruel. A gente observa ainda hoje, quando a criança branca apronta é porque é imperativa, é engraçadinha; e a criança negra? Quando apronta é uma pestinha! Eu escutei muito isso em Conceição das Crioulas: os meninos são o cão!²¹⁷...(SILVA, 2011).

Considerando o depoimento da quilombola, percebo que a luta de Conceição das Crioulas não é somente por uma educação de qualidade para todos da comunidade, mesmo porque ali quase a totalidade da população em idade escolar, e algumas pessoas fora da faixa

²¹⁶ A busca por uma diferenciação na educação quilombola guarda semelhanças com a luta por uma educação do campo à medida em que esta última leva em consideração as propostas educacionais que surgem no meio rural e se identifica com os espaços da floresta, da agricultura, do extrativismo, dos povos das comunidades rurais, possibilitando a dinamização das relações desses povos com as condições de existência social.

²¹⁷ Depoimento de Maria Aparecida Mendes, liderança quilombola de Conceição das Crioulas, em entrevista feita por mim, em 24/03/11.

etária, hoje têm acesso à escola. O principal desafio é tornar essa escola um espaço de inclusão social, onde o preconceito e a discriminação sejam combatidos e não reproduzidos.

A existência de escolas de ensino fundamental e médio é bastante valorizada pelas lideranças de Conceição das Crioulas que consideram esse fato uma conquista do próprio movimento e razão do crescimento da comunidade. A jovem quilombola Jocicleide (Kêka) ressalta:

Nossa comunidade cresceu quando conseguimos implantar níveis maiores de ensino com a escola de Ensino Fundamental e Médio (científico e normal). Para nós a implantação desses níveis foi uma grande conquista, fazendo-nos crescer aqui na comunidade. Estamos vencendo preconceitos (quando éramos rotulados de analfabetos, ignorantes ou mesmo de matutos, estando em escolas da cidade). Hoje a situação é outra, embora precisamos nos dirigir para a cidade buscar níveis mais elevados. Podemos trabalhar dentro da escola nossa História, que foi feita por nossos ancestrais. Essa discussão é um incentivo para lutar por uma Educação Diferenciada²¹⁸ (SILVA, 2006).

A “educação diferenciada”, no sentido aqui proposto, significa trazer para o espaço escolar as discussões do próprio movimento. Pois, para as comunidades quilombolas, o tempo de docência é o tempo de criação (NUNES, 2006), de maneiras de conduzir uma prática pedagógica que vá ao encontro dos ideais anunciados pelos próprios quilombolas. É isso que pensam os quilombolas não só de Conceição das Crioulas, mas de outras comunidades:

(...) eu acho que ao ponto de uma escola ideal para uma comunidade quilombola é aquela que, lógico, quer resgatar o passado, pensando na tecnologia do futuro. No instante em que você não deixa a sua história [se] perder mas, já dizendo assim [de] que forma a gente podia pensar num mercado de trabalho, ou senão, ali mesmo um projeto da realidade da cultura e dessa cultura ser explorada a autosustentabilidade do quilombo, sem ele perder o resgate da história. Ela ali voltada pra esse tipo assim, ela resgata vários pontos da história que não se pode se deixar perder, que nem o óleo da mamona que pra nós ali era a sobrevivência dos quilombolas. Ali, se industrializando do óleo da mamona, se resgatava a história, ao ponto que, a tecnologia como anda avançando agora, a gente não tem uma idéia formada, mas se entrasse na realidade deles, de cada comunidade seria bem fácil de alguém decifrar e fazer um trabalho em conjunto. Mas o essencial, uma escola que resgatasse a cultura dos negros, não só dentro dos quilombos, mas

²¹⁸ Depoimento de Jocicleide Valdeci da Silva, integrante da Comissão de Juventude da AQCC. In: *Jornal Crioulas: a voz da resistência*. Ano 4, nº 10, gosto de 2006, p.3.

até fora, tiraria muitas pessoas da rua porque se você fizer uma análise da faixa mais pobre do mundo ela tem cor, ela é negra²¹⁹(JURACIARA, 2005).

Para os quilombolas de Conceição das Crioulas as escolas da comunidade precisam ter “a nossa cara”. Dessa forma poderão construir uma consciência política crítica que os tornarão conhecedores de seus direitos e, assim, não mais permitirão a existência de formas de manipulação exercidas sobre eles pelas elites políticas da região, durante longos anos.

Souza (2006) afirma que é comum se ouvir falar da forma como os políticos de Salgueiro se vangloriavam por conseguirem facilmente aliciar os votos do povo de Conceição das Crioulas que se reduzia a “balançar a cuia com milho e todos vinham correndo para votar”. Ou ainda que todos “eram comprados por um pedaço de chita ou uma barra de sabão”. Entendem os quilombolas que essa desvalorização por eles sofrida, durante anos, deveu-se ao fato de serem eles desprovidos de capacidade de agir criticamente, terem uma posição política firme e, por isso, eram facilmente manipuláveis. É aqui que entra a importância da “educação diferenciada”, é nela que:

O processo de auto-afirmação do povo de Conceição enquanto negros e negras que se assumem e se valorizam tem início. Com os conhecimentos adquiridos através do resgate da história local e o desenvolvimento de vários projetos pedagógicos, o povo começa a compreender que sua história tem um significado para a aceitação e valorização da auto-estima. Hoje, grande parte de nosso povo já se afirma enquanto negros e negras quilombolas, sem ter vergonha de se expor a preconceitos e estereótipos e se orgulham em pertencer a uma etnia de pessoas que se organizam e lutam em busca de seus ideais²²⁰(JC, 2003).

Assim, a escola torna-se uma grande aliada dos quilombolas, que acreditam no poder da educação para a tomada da consciência de seus direitos tornando-os capazes de rejeitar qualquer prática ou discurso pejorativos em razão de sua cor e condição econômica.

Maupeou (2008) afirma que o tratamento preconceituoso dispensado aos negros no sertão pernambucano deita raízes no período da escravidão. A autora denuncia a visão pejorativa que os senhores tinham sobre os escravos, destaca a importância econômica destes

²¹⁹ Depoimento de Juraciara, integrante do quilombo de Manoel Barbosa, Gravataí, março de 2005, citado por NUNES, 2006, p.157.

²²⁰ Jornal Crioulas: a voz da resistência, nº 1, Ano 3- novembro de 2003. pág: 8

para a economia daquela época e chama a atenção para o lugar da mulher numa sociedade escravista e patriarcal.

Índios, negros e mestiços, esses são os escravos do Sertão médio do São Francisco na segunda metade do século XIX. (...) podiam ser chamados de várias formas: *crioulos, cabra, mulato, preto, pardo, caboclo, fula, índio, moreno ou angola*. (...) Para os senhores de escravos, essas pessoas não eram mais do que uma raça degenerada, preguiçosa e inclinada à prática de roubos. Todavia, é essa raça degenerada que trabalhava na roça, podendo a qualquer momento ser vendida e proporcionar lucro para eles. Tradicionalmente, um grande plantel de escravos, era marcado pelo desequilíbrio entre homens e mulheres. (...) tal perfil demográfico não é válido para a região do médio São Francisco (...). Apesar do equilíbrio qualitativo, os espaços reservados aos homens e às mulheres parecem claramente demarcados numa sociedade patriarcal como a do Sertão. (...) O espaço por excelência da mulher no Sertão, seja ela rica ou pobre, limitava-se ao interior da propriedade rural, e, de preferência, ao interior das casas (...). A produção têxtil é igualmente uma atividade quase que exclusivamente feminina. Desde o plantio até a colheita, a cultura do algodão é de responsabilidade de agricultoras, livres e escravas (MAUPEOU, 2008, pp. 98-99).

A situação relatada pela autora revela uma histórica realidade que não foi vivida apenas no sertão pernambucano (considerando que a presença da escravidão nessa região não foi tão intensa), mas em todos os recantos onde a escravidão se manifestou. Uma realidade que hoje está presente nas histórias contadas e recontadas muitas vezes por militantes do Movimento Negro e por pessoas idosas nas comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil. São histórias de longas e exaustivas horas de trabalho, de submissão e humilhação, mas não de subserviência.

É com base nesse passado, tão presente na memória dos afrobrasileiros, que o Movimento Negro, de modo especial as comunidades quilombolas, encontram elementos para instrumentalizar e legitimar suas lutas na construção de uma outra história para os negros. E, nesse itinerário, elegem a educação uma de suas prioridades considerando sua importância na formação política dos sujeitos dessa nova história.

A comunidade quilombola de Conceição das Crioulas registra uma luta histórica por uma “educação diferenciada” que se inscreve junto ao início do processo de reconhecimento da comunidade, na década de 1990. Nesse *ínterim*,

A comunidade construiu um projeto de “educação específica e diferenciada” que trabalha com uma concepção de educação em que “os valores, a cultura, os costumes, as tradições, a sabedoria das pessoas mais velhas e a história

dos antepassados fazem parte do processo histórico da comunidade”, servindo de “inspiração e reafirmação do ser quilombola”²²¹(AQCC, 2003).

O fortalecimento da identidade, em função do reconhecimento da comunidade, motivou a luta por uma “educação diferenciada”. Entretanto, a iniciativa surgiu também em resposta à discriminação e ao preconceito que os quilombolas sempre vivenciaram e ao longo período em que tiveram o direito à educação negado, como ressalta Maria Aparecida Mendes Silva, uma das lideranças:

Quando veio a lei áurea, pela força do movimento abolicionista, ou da própria população negra, criaram leis e decretos que impediam a população negra de entrar na sala de aula. Enquanto para a população negra havia a proibição, para os brancos, pra fazer faculdade, pra se especializar, tinha a “cota do boi”. Não precisava fazer vestibular, nada.., só precisava dizer a quantidade de bois que possuía. Com o passar do tempo liberaram um pouquinho, mas essa população só podia estudar se tivesse um professor branco que quisesse se dispor a dar aulas a noite, porque o dia era pra trabalhar. A educação só veio melhor para os negros a partir da Constituição de 1988²²²(SILVA, 2011).

A expressão “cota do boi”, no sentido empregado pela quilombola, traduz uma situação de exclusão, não só de negros mas também de pobres, do acesso à educação e a outros direitos sociais básicos, nos primórdios dos tempos republicanos. Tal situação leva à constatação de que, tanto a abolição da escravidão quanto o advento da república, foram eventos políticos que não se fizeram acompanhar de medidas para integrar essas categorias na sociedade. Assim, as camadas excluídas, principalmente os negros recém-libertos, não tardaram a reconhecer que a luta não chegara ao fim. Caberia e eles próprios se organizarem para defender seus direitos.

Seguindo essa tradição de luta, os quilombolas de Conceição das Crioulas utilizam diversos meios para encaminhar ações em favor dos direitos da comunidade. Em 2000, quando Givânia Maria da Silva foi eleita vereadora pelo município de Salgueiro, uma de suas primeiras ações na Câmara Municipal foi encaminhar um projeto de lei que visava criar um sistema municipal de “educação diferenciada” para as comunidades quilombolas daquele município. O projeto não teve o apoio dos demais parlamentares e acabou sendo reprovado. Tal atitude é interpretada pelos quilombolas como a negação do reconhecimento do direito à

²²¹ “Projeto de Educação diferenciada”. Conceição das Crioulas: AQCC, 2003.

²²² Depoimento da quilombola Maria Aparecida Mendes Silva, em entrevista feita por mim, em 24/03/11.

diferença e uma tentativa de manipulação: “negar a educação ao povo dessa comunidade era algo planejado por aqueles que detinham o “poder”, por saberem que com o conhecimento, as pessoas ficam muito mais fortes e difíceis de serem manipuladas e exploradas²²³”(JC, 2005).

Taylor (1994) atribui às políticas de reconhecimento dois significados possíveis: uma política universalista, fundada na igual dignidade, cujo paradigma de ação é a não-discriminação; e uma política de diferença, propositora de formas de discriminação positiva. Para o autor, o não-reconhecimento, ou o reconhecimento distorcido dos direitos, não apenas afeta negativamente a formação da identidade, objetivando atribuições subjetivas e produzindo uma auto-imagem depreciativa, mas constitui uma forma de opressão e um bloqueio ao processo de emancipação social. Figueiredo (2008) acrescenta que, “mais do que uma forma de desrespeito, portanto, a falta de reconhecimento implica uma forma de dominação, cuja reparação é a condição democrática a evocar a permanência de uma efetiva política de reconhecimento (p.24).

O direito à diferença e à igualdade de direitos é parte integrante dos discursos quilombolas de Conceição das Crioulas. Recorrem sempre a Boaventura de Sousa Santos quando este afirma que: “temos que ser iguais todas as vezes que as diferenças nos inferiorizam. Temos que ser diferentes todas as vezes que as igualdades nos descaracterizam”²²⁴ (JC, 2005, p. 3). Nesse sentido, a compreensão que os quilombolas têm, é a de que necessitam de políticas públicas - governamentais ou não - que possam assegurar seus direitos relativos à diferença, enquanto integrantes de comunidade de quilombo e direito à igualdade, enquanto cidadãos brasileiros. Para tanto, lutam por direitos e parcerias também junto às instituições não-governamentais (ONGs), ampliando, assim, seus campos políticos de atuação.

Uma vez negado o direito a um projeto de “educação diferenciada” pela Câmara de Vereadores de Salgueiro, a luta de Givânia e dos demais quilombolas continuou à revelia do poder público municipal. Em 2002, o Centro de Cultura Luiz Freire, com experiência de trabalho no campo da “educação diferenciada” para as comunidades indígenas, iniciou um processo de formação de educadoras quilombolas. Desde então, segundo os quilombolas, essa

²²³ Jornal Crioulas: a voz da resistência . Ano 2 -nº 7 – abril de 2005.

²²⁴ Citação do Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 2- nº 4 – maio de 2004, pág 03.

instituição tem sido uma importante aliada na luta pela “educação diferenciada” em Conceição das Crioulas.

Desde 1995 até os dias de hoje, muitas coisas mudaram, principalmente no que se refere à identidade e à auto-estima do nosso povo. Este ano, novas propostas de trabalho vêm sendo discutidas. No dia seis de março, aconteceu uma reunião com a comissão de Educação da AQCC na escola Professor José Mendes. Professores e professoras quilombolas, lideranças da comunidade e o Centro Cultural Luiz Freire encontraram-se para discutir o projeto de formação diferenciada para educadores (as) quilombolas. (...) Esse projeto tem como objetivo formular uma proposta de escola para outras comunidades quilombolas. Durante nossas discussões, tivemos a preocupação de construirmos instrumentos legais para que as mudanças governamentais não impeçam a continuidade do processo. Para isso a vereadora Givânia, do PT de Salgueiro, com base nos depoimentos da comunidade, apresentou na Câmara Municipal um projeto de lei que dá autonomia à comunidade no que se refere ao fazer educação quilombola (grifos meus). Por acreditarmos que a educação é capaz de transformações, apostamos nela, valorizando os saberes culturais do nosso povo. Assim, nossos pensamentos serão concretizados²²⁵(JC, 2004, p.3).

Chamo a atenção, na parte que sublinhei no texto acima, para as seguintes questões: os quilombolas têm muito respeito pelas decisões coletivas que, após registradas, passam a possuir um valor documental; o registro das decisões da comunidade são utilizados como instrumentos de luta na defesa dos direitos; ao documentar as decisões para evitar a desmobilização da luta por interferência do poder político local revelam, além da desconfiança que têm em relação ao mesmo, a ausência de subserviência, e também a autonomia política da comunidade nas tomadas de decisões. O Projeto de Lei que criaria um sistema municipal de “educação diferenciada” para as comunidades quilombolas de Salgueiro não logrou êxito, mas Conceição das Crioulas continuou na luta pelo direito a fazer uma educação do seu “jeito”.

A parceria estabelecida entre Centro Cultural Luiz Freire, Conceição das Crioulas e outras comunidades quilombolas - em Pernambuco e outros estados - trouxe avanços significativos na luta pelos direitos e avançou no projeto de “educação diferenciada”. A partir das reuniões e debates contando com a participação do CCLF e das comunidades quilombolas dos estados parceiros, alguns documentos - as “Cartilhas”- foram elaborados

²²⁵ Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 2-nº4 – maio de 2004, pág 03

com o objetivo de reforçar os aspectos da organização, da terra, e da educação nessas comunidades.

As cartilhas abordam conteúdos referentes aos temas organização, educação e terra. A cartilha de organização aborda o processo de articulação desde as esferas em Pernambuco, Paraíba e Ceará à esfera da organização nacional. Apresenta orientações decorrentes do processo de formação, referentes ao desenvolvimento institucional e organizacional. A cartilha de educação, trata da construção de conceitos e propõe um diálogo sobre as bases para a construção de uma proposta política pedagógica que respeite as especificidades dos quilombolas (grifos meus). A Cartilha terra foca o marco legal, a partir do direito assegurado no Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais conquistados na Constituição de 1988. Todas as cartilhas têm como principal interlocutor(a) as lideranças e comunidades quilombolas e tem por objetivo mobilizar as comunidades em torno das temática como forma de assegurar os seus direitos.²²⁶

Todos esses documentos baseiam-se nos direitos quilombolas garantidos por Lei e constroem caminhos específicos para garantir a efetivação dos mesmos: formas próprias de organização de cada comunidade, estratégias de luta pela terra e “educação diferenciada” para elas. A parte sublinhada no texto acima sintetiza o conteúdo da “Cartilha” da Educação, documento que serve de parâmetro para a elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas quilombolas.

Durante o evento de comemoração dos dez anos da AQQC, (abordado no capítulo anterior) a diretora da Escola Professor José Mendes, Maria Diva da Silva Rodrigues, apresentou aos participantes o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola que administra, explicando como ocorreu o processo de elaboração do documento.

O PPP foi elaborado a partir de conversas com lideranças para saber o que de fato eles querem para as escolas de Conceição das Crioulas. Foi um questionário que circulou nas comunidades (vila e sítios), entre as lideranças que disseram muita coisa: o que devia ser ensinado, o perfil dos professores, enfim... (RODRIGUES, 2010).

A construção de um Projeto Político Pedagógico, a partir do “modelo” de educação pretendido pela comunidade (ou pelo menos pelas lideranças) tem como fundamento a “Cartilha da Educação” e outro documento complementar a este: Carta dos Princípios da Educação Quilombola. O primeiro documento (a Cartilha) determina que:

²²⁶ **Projeto Fortalecimento Institucional Quilombola Relatório Executivo.** Olinda: CCLF, 2007. Disponível no site: www.cclf.org.br. Acessado em 11/08/2010.

Para implementar uma proposta pedagógica em comunidades quilombolas é necessário ter a compreensão de que a diversidade agrega as múltiplas relações estabelecidas pelos quilombolas na família, no trabalho, na cultura, na relação com o sagrado, entre as gerações e com o meio ambiente do território. Um passo fundamental é elaborar um levantamento detalhado da realidade, ou seja um diagnóstico, num processo que envolva as pessoas da comunidade e as diversas organizações existentes no território. Identificar o que elas pensam sobre educação e como a educação pode influenciar positivamente no seu modo de existir, na sua forma de vivenciar o presente e definir o futuro (...)A realização de um diagnóstico auxilia na formulação da proposta política pedagógica de cada comunidade quilombola. Construir a proposta política pedagógica é uma forma da escola ir em busca de autoconhecimento e de conhecimento do seu contexto. Para elaborá-lo é necessário envolver todo o coletivo da escola e da comunidade e se fazer uma série de perguntas: para que vamos fazer essa propostas? Quando? Com o que? Por que? O que vamos fazer? Como? Com quem? A construção da proposta política pedagógica é uma forma da escola dar sentido ao seu saber fazer enquanto instituição escolar. Neste processo ações são desconstruídas e construídas de forma participativa, envolvendo todas as pessoas. É um processo onde a escola revela seus compromissos, suas intenções e principalmente sua identidade e de seus integrantes. A escola se transforma na ação. (CCLF, Olinda/PE,s/d, pp. 11-12).

O segundo documento (a Carta dos princípios) considera que a educação quilombola deve levar em consideração quinze princípios, dos quais cinco considero importante nessa análise:

- 1- Uma educação escolar que fortaleça e participe da luta pela regularização dos territórios tradicionais;
- 2- Que reafirme a história de resistência dos quilombos, a identidade étnica, os saberes e o jeito próprio de ensinar e aprender;
- 3- Que seja garantida uma legislação específica para educação escolar quilombola, que assegure esse direito e principalmente que seja elaborada com a participação do movimento quilombola;
- 4- Que seja garantida a participação dos quilombolas através de suas representações próprias em todos os espaços deliberativos, consultivos e de monitoramento da política pública e de demais temas de seus interesses;
- 5- Que os professores e as professoras sejam quilombolas da própria comunidade, engajados na luta e pesquisadores da sua história²²⁷.

²²⁷ Carta dos princípios da Educação Quilombola de Pernambuco. Disponível no site: <http://fopeder.blogspot.com/2009/08/principios-educacao-escolar-htm1>. Acessado em 08/08/2010.

A consulta às lideranças sobre o que deve conter o PPP tem, a meu ver, relação com o primeiro princípio. São elas (as lideranças) que encaminham ações de luta pela terra, num movimento político que desejam ver fortalecidos com a participação dos jovens preparados pela escola. Os conteúdos, selecionados a partir dos elementos da cultura, das tradições, dos saberes e da história dos ancestrais, são fundamentais para a construção da identidade étnica dos quilombolas e encontra-se fortalecido no segundo princípio acima. A garantia da legislação específica para a educação quilombola, proposta no terceiro princípio, manifestou-se em Conceição das Crioulas na luta por um projeto de “educação diferenciada” para as comunidades quilombolas, rejeitado pelos vereadores, e continua se manifestando na busca da autônoma para fazer uma educação do seu “jeito”. Ao propor, no quarto princípio, a participação dos quilombolas em espaços consultivos e deliberativos das políticas públicas, tem-se, então, um mecanismo de ampliação dos campos políticos de atuação dos quilombolas.

Os cinco princípios citados acima não estão distribuídos nessa mesma ordem na “Carta”. O que aqui enumerei por último, o quinto, o fiz propositadamente por entender que ele merece uma análise mais detalhada, considerados os discursos e os documentos que tratam da questão dos professores em Conceição das Crioulas. Durante a apresentação do PPP, a professora Maria Diva lembrou, repetidas vezes, que os professores para ministrar os conteúdos propostos pelas lideranças deveriam ser professores nascidos na comunidade e acrescentou o seguinte comentário: “no último concurso que houve lutamos para que não fossem abertas vagas para Conceição das Crioulas, porque o pessoal de fora passa, vem aqui fica alguns dias e vai embora”. Fabiana Silva, da Comissão de Educação da AQCC, escreveu no site da entidade o seguinte comentário:

A Comissão de Educação é parte fundamental nesse processo de luta por uma educação que atenda as especificidades e que contemple o conhecimento local, levando em conta nossa história, costumes e tradições. Para isso, há uma luta constante para que os professores e professoras sejam da própria comunidade²²⁸(SILVA, 2010).

Corroborando com esse pensamento, a professora Márcia Jucilene Nascimento, liderança quilombola e diretora da Escola José Neu de Carvalho, em e-mail enviado ao CCLF,

228 Fabiana Silva. Texto disponível no site: http://crioulasonline.conceicaoascioulas.org/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=35&Itemid=54. Acessado em 15/08/2010

mostra que a “rejeição” aos professores vindos de “fora”, em nome de uma “educação diferenciada²²⁹”, é uma luta muito mais complexa do que se possa imaginar. Selecinei algumas partes do texto - do e-mail- que revelam a luta contra um edital de concurso para professores da Prefeitura Municipal de Salgueiro:

Diante do edital que acarretaria a seleção de educadores não-quilombolas para as cinco escolas da comunidade, a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC), através do conhecimento dos direitos dos quilombolas e de permanente articulação política, reivindicou mudanças no edital de seleção com o intuito de garantir que os professores e professoras da comunidade permanecessem atuando na educação dos cerca de 1.500 alunos e alunas quilombolas. (...) Da forma que estava o edital, os professores vinham todos de fora da comunidade. O perfil proposto pela Secretaria não é o que a comunidade quer, porque de fato não trabalham a concepção quilombola. De acordo com pesquisa sobre educação que já fizemos com as lideranças e as famílias, o professor tem que ser da comunidade, tem que ser quilombola, tem que conhecer a nossa história.(...) Após a divulgação do edital, lideranças da comunidade elaboraram documento solicitando a Secretaria de Educação de Salgueiro à reformulação do edital. O documento foi apresentado à Secretaria de Educação no dia 13 de fevereiro e no mesmo dia o edital foi cancelado. (...) Com a boa resposta a reivindicação, a comissão elaborou propostas para um novo edital, que foram em sua maioria aceitas e publicadas na nova versão do regulamento no dia 21 de fevereiro.(...) Solicitamos que as pessoas que tivessem formação em Pedagogia pudessem concorrer para o ensino da 5ª a 8ª série, porque a maioria dos professores da comunidade é formada em Pedagogia. Também solicitamos que valessem as experiências de educação diferenciada destas pessoas, que já atuam na comunidade.(...) A única proposta não aceita foi a de que só os professores quilombolas pudessem se candidatar às vagas das escolas da comunidade tradicional(grifos meus). A Secretaria de Educação alegou que o critério é inconstitucional, já que o edital tem que ser público, aberto a todas as pessoas. No entanto, em casos de empate na seleção, a Secretaria afirmou que os professores que morassem em Conceição das Crioulas terão prioridade nas vagas das escolas quilombolas. (...) A gente considera isso um avanço. Em 2004, ocorreu um concurso e a gente não atentou para fazer nada. Durante este período, cerca de 70 pessoas assumiram a função de professor nas escolas de Conceição e depois retornaram para a cidade, porque não se adequaram às especificidades da educação que a comunidade quer. Então, a gente está trabalhando num projeto de lei municipal de educação diferenciada para Salgueiro, para que os professores de Conceição das Crioulas sejam da própria comunidade²³⁰(NASCIMENTO, 2010).

²²⁹ Um outro argumento em defesa de um corpo docente 100% quilombola é a garantia de que os alunos não ficarão sem aulas, já que os professores de fora ficam pouco tempo na comunidade e pedem transferência.

²³⁰ Márcia Jucilene Nascimento, em e-mail disponível no site: www.cclf.org.br

A citação é bastante longa mas necessária por revelar não só a compreensão dos quilombolas de como deve ser a proposta de “educação diferenciada”, mas, sobretudo, a forma como eles defendem essa proposta. No texto da professora Márcia podem ser observados muitos elementos: não é “desejável” a inserção de professores de “fora” na educação da comunidade, pois isso pode descaracterizar a educação quilombola; a Secretaria de Educação tem uma concepção de educação diferente da dos quilombolas, por isso elaborou um edital que não satisfaz ao que eles esperavam; o que deve prevalecer é a decisão das lideranças e das famílias, pois a comunidade tem esse direito. Com argumentos tão “sólidos” parece que não foi difícil “derrubar” o edital: “no mesmo dia o edital foi cancelado”. Mais do que isso, os quilombolas elaboraram outra proposta de edital, com critérios próprios: professores com formação em Pedagogia - que é o caso da maioria de quilombolas - poderiam concorrer a uma vaga para ensinar de 5ª a 8ª séries, qualquer disciplina. “Isso foi um avanço”, considerou a professora Márcia.

Sublinhei no texto a parte em que a professora Márcia se refere à pretensão dos quilombolas de que o novo edital fosse aberto somente aos quilombolas, o que foi negado pela Secretaria de Educação alegando inconstitucionalidade, embora ainda tenha utilizado o pertencimento à comunidade como critério de desempate. Diante do que propõe a “educação diferenciada”, principalmente no tocante à questão dos professores, as perguntas que se impõem são as seguintes: quais os limites entre uma proposta “educação diferenciada” e a promoção de uma educação corporativista? Ao não desejarem professores de “fora” nas escolas da comunidade não estariam os quilombolas também negando o direito de outros? A ausência de professores de “fora” não levaria os quilombolas a construção de uma visão/representação unilateral de si mesmos e do movimento que conduzem? Se existem aqui algumas contradições até que ponto os quilombolas percebem isso? Tais questões certamente não serão respondidas neste trabalho. Mas deixo-as aqui como pontos de reflexão para mim e para todos que se interessam pela educação quilombola.

Apesar dos avanços conquistados pelo movimento em termos de educação e das mudanças operadas na estrutura das escolas, já comentadas no capítulo anterior, as lideranças de Conceição das Crioulas acreditam que a educação ainda tem muito que melhorar. É isso que pensa a quilombola Generosa Ana da Conceição que, corroborando com o pensamento da professora Márcia, defende uma escola exclusiva para os quilombolas:

Eu fui merendeira durante muito tempo. Comecei em 83 e agora tô aposentada. Mas educação tem muito que melhorar, aqui tem jovens que se tivesse oportunidade não precisava de ninguém de fora. Surgiu uma história que iam abrir uma escola aqui (vila União), uma escola só pra quilombola. A Escola Zé Nêu era pra ser quilombola mesmo, mas a primeira professora era filha de fazendeiro e a Escola José Mendes foi uma luta dos quilombolas. Ela trabalha mais voltada pra questão do negro, mas atende também brancos e índio e tem poucas professoras quilombola e mais indígena²³¹(CONCEIÇÃO, 2010).

A educação é um serviço público oferecido pela União, Estados e Municípios. No caso de Conceição das Crioulas, pelas duas últimas esferas. Os profissionais envolvidos são concursados e, em alguns casos, prestadores de serviço por tempo determinado que também se submetem a algum critério de seleção. Assim, a presença de professores não-quilombolas nas escolas é perfeitamente justificável do ponto de vista legal. No entanto, para alguns quilombolas - como Generosa Ana da Conceição - que desejam a presença de uma escola genuinamente quilombola e a professora Márcia que expressou desejo semelhante no seu texto transcrito acima, a “Lei” se torna, neste caso, um elemento dificultador do movimento, pois impede a implantação da “educação diferenciada” na forma como eles defendem.

Apesar do texto da professora Márcia ter sido publicado na *home page* do CCLF, essas questões são bastante sutis no discurso dos quilombolas. A percepção das mesmas só é possível a partir de uma vivência prolongada no meio deles e da realização de uma pesquisa participante em que, numa perspectiva malinowskiana, todos os elementos devem ser interpretados. Além das questões já colocadas acima, a descoberta desses elementos me instigaram outras: até que ponto o desejo implícito de uma escola exclusivamente quilombola não se contradiz com o projeto de educação para a diversidade étnico-racial? Qual o limite entre a implantação de uma educação diferenciada, na perspectiva quilombola, e a substituição de um projeto de educação pautado no eurocentrismo por outro de base “afrocêntrica”? É muito difícil responder tais questões. Também não tenho essa pretensão. O que posso afirmar é que percebo, no caso de Conceição das Crioulas, uma tentativa de reescrever a história do povo negro a partir parâmetros estabelecidos pelo Movimento Negro; e a história da comunidade, a partir da percepção que o grupo tem de si mesmo. A educação ganha, então, muita importância como parceira dos quilombolas para esse feito.

²³¹ Depoimento da liderança quilombola Generosa Ana da Conceição, em entrevista feita por mim, em 29/01/10.

Quando (re)inicieei minha pesquisa em Conceição das Crioulas uma de minhas hipóteses era de que os quilombolas apropriavam-se demasiadamente da Lei nº 10.639/03 para fortalecer o movimento social e político que encabeçam. No entanto, ao “mergulhar” com mais profundidade, durante a pesquisa, nos aspectos desse movimento, observei que a referida Lei, sem dúvida é importante, mas acaba ofuscada em meio a muitos outros instrumentos que dão sustentação legal ao movimento: artigos 68 e 206 da Constituição Federal; Lei 9394/96(LDB); a Resolução CNE 01/2004 e o Parecer CNE/CP 03/2004; a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); as Declarações e os Planos de Ação das Conferências Mundiais de Educação para Todos, Jontiem, 1990 e Dacar, 2000, e da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas Durban (2001) e a Convenção 169 da OIT. São documentos que, entre outros direitos, versam sobre a necessidade de uma educação específica para as comunidades quilombolas.

Nessa perspectiva a proposta de “educação diferenciada” se complexifica, tanto pela diversificação dos conceitos propostos pelo próprio movimento, como por abrir múltiplas possibilidades de análise para os pesquisadores. Entre os conceitos selecionei alguns que foram propostos durante o III Encontro Estadual de Pernambuco e publicados na “Cartilha da Educação” que definem “educação diferenciada” quilombola como:

“...resgate a história, os costumes, os valores, a posição social e a cultura, procurando construir um currículo com os quilombolas e para os quilombolas e que valorize tudo de bom que nossa gente tem”;

“...respeite o saber dos mais velhos e que leve isso que eles sabem para ser ensinado e aprendido na escola”;

“ seja voltada para os quilombolas, onde, possamos conhecer nossa historia, nossos direitos; conhecer mais sobre nossa cultura e religião, ... tem que ser pessoas da comunidade;

“É o resgate das nossas culturas e valorização da nossa raça e conscientização do mesmo; uma educação diferenciada onde se trabalha a realidade resgatando a história, costumes do povo quilombola”;

“Voltada para as raízes da comunidade; que reconhece sua própria história; que valoriza as especificidades; forma cidadãos capazes de exercerem a cidadania e dessa forma estabelecerem uma melhor qualidade de vida”.

Destarte, percebo a “educação diferenciada”, na forma concebida pelos quilombolas, como sendo uma das bases políticas de sustentação do seu movimento. É a partir de uma educação conduzida do seu “jeito” que constroem uma identidade étnica, política e coletiva; é

no processo educacional e na militância política do movimento que acontece, para os quilombolas, o aprendizado dos direitos; é através dessa mesma educação que formam politicamente seus jovens, tornando-os capazes de assumir lutas futuras e garantirem, assim, a continuidade do movimento.

4.2.2- O direito à terra e conflitos territoriais

Tenho dito alhures que a luta pela posse da terra conduzida pelos sujeitos coletivos das atuais comunidades de quilombos insere-se no campo dos direitos. Entretanto, é importante lembrar que somente a partir da Constituição de 1988, essas comunidades foram reconhecidas e tiveram regularizados os direitos de posse e título da terra que ocupam.

O artigo 68 do ADCT determina: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 2005, p. 171).

Além deste, a CF traz dois outros artigos importantes para o estabelecimento do movimento quilombola e a construção da identidade étnica do grupo que o compõe. São os artigos 251 e 216, conforme transcrição a seguir:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC nº 48/2005).

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 2006, pp. 136-137).

Já o § 1º do artigo 216 estabelece: "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação nacional" (BRASIL, 2006, p137).

A compreensão que tenho da leitura desses artigos é que o texto constitucional expressa a garantia da terra dos quilombolas como forma de manter a cultura afrobrasileira e valorizar a diversidade étnica e cultural que compõem a sociedade brasileira. A medida traduz o reconhecimento por parte de Estado de que a população brasileira é composta por diferentes grupos sociais e que é necessário reconhecer as diferenças existentes entre eles. Nesse sentido, o texto constitucional é representativo das demandas do Movimento Negro

que colocou no debate nacional o direito à alteridade e o respeito à sua especificidade étnico-racial, assegurando o reconhecimento e a titulação das terras para as comunidades quilombolas.

Tais conquistas, portanto, não são uma generosidade dos parlamentares brasileiros para com os grupos étnicos historicamente marginalizados na sociedade brasileira. É importante lembrar que, ao ser instalada em 1987, a Assembléia Nacional Constituinte iniciava seus trabalhos em meio a intensa mobilização da sociedade civil organizada. Entre a diversidade de lutas dos movimentos sociais o Movimento Negro colocava em pauta antigas reivindicações suas: criminalização do racismo, denúncia do mito da democracia racial como empecilho aos investimentos nas políticas públicas de ações afirmativas antirracistas, promoção de uma política de valorização da história e cultura afrobrasileiras mediante o reconhecimento da identidade, da diversidade e do reconhecimento de uma sociedade multirracial e multicultural (GUIMARÃES, 2002). Foi por força dessa mobilização que a Constituição Brasileira despreendeu o primeiro grande esforço legal da história do país no sentido de prover o direito à propriedade definitiva da terra para as comunidades quilombolas.

Instituído na Constituição Federal de 1988, o direito das comunidades quilombolas a seus territórios é emblemático tanto pelas mudanças operadas no regime jurídico da terra, como pela expansão dos direitos coletivos. O dispositivo constitucional a que me refiro – artigo 68 do ADCC – só foi regulamentado em 2001, por decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal decreto foi revogado por outro: o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, já no governo Lula, “para uma compreensão diametralmente oposta acerca da definição dos novos quilombos, seus ocupantes e territórios. Neste meio tempo, os significados atribuídos aos termos do artigo constitucional foram alvo de disputas internas e externas aos órgãos do Estado” (FIGUEIREDO, 2008, p. 14).

É nesse contexto que vai emergir pela primeira vez a expressão “remanescentes de quilombos” para designar as populações que historicamente mantém uma crença subjetiva na descendência africana, apresentam um modo de vida diferenciado dos demais grupos sociais, se baseiam nas relações de interação e respeito com a natureza, com o território e preservam as reminiscências de seus ancestrais. Os grupos com tais perfis, deram início a um processo de luta pelo reconhecimento, enquanto remanescentes de quilombos, e começaram a articular seus movimentos sociais de luta pela terra a partir da perspectiva constitucional.

O movimento negro quilombola parece-me um indicativo de que os movimentos sociais, principalmente os voltados para as questões étnicas, fortaleceram suas lutas a partir dos anos subsequentes à promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo como um de seus principais objetivos a garantia da efetivação dos direitos que esse instrumento jurídico assegura à população afrobrasileira, como afirma Givânia Silva:

O movimento quilombola tomou força a partir da Constituição de 1988 com a inserção do artigo 68 do ADCT – Atos das Disposições Constitucionais transitória da Constituição Federal que assegura aos remanescentes de quilombos o direito à posse da terra. Com a realização do I Encontro das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em 1995, as comunidades passaram a ter sua própria organização. Isso desencadeou encontros nacionais e diversas formas de mobilizações no sentido de tornar conhecida a Lei, para que as comunidades pudessem lutar e garantir esse direito²³²(SILVA,2004).

Levar a Lei ao conhecimento da sociedade parece-me uma ação bastante estratégica do movimento quilombola; a partir de então, a luta pela terra não seria uma simples reivindicação de direitos, mas a garantia da efetivação de um direito já instituído, o que daria maior legitimidade ao movimento.

As lutas em torno dos direitos das comunidades quilombolas, via de regra, são caracterizados pela liminaridade: por um lado, esses direitos são afirmados em torno da terra, entendida como um meio de sobrevivência dos grupos; por outro, trata-se do reconhecimento de uma identidade coletiva própria e particular (FIGUEIREDO, 2008). Assim, ora a questão quilombola é entendida como questão fundiária, ora é entendida como questão racial e étnica. Isso dificulta a organização dos quilombolas que, para tornar legítima a sua luta, precisam começar com o processo de identificação de uma população como descendente de escravos e, portanto, habitantes de uma comunidade de quilombos.

Embora o principal critério para o reconhecimento de uma comunidade como quilombola seja a auto-identificação, esse processo não é tão simples. É exigido daqueles que estão pleiteando o seu reconhecimento como quilombolas, toda uma documentação - escrita ou não - através da qual o grupo expressa sua crença subjetiva na descendência dos antigos quilombos que se opuseram à escravidão existente durante três séculos no Brasil; um estudo

²³² Depoimento de Givânia Maria da Silva, quilombola de Conceição das Crioulas, publicado no Jornal Crioulas: a voz da resistência, ano 2- nº 4 – maio de 2004, p. 6

antropológico e o reconhecimento oficial da comunidade como quilombola pela União, através da Fundação Cultural Palmares²³³.

Para que a Fundação Cultural Palmares proceda o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombos três critérios devem ser atendidos: “ (1) os residentes se autodefinirem como tal; (2) os intelectuais e a população local devem corroborar a reivindicação; (3) as instituições públicas do estado no qual se localiza o quilombo deve dar sua aprovação” (DAVIS, 2000, p. 88). Algumas comunidades quilombolas já são reconhecidas e já receberam os títulos de propriedade da terra; porém, não possuem ainda a posse efetiva da mesma e vivem em constantes conflitos com os fazendeiros localizados no seu entorno, é o caso de Conceição das Crioulas. Conforme já mencionei, esta comunidade foi reconhecida como quilombola desde 1998, suas terras foram tituladas em 2000, mas o processo de desintrusão²³⁴ já se arrasta há mais de 10 anos, contando até o final de 2011, com apenas duas propriedades desapropriadas, o que é insuficiente para o uso da coletividade quilombola.

O processo de reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas no Brasil tem gerado grande número de conflitos agrários, o que exige dessas populações uma articulação cada vez maior. Evidentemente que tais conflitos sempre existiram no país, em maior ou menor intensidade, mas, nos últimos tempos, têm adquirido outras dimensões, principalmente a partir dos direitos conquistados por grupos negros e índios desde a Constituição de 1988. Esses direitos não se consolidam na promulgação da Lei, nem resolvem os problemas territoriais entre grupos étnicos distintos. Muitas das terras hoje demarcadas como terras dos quilombos são as mesmas que, durante muito anos estiveram(ou estão) sob posse de fazendeiros que as passaram para seus descendentes como direito de herança. Muitos desses herdeiros possuem escrituras das terras - legais ou não - e são eles que lutam contra os quilombolas e pela manutenção da posse da terra, ou lutam na Justiça para receber da União uma “alta” indenização que julgam ter direito, para então poder entregá-las às comunidades de quilombos.

²³³ A Fundação Cultural Palmares é responsável pelo mapeamento e pesquisa sobre os quilombos para estabelecer sua legitimidade, o que significa qualificá-los para a obtenção do título de propriedade de terras.

²³⁴ Expressão bastante utilizada no movimento quilombola, e também no INCRA, que significa a retirada do território dos quilombolas toda e qualquer pessoa não quilombola e esteja habitando e exercendo algum tipo de produção no território.

Os conflitos territoriais no Brasil não surgem, no entanto, a partir da Constituição de 1988. São conflitos históricos. No período pré-abolição, proprietários fundiários tentaram dificultar ainda mais o acesso à terra no País. Conforme relatei no segundo capítulo, a Lei de Terras no Brasil, datada de 1850, determina que o acesso à terra a partir daquele momento só poderia acontecer através da compra. Com isso garantiu-se o acesso à propriedade apenas para os integrantes dos grupos hegemônicos. A forma da propriedade fundiária no Brasil foi construída historicamente como latifúndio e nunca no país foi realmente empreendida uma ampla reforma agrária.

Atualmente, o conflito que emerge do embate entre comunidades quilombolas e grandes proprietários rurais vem tomando cada vez maior projeção. Em Conceição das Crioulas, a luta entre quilombolas e fazendeiros brancos - na percepção dos quilombolas - remonta ao início do século XX quando um coronel de nome Pedro da Luz chegou ali fazendo amizade com os negros e, apesar da resistência destes, se apossou do território, fatiou-o e vendeu para outros fazendeiros. Nesse período, mais precisamente em 1904, houve um conflito entre os dois grupos - negros e fazendeiros - que ficou conhecido como o “Movimento dos Revoltosos”; e entre 1940 e 1950 ocorreu outro conflito conhecido como “Guerra dos Urias”, ambos relacionados à disputa por terras.

Sobre a Guerra dos Urias, o quilombola Virgínio Vicente de Oliveira afirmou o seguinte:

A Guerra dos Urias, é que eles eram de Floresta, chegaram aqui através de Pedro da Luz, aí foi comprano esse terreno, tinha uns criatório qui dava prejuízo nos roçados dos ôtos, tal. Até qui Januário (negro) matou uma criação deles. Ele (o líder dos Urias), achou muito ruim, e veio diretamente pra matar Januário! Aí ele disse - sabe que vai morrer hoje Januário? - É se chegou a hora. Aí levantou o punhal pra largar no véio. Aí o irmão dele (Januário) chegou. Então começou tudo. Esses Uria foram arranjar gente lá pro Cabrobó, cangaceiros né? Aí, os ôtos (negros), também foro arranjar gente daqui de Conceição, da Serra Umã, de Santana e foro guerrear. Esse Pedro da Luz, fazia qui tava dum lado e tava do ôto! É tanto que esses Uria saíram se arrastano daqui (...) o Zé Simão, era meu tio, nessa questão toda, ele deitado, aí qui os Uria chegaro assim na porteira de casa e dissero: 'cum esse aí ninguém bole, esse aí é um porco no chiqueiro. Vamos perseguir os ôto²³⁵'(OLIVEIRA,2000).

²³⁵ Depoimento de Virgínio Vicente de Oliveira, quilombola de Conceição das Crioulas, em entrevista feita por mim, em 21/01/00

Segundo os quilombolas, junto com os coronéis que tomaram suas terras, veio também a Igreja Católica que, enquanto pregava a paz e a resignação, participava, ela mesma, do processo de expropriação das terras dos negros. Aparecida Mendes Silva afirma que, “foi o Padre Pires quem ajudou a grilar nossas terras²³⁶”(SILVA, 2009). Apesar dos conflitos citados acima, a quilombola acredita que seus antepassados aprenderam a não reclamar a posse de suas terras porque viviam sob constantes ameaças. Afirma ela que crescera ouvindo sua avó alertar: “briga por terra tem cheiro de sangue, tome cuidado!”. Assim, as questões territoriais em Conceição das Crioulas têm raízes históricas e são frequentemente associadas a situações de opressão, sujeição e morte.

Para Givânia Maria da Silva, os conflitos territoriais de hoje, apesar de serem outros, apresentam os mesmos desafios dos conflitos que os negros quilombolas enfrentaram no passado,

Os desafios de hoje são os desafios de ontem. Porque os de ontem? Porque esses foram o desafio da superação dos navios, da escravidão, do anonimato, do abandono, e etc. Os de hoje não são esses, mas tem a mesma finalidade que é anular qualquer possibilidade de que preto nesse País seja tratado como o restante da população. Quando a grande imprensa, o latifúndio, setores conservadores da sociedade reagem contra essa política nós entendemos que o que está acontecendo hoje é o mesmo que aconteceu ontem, só que por outros meios e outros mecanismos. O que está posto é a certeza de que cada vez mais precisamos estar unidos. É uma luta árdua e, acima de tudo, é uma luta coletiva, pois só assim teremos força para lutar por um direito que nos é tão negado, que é o direito às nossas terras²³⁷(SILVA,2010).

Essa forma de pensar se manifesta nos discursos dos quilombolas de Conceição das Crioulas quase que de forma padronizada - uma espécie de discurso pré-elaborado - com o qual fundamentam a necessidade da luta pela terra e o acesso a outros direitos. Para os quilombolas possuir a posse efetiva da terra é fundamental para o acesso a outros direitos de cidadania como trabalho, educação, dignidade e construção de identidade.

O Movimento Negro Brasileiro viu algumas de suas antigas demandas serem transformadas em direitos na Carta Constitucional de 1988. Dentre os grupos negros os mais

²³⁶ Depoimento de Maria Aparecida Mendes Silva, quilombola de Conceição das Crioulas, durante evento realizado em 14/08/09

²³⁷ Depoimento de Givânia Maria da Silva, principal liderança de Conceição das Crioulas, em 2008. In: **Manifesto pelos Direitos Quilombolas.** Disponível no site: <http://www.petitiononline.com/conaq123/petition.html>. Acessado em 07/05/2010.

beneficiados foram os quilombolas; embora estes, independentemente da denominação que recebiam, não haviam até então organizado suas próprias demandas. Pode ser registrada como exceção a organização das comunidades negras rurais do Maranhão que, desde 1986, demandavam direitos de natureza territorial. Antes disso, a organização quilombola, da forma que conhecemos hoje, era praticamente inexistente. Também não havia, por parte do Estado, nenhuma política de reconhecimento a essas comunidades, como bem enfatiza a quilombola Givânia Silva:

Primeiro, na verdade não havia, até 1988, menção alguma do Estado brasileiro em reconhecer essas comunidades. A Constituição, mesmo de forma tardia, reconheceu esse grupo como integrante do povo brasileiro. Segundo, é a constatação de que é preciso não só reconhecer mas promover ações em políticas públicas que possam garantir a permanência das comunidades nos territórios de forma digna. Acho que esse é o nosso objetivo. Essa política tem um caráter especial. E o governo do presidente Lula deu a ela esse caráter especial. A gente reconhece as dificuldades de implementação, mas estamos executando essa ferramenta para que o Estado brasileiro possa chegar até essas comunidades que não eram vistas nem incluídas como parte da sociedade brasileira²³⁸ (SILVA, 2008).

Reafirmo que a menção feita no texto constitucional às comunidades quilombolas é o reconhecimento de que a população brasileira é composta de grupos sociais diferentes. Tem-se, assim, um novo modelo de Estado que reconhece as diversas identidades culturais e raciais. Para os integrantes dessas comunidades, para além de uma “reparação” histórica, isso significa a integração do negro à sociedade brasileira, considerando a condição de marginalidade a que foram submetidos durante o período posterior à abolição.

Para o reconhecimento constitucional dos direitos dos quilombolas é necessário, antes, o (auto)reconhecimento por parte deles próprios, como descendentes dos habitantes dos antigos quilombos. No entanto, de acordo com o pensamento da quilombola Givânia, o reconhecimento em si não representa mudanças no modo de vida da população quilombola. É necessário, pois, a implementação de ações políticas que possibilitem a essas comunidades as condições necessárias para o estabelecimento de sua dignidade.

Para os quilombolas de Conceição das Crioulas o início do (auto)reconhecimento foi um momento muito significativo do qual fizeram parte comissões religiosas, Organizações

²³⁸ Entrevista da liderança quilombola Givânia Maria da Silva concedida ao jornal Diário de Pernambuco em 20/11/2008. Disponível no site <http://www.diariodepernambuco.com.br>. Acessado em 23/03/2010.

Não-Governamentais e pesquisadores, conforme relata o senhor Andreelino Antônio Mendes, que participou diretamente daquele momento:

Tudo começou no final da década de 80, eu morava em São Paulo e foi através das freiras das CEBs (Comissões Eclesiais de Base). Então, João Alfredo começou a participar dos encontros. Aí começou a clarear a cabeça do pessoal. Em 96 veio o pessoal do Centro Cultural Luiz Freire, veio alguns deles fazer pesquisa e veio também a antropóloga Vânia Fialho e constatou que aqui era uma comunidade quilombola, aí em junho de 2000 recebemos do governo Fernando Henrique o título de posse da área. Mas ficou pior, porque o título não resolveu a questão fundiária, por que os fazendeiros também têm direitos, alguns tem documentos legais, fizeram usucapião, outros são grileiros ou só posseiros mesmo²³⁹ (MENDES).

Esse momento inicial da organização da comunidade é marcado, segundo os quilombolas, por momentos de “descoberta”, de “tomada de consciência”, de “efervescência”, de “aprendizado dos direitos” e de formação e “(auto)formação”, que acompanham o processo de construção de uma identidade étnica referenciada no passado escravo de seus ancestrais. Mas é também um momento de “desencantamento”, pois, o conhecimento dos direitos instituídos, veio junto à consciência de que as questões fundiárias ali existentes são bastante complexas e, portanto, não se resolvem com a titulação da terra.

Para a construção da identidade e, conseqüentemente, a luta pela terra, a importância desse momento deve-se ao fato da busca pela ancestralidade africana ter culminado na descoberta da inexistência de registros escritos que comprovassem as origens do grupo, levando-o à utilização estratégica dos recursos da oralidade para reconstruir a trajetória histórica dos antepassados e compor sua identidade quilombola. As pessoas mais velhas da comunidade passaram a ser ouvidas com mais atenção e suas narrativas a dar sentido a algumas singularidades da comunidade, com bem explica Givânia Silva:

Como não tínhamos registros oficiais, no final dos anos 1980, procuramos resgatar nossa história na oralidade, entre as pessoas mais velhas da comunidade. A curiosidade começou quando percebemos que esbarramos em parentes em cada lugar que vamos. Até o nome gerava curiosidade, por que Conceição das Crioulas e não dos crioulos? As pessoas mais velhas informaram que Conceição surgiu de um grupo de seis mulheres negras, que estavam fugindo – não conseguimos descobrir ainda de onde, esse roteiro não está claro. Pela época, sabemos que foi no mesmo momento em que se acirrou a perseguição ao Quilombo dos Palmares e a todos os agrupamentos

²³⁹ Depoimento do senhor Andreelino Mendes, liderança de Conceição das Crioulas, em entrevista feita por mim, em janeiro de 2010.

de negros. Fugindo, elas resolveram se abrigar nessa região, cercada pela serra, de difícil acesso. Aos poucos, outras lideranças foram chegando e, sendo vizinha à comunidade indígena Atikum, houve rapidamente entrosamento e o conseqüente crescimento dessa comunidade. Descobrimos que as fundadoras firmaram um compromisso de que se chegassem a ter a posse da terra, dedicariam um terreno à construção de uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. Isto porque uma outra pessoa que chegou depois delas, um senhor, trazia a imagem da santa. Em 1º de janeiro de 1802, elas conseguiram a posse. É uma comunidade marcada pela luta feminista, desde a sua origem²⁴⁰ (SILVA, 2003).

Como se vê, foi a ausência de registros escritos referentes à história das “seis crioulas” que levou a população de Conceição das Crioulas a buscar na oralidade fatos que possibilitassem a reconstituição do caminho percorrido por aquelas e por seus descendentes mais imediatos. Tem-se, assim, uma história que traz nas suas origens as marcas da repressão, fuga, trabalho e religiosidade, cujos personagens principais são mulheres negras. Com essa história, agora registrada em diversas produções, Conceição das Crioulas se reveste de uma identidade étnica coletiva e se transforma num sujeito coletivo de direito que, entre outras demandas, reivindica a posse da terra garantida na Constituição Federal.

É importante lembrar que os meios de garantia dos direitos dos quilombolas, inclusive o direito à posse da terra, previstos na Constituição de 1988, não foram assegurados nos primeiros anos posteriores à Constituição. Nesse período, permaneceu a ausência de instrumentos jurídicos específicos relacionados ao reconhecimento de direitos territoriais aos grupos negros. Assim, as comunidades quilombolas realizam seus processos de (auto)reconhecimento, mas suas demandas não foram, a princípio, encaminhadas por indefinição do órgão competente para a instalação dos processos de reconhecimento. Até que o Decreto Federal nº 3.912/2001, em cumprimento ao artigo 68 do ADCT, determina ser competência da Fundação Cultural Palmares identificar os “quilombolas”:

Art, 1º Compete à Fundação Cultural Palmares – FCP iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como de

²⁴⁰ Entrevista da liderança quilombola de Conceição das Crioulas, Givânia Maria da Silva concedida à jornalista AnaCris Bittencourt, em 11/07/2003. Disponível no site: <http://www.ibase.br/pubibase/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=365&sid=2>. Acessado em 12/04/2010.

reconhecimento, delimitação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas.

Parágrafo único. Para efeito do dispositivo no caput, somente pode ser reconhecida a propriedade sobre a terra que:

I - eram ocupadas por quilombos em 1888; e

II – estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988.

Ao realizar as ações de sua competência a FCP não resolvia o problema territorial das comunidades quilombolas, pois emitia os títulos mas deixava em aberto os procedimentos de regularização e posse da terra pelos quilombolas. Esta questão é notória em Conceição das Crioulas:

A questão fundiária é uma discussão que vai mais além de 1996, 1997. O ex-presidente Fernando Henrique era quem deveria ter feito esse negócio. Simplesmente ele emitiu o título de posse e nem sequer chegou a iniciar essa regularização, porque ele sabia que para fazer essa regularização ele iria ficar “mal na fita” com os fazendeiros, que é quem apóia esse pessoal dessa linha. De lá para cá, teve um recomeço em 2004, mas parou porque era véspera de eleição. Aí o INCRA recuou e ficou o jogo de empurra pra lá e vem pra cá. Agora é que eles tão dando seqüência²⁴¹ (MENDES, 2009).

O recomeço a que se refere o senhor Andreilino diz respeito à edição do Decreto n.º 4887, de 20 de novembro de 2003, pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva, mediante um forte processo de reivindicação das comunidades quilombolas pela imediata titulação de suas terras. Com esse dispositivo a competência de realização do procedimento de regularização das terras quilombolas foi repassada ao INCRA²⁴². Este decreto representou certo avanço, ao adotar mecanismos previstos nas normas internacionais de proteção aos direitos humanos relativos ao direito à terra e à moradia, e ao delimitar novas competências para realização do procedimento administrativo. Entretanto, os poucos avanços esbarraram nos interesses de grupos econômicos, entre outros, o agropecuário e os setores de mineração.

De acordo com Wolkmer(2008) o que falta na verdade é uma tradição verdadeiramente democrática nos liames do “liberalismo burguês” que impede a consolidação do

²⁴¹ Depoimento do líder quilombola de Conceição das Crioulas, Andreilino Antônio Mendes, em entrevista concedida ao jornal Crioulas: a voz da resistência, nº 12/2009, p. 7.

²⁴² Como o título da terra de Conceição das Crioulas foi emitido em 2000, esse procedimento foi feito pela Fundação Cultural Palmares. Com o Decreto n.º 4887, de 20 de novembro de 2003, essa atribuição passou para o INCRA.

constitucionalismo de base popular-burguesa, onde o político e o social foram sempre construções momentâneas e inacabadas de facções societárias expressas nas oligarquias agrárias. É nessa perspectiva que faço a análise das palavras simples do senhor Andreelino Mendes, para quem a compreensão do processo parece muito simples. Entende o quilombola que o Governo FHC devia(podia) ter resolvido a questão da demarcação das terras quilombolas; mas, como legítimo representante do liberalismo burguês, não o fez para não ter que se indispor com os latifundiários “que é quem apoia esse pessoal dessa linha” [da direita].

Para a antropóloga Ilka Boaventura Leite a demora na regularização das terras quilombolas indica a morosidade do Estado brasileiro para com a questão. Referindo-se ao artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988, explica:

Apesar de sua força simbólica e da oportunidade lançada em 88 pelo recurso constitucional, o projeto de cidadania dos negros encontra-se hoje fortemente ameaçado. Seja porque a grande quantidade de casos levantados desde então surpreendeu os órgãos designados para coordenar o processo, seja porque o processo em si esbarra em interesses das elites econômicas envolvidas na expropriação de terras, no desrespeito às leis e nas arbitrariedades e violências que acompanham as regularizações fundiárias. No início dos anos 90 percebia-se já: o seu campo de ação, as conseqüências mesmas do artigo proposto e aprovado pela Constituição não seriam suficientes nem sequer estavam sendo avaliadas pelos setores conservadores que nele votaram. Acreditavam tratar-se de alguns pequenos casos isolados, bons para produzir a visibilidade aos atos de governo e para colocar uma pedra definitiva em cima do assunto(LEITE, 1999, p.41).

Os olhares, sejam dos sujeitos desse direito - os quilombolas - ou dos estudiosos da questão, acabam convergindo para o mesmo ponto: há muita demora por parte do Estado no cumprimento dos dispositivos legais que asseguram os direitos quilombolas. Nessa perspectiva, o Estado que se apresenta como plural na Constituição de 1988 por absorver as demandas dos movimentos sociais e reconhecer o direito fundamental à titulação das terras das comunidades de quilombos, revela-se impotente diante das pressões das forças conservadoras da elite nacional apoiadas na onda neoliberal, enfraquecedora dos direitos de cidadania.

Como o dispositivo legal não funciona a contento restou às comunidades quilombolas fortalecer suas lutas junto aos órgãos competentes. Em Conceição das Crioulas o papel da comunidade no processo de regularização territorial tem sido de constante cobrança, como afirma o senhor Andreelino Mendes:

Através da AQCC, tem se cobrado a vários órgãos não só municipal, mas também estadual e federal. A comunidade também tem o papel de denunciar para o mundo através da internet e outras forma (...) o que eu espero nessa questão é que antes mesmo que o presidente Lula saia, mesmo que não tenha resolvido, ele deixe ao menos bem encaminhado, porque é um presidente que nasceu das classe populares e que a gente bota fé. Eu, por exemplo, tenho uma grande esperança que é possível que ele colabore com a gente, não só com Conceição das Crioulas, mas em todas as questões fundiárias, seja área indígena, seja quilombola ou assentamento²⁴³ (MENDES, 2009).

Para o desapontamento do senhor Andreilino e de muitos outros quilombolas, índios e sem terra, o governo Lula, apesar de alguns avanços na área social, encerrou-se no final de 2010 sem resolver as questões que envolvem a distribuição e uso da terra no Brasil. Conceição das Crioulas, as comunidades quilombolas maranhenses e muitos outros grupos sociais ou étnicos, ainda não têm total acesso à terra, objeto de suas lutas.

Não era de se esperar que fosse fácil o cumprimento do artigo 68, já que no processo de aprovação do mesmo, na Assembléia Constituinte, formou-se uma forte oposição à efetivação desse direito constitucional. Essa oposição não se encerrou com o fechamento dos trabalhos na Constituinte, como afirma Ilka Boaventura Leite (2004):

(...) Assim que foi promulgada a Constituição, quando o tema entrou em pauta nos debates, nas manchetes da imprensa brasileira, apareceram as primeiras reações desfavoráveis ou de nítido estranhamento ao Artigo 68. Essas reações vieram principalmente de setores mais conservadores, representados pelos latifundiários e “grileiros”, que temiam uma drástica alteração no quadro de acesso e regularização fundiária de terras no País; por lideranças governamentais, preocupadas com os recursos que seriam necessários às indenizações das terras já expropriadas das comunidades negras rurais; pelas instituições governamentais, supostamente responsáveis, disputando entre si a gerência desses recursos que deveriam ser destinados às indenizações. A estas reações seguiram-se outras, de viés “mais progressista”, representadas pelos árdus defensores do arcabouço nacionalista de uma sociedade miscigenada – reacendendo a velha chama da democracia racial, reapresentando-se não mais como a posição assimilacionista dos modernistas, mas com nova roupagem pós-moderna da “nação hibridizada. (LEITE, 2004, pp. 21-22).

Na compreensão da autora são os defensores da “democracia racial”, que junto aos latifundiários, empresários, a imprensa conservadora e outros setores da sociedade, se opõem às titulações das terras quilombolas, baseados num direito de grupos específicos etnicamente fundados. Para esses setores as políticas destinadas à população quilombola e outros grupos

²⁴³ Depoimento do senhor Andreilino Antônio Mendes, em entrevista ao JC, nº 12/2009, p. 7.

étnicos, não são direitos e sim “privilégios”. Como esses setores detém forte poder econômico e político, capazes de retardar a efetivação dos direitos étnicos, o conflito entre eles e os sujeitos desses direitos, quando não explícitos estão sempre latentes.

Para a liderança quilombola Givânia Silva, a posição dos setores conservadores da sociedade à política territorial quilombola equipara-se a posição dos setores conservadores do passado, da época da escravidão:

Quando a grande imprensa, o latifúndio, setores conservadores da sociedade reagem contra essa política, e aí o cenário de hoje é um cenário confuso, nós entendemos que o que está acontecendo hoje é o mesmo que aconteceu ontem, só que por outros meios e outros mecanismos. O que está posto é a certeza de que cada vez mais precisamos estar unidos para que as conquistas que foram adquiridas não se percam²⁴⁴ (SILVA, 2008).

Nos seus discursos, os quilombolas de Conceição das Crioulas sempre fazem analogias entre as condições sociais em que vivem atualmente e as que viveram seus antepassados, os escravos. As lutas destes contra a escravidão, pela liberdade e garantias de direitos básicos, são fortes referências na instrumentalização das lutas que hoje encabeçam visando a garantia dos direitos constitucionalmente adquiridos, como é o caso do artigo 68 da Constituição Federal de 1988.

O referido artigo abriu, por um lado, uma possibilidade jurídica para se fazer uma importante "reparação" na história e, por outro, um acirrado debate também em torno do significado desse dispositivo constitucional. Nesses debates não há muita clareza se a política de terra nele estabelecida se constitui como ação afirmativa ou como direito étnico. Mas, alguns autores fazem diferenciação entre os dois conceitos. Entendo que determinado direito, enquanto ação afirmativa, procura garantir a igualdade material aos diferentes - como é o caso das cotas - ; no direito étnico o que interessa é o direito dos diferentes se organizarem de acordo com suas singularidades. Nessa perspectiva, o referido artigo, o qual determina o direito dos quilombolas à posse da terra e o decreto 4887/03 que o regulamenta caracteriza-se como direito étnico e não como ação afirmativa. Assim, tenho trabalhado aqui com a compreensão de que a posse da terra pelos quilombolas trata-se de um direito étnico.

²⁴⁴ Depoimento da liderança quilombola Givânia Maria da Silva, citado por Bárbara Oliveira Souza. In: SOUZA, Bárbara Oliveira. **AQUILOMBAR-SE: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro**. Dissertação de mestrado. Brasília: UNB, 2008 (mimeo).

Os direitos étnicos, devidamente constitucionalizados, se transformam em algo mais consistente, duradouro, embora não permanente. Enquanto as ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento.

Compreendo também que as ações afirmativas se caracterizam como uma política voltada para “corrigir” os feitos da escravidão praticada no passado tendo como objetivo a promoção da igualdade de acesso a bens fundamentais. Assim, o direito quilombola de acesso à terra não está dissociado de todo esse conjunto de medidas reparatórias. Portanto, o direito à terra nada mais é do que a reparação dos danos causados aos negros pelo sistema de escravidão e por uma histórica política agrária de base latifundiária. Nesse caso tem-se aqui uma fusão, ou aproximação, dos dois conceitos: ação afirmativa e direito étnico.

Conforme venho afirmando, a luta histórica dos afrobrasileiros foi fundamental para a evolução dos direitos civis. Entretanto, a emergência do direito étnico consolidado para atender às comunidades quilombolas, no período pós regime militar, só se tornou possível graças à instalação da Assembléia Nacional Constituinte que acabou por assimilar muitas demandas da sociedade, entre elas, as questões do Movimento Negro. Como esses direitos são derivados do poder constituinte, é importante refletir sobre as bases sociais que levaram à conquista dos mesmos. Segundo Almeida (2006),

(...) o processo social de afirmação étnica, referido aos chamados quilombolas, não se desencadeia necessariamente a partir da Constituição de 1988 uma vez que ela própria é resultante de intensas mobilizações, acirrados conflitos e lutas sociais que impuseram as denominadas **terras de preto, mocambos, lugar de preto** e outras designações que consolidaram de certo modo diferentes modalidades de territorialização das comunidades remanescentes de quilombos. Neste sentido a Constituição consiste mais no resultado de um processo de conquistas de direitos e é sob este prisma que se pode assegurar que a Constituição de 1988 estabelece uma clivagem na história dos movimentos sociais, sobretudo daqueles baseados em fatores étnicos” (p. 33, nota 21).

Além da necessidade de ações políticas voltadas para comunidades negras - conforme já mencionada nas palavras da quilombola Givânia - o que se percebe nesse processo de conquista de direitos étnicos por parte dos quilombolas é que a instituição desses direitos não vem sendo acompanhada de uma estrutura administrativa e ações efetivas por parte do Estado.

Inexistindo uma reforma do Estado, coadunada com as novas disposições constitucionais, a solução burocrática foi pensada sempre com o propósito de articulá-las com as estruturas administrativas preexistentes, acrescentando à sua capacidade operacional atributos pretensamente étnicos. Se porventura foram instituídos novos órgãos públicos pertinentes à questão, sublinhe-se que a competência de operacionalização ficou invariavelmente a cargo de aparatos já existentes (ALMEIDA, 2005, p.7).

A ausência de acompanhamento do Estado na implementação do Artigo 68 do ADCT é também denunciado pelos próprios quilombolas, como afirma Maria Diva: “Temos a titulação mas a luta vai continuar em torno da terra, porque a gente tem o título, mas não tem a posse da terra. E, a nossa luta agora é para que, de fato, venha pra nossas mãos, e, isso, tem gerado, assim polêmicas sérias²⁴⁵”. A afirmação da quilombola é reiterada pelo Centro Cultural Luiz Freire que também ressalta o poder de articulação e mobilização da comunidade: “Apesar de ser reconhecida pelo Governo Federal como uma das primeiras comunidades remanescentes de quilombos, e possuir documentação legal desde 2000, Conceição das Crioulas é pioneira na mobilização e articulação das lutas quilombolas, tornando-se uma referência tanto no âmbito regional, como nacional²⁴⁶”. Em outro momento acrescenta a entidade: “com a comunidade conhecendo seus direitos, organizada, fortalecendo e sendo fortalecida pelo Movimento Quilombola e seus aliados, é possível avançar na garantia da regularização dos territórios²⁴⁷”(CCLF, s/d).

Outra dificuldade é encontrada no fato da operacionalização dos procedimentos necessários para o reconhecimento dos territórios das comunidades quilombolas ser de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do INCRA. Como consequência disso, percebe-se um deslocamento da dimensão étnica para os instrumentos da ação agrária. Conforme Almeida, (2005):

Tratar os direitos coletivos tão somente como direito agrário poderá acarretar novos problemas na esfera jurídica, forçando as comunidades quilombolas a serem vistas como de “trabalhadores rurais” e “posseiros”, isso é, reeditando as categorias classificatórias externas e as condições como eram formalmente nomeadas antes do advento da identidade quilombola e dos

²⁴⁵ Depoimento da Quilombola Maria Diva da Silva Rodrigues, em entrevista feita por mim, em fevereiro de 2001.

²⁴⁶ **Conceição das Crioulas.**In: Sertão quilombola- a formação dos quilombos no sertão de Pernambuco. Olinda/-PE, CCLF:s/d.

²⁴⁷ **Organização e mobilização: passos importantes para fazer avançar a conquista do território quilombola.** In:Terra quilombola. Olinda/-PE, CCLF:s/d.

direitos que lhes correspondem, com o risco de renovar e gerar conflitos étnicos (ALMEIDA, 2005,p.7).

Identifica-se no que se refere ao direito de titulação das terras das comunidades quilombolas, questões relacionadas à democratização do país: o acesso à terra e a promoção das relações étnicos raciais. Nesse sentido, é importante lembrar que o Brasil foi último país das Américas a abolir a escravidão e o último a reconhecer o direito territorial das comunidades remanescentes de quilombos, além de possuir até hoje, uma das maiores concentrações fundiárias do mundo. A partir dessa constatação, podemos associar o direito dessas comunidades à política de ações afirmativas.

Entretanto, um dos equívocos que vem ocorrendo está em: ao tratar a questão quilombola como ação afirmativa, o Governo Federal tem adiado a efetivação do direito conquistado com o art. 68. O que vemos, então, é que o Estado tem voltado sua ação para a prestação de serviços básicos às comunidades quilombolas sem efetivar a titulação de seus territórios. O próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão também responsável pela titulação das áreas quilombolas, possui o seu programa de ação afirmativa, o “Quilombolas”, que atribui adjetivos às comunidades quilombolas - pobres, população carente, excluídos, população de baixa renda, desassistidos - distanciando assim os quilombolas da questão étnica.

Esse processo “inverso” é identificado pelos quilombolas como “novo processo de reconhecimento”. Nele a auto-identificação da comunidade não é levada em consideração. Nesse processo a comunidade passa a ser vista dentro de um conjunto homogêneo de pessoas que recebem uma única identificação: “pobres”.

Aparecida Mendes da Silva entende esse processo como:

Uma nova política que tá acontecendo com os grupos, que é uma inquietação. Que, ao invés das comunidades estarem se autoreconhecendo, o governo chega lá e reconhece sem discussão e já chega com o chamado benefício, mas a gente imagina que por trás desse benefício tem um interesse. A comunidade tava um pouco inquieta com essa questão, porque

o reconhecimento não partiu da própria comunidade e sim do governo”²⁴⁸(SILVA, 2006).

Ao perceber esses “descompassos” na implementação de um direito constitucionalmente estabelecido - a propriedade da terra pelos quilombolas - surge a necessidade de refletir sobre o fundamento desse procedimento de reparação histórica. O que deve ser reparado? Para responder à questão é preciso refletir, mais uma vez, sobre a dimensão da opressão colonial sobre os africanos e seus descendentes.

A morosidade no processo de implementação dos direitos quilombolas tem levado organizações não governamentais a desenvolverem projetos que auxiliam as comunidades quilombolas no processo de consolidação desses direitos. Como exemplo pode ser citado o Instituto socioambiental (ISA) que lançou o projeto “Cidadania Quilombola - Balcão de Direitos”, cujo objetivo é proporcionar às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira assistência técnica jurídica, buscando os meios necessários para que seus integrantes consolidem informações e mecanismos para eficácia de direitos fundamentais, com vistas a potencializar sua capacidade de exigir a eficácia do artigo 68 da ADCT da Constituição Federal de 1988, garantindo sua permanência nos territórios de forma sustentável e em equilíbrio com a legislação ambiental vigente (BEDESCHI e ZANCHETTA, 2008).

Para os quilombolas de Conceição das Crioulas o acesso à terra é apenas um direito, através do qual devem lutar por outros direitos. Nas palavras de Givânia, “a terra é uma isca; com isso aqui, nós vamos ter que brigar por outras coisas que nós não temos”. Ao que Maria Diva acrescenta: “Não é só que a terra chegue em nossas mãos, mas, também, condições pra que a gente trabalhe essa terra, senão nada vai adiantar. Falta a questão do incentivo agrícola pra que a gente faça essa terra produzir, que a maioria da terra é improdutiva”. Andreino Antônio Mendes complementa:

A gente quer que a terra venha acompanhada de assistência, de política agrária, onde a gente possa ter uma assistência para produzir (...), para ver se a gente tem condição de no futuro trabalhar sem ter que tá mendigando

²⁴⁸ Depoimento citado por Maria Aparecida de Oliveira Souza. In: SOUZA, Maria Aparecida Oliveira. AS MULHERES, A COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO E SUAS LUTAS: as histórias escritas no feminino- Dissertação de mestrado. Brasília, UNB: 2007(mimeo).

favores pra ninguém, para que possamos ter a nossa condição de sobrevivência. Essa é nossa luta nesse sentido²⁴⁹ (MENDES, 2010).

Os discursos proferidos pelos quilombolas no decorrer dos eventos - espaços públicos de discussão - revelam a dimensão política do movimento e, dentro dela, a importância que tem a luta pela terra:

Nós queremos a terra, estamos na luta, mas o Governo não liberou a terra que é de nós, mas tá nas mãos dos fazendeiros. A luta vem de longe e vai mais longe ainda, porque nós num pode dizer que tem a terra, e não temo resposta de quando o governo vai liberar a terra. Nós não vamo dizer que tem a terra, mas que é do lugar sabe. Tem uns qui diz: vamo tocar é bala! Aí eu digo: bala não! Nós vamo receber a terra na graça de Deus! A gente fica emocionada porque ver os fios (filhos) da gente querer terra pra trabalhar aí não tem (choro). No dia que receber a terra vamos fazer uma festa!²⁵⁰ (SANTA, 2010).

Nesse discurso a luta em defesa do direito à posse da terra aparece acompanhada por outras dimensões: a paz, “bala não!”; a religiosa, “vamo receber a terra na graça de Deus!”; a familiar/afetiva, “A gente fica emocionada porque vê os fios da gente querer terra pra trabalhar e não tem”. Nesse sentido, para alguns quilombolas, a “consciência política”, ao que parece, apresenta-se ainda como um processo em construção, considerando que o maior desafio da política “é criar as condições para que se passe da defesa dos interesses particulares para a construção e a defesa do interesse geral (NOGUEIRA, 2001, p.29).

Para os quilombolas, além da condição de sobrevivência, a terra é também um espaço referencial de inscrição do complexo cultural africano. Nesse sentido, como processo de territorialização dos descendentes de negros escravizados em comunidades quilombolas, possibilitam a elaboração de modelos específicos de reprodução cultural baseada nas suas origens étnicas e nos costumes herdados de seus ancestrais. Em seus discursos evidenciam um desejo de resgatar suas origens históricas e culturais:

(...) “infelizmente, por um longo período, tentaram apagar a memória de nossa cultura. Que a gente em termos de dança, eu já conheci todo mundo gostando de forró e discriminando o o o... como é que se chama a dança de índios? O toré, e outras danças de negro. Hoje se tenta resgatar essa cultura, tanto em termo de trabalho, como em termo de dança, de fala, de todas essas

²⁴⁹ Depoimento da liderança quilombola Andreino Antônio Mendes, em entrevista feita por mim, em 29/01/2010.

²⁵⁰ Fala da quilombola Dona Santa durante o evento comemorativo aos 10 anos da AQCC, em 16/07/10

coisas. Se tenta resgatar hoje, apesar de ser difícil, muita coisa foi apagada²⁵¹ (SILVA, 2001).

Não há dúvidas que há uma reparação econômica a ser feita refere-se à expropriação das condições físicas e materiais dos negros no processo de escravização. Mas existem também as dimensões cultural e psicológica. Essas dimensões, tão violentas quanto a econômica, estão relacionadas, respectivamente, ao processo de “desafricanização” dos negros e às condições de “desumanização” ou “coisificação” dos negros proporcionado pela escravidão.

Neste caso, a “reparação” deve proporcionar aos afrobrasileiros condições sócio-econômicas, ou de outra natureza, que possam lhes proporcionar na sociedade a mesmas oportunidades que têm os não-negros. Para os quilombolas de Conceição das Crioulas, o Estado Brasileiro tem uma dívida socioeconômica com os afrobrasileiros, considerando que foram os negros africanos, seus ancestrais, que construíram economicamente o nosso país. Segundo suas palavras “O Brasil deve 500 anos de salários atrasados aos negros”. Nesse sentido, o direito à terra é apenas parte do “pagamento” dessa dívida.

Os quilombolas admitem que, assim como os fazendeiros e o MST, eles também necessitam da terra. No entanto, o valor que atribuem à terra é bem diferente: “a nossa visão é diferente da dos fazendeiros, do MST. “A gente não quer qualquer terra, mas essa aqui, porque é aqui que tem a sustentabilidade de nossa cultura”²⁵² (RODRIGUES, 2009). Isto faz com que a concepção de direito dos quilombolas de Conceição das Crioulas não esteja unicamente associada a sua necessidade de produção, mas também à sua identidade.

Essa sustentabilidade a que se refere a quilombola é ressaltada por Almeida (2005):

Pode-se destacar que os quilombolas, pelo critério político-organizativo, têm assegurado uma distinção em termos étnicos e suas demandas transcendem às necessidades físicas. Em inúmeras situações controlam efetivamente o acesso aos recursos naturais imprescindíveis, preservando-os e mantendo uma sustentabilidade constante, além de deterem um patrimônio intangível, como por exemplo o conhecimento de espécies vegetais com propriedades medicinais e do ecossistema de referência. (ALMEIDA, 2005, pp. 10-11).

²⁵¹ Depoimento da liderança quilombola Maria Aparecida Mendes Silva, em entrevista feita por mim, janeiro de 2001).

²⁵² Depoimento da liderança quilombola de Conceição das Crioulas, Maria Diva da Silva Rodrigues, gravado por mim durante um evento político realizado na comunidade em julho de 2010.

As discussões acerca da sustentabilidade envolvem cada vez mais as formas de apropriação da terra e uso adequado dos recursos naturais. A política de reordenamento territorial das comunidades quilombolas engloba essa mesma perspectiva, mas acrescenta questões que lhes são peculiares: preservação da história e cultura afrobrasileira, uso coletivo da terra e de outros recursos naturais, produção agrícola e artesanal articulada à identidade do grupo e garantia da participação de todos nas decisões políticas.

Essa noção de sustentabilidade faz com que os quilombolas estabeleçam diferenças entre eles e outros grupos que também lutam pelo acesso à terra; ao mesmo tempo se opõem ao valor atribuído à terra pelo capital, em que esta é concebida apenas como bem econômico, ignorando seu significado simbólico e cultural.

Em Conceição das Crioulas, por exemplo, o artesanato, além de ser uma complementação da renda familiar, está vinculado à valorização da identidade cultural, à transmissão de saberes e ao respeito às mulheres quilombolas. É o caso das bonecas de caroá que são produzidas em homenagem a algumas mulheres, como Francisca Ferreira, uma das “seis crioulas” que participaram da fundação da comunidade e outras que vieram depois delas.

Essa produção artesanal encontra-se atualmente ameaçada pela falta de acesso dos quilombolas à matéria-prima que lhe dá origem, já que os dezessete mil hectares de terra reclamados por eles ainda se encontram em forma de grandes fazendas. Essa situação de instabilidade faz com que o acesso à terra, na perspectiva do dispositivo constitucional, seja o principal direito reclamado pelos quilombolas; os outros direitos: políticas de ação afirmativas, educação diferenciada e outros, ganham sentido quando aliados ao direito maior: a posse da terra.

5- CONCLUSÃO

Esta tese analisou a constituição do sujeito coletivo movimento social negro e quilombola de Conceição Crioulas, no sertão Central de Pernambuco. Pensar as experiências vividas nessa comunidade não é apenas reconstituí-la historicamente a partir dos elementos fornecidos pela pesquisa. É, antes de tudo, um exercício de interpretação dos sentidos atribuídos pelo sujeitos sociais à sua história, cultura, ações e lutas. Assim, estruturei os capítulos de modo que a voz dos integrantes da comunidade se fizesse ouvir, principalmente das lideranças, com seus discursos políticos e dos idosos, com suas narrativas sobre os acontecimentos do passado. Sei que não consegui fazer eco em todas as vozes, muitas continuarão silenciadas, mas, ao menos em perspectivas, algumas vozes se farão ouvir.

Após mais de uma década de convívio com os habitantes de Conceição das Crioulas, participando com eles das dificuldades, limites e avanços na luta pelos direitos, (re)contar aqui a história dessa comunidade significa também lembrar um pouco do meu percurso identitário enquanto mulher, sertaneja, professora e, nos últimos anos, como pesquisadora das questões histórico-sociais. Essas condições, e a minha formação como historiadora (graduação em História), forneceram-me as bases necessárias para levar a feito um trabalho de reconstituição da história dessa comunidade.

As narrativas orais, tantas vezes repetidas pelos mais velhos de Conceição das Crioulas, indicam que a origem dessa comunidade ocorreu do final do século XVIII para o início do século XIX, a partir da chegada à região de seis mulheres negras - as “seis crioulas” -, como escravas fugitivas ou libertas (os relatos orais e os estudos dos pesquisadores divergem sobre essa questão). Essas mulheres fortes e corajosas, “auxiliadas por Nossa Senhora da Conceição”, iniciaram no seco sertão pernambucano uma atividade econômica, baseada no plantio de algodão, que lhes possibilitou adquirir recursos para comprar aquelas terras, ainda em 1802. Tem-se, assim, uma comunidade quilombola cujo mito de origem baseia-se no trabalho feminino e na religiosidade católica.

Os anos subsequentes à fundação de Conceição das Crioulas foram marcados, no âmbito da política fundiária, pela extinção da Lei das Sesmarias, em 1822, e a Lei de Terras, em 1850. Essa legislação, particularmente a Lei de Terras, funcionou como estratégia das elites agrárias brasileiras para manter inalterada a estrutura agrária vigente, impedindo o

livre acesso da população pobre à terra. Assim, à tão singular origem de Conceição das Crioulas, segue-se uma história marcada por dominação, expropriação e conflitos, alternando momentos de tensão, negociação e tréguas entre as crioulas e seus descendentes, de um lado; e grandes proprietários rurais do sertão central pernambucano, de outro. Essa conjuntura permaneceu praticamente intocável até que, a partir da década de 1980, os habitantes daquela comunidade, influenciados pelos ideais no Movimento Negro Brasileiro e de instituições da sociedade civil, tomaram consciência de suas condições históricas e sociais, e passaram a reivindicar uma identidade quilombola.

A luta por uma identidade quilombola tornou-se legítima com a instituição, pela Constituição de 1988, das comunidades tradicionais como sujeitos de direitos. Nessa perspectiva, Conceição das Crioulas foi reconhecida como comunidade quilombola, em 1998, e recebeu o título da terra em 2000. Apesar dessas conquistas, a população ali residente hoje só tem acesso a uma pequena porção de terras comuns - herança de seus ancestrais - e mais uma área de aproximadamente 280 hectares, resultante da recente desapropriação, pelo INCRA, de duas propriedades localizadas na área quilombola. O restante do território, num total de aproximadamente dezessete mil hectares, permanece ainda em processo de “desintrusão”, acirrando o conflito entre quilombolas e os proprietários/ocupantes dessas terras.

Afirmo, no decorrer desse trabalho, que a luta pela terra é o principal direito reivindicado pelo movimento quilombola de Conceição das Crioulas. Destarte, considere importante buscar na história da política fundiária de ocupação de terras no Brasil e, conseqüente formação da política de distribuição de terras no sertão nordestino, as origens do conflito territorial que há muitos anos envolvem os negros de Conceição das Crioulas e os fazendeiros da região. Obras como as de Manoel Correia de Andrade(1987,2005), indicam que essa comunidade ocupa aquelas terras desde o século XVIII. Assim, ganha sustentação a versão dos negros, segundo a qual sofreram um processo de expropriação por parte dos fazendeiros, ao longo de toda a existência da comunidade. Diante da “evidência” de tal processo, e da apropriação da história das “seis crioulas”, recorrem à política de reconhecimento do Estado, com o propósito de readquirir as terras expropriadas.

Conforme venho afirmando, a minha atuação como pesquisadora na comunidade de Conceição das Crioulas teve início há mais de dez anos. No entanto, ao me propor, nesta

pesquisa, a analisar a constituição do sujeito coletivo movimento social negro quilombola de Conceição das Crioulas, lancei-me ao desafio de abordar, além desta questão central, outras complementares, diferentes das já trabalhadas por mim em pesquisa anterior, na dissertação de mestrado. Este trabalho trouxe questões mais complexas que exigiram maiores cuidados no processo de análise.

Para proceder a análise das questões propostas estudei a comunidade de Conceição das Crioulas do ponto de vista da organização política, buscando compreender as várias dimensões do real ali existentes. Assim, analisei as relações estabelecidas na comunidade, as ações dos sujeitos, os métodos de formação das lideranças, os critérios de tomada de decisões. Também voltei minha atenção para os campos políticos de atuação, os conteúdos e a intensidade dos debates que os sujeitos políticos produzem e a forma como os reproduzem. Fez-se necessário, ainda, observar quais os trânsitos, tensões, conflitos e contradições que se elaboram entre as diferentes esferas de circulação de seus discursos, entendendo que em tais espaços se situa a política. Notei, então, que é nesses espaços, motivados pela necessidade de sobrevivência material e cultural que os quilombolas estão enfrentado as adversidades e construindo um movimento sociopolítico em defesa de seus direitos.

No decorrer da pesquisa identifiquei as relações de gênero como um dos principais elementos constitutivos da identidade quilombola em Conceição das Crioulas. Nessas relações as mulheres se destacam como símbolos de uma luta herdada de suas antepassadas, o que lhes confere, apesar da responsabilidade, uma posição política privilegiada dentro do movimento. Assim, a forte representatividade feminina dentro do movimento funda-se no fato de história de Conceição das Crioulas ter sido marcada, ao longo dos tempos, pelas ações de muitas mulheres.

No passado as “seis crioulas” e suas descendentes mais próximas: Mendencha Ferreira, Chica Ferreira, Francisca Presidente, Maria Solano, Matilde, Germana, Isabel Coração, Martinha, Maria Rosa, Rosa Ferreira, Januária e Antônia Carneiro, fizeram-se conhecidas por fundarem a comunidade, empreenderem uma atividade econômica e comprarem as terras; da década 1950 até o final dos anos 1980, outra mulher, Agostinha Cabocla, juntamente com Antônio Andrelino, Antônio Domingos e outros, lutaram incansavelmente para recuperar para si e para os seus as terras compradas pelas crioulas

que, ao longo dos tempos, foram expropriadas pelos fazendeiros; a partir da década de 1980, com o surgimento do movimento negro quilombola, destacaram-se como lideranças políticas: Givânia Maria da Silva, Aparecida Mendes, Andreolino Mendes, entre outros. Consolidando, assim, uma tradição de mais de dois séculos de poder feminino em Conceição das Crioulas

Ao analisar a atuação política de Givânia Silva, Aparecida Mendes e outras mulheres, na atualidade, e comparando-a com aquela exercida por Agostinha e suas antecessoras, constatei diferenças significativas. Até porque, trata-se, hoje, de uma nova luta, que assume novas características, com dimensões mais amplas, dentro de uma sociedade que se também se transformou com o passar do tempo. E, nesse percurso, as ações de homens e mulheres, ali, se transformaram. Em primeiro lugar, porque passaram a se perceber como negros e negras, rompendo, assim, com uma tradição secular, de negação da negritude por motivo de medo ou vergonha, enquanto hoje é motivo de orgulho; segundo porque, ao assim se perceberem, passaram a lutar por direitos específicos do povo negro. Então, Givânia Silva, Aparecida Mendes e outras, são mulheres diferentes das “seis crioulas”, de Agostinha Cabocla, Mariana e dona Antônia, que viveram em outra época, que eram analfabetas, que não conheciam a importância política do exercício da cidadania (temas que tampouco entraram na pauta do seu tempo, ali) e, por isso, acabavam se deixando enganar pelos cabos eleitorais dos coronéis daquela época. A luta dessas se resumia às ações contra a expropriação de suas terras e à própria sobrevivência num meio tão hostil e em condições desfavoráveis.

Atualmente a luta política do movimento quilombola de Conceição das Crioulas engloba várias ações/reivindicações: construção da identidade étnica do grupo (iniciada no momento do auto-reconhecimento da comunidade, década de 1980) ainda em curso; existência de um processo educativo permanente que auxilia na formação das lideranças e possibilita o aprendizado dos direitos; luta por uma educação específica e diferenciada, visando o fortalecimento da identidade étnica; intensificação das relações com a sociedade civil e órgãos estatais, objetivando o atendimento das demandas sociais encaminhadas pelo movimento; conflitos e litígio com os fazendeiros na disputa pela posse da terra; realização de eventos políticos e atos públicos de pressão ao Estado no cumprimento ao disposto no artigo 68 do ADCT. É no desenvolvimento dessas ações que o sujeito coletivo movimento social quilombola de Conceição das Crioulas vai se constituindo.

Para as comunidades tradicionais, como é o caso de Conceição das Crioulas, a terra tem um significado diferente do que se apresenta na cultura ocidental capitalista. Não se trata apenas de um bem imóvel que pode ser vendido ou trocado a qualquer momento sem maiores problemas; mas sim de um elo que mantém a união do grupo, permite sua continuidade através dos tempos, de sucessivas gerações, possibilitando a preservação da cultura, dos valores, do modo particular de vida da comunidade e, principalmente, a independência da comunidade em relação ao sistema capitalista de produção que oprime e inferioriza as populações dessas comunidades.

Os depoimentos dos quilombolas deixam transparecer um desejo interno da comunidade de Conceição das Crioulas em se tornar econômica e politicamente independente. Ou seja, que eles consigam um espaço verdadeiramente seu, longe das usuais práticas de dominação às quais têm sido historicamente submetidos os camponeses no Nordeste brasileiro e, em particular, um espaço no qual sejam vistos sem o estigma étnico, tendo em vista que a luta dos negros africanos e dos seus descendentes brasileiros foi, e ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional.

Ao analisar o movimento quilombola de Conceição das Crioulas, no contexto do movimento social negro, concluo que esse movimento, nos últimos tempos, deixou de ser um movimento de manifestações culturais para ser também um movimento de construção da identidade étnica, contra a discriminação racial e pelos direitos. Assim, muitas bandeiras de luta mobilizaram esse movimento desde a década de 1980, com destaque para a luta pela posse da terra. No caso em análise, essa luta é fundamentada em duas perspectivas: da “herança” e do direito. Na primeira recorrem à história oral e vão buscar suas descendências nas “seis crioulas” que, desafiando a lógica da estrutura agrária da época, teriam comprado aquelas terras há mais de duzentos anos; na segunda, acionam o direito constitucional que lhes garante o acesso à terra enquanto quilombolas.

Atualmente Conceição das Crioulas articula uma luta pela terra e outros direitos num contexto político bastante amplo: o dos movimentos sociais. Assim, enquanto sujeito coletivo, se esforça para encaminhar ações políticas que possam mudar as condições de vida ali existentes; pois, apesar de algumas conquistas, a vida desses quilombolas, assim como

de outros, ainda têm muito que melhorar. Como afirmam em Conceição das Crioulas, “ a terra precisa vir acompanhada de condições de trabalho para fazê-la produzir”.

A história (re)contada aqui desconstrói a ideia que permeia o senso comum segundo a qual as comunidades quilombolas vivem no isolamento. Apesar do isolamento geográfico e das dificuldades de produção da vida econômica, Conceição das Crioulas faz uso de vários meios de interação social e responde de diversas formas aos desafios que vão se impondo à sua organização política. Enfrenta os conflitos locais e a oposição da bancada ruralista, representante do capitalismo agrário que, no Congresso Nacional, tenta dificultar os avanços e a efetivação dos direitos quilombolas. Além de há anos vir denunciando as formas de exploração e discriminação a que estava submetida sua população e participando continuamente de atividades políticas desenvolvidas pelo movimento negro brasileiro e, em particular, o quilombola. Suas ações, e as articulações e parcerias com entidades nacionais e estrangeiras, tem lhe permitido uma visibilidade pública nos cenários regional, nacional e internacional

Internamente a articulação do movimento é mais forte e mais importante. As escolas são espaços de formação e reprodução do ideal quilombola e os eventos conferem caráter político ao movimento. Para legitimar a luta foi fundada a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC). A princípio o objetivo dessa associação era obter a titulação da terra, mas acabou tornando-se uma política tendo com diversas funções, dentre elas a mediação e condução do movimento no seu propósito de lutar pelos direitos de Conceição das Crioulas, fortalecer a organização política, a identidade étnica e cultural e a luta pela causa quilombola. Hoje é a entidade máxima de representação da comunidade, é nela que são gestadas as ações políticas de mobilização dos quilombolas. Um veículo de comunicação da AQCC é o Jornal “Crioulas: a voz da resistência”, é por meio dele que a comunidade conta sua história, denuncia abusos e agressões, reivindica seus direitos e divulga sua luta; há também o Crioulas Vídeo, produção audiovisual que registra a história da comunidade, sua cultura e as ações do movimento.

Além do plano interno o movimento projeta-se ainda no cenário regional e nacional, através da inserção de suas lideranças na política partidária e nas universidades; da ocupação de espaços importantes e estratégicos em órgãos estatais, como é o caso de Givania Silva, que atualmente é coordenadora geral da Coordenação Nacional de Articulação das

Comunidades Negras Rurais Quilombolas(CONAQ), no INCRA. Assim, aparecendo publicamente e expondo seus discursos, o movimento social quilombola de Conceição das Crioulas se configura como sujeito coletivo.

É com base numa identidade negra quilombola que Conceição das Crioulas reivindica a efetivação dos direitos “étnicos”, por entender que a institucionalização dos mesmos não garante, na realidade, a melhoria nas condições de vida dos negros. No entendimento dos quilombolas, mesmo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com os avanços a partir da organização do movimento quilombola em nível nacional, com os dispositivos contidos na Constituição Federal de 1988, com o decreto presidencial 4887 de 20 de novembro de 2003, com a instrução Normativa de nº 16 do INCRA de março de 2004, muito ainda há que ser feito, na prática, para diminuir as desigualdades sociais nos seus territórios. Dessa forma, as lideranças estão em constante articulação com órgãos estatais como o INCRA, tentando agilizar a efetivação da posse da terra, ao mesmo tempo em que buscam junto a outras instituições governamentais e não-governamentais, políticas de incentivo à agricultura familiar e produção de artesanato.

No conjunto dos direitos reclamados por Conceição das Crioulas, encontra-se em primeiro lugar a luta pela terra e, junto a este, um projeto de “educação diferenciada” através do qual os quilombolas defendem uma autonomia para trabalhar dentro das escolas a história da comunidade e seus sujeitos, a história dos ancestrais, os valores e a cultura dos mesmos. A “educação diferenciada” proposta pela comunidade se caracteriza pela diferenciação dos conteúdos, que nem sempre são aqueles trazidos pelos livros didáticos. Ali a comunidade se reúne, discute e participa efetivamente da elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas. A localização geográfica, as particularidades históricas e culturais, a oralidade, as relações existentes, as formas de sobrevivência do grupo, a corporeidade afrobrasileira são os principais componentes pedagógicos; a docência tem um olhar mais atento às diversidades étnico-raciais, pois a diferença se constitui no patrimônio local. Nessa perspectiva, a diversidade enriquece, não inferioriza.

Os quilombolas acreditam que a educação não pode estar desvinculada da luta pela terra, que consideram de suma importância. Reafirmo, portanto, a minha compreensão de que a luta pela terra, por uma educação específica e diferenciada que confira identidade ao

povo quilombola, são as principais bandeiras de luta do movimento social de Conceição das Crioulas.

Conforme tenho afirmado, a luta pela terra em Conceição das Crioulas transcorre no campo dos direitos. Assim, há uma recorrência constante à legislação que institui os direitos dos negros, a exemplo do artigo 68-ADCT, dos decretos que o regulamentam, e as leis que estabelecem a criminalização do racismo. Compreendo que a Constituição de 1988, com seu espírito multiculturalista, abriu espaço para a consecução de uma política de reconhecimento étnico permitindo que categorias subalternizadas lançassem mão não apenas de novos direitos territoriais, mas de um conjunto ampliado de direitos, a partir de novos conteúdos e novas prática. O direito, nessa perspectiva, opera como princípio de ordenação das novas identidades coletivas, convertendo-as em sujeitos de direitos, criando condições sociais e epistemológicas para a construção de consensos.

Há de se considerar também que os direitos étnicos e as ações afirmativas são entendidos pelos quilombolas como parte de um processo compensatório aos danos: físicos, econômicos, sociais e psicológicos, causados aos negros através do sistema de escravidão; sendo estes danos extensivo aos descendentes de escravos por meio da exclusão social e do preconceito racial. Essas políticas seriam, de acordo com a compreensão dos quilombolas, “um acerto de contas” com o passado. Como costumam dizer em Conceição das Crioulas: “o Estado brasileiro deve quinhentos anos de salário atrasado aos negros”.

Analisando essa compreensão dos quilombolas considero pertinente a seguinte indagação: essa reparação (ação afirmativa) deve se restringir a uma recomposição econômica ou almejar uma recomposição da humanidade? O que se deseja é um espaço no modelo econômico hegemônico, ou a proposição de modelos alternativos a ele? A preocupação de algumas comunidades com a sustentabilidade, em termos ambientais e culturais, faz-me enxergar muito mais que o desejo de inserção no espaço hegemônico capitalista. Eles (os quilombolas), buscam alternativas a esse modelo.

No caso da comunidade de Conceição das Crioulas, dada a complexidade das questões que compõem sua luta e a inserção de seus sujeitos políticos no espaço nacional ou internacional, como é o caso de Givânia, que já chegou a receber uma indicação ao prêmio Nobel da Paz, podemos perceber que estamos diante de uma luta política que, se não visa a recomposição da humanidade, pelo menos luta por um Brasil mais igual e mais humano.

Para concluir, retomo algumas questões colocadas no início deste trabalho, através das quais busquei analisar a constituição do sujeito coletivo movimento social negro e quilombola de Conceição das Crioulas. Refiro-me, a princípio, ao próprio surgimento do movimento em meio a tantas adversidades: seca, isolamento geográfico, longos anos de dominação oligárquica. Essas adversidades, ao invés de se apresentarem, como impossibilidades à organização de uma luta social, pereceu-me impulsioná-la. O movimento estrutura-se nas relações socioeconômicas, políticas, culturais e de gênero; a política é vivenciada cotidianamente nas ações dos sujeitos que procuram compor uma identidade étnica-cultural afrobrasileira e, com ela, acionam seus direitos, enquanto exercício de interpretação constitucional. Na construção do movimento a educação escolar tem papel fundamental, por proporcionar, além do aprendizado dos conteúdos curriculares, a formação política dos sujeitos. O movimento tem nas escolas, nas associações, no jornal Crioulas e nos espaços ocupados pelos quilombolas fora da comunidade, os principais campos políticos de atuação dos quilombolas; é nesses campos políticos que ocorrem a vivência da política, o aprendizado dos direitos e formação de lideranças. Na luta pelos direitos o movimento quilombola estabelece fortes relações com o Estado e entidades da sociedade civil.

Todo esse conjunto de ações e relações são elementos constitutivos do sujeito coletivo movimento social negro e quilombola de Conceição das Crioulas. Esse sujeito constitui-se a si próprio, nas ações e nas lutas, como afirma Sader(1988). No entanto, no caso em análise, percebo esse movimento como um sujeito em construção; pois, a cada momento, novos elementos e ações são incorporados à luta quilombola com o propósito de cobrar do Estado a efetivação dos direitos(especialmente o direito à terra), ou a instituição de novos direitos como, por exemplo, a implementação de uma política efetiva de geração de renda, a partir da terra.

Ademais, preciso ressaltar que nem tudo foi dito, aqui, sobre Conceição das Crioulas. Muito ainda há de ser contado sobre essa comunidade e sua gente. Os significados simbólicos atribuídos pelos sujeitos à sua história, cultura, lutas e ações são tão complexos que não comportariam neste trabalho. Entretanto, espero que outros estudos venham a ser realizados nessa mesma comunidade e que possam acrescentar, ou esclarecer questões eventualmente ambíguas.

Acrescento, ainda, que não tive aqui a pretensão de revelar verdades e muito menos ainda de ser definitiva; compreendo, pois, que o conhecimento é algo que se constrói sempre em processo, razão pela qual é provisório, relativo e marcado pelo lugar do sujeito que o produz. Assim, tentei reconstituir a história da comunidade de Conceição das Crioulas a partir dos limites de minha compreensão. Espero, portanto, que outros olhares, mais atentos, consigam perceber melhor o que está contido nas representações disponíveis.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAYÓN, Noberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?**. São Paulo: Cortez, 1995.

ALBUQUERQUE, M. A. B. **História e Memória Negra em Conceição das Crioulas**. In: Comunidades Remanescentes de Quilombo no Interior de Pernambuco. Recife/UFPE, 1997.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Política ou Polícia de Gênero: estudos de gênero, movimentos sociais e identidades**. Disponível no site: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/politica_policia_de_genero.pdf. Acessado em 21/02/11.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **O Direito Étnico a Terra**. In: Boletim Orçamento & Política Socioambiental. Ano IV, nº 13, junho de 2005.

_____, Alfredo Wagner Berno de(Coord).**Terra nosso bem maior**. In: Nova cartografia dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Quilombolas de Conceição das Crioulas, Salgueiro/PE. Brasília-DF, PNCS-PCTB, 2007.

ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina y ESCOBAR, Arturo (org.) **Cultura e Política nos movimentos sociais Latino Americanos** . Belo Horizonte: UFMG,2000.

ALVAREZ, Sônia y DAGNINO, Evelina 1995 "**Para além da “democracia realmente existente”**: **movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos**" (mimeo). Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual Da Anpocs , Caxambu: 1995.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método em ciências sociais – pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

ANDRADE Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1987.

_____.**Pernambuco – cinco séculos de colonização**. João Pessoa/PB, 2004.

_____.**A terra e o homem do nordeste – contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª edição- São Paulo: Cortez, 2005.

ARCANJO, Juscélio Alves "**TERRAS DE PRETO” EM PERNAMBUCO: NEGROS DO OSSO – ETNOGÊNESE QUILOMBOLA**. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 2008 (mimeo)

_____. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas “Babaçuais Livres “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** [editoria, Úrsula Ludz]; tradução de Reinaldo Guarany.- 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

_____. **A condição humana.** Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer.- 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007a.

ARROYO, Miguel. **Educação e exclusão da cidadania.** In: BUFFA, et al. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 2002. Editora da UNESP, 1998.

ARRUTI, José Maurício. **Relatório técnico científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Cangume município de Itaóca – SP.** ITESP, São Paulo: 2003. Disponível no site: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Cangume.pdf. Acessado em 01/01/11.

_____. **O quilombo entre dois governos.** Texto disponível no site: <http://www.koinonia.org.br/oq/uploads/biblioteca/Zemaur.pdf>. Acessado em 11/02/11.

_____. **O quilombo conceitual. Para uma sociologia do artigo 68 do ADCT.** In: Texto para discussão: Projeto Egbé- territórios negros.(KOINONIA), 2003.

_____. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola.** Bauru: Edusc, 2006.

AUGUSTO, Maurício Liberal et all. **A conquista dos direitos: os movimentos sociais e o Estado no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1997.

BARTH, Fredrik. In: Poutignat, Philippe. **Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BEDESCHI, Luciana; ZANCHETTA, Maria Inês. **Cidadania quilombola.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campos, 1992

BRANDÃO. Carlos da Fonseca. **As cotas nas universidades públicas brasileiras. Será esse o caminho?** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRANDÃO, Z. **Entre questionários e entrevistas.** In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). Família & escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BRASIL . **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2006

_____, Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/03.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, Senador Federal, 2005.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Parecer CNE/CP1/2004, de 10 de março de 2004.

_____, Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 4504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.**

BOURDIEU, Pierre; Jean-Claude PASSERON, **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRITO, Paulo Afonso Barbosa. **Educação e Movimentos Sociais.** Texto disponível no site: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/145249EducacaoMovSociais.pdf>. Acessado em 22/03/11.

BRUSTOLIN, Cíndia. **Direito e reconhecimento na questão quilombola: um espaço em disputa.** Disponível no site: http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/1_7_2009_0_37_3.pdf.

CARTILHA. **Educação quilombola: um direito a ser efetivado.** Texto: Delma Josefa da Silva. Olinda/PE, CCLF e Instituto Sumaúma: s/d.

CARTILHA. **Terra quilombola.** Texto: Rogério Barata, Delma Josefa da Silva e Maria das Dores Barros. Olinda/PE, CCLF e Instituto Sumaúma: s/d.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **PIERRE BOURDIEU SOBRE GÊNERO E EDUCAÇÃO(s/d).** Texto disponível no site: http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero1/arquivos/artigos/pierre_bourdieu.htm. Acessado em 22/02/11

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior.** São Paulo, Attar Editora, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil - um longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis: Vozes, 1998

CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos.** Mexico: Siglo Veinteuno, 1974.

CASTORIADIS, Cornelius. **Psicanálise e política.** In: O mundo fragmentado – As encruzilhadas do labirinto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CAVALLEIRO, Eliane. **Movimento Negro e Educação.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade - uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 2001.

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes – **A integração do negro na sociedade de classes.** In: MOTA, Lourenço Dantas (org) - Introdução ao Brasil 2 – um banquete no trópico. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

COMTE, Augusto. **Curso de filosofia positiva; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista.** Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

COLLIOT- THÉLÈNE, C. **O conceito de política posto à prova pela mundialização.** Revista Sociologia e Política, nº 12. Curitiba-PR, 1999.

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e Políticas Neoliberais no Brasil.** Tese de doutorado. PUC, 2004(mimeo).

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação.** In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org) et all. **Pesquisa Social.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo,,: Martin Claret, 2005

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Para a História da Educação dos Afrodescendentes.** In: CAVALCANTE, Maria Juraci et all(orgs). História da Educação Vitrais da Memória-lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza, Edições UFC, 2008.

_____. **Textos para o movimento negro.** São Paulo: Edicon, 1992.

DAGNINO E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DAVIS, Darien J. **Afro-brasileiros Hoje.** São Paulo: Summus, 2000.

DILTHEY ,W. **Introducción a las ciencias del espíritu.** Madrid: Editora Revista de Occidente, 1956.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade.** São Paulo: Perspectiva, 1991.

FABANI, A. **Mato, palhoça e pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004].**São Paulo:Expresso Popular. 2005.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política de movimentos sociais em São Paulo.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

_____. **Limites da virtude isolada. Movimientos sociais e política no Brasil.** Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2002. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/desantis.pdf>

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978.

FIGUEREDO, André Luiz Videira de. **O “Caminho Quilombola”: interpretação constitucional e reconhecimento de direitos étnicos.** Rio de Janeiro: ICAM/IUPERJ, 2008.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica.** São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FREITAS, Fábio F. B. de. **Democracia, Igualdade, Diferença e Tolerância.** http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/fabiofreitas/fabio_freitas_democracia_igualdade_diferenca_tolerancia.pdf.

FUNES, Eurípedes Antônio. **"Nasci nas matas, nunca tive senhor": história e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas.** Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1995 (mimeo).

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil.** São Paulo: Loyola, 1995

_____. **Teorias dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 7ª edição, 1997.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais.** São Paulo: Loyola, 2001.

_____. (org). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

_____. **Movimentos Sociais e Educação.** São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. **Movimentos Sociais, políticas públicas e educação .** IN: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes (orgs). **Organização e movimentos sociais: novos olhares.** Campinas: Alínea, 2007.

_____. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOLDENDERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JÚNIOR, Henrique (orgs). **Educação e afrodescendência no Brasil**. Fortaleza, UFC: 2008.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GOMES, Nilma Lino e MARTINS, Aracy Alves (orgs). **Afirmando direitos – acesso e permanência de jovens negros na universidade**. Belo Horizonte, Autêntica: 2006.

GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. **Classes sociais, lutas de classes e movimentos sociais**. In: ORSO, Paulino José, et all. Educação e luta de classes. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Cadernos do cárcere**. V. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2005.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. **TERRA DE PRETOS, TERRA DE MULHERES: terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Ministério da Cultura/FCP, 1995.

_____. **Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos**. Cultura Vozes, nº 6. São Paulo: Vozes, nov/dez de 1995.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo**. **Revista Educação e Realidade**. v. 22, n. 2, jul/dez, 1997.

_____. **A questão da identidade cultural**. Campinas: 1995. p.7-102 (Textos didáticos, n. 18).

_____. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. 9. ed. São Paulo: DP & A, 2004.

_____. **Quem precisa de identidade?** In SILVA, T.T. et al. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HANCHARD, Michael George. **'Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro, 2000.

KAUCHAKJE, Samira. **Movimentos Sociais no século XXI: matriz pedagógica de participação sociopolítica**. In: JEZINE, Edineide e ALMEIDA, Maria de Lourdes (orgs). Organização e movimentos sociais: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007.

LACAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais na pluralidade complexa**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, B.H. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. **Território Negro em área rural e urbana - algumas questões**. Textos e Debates. Florianópolis, NUER/UFSC, 1991 .

_____. **“Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?” Horizontes antropológicos: diversidade cultural e cidadania**. Porto Alegre: PPGA, 1999.

LEITE, Maria Jorge dos Santos e SANTOS, Hélio Jorge. **CORONÉIS E CAMBITEIROS: HISTÓRIA DOS ENGENHOS DE RAPADURA DE JARDIM CEARÁ**. In: X Congresso Nacional de História Oral- Testemunhos: história e política. Recife, UFPE, 2010. Disponível no site http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1267436438_ARQUIVO_ArtigoengenhodeJardim.pdf.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: terra, mulher e identidade étnica no sertão de Pernambuco**. Dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC, 2001(mimeo).

_____. **Imagens e representações dos negros nos livros didáticos e no cinema brasileiros**. In: Revista Ameríndia – v. 8, n. 1, maio 2010. ISSN – 1980 – 4006.

_____. **Educação quilombola: Um Estudo de Caso na Comunidade de Conceição das Crioulas- Pernambuco**. In: SILVA, Josean et al(org). Educação Entre o ensino e a aprendizagem.

LIMA, Marcos Galindo. **Ocupações Pré-Históricas em Conceição das Crioulas-Salgueiro/PE**. Dissertação de mestrado. Recife, UFPE, 1997 (mimeo).

LUZ, Narcimária. **O patrimônio civilizatório africano no Brasil**. In: SANTOS, Joel Rufino(org). Negro Brasileiro Negro. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 25, 1997, p. 199-209.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue- história do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009.

MALCHER, Maria Albeniz e Farias. **Identidade Quilombola e Território**. Belém/PA, III Fórum Mundial de Teologia e Libertação, 2009. (mimeo).

MARQUES, Thaís Moreno. **O “vídeo crioulo” - o projeto político audiovisual da comunidade de Conceição das Crioulas(PE)**. Monografia Bacharelado em Ciências Sociais. Natal/RN, UFRN: 2009. Disponível no site: <http://www.cchla.ufrn.br/cienciassociais/monografias/2008.2/Monografia%20Thais%20Moreno.pdf>. Acessado em 14/03/12.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e memória- a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **História Metodologia Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil- as lutas sócias no campo e o seu lugar no processo político**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

_____. **O poder do atraso - Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. **Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na história do Brasil**. Tese – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2004.

MATOS, Regiane Augusto. **História e Cultura Afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MAUPEOU, E. C. **Cativeiro e Cotidiano num ambiente rural – O Sertão do Médio São Francisco (1840-1888)**. Dissertação de Mestrado CFCH-UFPE. Recife, PE, 2008.

MEDEIROS, Bartolomeu Figueirôa e ALBUQUERQUE, Mabel Ann Black de (organizadores). **Comunidades Remanescentes de Quilombo no Interior de Pernambuco**. Recife/UFPE, 1997.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente – movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org) et all. **Pesquisa Social**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

MOURA, Glória. **O direito à diferença**. In. MUNANGA, Kabengele (org): Superando o racismo nas escola. Brasília: MEC, 2005.

MOREIRA, H. ; CALIFFE, L. G. **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: CP&A, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra do Brasil – um ponto de vista em defesa das cotas**. In: GOMES, Nilma Lino e MARTINS, Araci Alves (Orgs). Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NAZARETH, Henrique Dias Gomes de e FERNANDES Ricardo Luiz da Silva . **A questão fundiária na comunidade quilombola remanescente: um estudo das relações educativas no Quilombo de Santana**. In: Revista África e Africanidades – Ano 2 - n. 6 - Agosto. 2009 - ISSN 1983-2354. Disponível no site: www.africaeaficanidades.com- Acessado em 20/01/2009

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

NUNES, Georgina Helena Lima. **Educação Quilombola**. In: MEC. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada – Alfabetização e Diversidade Brasília: SECAD, 2006.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org). **Terra de quilombos**. ABA. Impressão DECANIA CFCH/UFRJ, 1995.

OFFE, Claus. **Partidos políticos e nuevos movimientos sociales**. Madri: Sistema, 1988.

OLIVEIRA. Francisco Mesquita. **Cultura política e construção de identidades coletivas de sujeitos sociais**. Artigo. Recife, UFPE, 2007. (mimeo).

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PAIVA. Rivaldo. **Como era lindo o meu Salgueiro**. Recife: Bagaço, 1995.

PAOLI, Maria Célia. **Movimentos social no Brasil: em busca de um estatuto político**. Um: HELLMANN, M. (org) **Movimentos sociais e democracia: sem a gente não tem jeito**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Sônia. **O aprendizado dos direitos nos espaços públicos: a política nas associações de pequenos agricultores, conselhos municipais e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. Texto disponível no site: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/17%20GT%20S%C3%B4nia%20Pereira.pdf>. Acessado em 20/07/10.

PERES, Ângela Domingos. **Movimento quilombola e capitalismo no Brasil**. Disponível no site: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/angeladomingos.pdf>. Acessado em 07/05/2010

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. **A questão agrária**, São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRINS, Gwyn. **História Oral**. In: BURKE, Peter. (org) . **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP , 1992.

PINSK, Jaime. **A escravidão no Brasil- as razões da escravidão, sexualidade e vida cotidiana , as formas de resistência.** São Paulo : Contexto, 2000.

RANCIÈRE, J. **O Dissenso.** In: NOVAES, Adauto (Org.) A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **O desentendimento.** São Paulo: Editora 34 , 1996b.

_____. **A política da arte.** Disponível no site: <http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/206.rtf>. Acessado em 14/07/10

REIS, João José e Gomes, Flávio dos Santos. **Liberdade Por um Fio – história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. **Negro em “terra de branco”: a reinvenção da identidade.** In: SCHWARCZ e REIS, Letícia Vidor de Sousa. **Negras Imagens.** São Paulo: EDUSP, 1996.

RIBEIRO, Cristiane Maria. **Anti-racismo e educação: o projeto político pedagógico das lideranças negras de Uberlândia.** Dissertação de mestrado. Uberlândia/MG, URB: 2000. (mimeo).

SÁ, Caroline Silveira. **As comunidades quilombolas no Brasil.** Texto disponível no site: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1429/1365>. Acessado 16/09/2009.

SÁ, Ticiano Arraes. **Conceição das Crioulas.** In: VEIT, Maria Regina (org). Histórias de Sucesso e Experiências empreendedoras. Belo Horizonte, SEBRAE: 2003.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos. **Uma Escola para “Formar Guerreiro” – Professores e professoras indígenas e Educação Escolar indígena em Pernambuco.** Dissertação de mestrado. UFPE, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O discurso e o poder.** Porto Alegre: Fabris, 1988.

_____, **Por uma Concepção multicultural dos direitos humanos.** São Paulo: Lua nova, 1997.

_____, **Os Direitos na pós-modernidade** (1989). Texto disponível no site: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10919/1/Os%20direitos%20humanos%20na%20p%C3%B3s-modernidade.pdf>. Acessado 21/04/2011.

_____, **A gramática do tempo – para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Hélio Jorge dos. **A CIVILIZAÇÃO DA RAPADURA: história e memória dos engenhos de rapadura de Jardim/CE.** Monografia. FIP, Patos/PB: 2008. (mimeo).

SANTOS, J.R. **Movimento negro e crise brasileiras.** Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares: Brasília, 1994.

SANTOS, Josivan Rodrigues. **Conceição das Crioulas: um caso de sucesso.** Monografia. Recife, UFPE, 2004. (mimeo).

SANTOS, Renato Emerson dos. **Introdução II.** In: GOMES, Nilma Lino e MARTINS, Aracy Alves (orgs). *Afirmado direitos – acesso e permanência de jovens negros na universidade.* Belo Horizonte, Autêntica: 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

SCHWARZ, Roberto. **As idéias fora do lugar.** In: *Cultura e Política* : Paz e Terra, 2001.

SEGATO, Rita Lauro. **Identidades Políticas/Alteridades Históricas: uma crítica a lãs certezas Del pluralismo global.** In: Anuário Antropológico nº 97. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

SILVA, Aracy Lopes. **A educação indígena entre diálogos interculturais.** In: LEAL, Marina Kawall(Org). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola.* São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Jorge. Declarações prestadas a UOL NOTÍCIAS, com informações da Agência Brasil, disponível no site: <http://noticias.uol.com.br/politica/2010/07/20/sem-cotas-estatuto-racial-de-lula-e- apenas-carta-de-intencões-dizem-especialistas.jhtm>. Acessado em 07/08/10.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras - a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII.** Recife: CEPE, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato: ideologia e política.** Rio de Janeiro. Zahar Editores S.A., 1981

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **AQUILOMBAR-SE: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro.** Dissertação de mestrado. Brasília: UNB, 2008 (mimeo).

SOUZA, Maria Aparecida Oliveira. **AS MULHERES, A COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO E SUAS LUTAS: as história escritas no feminino-** Dissertação de mestrado. Brasília, UNB: 2006 (mimeo).

SOUZA, Roberto Martins. **Da invisibilidade para a existência coletiva: Redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediadas pela construção da identidade coletiva de povo faxinalenses.** In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, participação e democracia. Florianópolis, 25 a 27 de abril de 2007.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva (antropóloga responsável). **Projeto mapeamento e identificação das áreas remanescentes de quilombos (Conceição das Crioulas).** Recife: FCP/ UFAL,1998.(mimeo).

_____, **Conceição das Crioulas – Salgueiro(PE)**. In: O`DWYER, Eliane Catarino(org). **QUILOMBOS- identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

STEDILE, João Pedro (org). **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SUNFELD, C. **Comunidades quilombolas: direito à terra**. Brasil: Fundação Cultural Palmares/ Minc/ Editora Abaré, 2002.

TOURAINÉ, Alain. (1977), **Os movimentos sociais**. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora

_____. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Le voix et li regard**. Paris,Seuil,1978

TAYLOR, Chales. “**O que é a agência humana?** In: SOUZA, Jessé e MATTOS, Patrícia (orgs) *Teoria Crítica do Século XXI*. São Paulo, Annablume, 2007.

TARROW, Sidney. **El poder em movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. Madri: Istmo, 1999.

TRINDADE, Azoilda e SANTOS, Rafael (orgs). **Multiculturalismo: as mil e uma face da escola**. DP&A Editora. Rio de Janeiro, 1999.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIT, Maria Regina (org). **Histórias de Sucesso e Experiências empreendedoras**. Belo Horizonte, SEBRAE: 2003.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 1. Brasília, EdUnb: 1991.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais – Parte 2**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

WOLKMER. Antônio Carlos. **A História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

